

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Sociologia

A construção da política cultural no regime militar: concepções, diretrizes e programas
(1974-1978)

Vanderli Maria da Silva

Mestrado: Sociologia

São Paulo
2001

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Sociologia

A construção da política cultural no regime militar: concepções, diretrizes e programas
(1974-1978)

Vanderli Maria da Silva

Dissertação apresentada ao Departamento de Sociologia da
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo, como exigência parcial para a
obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria Arminda do Nascimento Arruda.

São Paulo
2001

RESUMO

Neste trabalho procuramos compreender as razões que levaram a elaboração da Política Nacional de Cultura no período do governo Geisel. Procuramos, também, esclarecer sua relação com a Doutrina da Ação Política da Escola Superior de Guerra.

Nele procuramos explicitar e entender o contexto histórico em que tal política pública foi adotada, suas relações com a estratégia política mais ampla que o governo procurava implementar, ou seja, com o processo de abertura política. Desta forma, procuramos relacionar o lançamento do programa com o momento político, econômico e social que vivia o país.

Procuramos também apreender os objetivos da Política Nacional de Cultura, relacionando-a com a Doutrina da Escola Superior de Guerra, que se caracteriza por ser um projeto nacional para o desenvolvimento do Brasil nos moldes defendidos pelas Forças Armadas.

ABSTRACT

In this work we tried to understand the reasons that took the elaboration of the National Politics of Culture in the government's period Geisel. We sought also to clear your relationship with the Doctrine of the Political Action of the Superior School of War.

In him we sought and to understand the historical context in that such a public politics was adopted, your relationships with the strategic wider politics than the government tried to implement, in other words, with the process of political opening. This way, we tried to relate the release of the program with the political moment, economic and social that the country lived.

We also tried to apprehend the objectives of the National Politics of Culture, relating it with the Doctrine of the Superior School of War, that is characterized by being a national project for the development of Brazil in the protected molds for the armed forces.

À memória de Sergio Alves da Silva, irmão querido.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, professora-doutora Maria Arminda do Nascimento Arruda pela paciência e confiança.

Aos bibliotecários e funcionários do Serviço de Biblioteca e Documentação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP e das bibliotecas da FUNARTE, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRJ e do Congresso Nacional, pela atenção e presteza.

Ao professor-doutor Sergio Miceli pelos comentários e sugestões que alteraram a rota da pesquisa.

Ao professor-doutor Francisco de Oliveira pela generosidade e incentivo nos momentos iniciais da pesquisa.

À Isaura Botelho Guimarães pela generosidade.

Aos funcionários da secretaria de pós-graduação do Departamento de Sociologia e da administração da FFLCH/USP, pela atenção e presteza.

Aos meus pais, pelo permanente e afetuoso incentivo.

À Ines, Magali, Isabela, Flávio, Sirley, Miriam, Roberto, Vera Lúcia, Angélica, Marina, Eliane, Kika, Rosana, Marilene, pela troca, pelo incentivo e pelo carinho.

Ao Clécio, pelo companheirismo, dedicação e permanente e carinhoso incentivo.

SUMÁRIO

Introdução.....	8
1. O interesse pelo tema.....	8
2. O problema.....	10
3. O debate atual acerca da política cultural e das leis de incentivo do MINC.....	14
4. Antecedentes históricos da política cultural do período militar.....	19
4.1 A política cultural do Estado Novo.....	19
4.2 A efervescência cultural dos anos 60.....	27
Capítulo I - A atuação do Estado na área da cultura durante o regime militar..	39
1. O contexto político e ideológico.....	39
1.1 A instauração do regime militar.....	39
1.2 A consolidação do regime militar.....	49
1.3 A preparação para a retirada: a distensão lenta, gradual e segura...64	
2. As iniciativas que antecederam a elaboração da Política Nacional de Cultura.....	95
Capítulo II - A política cultural do MEC no governo Geisel (1974-1978).....	102
1. O lançamento da Política Nacional de Cultura.....	102
2. O documento Política Nacional de Cultura – PNC.....	109
Capítulo III – A Política Nacional de Cultura no contexto da doutrina militar do período.....	135
1. A questão cultural na estratégia de intervenção do Estado na sociedade.....	135
2. A influência ideológica da Doutrina da Escola Superior de Guerra na formulação da Política Nacional de Cultura	163
Conclusões.....	185
Bibliografia.....	193
Anexo.....	200

Introdução

1. O interesse pelo tema

“Foi Pindorama a mãe dessa terra gigante chamada Brasil.
Unida na mesma língua, no canto, na dança, destino comum.
Índio, mulato e branco, de todas as cores, são todos por um.
A esperança de um novo amanhã já presente no sorriso dessa gente.
Este é um país que vai pra frente.”¹

O interesse pelo tema surgiu de um questionamento pessoal decorrente da experiência de trabalho numa instituição cultural. Os contatos constantes com pessoas que havia muito tempo atuavam na área, e que portanto tinham tido a oportunidade de viver vários momentos da trajetória da questão das políticas governamentais para a cultura, permitiram perceber a recorrência de uma opinião paradoxal. O fato é que algumas delas, ao avaliar negativamente a situação da área nos últimos anos, relembavam, saudosas, outros tempos quando não só havia mais recursos para as atividades culturais, como também mais projetos, novas propostas, debates, discussões. Algumas dessas pessoas eram artistas, em geral músicos, com pouco trânsito nas rádios comerciais e nos circuitos de casas de espetáculos, e, por isso mesmo, mais dependentes da abertura de espaço para a apresentação nas salas e auditórios das instituições públicas da área de cultura. A revelação de que tal fase, tão luminosa, tinha ocorrido na década de 70, causava surpresa.

¹ Letra da música do filme *Pindorama* produzido em 1976 pela Assessoria de Relações Públicas - ARP do governo Geisel . Extraído de: Fico, Carlos. Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getulio Vargas, 1997. p. 23 e 182

Num círculo de amigos alguns anos mais velhos, também era comum a narração, algo nostálgica, de histórias dos tempos quando eles se reuniam para ir aos shows e eventos promovidos pela FUNARTE, nos quais, afirmavam eles, muitos talentos da área musical tinham iniciado carreira. Invariavelmente, desfiava-se um rol de nomes, muitas vezes de artistas de vanguarda, inovadores, ousados para a época. Quando perguntados sobre a época em que tinham vivido tão rica experiência, invariavelmente discorriam sobre a efervescência cultural de meados da década de 70. Ainda quando questionados sobre a contradição de sentir saudades de um período marcado pelo regime militar, lembravam que aquele fora o momento inicial do processo de abertura política.

Esses relatos, associados a algumas leituras não sistemáticas de artigos, textos, depoimentos sobre a época, revelavam o que parecia ser uma imensa contradição: o mesmo período que fora marcado pela violenta repressão e implacável censura impostas pela ditadura militar, fora também uma época de intensa produção e difusão culturais promovidas pelo Estado.

Tratava-se, portanto, de procurar compreender uma faceta desse período de nossa história que, de resto, marcara profundamente uma fase da trajetória pessoal de vida. As lembranças desse tempo, marcadas na memória, trazem de volta fortes imagens da experiência infantil. Uma delas diz respeito ao ritual vivido todos os dias quando, chegando à escola, todas as crianças eram reunidas no pátio, de mãos dadas, numa grande roda, em torno da bandeira brasileira para cantar *Eu te amo meu Brasil* – música que virou hino de amor à Pátria – e o Hino Nacional. Outras tantas referem-se aos desfiles, como os de “7 de Setembro”, e aos vários temas musicais das propagandas oficiais do período, como o que abre este texto. Estas imagens encontram-se marcadas, de forma indelével, na memória de quem não viveu as agruras do regime, mas sofreu suas tentativas de formar uma geração sob forte influência de sua mensagem ideológica.

2. O problema

Embora algumas ações empreendidas pelos governos militares anteriores ao presidente Geisel (1974-1978) revelem a existência de um interesse pela cultura como uma frente importante de atuação do Estado, foi apenas com o lançamento da *Política Nacional de Cultura - PNC*, em 1975, que a área passou a ocupar um lugar de destaque entre as políticas governamentais. Segundo Cohn, a elaboração da PNC foi o ponto culminante de um processo de "... busca de um equacionamento da cultura adequado ao regime político que se procurava consolidar".²

Desde o governo do presidente Castelo Branco³, o primeiro do regime militar, a questão da cultura surgia nos discursos e pronunciamentos oficiais como um dos aspectos fundamentais que mereciam atenção especial no âmbito das medidas voltadas ao desenvolvimento integral e harmonioso do país. No governo Médici houve a tentativa de estabelecer uma política para a área, revelada pela preparação do documento *Diretrizes para uma Política Nacional de Cultura* que, no entanto, não chegou a ser oficializado. Foi apenas no governo Geisel que tal preocupação passou do nível do discurso para o da existência concreta, materializando-se num plano oficial para a área: a Política Nacional de Cultura.

A elaboração e implantação da PNC, ocorridas durante a gestão do ministro Ney Braga⁴, foram acompanhadas por uma reestruturação na área cultural do Ministério da Educação e Cultura – MEC que resultou na criação, reorganização ou fusão de instituições ligadas a ela, bem como numa relativa autonomia administrativa destas com relação ao órgão central.

A atuação da área, sob o comando do Departamento de Assuntos Culturais – DAC do MEC, foi intensa, propiciando a realização de várias atividades que alcançaram repercussão e reconhecimento, tanto entre o público atendido quanto no meio artístico-

² Cohn, Gabriel. "A concepção oficial da política cultural nos anos 70". In *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo, Difel, 1984.

³ Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco.

⁴ Todos os documentos oficiais consultados trazem o nome do ministro grafado desta forma, apesar de seu nome de batismo ser Nei Amintas de Barros Braga.

cultural. O prestígio alcançado por instituições como a Fundação Nacional de Arte – FUNARTE e a Empresa Brasileira de Filmes – EMBRAFILME ilustra esse fato.

Analisar o documento que encerra a Política Nacional de Cultura – PNC, materializando os objetivos estabelecidos e as diretrizes para a sua realização, nos pareceu a maneira mais eficiente, dadas as condições concretas de que dispúnhamos⁵, de buscar algumas respostas que fornecessem pistas para uma melhor apreensão dos interesses que motivaram o regime militar, em particular o governo Geisel, a investir na área cultural, quando esta fora, por meio da repressão e da censura à produção artístico-cultural e intelectual, uma das esferas mais atingidas pelo delírio persecutório da ditadura. Além disso, tratava-se também de tentar compreender quais teriam sido os fundamentos doutrinários e ideológicos que determinaram estes interesses que, desta forma, influíram na elaboração da política de cultura.

No decorrer do trabalho, à medida que as leituras realizadas traziam novas informações e percepções sobre o período estudado, constatou-se que a Doutrina da Escola Superior de Guerra – ESG exercera forte influência no modelo de gestão adotado pelo regime militar. A adoção do planejamento como principal ferramenta para estabelecer metas e estratégias de intervenção do Estado nas diversas esferas da sociedade era o exemplo mais visível dessa influência.

Outra questão que se apresentava, a partir daí, era procurar esclarecer se havia outras relações entre a política cultural do governo Geisel e as proposições contidas na Doutrina da ESG, uma vez que a PNC era um exemplo da prática do modelo de planejamento adotado pelo regime.

Por meio da documentação e bibliografia consultadas, procuramos analisar os objetivos e fundamentos político-ideológicos da PNC e suas relações com a Doutrina da ESG.

⁵ Devido aos limites impostos pela nossa própria capacidade de pesquisa, pela dificuldade de obter outras fontes de informação sobre a proposta oficial – chegou-se a cogitar da idéia de entrevistar os formuladores da política de cultura, mas esta pretensão mostrou-se inviável – e pelo tempo disponível para a dedicação ao trabalho.

Ainda nesta introdução, procuramos situar a questão das políticas culturais governamentais tanto no contexto mais recente – marcado pelos debates acerca do papel do poder público e das leis de incentivo na promoção da cultura –, quanto no período do Estado Novo, quando a cultura assumiu lugar de destaque entre as políticas públicas estatais. Procuramos, também, traçar um panorama da movimentação artístico-cultural existente na sociedade brasileira no momento do Golpe de 64.

O primeiro capítulo aborda a evolução do regime militar, descrevendo as três fases que marcaram sua presença à frente do Estado. À sua instalação, cujo objetivo declarado era restaurar a ordem, devolvendo em seguida a direção do Estado à esfera civil, seguiu-se o período mais duro e repressivo de sua trajetória. Apesar disso, o êxito alcançado pela política econômica favoreceu a aprovação da maioria da população ao governo, ofuscando o problema da repressão. Com a posse do presidente Ernesto Geisel, teve início a preparação da retirada dos militares do poder. Com habilidade, ele controlou os militares que se opunham à abertura política e utilizou a legislação repressiva para conter a oposição durante o processo de distensão lenta, gradual e segura, que deveria garantir mais um mandato presidencial militar e só depois devolver o país à “normalidade democrática”. Ainda neste capítulo descrevemos as iniciativas dos governos Castelo Branco e Médici na área cultural, procurando demonstrar que já havia sinais do interesse do regime pela questão, mesmo antes do lançamento da Política Nacional de Cultura em 1975.

O segundo capítulo apresenta algumas iniciativas significativas para o processo de “construção institucional” da área, procurando destacar como, em poucos anos, o governo Geisel criou ou reformulou instituições importantes para o campo da produção cultural. Em seguida há a descrição detalhada do documento *Política Nacional de Cultura*, acompanhada por uma análise das noções, idéias e propostas presentes no texto.

O terceiro e último capítulo procura situar a questão cultural na estratégia mais geral de intervenção do Estado na sociedade brasileira. Tal intervenção buscava promover uma reorganização da sociedade baseada na construção de um consenso em torno de valores e visões de mundo compatíveis com os ideais do regime. Neste sentido, a cultura era vista como um importante instrumento de difusão de valores e padrões de comportamento entre a maioria da população. Reunindo na PNC uma série de idéias e

concepções correntes sobre a cultura brasileira, os formuladores do documento pareciam convencidos de que o governo reunia um melhor conhecimento das tradições histórico-culturais da Nação e das características do povo, o que o tornava naturalmente capacitado para detectar as necessidades, as lacunas a serem preenchidas na formação cultural da maioria da população. Desta forma, a política cultural tem uma dimensão pedagógica, revelada pela pretensão de oferecer ao povo uma melhor compreensão de si mesmo e dos seus valores, revelando suas tradições mais características, seus traços mais marcantes, o sentido “natural” de sua evolução, já que o desenvolvimento cultural se processa na continuidade do caminho historicamente determinado. Assim, as manifestações culturais a serem incentivadas pela área cultural do MEC deveriam ser aquelas capazes de mostrar ao povo os valores mais caros da cultura brasileira. Além disso, era preciso promover também as manifestações que propusessem novos hábitos e atitudes mais adequados aos habitantes de um país que, em breve, se inscreveria no círculo das nações desenvolvidas. Esse mesmo padrão pedagógico estava presente na propaganda oficial do governo, nas comemorações cívicas implantadas nas escolas, nos discursos das autoridades governamentais, revelando uma clara intenção de tornar hegemônico o seu projeto político. Esta intenção de inculcar na maioria da sociedade uma visão de mundo comum, capaz de sustentar a continuidade do projeto idealizado para o país, guarda forte relação com as proposições da Escola Superior de Guerra. Na segunda parte deste capítulo procuramos identificar esta e outras relações existentes entre as concepções e proposições do governo presentes na PNC e as contidas na Doutrina da ESG.

Na conclusão deste trabalho procuramos firmar as percepções formadas ao longo da pesquisa. De maneira geral, concluímos que a PNC significava uma tentativa de utilizar a cultura como mais um meio para alcançar os propósitos do regime. No longo prazo, ela expressava a tentativa, empreendida pelo Estado, de assumir a direção do que chamava de “desenvolvimento cultural”, ou seja, do processo de construir uma visão de mundo comum à maioria da população, e que possibilitasse obter um grau de consenso na sociedade que fornecesse legitimidade ao governo da ocasião e ao regime.

3. O debate atual acerca da política cultural e das leis de incentivo do MinC

Em 1985, no início do governo de José Sarney, surgiu o Ministério da Cultura. Até então, jamais existira um órgão próprio com a missão explícita de formular, operacionalizar e coordenar as ações governamentais voltadas especificamente para a área da cultura. De 1930 a 1953, as ações do Estado na área cultural estiveram a cargo do Ministério da Educação e Saúde Pública – MES. Em 1953, o Ministério foi desmembrado, dando lugar ao Ministério da Saúde e ao Ministério da Educação e Cultura – MEC. A partir daí, até a criação do Ministério da Cultura em 1985, o MEC assumiu o papel de órgão responsável pela política cultural oficial do Estado.

A criação do Ministério da Cultura em 1985, contudo, não trouxe para a área a esperada estabilidade institucional, pressuposto básico para a elaboração, implementação e continuidade de uma política cultural que oriente a atuação das instituições, órgãos, programas e projetos subordinados à pasta. Nos primeiros dez anos de sua existência, o Ministério da Cultura teve nada menos que oito ministros, sendo que, entre 1990 e 1992 – Governo Collor – ele deixou de existir, dando lugar à Secretaria da Cultura que, por sua vez, teve dois secretários durante o período. Em 1995, durante o primeiro governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, o ministro Francisco Correa Weffort assumiu o Ministério da Cultura, permanecendo à frente do mesmo até o presente momento.

Com a estabilidade institucional e administrativa finalmente alcançada pelo Ministério da Cultura, no atual governo, ressurgiu, pelo menos entre intelectuais, artistas, produtores culturais e profissionais de instituições culturais públicas e privadas, um amplo debate acerca da cultura, seu lugar em uma problemática mais abrangente, envolvendo questões como o desenvolvimento econômico e social do país, sua inserção no circuito internacional em uma época de acentuação do processo de globalização, sua participação na constituição de blocos regionais como o Mercosul, etc., bem como da atuação do Estado na área, através de políticas públicas para a cultura, seus sentidos, limites e metas, em uma sociedade que se quer democrática.

Um dos temas mais candentes neste debate é o financiamento à produção cultural. No centro das discussões sobre este tema estão as leis de incentivo à cultura

que, se por um lado, têm representado um importante papel na obtenção de recursos para a área, dinamizando o setor, por outro, levantam uma série de questões sobre o fato de que a iniciativa privada, ao investir em cultura, o faz visando apenas o mercado, privilegiando as áreas e pessoas já consagradas e a possibilidade de retorno, quer de imagem institucional às suas empresas e produtos, quer propriamente financeiro.

Apesar disso, as leis de incentivo à cultura têm causado otimismo, sobretudo entre os produtores culturais. Segundo o próprio Ministério da Cultura, o mercado de trabalho na área de produção cultural é um dos únicos a crescer neste momento, enquanto os demais setores sofrem uma severa retração. Os benefícios fiscais oferecidos pelas leis têm incentivado o investimento de empresários dos mais diversos setores e de empresas dos mais diferentes portes. Na opinião dos responsáveis pela área de marketing cultural das empresas, o investimento em cultura traz um considerável retorno de imagem para as empresas investidoras. Na busca pelo aumento de visibilidade de suas marcas e produtos, num mercado cada vez mais competitivo, as empresas descobriram no marketing cultural uma importante fonte de identificação com seu público consumidor potencial, além de uma forma de reforçar a fidelidade do seu consumidor cativo.

Além deste aspecto, os profissionais envolvidos com a produção e o marketing cultural têm chamado a atenção para uma nova visão da cultura, ou seja, a da cultura como negócio. Deste ponto de vista, destacam-se as grandes possibilidades de retorno econômico dos investimentos em cultura. Segundo o Secretário José Álvaro Moisés, a pesquisa “Diagnóstico dos Investimentos em Cultura no Brasil”, encomendada pelo Ministério à Fundação João Pinheiro, revelou “uma dimensão que, habitualmente, não aparece nas avaliações sobre cultura, qual seja, o seu impacto social e econômico, mostrando a potencialidade da área para a geração de renda e emprego”.⁶ Apesar da euforia que tomou conta da maioria dos produtores e profissionais de marketing, alguns profissionais da área, intelectuais e artistas vêm chamando a atenção para o fato de que uma política cultural não se faz apenas com incentivos fiscais.

Na opinião de Hamilton Faria, as leis de incentivo realmente têm contribuído para um alavancamento das atividades culturais. Contudo, apesar de importantes instrumentos para a promoção da cultura, as leis não podem desobrigar o Estado de seu papel. Ele

⁶ Cultura Hoje - Informativo do MinC / Ano 3, n 43

acredita que é preciso não esquecer que as empresas visam o mercado e que a dinâmica cultural não pode ser definida apenas desse modo. Ainda segundo o autor, “as leis muitas vezes acabam simulando uma política cultural que não existe porque o Estado acaba não indo à essência da questão cultural”.⁷

Segundo Marta Porto⁸ “essa gerência de recursos fiscais acontece em detrimento de uma compreensão mais complexa do papel do poder público na indução de processos participativos que englobem todos os setores sociais, na tarefa de identificar os elementos locais e nacionais que podem ir constituindo uma idéia do que somos, de onde viemos, quais as contradições que nos alimentam, o que queremos com nossas cidades e nosso país e como cada um deve colaborar para que se inicie um processo mais inteligente de lidar com as questões culturais que mais se evidenciam no cotidiano nacional”.⁹ Desta forma, as discussões sobre política cultural não podem ser sobrepujadas pelos debates acerca de financiamentos das atividades artístico-culturais. É claro que a questão das fontes de financiamento é extremamente importante, já que toda política pública depende, para a sua consecução, de fontes de recursos previamente definidas. Contudo, a definição das fontes e dos mecanismos de financiamento deve ser determinada pela política cultural e partir dela.

No Brasil, onde a responsabilidade pelo investimento em cultura é vista como tarefa do Estado, os riscos de rupturas bruscas – como a que ocorreu durante o governo Collor, quando instituições foram desmanteladas, funcionários demitidos e um longo trabalho que vinha sendo desenvolvido pela área foi bruscamente interrompido – e da dependência de opções políticas de ocasião são muito grandes. Daí resulta a necessidade de fortalecimento das instituições que, no caso da cultura, depende da estabilidade institucional do Ministério da Cultura e da continuidade de políticas públicas que estabeleçam metas e prioridades, a curto, médio e longo prazos. Daí também a necessidade de criar e incentivar a abertura de novas fontes de financiamento, a participação dos estados e municípios, o estímulo ao debate e à promoção do

⁷ Faria, Hamilton. “As leis de incentivos fiscais à cultura” In Franceschi, Antonio (et al.). Marketing cultural: um investimento com qualidade. SP, Informações Culturais, 1998. P. 80

⁸ Marta Porto pertence à Secretaria de Cultura de Belo Horizonte.

⁹ Faria, Hamilton, op. cit., p. 80

envolvimento não apenas dos produtores culturais, mas também de representantes dos vários segmentos da sociedade.¹⁰

Reconhecer a importância estratégica da cultura para a construção da identidade do país e para a sua inserção no processo mais amplo de transformações por que passa o mundo, cada vez mais globalizado, é uma questão de vontade política.¹¹ Outro tema recorrente, hoje, é a importância da integração dos países da América Latina como a principal estratégia para a sobrevivência no processo complexo e simultâneo de globalização e regionalização da economia. Embora de maneira mais lenta, têm surgido propostas e iniciativas políticas cujo objetivo é a adoção de mecanismos que possibilitem e promovam também a integração cultural dos países da região. A questão da cultura é reconhecida como fundamental para o desenvolvimento integrado dos países do continente.

No âmbito interno, a importância da cultura para o desenvolvimento social demonstra que a produção cultural e artística não é apenas uma questão que se limita aos ditames do mercado. A elaboração e implementação de políticas públicas para a cultura, que devem envolver também a avaliação do retorno dos investimentos públicos e da renúncia fiscal em forma de geração de emprego e renda, interessa a toda a sociedade.

A importância estratégica da cultura para a promoção e valorização da cidadania, para o desenvolvimento de consciências democráticas, enfim, para a construção de valores calcados na solidariedade e na responsabilidade, é fato reconhecido por intelectuais e profissionais da cultura que, hoje, levantam estas questões em debates e fóruns voltados para o tema da cultura.¹²

Segundo Teixeira Coelho, ao discorrer sobre o papel das artes públicas, o que se tem esperado deste segmento da produção cultural é:

¹⁰ Botelho, Isaura, "As leis de incentivos fiscais à cultura" In Franceschi, Antonio (et al.). Marketing cultural: um investimento com qualidade. SP, Informações Culturais, 1998. P. 94-95.

¹¹ Botelho, Isaura, op. cit., p. 94.

¹² Faria, Hamilton, op. cit., p. 76-83

“a) que elas definam noções de identidade: construindo a idéia de identidade local, nacional, regional; reforçando a percepção do pluralismo cultural no interior de cada uma daquelas esferas; promovendo valores democráticos.

b) que contribuam para uma vida qualificada e para o desenvolvimento econômico: tornando as comunidades mais visíveis e prósperas; aumentando a prosperidade local, nacional, regional.

c) que colaborem para a formação de uma cidadania atenta: promovendo o diálogo e a compreensão numa sociedade pluralista; desenvolvendo competências na escola e no trabalho; estimulando a liberdade de reflexão e o intercâmbio aberto de idéias e valores”.¹³

Contudo, este tipo de expectativa é criticado por quem afirma que a arte e a produção cultural devem se desenvolver independentemente de compromissos exteriores ao campo cultural e artístico.

Teixeira Coelho, acredita, entretanto, que “política cultural é, no limite, exatamente isso: instrumentalização da arte e da cultura. Tem sido assim e é assim – mesmo nos regimes políticos mais livres. Ter consciência desta realidade pode ajudar-nos no trato com a política cultural e com as artes e a cultura”.¹⁴

Neste sentido, a definição das políticas culturais pressupõe uma definição clara de qual cultura queremos e para quê. A questão cultural é uma questão crucial para o desenvolvimento da convivência democrática, da cidadania, dos valores éticos calcados na solidariedade e na fraternidade.¹⁵ Sem investir no fortalecimento da dimensão cultural de nossa sociedade, os recursos destinados ao desenvolvimento econômico e político acabarão por erigir uma base cujo tripé de sustentação será previamente manco.

“Governos, mídia, empresas e indivíduos estão permanentemente preocupados com a estabilidade democrática e com a estabilidade financeira. Esquecem-se de que sem estabilidade cultural nenhuma das outras pode ser alcançada ou, se o for, tornar-se

¹³ COELHO NETO, J. Teixeira. Da política cultural à cultura política – propostas para uma política cultural continental. Documento preparado para o Fórum Internacional de Integração Cultural Arte Sem Fronteiras, São Paulo, 1998. p. 27

¹⁴ COELHO NETO, J. Teixeira, op. cit., p. 28

¹⁵ COELHO NETO, J. Teixeira, op. cit., p. 5

perene. É mais do que tempo de colocar a pirâmide marxiana sobre sua própria base: infra-estrutural não é a economia, é a cultura.”¹⁶

Na opinião de Hamilton Faria, “até agora quem entendeu realmente a cultura como uma questão estratégica foram os governos militares, os governos autoritários que quiseram criar uma cultura oficial no país.”¹⁷

¹⁶ COELHO NETO, J. Teixeira, op. cit., p. 31

¹⁷ Faria, Hamilton, op. cit., p. 82

4. Antecedentes históricos da política cultural do período militar

4.1 A política cultural do Estado Novo

Ao acompanhar a trajetória da atuação do Estado brasileiro na esfera da cultura, dentro do período que vai da Proclamação da República em 1889, até o início do processo de redemocratização em 1985, dois momentos destacam-se dos demais: por um lado, por se tratarem ambos de períodos dominados por governos autoritários, e, por outro, pela posição de destaque que a questão cultural assume, nos dois períodos, entre as políticas públicas oficiais. O primeiro momento tem início com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, em 1930. O segundo refere-se à fase na qual vigorou o regime militar, inaugurado em 1964.

A atuação do Estado na área cultural durante o regime militar será objeto de consideração mais detalhada nos próximos capítulos, uma vez que nesta parte pretendemos destacar algumas das ações do período Vargas, que inaugurou uma política sistemática para o setor, sendo um momento importante no processo de institucionalização da área cultural no Brasil.

Já no princípio de seu governo, Vargas iniciou um processo de reorganização do Estado brasileiro. A partir de 1937, com o advento do Estado Novo, este processo foi acelerado, trazendo “(...) mudanças irreversíveis às instituições da vida política e da administração pública”.¹⁸ O resultado mais profundo deste processo foi o fortalecimento do poder federal, que passou a assumir uma gama de funções que até então cabiam aos governos estaduais, além de atividades em novas áreas até então sem qualquer intervenção federal. Com o crescimento da centralização, Vargas “(...) aproximou muito mais o Brasil de um governo verdadeiramente nacional”.¹⁹

Para viabilizar a implantação do projeto de desenvolvimento dirigido pelo Estado, diversos órgãos e instituições foram então criados. Dentre eles, destacamos o Ministério da Educação e Saúde Pública – MES, em 1930. Com este Ministério, o processo de reorganização da administração pública se estendeu às instituições e órgãos

¹⁸ Skidmore, Thomas E. Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964. RJ: Paz e Terra, 1982. P. 55.

¹⁹ Skidmore, Thomas E., op. cit., p. 55

governamentais das áreas educacional e cultural, subordinando-os ao mesmo. Assim, “ao longo dos anos 30 e 40, a vertente cultural do Ministério da Educação e Saúde Pública incluía o Instituto Nacional do Livro, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Serviço Nacional do Teatro, o Serviço de Radiodifusão Educativa, a Casa de Ruy Barbosa, a Biblioteca Nacional, o Museu Histórico Nacional, o Museu de Belas Artes (alinhados sob a rubrica instituições de educação extra-escolar) e o Instituto Nacional de Cinema Educativo, sob a rubrica instituições de educação escolar, ao lado das universidades, colégios e liceus federais, umas e outras diretamente subordinadas ao gabinete do Ministro”.²⁰ Das instituições e órgãos que então passaram a compor os domínios do MES, destacamos o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, por entender que a trajetória de sua criação e implantação revela e esclarece a estratégia de intervenção do Estado em esferas da sociedade até então à margem de suas políticas oficiais, como é o caso da cultura.²¹

A criação do SPHAN, em pleno Estado Novo, não deve ser vista como um acontecimento isolado. Ela foi acompanhada da criação, em 1937, do Instituto Nacional do Livro (INL) sob a direção de Augusto Meyer, do Serviço Nacional de Teatro (SNT) sob a direção de Thiers Martins Moreira, do Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE) sob a direção de Edgar Roquete Pinto e do Conselho Nacional de Cultura (CNC), este último criado em 1938. A criação e reunião destas instituições culturais no âmbito do Ministério de Educação e Saúde Pública revelam uma nova preocupação com a questão cultural que, por sua vez, se insere em um processo maior de transformação pelo qual passava a sociedade e a arena política brasileira naquele momento. Segundo Falcão, a criação do IPHAN²²:

“(...) inseriu-se no processo de legalização, institucionalização e sistematização da presença do Estado na vida política e cultural do país. Processo que adquire forma moderna com a Revolução de 30, e é determinado por fatores estruturais tais como a substituição do ciclo rural e oligárquico pelo ciclo urbano e industrial, a conseqüente ampliação social da cidadania, pelo aumento da oferta de empregos urbanos, e a

²⁰ Miceli, Sérgio: “O processo de ‘construção institucional’ na área cultural federal (anos 70)” In Miceli, Sérgio (org.). Estado e Cultura no Brasil. SP, Difel, 1984. P. 55

²¹ Falcão, J. A.: “Política cultural e democracia: a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional” In Miceli, Sérgio (org.). Estado e Cultura no Brasil. SP, Difel, 1984. P. 26

²² Embora o SPHAN só tenha sido transformado em instituto em 1970, o autor usa, no texto, a sigla IPHAN.

crise econômica internacional, a provocar a guerra e a afrouxar os laços de dependência”.²³

Segundo Skidmore, as medidas centralizadoras adotadas pelo governo Vargas foram particularmente aprovadas pelas “(...) classes urbanas, que não haviam conseguido obter, da elite política dominada pela agricultura, aquilo que elas consideravam como seu direito de representação política”.²⁴ É assim que, com o crescimento das cidades e do número de trabalhadores urbanos – que coloca na cena política um amplo contingente da população –, surge em primeiro plano a necessidade de absorver essa massa ao processo político, organizando-a e controlando-a. Desta necessidade de organizar e controlar a crescente participação destes novos cidadãos no Estado e na sociedade resulta o processo de legalização e estatização de atividades como as estudantis, sindicais e culturais.²⁵ Com a criação de uma série de novas instituições culturais e através do apoio a artistas e profissionais da área cultural, o Estado amplia sua presença neste campo.

De acordo com Skidmore, Vargas “(...) conseguiu se transformar em símbolo, aos olhos de muitos da nova geração, de um senso de objetivo nacional”. Daí decorreria “o apoio ponderado de jovens intelectuais, geralmente oriundos da classe média”, que ajudava a dar ao governo “uma aura de legitimidade”.²⁶

As iniciativas do governo Vargas na área cultural surgiram num momento de grande ebulição, no qual artistas e intelectuais promoviam uma grande movimentação visando “redescobrir” o Brasil. Este é o caso, por exemplo, do movimento modernista na pintura e na literatura. É o caso também dos “(...) pensadores sociais que, através de ideologias sociais distintas, encontram-se no desafio comum de cunhar uma interpretação abrangente da realidade brasileira, como Gilberto Freyre, Caio Prado, Fernando Azevedo e outros”.²⁷

²³ Falcão, J. A.: “Política cultural e democracia: a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional” In Miceli, Sérgio (org.). Estado e Cultura no Brasil. SP, Difel, 1984. P. 26

²⁴ Skidmore, Thomas E., op. Cit. (1982), p. 57-58

²⁵ Falcão, J.A. , op. Cit., p. 26

²⁶ Skidmore, Thomas E., op. Cit. (1982), p. 60.

²⁷ Falcão, J.A. , op. Cit., p. 27

A criação do SPHAN ilustra o processo de intervenção na área cultural iniciado pelo Estado, por um lado, bem como a preocupação de intelectuais e artistas, no caso representados por Mário de Andrade, com a identificação e a preservação de um patrimônio cultural brasileiro. A idéia de patrimônio defendida por Mário de Andrade abarcava uma concepção de “arte ampla o bastante para abarcar toda e qualquer produção humana capaz de transformar o dado natural em dado cultural”.²⁸ Assim, “manifestações arqueológicas e ameríndias, populares e históricas, eruditas e aplicadas integravam sua concepção”.²⁹

O SPHAN foi criado em 1937, época em que o ministro Gustavo Capanema estava à frente do MES. Sua direção ficou a cargo de Rodrigo de Melo Franco de Andrade, que então convidou o escritor Mário de Andrade para colaborar na elaboração e implementação de uma política de preservação para o órgão. Esta colaboração, na verdade, fora precedida de um convite dirigido ao escritor ainda em 1936, quando, a pedido do Ministro Capanema, Mário de Andrade fez um anteprojeto para a criação do serviço.³⁰

Para Mário, devia-se dar relevo às obras que revelassem o Brasil, ressaltando a diversidade cultural constitutiva da história brasileira. Na sua busca de uma concepção moderna de história, Mário tentou “construir pela razão o projeto de pertencimento, de coletivização de sentimentos, de criação de identidade coletiva, de sentido de nacionalidade. O projeto é racional, mas os ingredientes de realização habitam o inconsciente coletivo, as crenças populares, os sentimentos, a religiosidade de viver, próximo talvez da vertente alemã de pensamento que tenta agregar ao racionalismo sentimentos, cultura, expressões mais subjetivas de pertencimento. (...) Estamos, portanto, dentro da matriz moderna de pensamento, quer pela ampliação do sentido de cidadania cultural, na extensão do ser nacional, quer pelo compromisso de controlar todos os eventos que possam integrar o espectro político e cultural da nação, e ainda no sentido filosófico kantiano de sair da menoridade, da tirania de pensar a partir de outrem e,

²⁸ Fabris, Annateresa. Mário de Andrade e o patrimônio artístico nacional In Szklo, Gilda S. (org.). Anais do Seminário Um desejo quase enraivecido de Rio – Mário de Andrade e o Rio de Janeiro. RJ, Edições Casa de Ruy Barbosa, 1996. P. 83

²⁹ Fabris, Annateresa, op. cit., p. 83

³⁰ Fabris, Annateresa, op. cit., p. 83

portanto de construir o entendimento a partir da razão, da referência humana por excelência”.³¹

Segundo Annateresa Fabris, as características principais do anteprojeto elaborado por Mário de Andrade são: igual atenção para a produção erudita e para a popular, para a arte pura e para a arte aplicada; o interesse pela paisagem transformada pela atividade humana e a inclusão de elementos ‘imateriais’, ligados diretamente ao folclore, na noção de patrimônio.³²

Contudo, o decreto de criação do SPHAN não abraçou estes novos elementos contidos na proposta de Mário, detendo-se numa visão da história que privilegia os grandes feitos e as grandes figuras, identificando na produção artística não o fruto do trabalho humano, mas sim o “testemunho do gênio da raça”. Com isso, o decreto exclui do universo a ser abarcado pelo SPHAN a arte popular, limita a noção de patrimônio à preservação de vestígios do passado, considerados como bens móveis e imóveis, e acaba por dar a ele a característica que o marcou durante longa data, que é a opção pelo monumento arquitetônico.³³

Mário era defensor engajado da criação de uma política cultural de alcance nacional que estivesse atenta à diversidade cultural brasileira, com espaço para a cultura popular, a produção cultural dos imigrantes e das diferentes etnias que compunham o país.

“O trabalho desenvolvido para o SPHAN, em que pese as diferenças entre os dois projetos analisados, parece confirmar o engajamento do poeta na construção não apenas de um passado condizente com as complexidades e as contradições do presente, mas igualmente de uma atividade profissional qualificada, como atesta sua correspondência com Rodrigo Melo Franco de Andrade.”³⁴

Embora o decreto de criação não tenha contemplado uma visão ampla de patrimônio, o SPHAN conseguiu, ao longo dos anos, eleger e manter funcionando uma

³¹ Fabris, Annateresa, op. cit., p. 84

³² Fabris, Annateresa, op. cit., p. 84

³³ Fabris, Annateresa, op. cit., p. 84

³⁴ Fabris, Annateresa, op. cit., p. 86

política de preservação fundamentada e articulada, que orientou as decisões, programas e instituições ligadas a ele.³⁵

Segundo Joaquim Arruda Falcão, “a identidade desta política assenta-se em pelo menos dois indicadores. Primeiro, na continuidade da gestão político-burocrática do IPHAN que vai de sua fundação com Rodrigo M. F. de Andrade até o final da gestão de seu sucessor e discípulo, Renato Soeiro, em 1979. Segundo, na homogeneidade e estabilidade de seu corpo técnico, formado basicamente por arquitetos que partilham igual concepção de preservação cultural: preservar é sobretudo restaurar arquitetonicamente”.³⁶

A opção pelo monumental feita pelo IPHAN, através do projeto que definiu e regulamentou sua esfera de atuação, implicou uma opção pelo patrimônio que tem como origem os feitos da elite econômica e política do país (palácios, fortes, sedes de grandes fazendas, sobrados urbanos, etc.).³⁷

Um outro exemplo da intervenção estatal ocorrida durante o Estado Novo na área da cultura é o esforço despendido pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) para que se invertesse uma tendência de exaltação à malandragem, presente na música popular, e se passasse à valorização do trabalho.

“Esta idéia de seriedade – ligada à necessidade de disciplinar uma força de trabalho assalariada – foi também acompanhada de outro tipo de ideologia que lhe é concomitante: ‘a glorificação de determinado brasileiro – sestroso, fuleiro, pachola – em sambas que pintavam o Brasil com aquelas mesmas cores do arco-íris (...)’”.³⁸

A atuação do Estado no que se refere à cultura assumiu, assim, um duplo papel: por um lado, promover atividades que contribuíssem para exaltar o que era próprio, *sui generis*, na cultura brasileira, e por outro, proibir e censurar tudo o que pudesse ser

³⁵ Falcão, Joaquim Arruda, op. cit., p. 24

³⁶ Falcão, Joaquim Arruda, op. cit., p. 24

³⁷ Falcão, Joaquim Arruda, op. cit., p. 28.

³⁸ Oliven, Ruben George. A relação Estado e Cultura no Brasil: cortes ou continuidade? In Miceli, Sérgio (org.). Estado e Cultura no Brasil. SP, Difel, 1984. P. 49-50.

prejudicial à construção de uma imagem ideal de Brasil, isto é, de país sério, trabalhador e pacífico.³⁹

A intervenção do Estado nos vários âmbitos da sociedade brasileira (político, econômico e social) buscava construir os símbolos de uma identidade nacional, e controlar e organizar as massas populares, antecipando-se às suas manifestações. Assim, segundo Ruben Oliven, o Estado busca por um lado conter a ameaça virtual de um levante popular, espécie de espectro sempre presente no pensamento da elite política do país. Esta possibilidade era sempre lembrada também por aqueles que reivindicavam a posição de intérpretes legítimos dos interesses populares. Segundo Weffort, o slogan “façamos a revolução antes que o povo a faça” constitui a bandeira do período histórico iniciado em 1930 e encerrado com o golpe de estado de 1964. As soluções de compromisso, artifício político sempre utilizado como forma de antecipação à intervenção popular, mantiveram as resoluções dos grandes embates sempre restritas aos quadros políticos dos grupos dominantes.

“Em todas as crises, desde 1945, a intervenção do povo apareceu como possibilidade, mas o jogo dos parceiros reais consistiu em avaliar, tacitamente, a importância desta intervenção e em blefar sobre este cálculo. Ainda nos debates de 1963 sobre as reformas de base, por exemplo, todos – mesmo os mais radicais – se comportavam como se esperassem encontrar uma ‘fórmula’ que tornasse desnecessária aquela participação. Em país algum ter-se-á observado uma tão ansiosa busca de compromisso, até entre os grupos políticos mais antagônicos, que evitasse a radicalização do processo político e seu encaminhamento para soluções surpreendentes.”⁴⁰

Por outro lado, a intervenção estatal na área da cultura, ao promover as qualidades morais e as manifestações culturais consideradas peculiares ao povo brasileiro, buscava consolidar uma versão do caráter nacional, uma definição de nossa identidade nacional. Desta forma, o Estado passou a atuar numa esfera da vida nacional que há muito ocupava o centro das preocupações de nossa intelectualidade. A busca das raízes autênticas da cultura brasileira e a preocupação com a possibilidade de formar uma identidade nacional estão presentes nos debates e nas obras de vários intelectuais e

³⁹ Oliven, Ruben George, op. cit., p. 50.

⁴⁰ Weffort, Francisco Corrêa. O populismo na política brasileira. RJ, Paz e Terra, 1980. P. 15

artistas de diversas épocas. Assim temos, por exemplo, os autores românticos que, como José de Alencar, destacavam o índio e o modo de vida rural como nossas raízes nacionais. Já Euclides da Cunha e Nina Rodrigues, “preocupados em explicar a sociedade brasileira através da interação da raça e do meio geográfico, são profundamente pessimistas e preconceituosos em relação ao brasileiro, que é caracterizado entre outras coisas como apático e indolente, a nossa vida intelectual sendo vista como destituída de filosofia e ciência e eivada de um lirismo subjetivista e mórbido”.⁴¹ Não podemos deixar de citar Gilberto Freyre que, com seu *Casa grande e senzala*, promoveu uma nova visão sobre a questão da mestiçagem, logrando uma “(...) ampla aceitação do princípio de que a mistura de raças, no Brasil, possibilitou uma sociedade não marcada pelo antagonismo e pelo conflito social, mas pelo equilíbrio, fruto de uma convivência cultural harmônica no seio da família patriarcal”.⁴²

A intervenção do Estado na esfera cultural, no período Vargas, se dá numa época na qual as ideologias do caráter nacional reacendem o debate em torno da questão de encarar o desafio de construir uma civilização nos trópicos.⁴³ O Estado assume uma “concepção nacionalista da cultura brasileira”⁴⁴ que, segundo Carlos Fico, resultou da “(...) absorção dos cânones explicativos de *Casa grande e senzala* pelo novo grupo no poder no pós-30”.⁴⁵

“Ante a necessidade de redefinir valores sociais, que, no pós-30, já não mais poderiam estar fundados nas doutrinas racistas anteriores, *Casa grande e senzala* promove uma re-significação dos negros e mestiços, valorizando essa mão-de-obra e possibilitando sua utilização, num quadro menos conflituoso, pelo novo capitalismo brasileiro”.⁴⁶

A reorganização do Estado, promovida por Vargas, é acompanhada por um forte investimento na imagem do governo e, também, numa imagem do povo brasileiro baseada em valores e atitudes adequados ao novo projeto de desenvolvimento. Segundo este modelo de construção da identidade nacional, com esforço e lideranças adequadas o

⁴¹ Oliven, Ruben G., op. cit., p. 45

⁴² Fico, Carlos. Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. RJ: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997. P. 34.

⁴³ Oliven, Ruben G., op. cit., p. 46

⁴⁴ Fico, Carlos, op. Cit., p. 34

⁴⁵ Fico, Carlos, op. Cit., p. 34

⁴⁶ Fico, Carlos, op. Cit., p. 35.

Brasil poderia tornar-se uma grande civilização. Com a apropriação simbólica e ideológica de manifestações populares, como por exemplo o samba, o carnaval, o futebol e a feijoada, cria-se uma série de símbolos da identidade nacional.⁴⁷

As imagens de “seriedade do brasileiro”, do “povo ordeiro”, pacífico e bondoso, do mundo da “ordem e progresso” serão retomadas pelo regime militar do pós-64.

⁴⁷ Oliven, Ruben G., op. cit., p. 47

4.2 A efervescência cultural dos anos 60

O que pretendemos aqui é oferecer um panorama do “clima cultural” vigente na época em que se desfechou o golpe militar de 1964. Esta breve descrição não pretende esgotar o assunto, uma vez que este não é o objetivo do presente trabalho. Tendo em vista a frequência com que certos movimentos culturais aparecem nas análises sobre o período, destacamos aqueles que aparecem como manifestações mais significativas da época no que diz respeito ao tema da cultura.

O golpe militar de 1964 ocorreu num momento de intensa agitação cultural. Vários setores da cultura (cinema, teatro, música popular, literatura) viviam um período de grande efervescência, marcado por experiências novas e criativas, iniciativas ousadas e pela vontade de mudar, de revolucionar não apenas o campo da arte e da produção intelectual, mas toda a sociedade. Era o momento da arte engajada, marcada pelo discurso de esquerda, e voltada para a tarefa de conscientizar o povo brasileiro, oprimido e espoliado, conduzindo-o, como vanguarda, à revolução.

A década de 60 será sempre lembrada como a época dos grandes festivais de música popular brasileira, do Cinema Novo, dos teatros Oficina e Arena, do Centro Popular de Cultura – CPC/UNE, da Jovem Guarda e do Tropicalismo.

Nesta época, marcada pela experimentação, pela revolta contra o estabelecido, pela busca de uma linguagem artística posta a serviço da revolução, vários artistas e intelectuais militantes em suas áreas de criação buscaram fórmulas para promover a conscientização do povo brasileiro de forma a levá-lo a assumir seu lugar na revolução que se aproximava.

A percepção da cultura como “elemento de transformação sócio-econômica” já estava presente nas formulações do Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB, ligado ao Ministério de Educação e Cultura – MEC, produzidas na década de 50, durante o governo de Juscelino Kubitschek, e mantidas até a sua extinção após o golpe militar de 1964.⁴⁸

⁴⁸ Ortiz, Renato. Cultura brasileira e identidade nacional. SP: Brasiliense, 1994. 5ª edição. P. 46.

Uma antiga discussão, que marcou profundamente as preocupações dos intelectuais e artistas que se propuseram a pensar o Brasil, girava em torno da possibilidade de constituir o país como nação. O centro desta discussão era a necessidade de construir uma identidade nacional que permitisse formar uma consciência nacional, uma e outra apoiadas na especificidade e autenticidade da cultura brasileira.⁴⁹

Segundo Renato Ortiz, há uma relação entre a problemática da identidade nacional e a preocupação com a questão racial nas obras de autores como Sílvio Romero, Nina Rodrigues e Euclides da Cunha. Ainda de acordo com o autor, será Gilberto Freyre que, ao fazer a “passagem do conceito de raça para o de cultura”, eliminará “uma série de dificuldades colocadas anteriormente a respeito da herança atávica do mestiço”. Assim, Gilberto Freyre transformará “a negatividade do mestiço em positividade”, o que permitirá “completar definitivamente os contornos de uma identidade que há muito vinha sendo desenhada”.⁵⁰

Os intelectuais do ISEB retomarão a questão da cultura como tema central da discussão sobre a identidade nacional e, redefinindo o conceito, imprimirão novos rumos à discussão. Como consequência da perspectiva teórica que iluminava a visão isebiana do assunto, que privilegiava a ação social, a cultura passa a ser vista como importante elemento de transformação social.⁵¹

Para Ortiz, a influência do pensamento isebiano foi marcante, influenciando a discussão da questão cultural daí por diante. Tal influência teria escapado aos círculos intelectuais e artísticos propriamente ditos, alcançando uma grande popularidade, demonstrada pela utilização de termos como “cultura alienada”, “colonialismo” e “autenticidade cultural” pela imprensa, por exemplo.

“Na esfera cultural a influência do ISEB foi profunda. Ao me referir a este pensamento como matriz, o que procurava descrever é que toda uma série de conceitos políticos e filosóficos que são elaborados no final dos anos 50 se difundem pela sociedade e

⁴⁹ Ortiz, Renato, op. cit., p. 45

⁵⁰ Ortiz, Renato, op. cit., p. 41

⁵¹ Ortiz, Renato, op. cit., p. 45-46.

passam a constituir categorias de apreensão e compreensão da realidade brasileira”.⁵²

Para Raquel Gerber, o ISEB “foi uma frente ampla da *intelligentzia* brasileira na década de 50, envolvendo então uma série de intelectuais independentes das mais variadas linhas e dos mais variados interesses e também envolvendo intelectuais ligados a partidos de esquerda que passaram a desenvolver, nessa década, uma política cultural desenvolvimentista”.⁵³

Dois movimentos culturais que, na opinião de Ortiz, realizaram, “de maneira diferenciada (...) os ideais políticos tratados teoricamente pelo ISEB” foram o Movimento de Cultura Popular do Recife, que entre outros projetos implantou o método de alfabetização de adultos criado por Paulo Freire, e o Centro Popular de Cultura – CPC da UNE.⁵⁴

Com relação ao CPC é interessante notar que ele contou tanto com intelectuais do ISEB, como Carlos Estevam Martins, que participou diretamente da criação do Centro⁵⁵, quanto com ativistas do PCB que, por sua vez, também tinha em seus quadros intelectuais vinculados ao ISEB.⁵⁶ Apesar das evidentes ligações ideológicas do CPC com o ISEB e com o PCB, e do apoio financeiro e material do MEC e da UNE – Glauber Rocha, em entrevista concedida a Raquel Gerber, afirma que “o CPC era um órgão ligado ao Ministério da Educação, (que) tinha verbas do Ministério e da UNE”⁵⁷ – seus militantes sempre procuraram manter uma política cultural independente.

Sobre a política do PCB com relação à cultura, é interessante lembrar que, nos anos 60, o realismo socialista do período estalinista já tinha sido superado, não havendo então nenhuma diretriz clara para a área. Segundo Ridenti, a política cultural do partido “passou a ser formulada na prática por artistas e intelectuais do Partido, ou próximos dele, que estavam em sintonia com os movimentos sociais, políticos e culturais do período –

⁵² Ortiz, Renato, op. cit., p. 47

⁵³ Gerber, Raquel. “Glauber Rocha e a experiência inacabada do Cinema Novo” In Gerber, Raquel (et al). Glauber Rocha. RJ: Paz e Terra, [197-]. p. 13

⁵⁴ Ortiz, Renato, op. Cit., p. 48

⁵⁵ Feijó, Martin Cezar. O que é política cultural. SP: Brasiliense, 1983. P. 63-64

⁵⁶ Ridenti, Marcelo. Em busca do povo brasileiro. RJ: Record, 2000. P. 91

⁵⁷ Gerber, Raquel, op. Cit., p.14

talvez o tempo em que o PCB mais tenha influenciado a vida política e intelectual nacional, quando ele preponderou no seio de uma esquerda que foi forte o suficiente para Roberto Schwarz falar numa ‘hegemonia de esquerda’ no campo cultural”.⁵⁸

Os artistas e intelectuais pecebistas atuavam nos Comitês Culturais do partido espalhados por várias cidades brasileiras. Ao mesmo tempo, participavam de vários grupos e movimentos culturais, como o CPC, o Teatro de Arena, o Cinema Novo, etc. Nos vários depoimentos colhidos por Marcelo Ridenti⁵⁹, fica evidente o destaque que os entrevistados dão à independência que estes movimentos sempre guardaram com relação ao partido, apesar de, no caso do CPC, a maioria dos artistas e intelectuais estarem ligados ao PCB.

Apesar da variedade de grupos e correntes de esquerda, como a Ação Popular – AP, as Ligas Camponesas e o próprio PCB, havia, antes do golpe militar, uma “união de forças de esquerda pelas reformas de base (que) era mais forte que as rivalidades entre elas (...)”.⁶⁰ Segundo Ridenti, em meio ao “emaranhado ideológico das esquerdas no período, em que se misturavam as utopias românticas do povo-nação e da revolução histórica redentora da humanidade, indissociadas da questão do socialismo, da emancipação dos povos do Terceiro Mundo, da afirmação de uma identidade nacional brasileira, romântica, mas simultaneamente movida pelo ideal iluminista de progresso”⁶¹, os mesmos temas estavam presentes nos discursos e nas reflexões que norteavam as ações políticas destes grupos. Sendo assim, estes temas estavam presentes, também, nas produções dos artistas e intelectuais ligados a estes grupos.

O processo de criação do CPC ilustra esta afirmação. Em 1961, o Teatro de Arena, de São Paulo, foi ao Rio de Janeiro para uma temporada.⁶² Diante do grande sucesso alcançado pela temporada, Oduvaldo Vianna Filho decidiu ficar por lá para iniciar

⁵⁸ Ridenti, Marcelo, op. Cit., p. 72

⁵⁹ Ridenti, Marcelo, op. Cit., p. 65-136

⁶⁰ Ridenti, Marcelo, op. Cit., p. 108

⁶¹ Ridenti, Marcelo, op. Cit., p. 118-119

⁶² Sobre o Arena nunca é demais lembrar que ele pode ser considerado um expoente das experiências que já vinham sendo desenvolvidas pelo teatro brasileiro desde a década de 50, tendo sido ele mesmo criado em 1953. A busca de uma dramaturgia genuinamente brasileira e o estreitamento dos laços entre a arte e a política já faziam parte das preocupações dos artistas de teatro desde então. No início da década de 60 o Teatro de Arena já contava com grandes nomes do teatro brasileiro, como Augusto Boal, Gianfrancesco Guarnieri e Oduvaldo Vianna Filho. Vide: Ridenti, p. 103-106.

um projeto que vinha amadurecendo. Ele estava então escrevendo a peça *A mais-valia vai se acabar, Seu Edgar*, “já pensando em travar contato com camadas mais populares que as atingidas pelo Teatro de Arena. Como precisasse de assessoria científica para formular trechos da peça, referentes a conceitos básicos da teoria da mais-valia, buscou ajuda no ISEB, onde trabalhava o jovem sociólogo Carlos Estevam Martins (...)”.⁶³ O resultado deste trabalho foi, além do êxito alcançado pela montagem, a formação de um grupo de pessoas que se aproximaram em função da peça e que desejavam manter aquela proximidade. O grupo montou, então, um curso de História da Filosofia, e procurou a UNE, que cedeu uma sala de sua sede.⁶⁴ O próximo passo foi a criação do Centro Popular de Cultura – CPC, movimento que, segundo Feijó, “adquiriu um conteúdo claramente de política cultural”⁶⁵, voltada para a promoção da arte popular, com produções nos campos da música, do teatro, do cinema, da literatura e das artes plásticas.

A experiência bem sucedida do CPC pôde se difundir pelo restante do país com a criação da UNE Volante, em 1962. Com este projeto a UNE pretendia levar adiante “(...) suas propostas de intervenção dos estudantes na política universitária e na política nacional, em busca das reformas de base, no processo da revolução brasileira, envolvendo a ruptura com o subdesenvolvimento e a afirmação da identidade nacional do povo”.⁶⁶ O êxito desta iniciativa e da atuação do CPC nos diversos estados brasileiros não impediu que divergências e críticas surgissem já desde o seu início. As críticas dirigiam-se sobretudo à proposta do CPC de instrumentalização política da arte e à despreocupação com a qualidade artística das produções promovidas pelo movimento. Um documento, o Manifesto do CPC, produzido por Carlos Estevam Martins, que definia conceitualmente a visão de cultura popular e as estratégias de atuação a serem adotadas pelo movimento, atraiu as principais críticas. As posições defendidas no documento, tidas como sectárias, foram progressivamente questionadas e abandonadas pelo CPC, sem que, contudo, fosse abandonada a bandeira de uma arte nacional e popular⁶⁷. Em depoimento concedido a Marcelo Ridenti, Ferreira Gullar, um dos principais dirigentes do CPC, avalia:

⁶³ Ridenti, Marcelo, op. Cit., p. 107

⁶⁴ Ridenti, Marcelo, op. Cit., p. 108

⁶⁵ Feijó, Martin Cezar, p. 63

⁶⁶ Ridenti, Marcelo, op. Cit., p. 108

⁶⁷ Ridenti, Marcelo, op. Cit., p. 76

“O grande erro do CPC foi dizer que a qualidade literária era secundária, que a função do escritor é fazer de sua literatura instrumento de conscientização política e atingir as massas, porque se você for sofisticado, se fizer uma literatura, um teatro, uma poesia sofisticada, você não vai atingir as massas. Então, propunha fazer uma coisa de baixa qualidade para atingir as massas. [...] Nós nem fizemos boa literatura durante o CPC, nem bom teatro, nem atingimos as massas. Então, nós sacrificamos os valores estéticos em nome de uma tarefa política que não se realizou porque era uma coisa inviável”.⁶⁸

De qualquer forma, independentemente das críticas que se possa fazer ao movimento, o CPC foi uma das iniciativas mais importantes no campo da cultura nos anos que antecederam ao golpe militar. Ele conseguiu aglutinar a sua volta grandes nomes do cenário artístico e intelectual, revelando também novos talentos, e contribuindo decisivamente para o clima de efervescência cultural do período. Outro movimento que adquiriu grande destaque na época, tornando-se um marco na história da cinematografia nacional, e influenciando outras áreas, foi o Cinema Novo.

Segundo Ridenti, “o cinema estava na linha de frente da reflexão sobre a realidade brasileira, na busca de uma identidade nacional autêntica do cinema e do homem brasileiro, à procura de sua revolução”.⁶⁹ O movimento do Cinema Novo teve sua origem nos trabalhos de Linduarte Noronha, Paulo César Sarraceni, Joaquim Pedro, Carlos Diegues, Mário Carneiro, Marcos Faria, Leon Hirzman, Paulo Emílio Salles Gomes, Gustavo Dahl, Jean-Claude Bernardet, Roberto Pires e Glauber Rocha, entre outros.⁷⁰ O Cinema Novo tinha como princípio a “produção independente de baixo custo” e como “temática os problemas do homem simples do povo brasileiro”.⁷¹

No início da década de 50, nos primeiros congressos nacionais do cinema brasileiro, já se discutia a questão da formação de um mercado interno que desse espaço à produção nacional, contra a presença esmagadora da produção estrangeira.⁷² Segundo Gerber, Nelson Pereira dos Santos foi um dos primeiros a discutir a questão do conteúdo

⁶⁸ Ridenti, Marcelo, op. Cit., p. 111

⁶⁹ Ridenti, Marcelo, op. Cit., p. 89

⁷⁰ Gerber, Raquel, op. cit., p. 14

⁷¹ Ridenti, Marcelo, op. Cit., p. 90

⁷² Gerber, Raquel, op. cit., p. 12

dos filmes, propondo a “(...) utilização da temática nacional para a conquista do mercado”.⁷³ O Cinema Novo surge, portanto, no bojo de uma discussão sobre a descolonização do cinema brasileiro, e num momento no qual havia, em praticamente todos os campos da cultura, uma busca intensa de fórmulas que permitissem a produção de uma arte nacional e popular, comprometida com um processo de conscientização do povo brasileiro, rumo à revolução. Falando sobre o cinema baiano, no início dos anos 60, Maurice Capovilla faz um comentário que, acredita Ridenti, “(...) poderia servir também para caracterizar os primeiros filmes cariocas do Cinema Novo dentro do CPC e outras obras de arte engajadas no período”.⁷⁴ O comentário de Capovilla sobre os filmes produzidos pelo cinema baiano é o seguinte:

“São feitos para atuar de imediato, predispondo tomadas de consciência pelo povo dos problemas mais agudos do momento. São filmes que, certamente, não entrarão na história do cinema pelo seu ‘valor artístico’, pois são obras condenadas a servir o momento histórico, são armas, utensílios, formas temporâneas [sic] de difusão de uma cultura pragmática, interessada sobretudo na resolução dos problemas sociais do homem”.⁷⁵

O CPC, que patrocinou o filme *Cinco vezes favela* sobre o cotidiano em favelas cariocas⁷⁶, sofreu críticas também dos cineastas cinema-novistas, pelos motivos já citados: defesa de uma instrumentalização política da arte e rebaixamento da qualidade artística das produções. Alguns cineastas do Cinema Novo afastaram-se do CPC, como Carlos Diegues, outros, como Leon Hirszman, permaneceram ligados a ele. De qualquer forma, apesar de manter a “(...) perspectiva de defesa de uma arte nacional-popular, que colaborasse com a desalienação das consciências (...)”, o movimento defendia “(...) a autonomia estética da obra de arte”⁷⁷, polemizando com as propostas originais do CPC. Na opinião de Gerber, “as polêmicas se iniciaram por volta de 62-63 envolvendo as áreas mais populistas do CPC lideradas por Carlos Estevam”.⁷⁸ Ainda segundo a autora:

⁷³ Gerber, Raquel, op. cit., p. 12

⁷⁴ Ridenti, Marcelo, op. Cit., p.90

⁷⁵ Citado por Ridenti, Marcelo, op. cit., p. 90

⁷⁶ O filme, de 1961, é composto por cinco episódios: “Couro de gato”, de Joaquim Pedro de Andrade; “O favelado”, de Marcos Faria; “Zé da Cachorra”, de Miguel Borges; “Pedreira de São Diogo”, de Leon Hirszman; e “Escola de Samba Alegria de Viver”, de Carlos Diegues.

⁷⁷ Ridenti, Marcelo, op. Cit., p. 91

⁷⁸ Gerber, Raquel, op. Cit., p. 16

“Dessa época data um artigo de Glauber Rocha, ‘*Cinema Novo, face morta e crítica*’, em que Glauber atacava a visão cultural paternalista do CPC. Isso significava uma discordância de posição com relação à forma de comunicação com a classe proletária. Para Glauber Rocha era necessário ‘não confundir a comunicação da alienação com comunicação revolucionária (...) a massa não é facilmente conquistável (...) aquele operariado formalizado, idealizado pelo realismo socialista e pela má importação do marxismo-leninismo no Brasil e pelas clássicas deformações do Partido Comunista, não era o povo brasileiro na verdade. Nós nos recusamos a idealizar o proletariado (...)’.⁷⁹

O Cinema Novo sofreu forte influência da literatura brasileira que, segundo Nelson Pereira dos Santos⁸⁰, já havia realizado seu processo de descolonização. A literatura à qual o cineasta se refere é a “(...) literatura social, de resgate do autêntico homem do povo brasileiro, identificado com o sertanejo ou o migrante nordestino (...)”.⁸¹ Jorge Amado e Graciliano Ramos são alguns dos exemplos citados pelo cineasta.

Se colocarmos entre parênteses as polêmicas, os debates, as divergências que existiram durante o período, e envolveram artistas e intelectuais de diferentes grupos político-partidários e ligados a diferentes áreas da produção cultural, encontraremos uma afinidade em torno de temas centrais como a busca “do autêntico homem do povo”, a busca das “raízes do Brasil”, a preocupação com a construção de uma identidade nacional e de uma consciência nacional que, todavia, só se completariam com a revolução brasileira. As experiências do CPC e do Cinema Novo apenas ilustram, aqui, uma movimentação que ocorria também em outras áreas da produção artística, ou seja, na música, na literatura, no teatro, nas artes plásticas, além de estar presente também na produção editorial de esquerda.

Como dissemos no início, este breve panorama do período, para o qual destacamos apenas dois dos muitos movimentos e iniciativas existentes à época, teve como objetivo apenas contextualizar, no que se refere ao campo da cultura, o momento histórico no qual se deu o golpe militar de 1964, buscando desta forma possibilitar uma

⁷⁹ Gerber, Raquel, op. Cit., p. 16

⁸⁰ Em entrevista concedida à Marcelo Ridenti, op. Cit., p.89-90.

⁸¹ Ridenti, Marcelo, op. Cit., p. 97

visão, por mais estreita que possa ser, do impacto que causou a intervenção dos militares e da dimensão do estrago causado por tal intervenção.

Com o golpe militar de 1964 veio a repressão e a censura, intensificadas com a edição do AI5 em 1968. Desde o início do período, integrantes dos vários CPCs foram incluídos como réus em Inquéritos Policiais Militares – IPMs, por serem considerados subversivos. Por outro lado, foram os intelectuais e artistas de esquerda que constituíram, neste momento, um “(...) dos poucos focos de resistência ao movimento de 1964 (...)” que, entretanto, viria a sofrer um duro golpe por ocasião do AI5.⁸²

Com relação ao Cinema Novo, embora os integrantes do movimento tenham de início assumido uma postura de resistência à ditadura, e embora tenham mantido a proposta original de busca de uma identidade nacional, houve uma mudança de enfoque que o fez distanciar-se da crença no papel revolucionário do cinema. Com a instalação do governo militar, houve também uma transformação na relação com o Estado que, anteriormente nacionalista e desenvolvimentista, não apenas financiava mas também estimulava investimentos no cinema nacional.⁸³ Glauber Rocha, citado por Gerber, afirmava em 1967:

“(...) O Jango Goulart tinha um programa de reformas que abria as vias do socialismo no Brasil (...) E com a caída do janguismo – e eu insisto nisso – o que cai não é o Cinema Novo, o que cai é a linguagem, a comunicação revolucionária, a comunicação dos revolucionários e o povo brasileiro. Quer dizer, o que cai no Brasil é a esquerda toda”.⁸⁴

Desta forma, os integrantes do Cinema Novo, inicialmente, criticaram as iniciativas do governo militar, como a criação do Instituto Nacional de Cinema, em 1966, e da Embrafilme, em 1969. Em entrevista concedida a Marcelo Ridenti, Nelson Pereira dos Santos afirma:

“(...) O Instituto Nacional de Cinema foi a reação da ditadura contra o cinema, que estava sendo muito divulgado no estrangeiro (...). Porque a censura, que deveria ser a

⁸² Ridenti, Marcelo, op. Cit., p. 111

⁸³ Ridenti, Marcelo, op. Cit., p. 94

⁸⁴ Gerber, Raquel, op. Cit., p. 20

barreira, não funcionou: só ia acontecer depois do filme pronto. E o filme pronto podia viajar. (...) O Instituto Nacional do Cinema é uma forma de conduzir a criação cinematográfica a partir da produção, do roteiro. (...) Em seguida foi a Embrafilme”.⁸⁵

Contudo, o posicionamento dos cineastas cinema-novistas sofreu sensível mudança diante do processo de abertura política iniciado pelo presidente Ernesto Geisel (1974-1978) e, sobretudo, da iniciativa de reformulação da Embrafilme, “(...) com a qual passaram a colaborar, em sua maioria”.⁸⁶ Retomamos a fala de Nelson Pereira dos Santos, citado acima, para ilustrar esta mudança de perspectiva:

“Depois, teve uma nova Embrafilme, já na época da abertura, com o Geisel. Ela adotou um programa nacionalista, que nós propusemos, porque até então era uma coisa de paternalismo. A idéia da Embrafilme é uma cópia do esquema do petróleo. Então, tem uma empresa, tipo Petrobras: co-produz, distribui, importa, exhibe, exporta, tem cinemas, etc. para fazer com que a atividade se fortaleça. Ao lado disso um conselho (...) que regula as relações entre todas as atividades: do importador, do distribuidor, do exibidor, do governo etc. Porque havia então um conjunto de leis de proteção. Obrigatoriedade de exibição (...). O cinema brasileiro deu um pulo, naquela época. Passou a produzir muitos filmes e começou a ter uma presença importante no mercado”.⁸⁷

A resistência e as críticas dirigidas ao governo militar pelos cineastas cinema-novistas, nos primeiros anos do regime, não foram iniciativas apenas deste movimento, pelo contrário, houve reação também em outras áreas da produção artística e nos setores intelectuais. As manifestações de oposição não tardaram a surgir, por exemplo, em espetáculos como o show Opinião, de 1965, organizado por artistas provindos do CPC, como Vianninha e Paulo Pontes, e protagonizado por João do Vale, Zé Kéti e Nara Leão.⁸⁸ Desta forma, segundo Ana Maria Machado, “os setores intelectuais repudiam o golpe como podem e, apesar da sucessão de prisões, demissões e cassações, o período que vai de 64 a 68 mostra sua vitalidade no cinema, no teatro, na música, nas artes plásticas. (...) Paralelamente, cada vez mais os artistas se engajam em protestos diretos,

⁸⁵ Ridenti, Marcelo, op. Cit., p. 94

⁸⁶ Ridenti, Marcelo, op. Cit., p. 94

⁸⁷ Ridenti, Marcelo, op. Cit., p. 94-95

⁸⁸ Ridenti, Marcelo, op. Cit., p. 124-125

em denúncias, abaixo-assinados, manifestos, passeatas, aliando-se à universidade na vanguarda das manifestações públicas contra a ditadura”.⁸⁹

A reação do regime veio em dezembro de 1968, na forma do Ato Institucional nº 5 – AI5, instrumento que permitiu ao governo colocar o Congresso Nacional em recesso e cassar os mandatos de diversos parlamentares, censurar a imprensa e prender vários jornalistas, aposentar, em caráter compulsório, ministros do Supremo Tribunal federal e professores das universidades públicas, demitir funcionários públicos, censurar obras e prender autores e artistas, enfim, dispor de amplos poderes, instaurando um verdadeiro período de terror.⁹⁰

Se o golpe de 1964 já havia deixado suas marcas, o advento do “golpe dentro do golpe”, como ficou conhecida a decretação do AI5, fez surgir a perplexidade, o medo e o desencantamento.

Segundo Bernardet, “o golpe de 1964 não derrubou apenas o presidente João Goulart, mas também o intelectual tal como era concebido nas paragens do Cinema Novo. Estupefato [sic] diante da total ausência de resistência popular ao golpe militar, a intelectualidade de esquerda dá-se conta de que a interpretação da sociedade brasileira que vinha produzindo não era muito sólida, que a burguesia nacionalista, a que tão grande papel se atribuía, não tinha a força presumida, que o povo, que se pensava organizado e relativamente consciente, não age, que o binômio consciência/alienação talvez não seja o motor da história, que o papel popular do intelectual talvez não seja tão popular como se imaginava. 1965 marca o início de um longo e doloroso processo, às vezes até masoquista, da intelectualidade por si própria”.⁹¹ A tal processo viriam se somar outros, desencadeados pelo recrudescimento, em 1968, da ditadura militar. Um deles, destacado por vários autores⁹², foi a chamada autocensura. Ana Maria Machado, falando sobre os males da censura e de suas conseqüências menos evidentes, afirma:

⁸⁹ Machado, Ana Maria. “Da resistência à transição” In Schwartz, Jorge; Sosnowski, Saúl (orgs). Brasil: o trânsito da memória. SP: Editora da Universidade de São Paulo, 1994. P. 77-78

⁹⁰ Skidmore, Thomas E. Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985. RJ: Paz e Terra, 1988. P. 165-171.

⁹¹ Bernardet, Jean-Claude. “Cinema Novo, Anos 60-70: a questão religiosa” In Schwartz, Jorge; Sosnowski, Saúl (orgs), op. Cit., p. 107

⁹² O tema aparece nos textos de vários autores em: Gaspari, Elio; Ventura, Zuenir; Hollanda, Heloisa Buarque de. 70/80: cultura em trânsito: da repressão à abertura. RJ: Aeroplano Editora, 2000 e Sosnowski, Saúl; Schwartz, Jorge (orgs.). Brasil: o trânsito da memória. SP: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

“(…) Uma de suas ocorrências mais perniciosas, que marcou os diversos setores da cultura brasileira, e não apenas (nem mesmo principalmente) a literatura, foi sua introjeção nos próprios criadores de cultura”.⁹³

Ainda sobre a autocensura, Chico Buarque, em depoimento concedido a Zuenir Ventura, afirma:

“(…) O pior é que você nunca sabe claramente o que pode e o que não pode dizer e muito menos o porquê. Isso desorienta muito e às vezes eles até me surpreendem: deixam passar certas coisas e proíbem outras que eu nunca imaginaria que fossem proibidas. Daí valer a pena tentar sempre. Quanto à autocensura que eu dizia que achava que não fazia, não sei. É quase impossível não fazer, principalmente porque a autocensura não é consciente. Você está fazendo uma música [...] e de repente vem aquele pedacinho e você diz: ‘Pronto, não vai passar.’ É evidente que isso restringe a criação. E essa talvez seja a intenção deles mesmo: a autocensura”.⁹⁴

A censura, no que pode parecer um paradoxo, é apenas uma face da moeda. Na outra, constatamos que houve um grande investimento governamental na área da cultura, nas gestões de Jarbas Passarinho (governo Médici) e, sobretudo, de Ney Braga (governo Geisel).

Com relação à censura, Renato Ortiz afirma que “(…) podemos hoje dizer que ela apontava somente para a superfície de um fenômeno bem mais complexo. Durante o período 64-80 a censura não se define tanto pelo veto a todo e qualquer produto cultural, mas age primeiro como repressão seletiva que impossibilita a emergência de determinados tipos de pensamento ou de obras artísticas. São censuradas as peças teatrais, os filmes, os livros, mas não o teatro, o cinema ou a indústria editorial. O ato repressor atinge a especificidade da obra mas não a generalidade da sua produção. O movimento cultural pós-64 caracteriza-se por dois momentos que não são na verdade contraditórios; por um lado ele é um período da história em que mais são produzidos e difundidos os bens culturais, por outro ele se define por uma repressão ideológica e política intensa. Isto se deve ao fato de ser o próprio Estado autoritário o promotor do

⁹³ Machado, Ana Maria, op. Cit. p. p. 82

⁹⁴ Gaspari, Elio; Ventura, Zuenir; Hollanda, Heloisa Buarque de. 70/80: cultura em trânsito: da repressão à abertura. RJ: Aeroplano Editora, 2000. P. 70

desenvolvimento capitalista na sua forma mais avançada”.⁹⁵ Ou seja, cabe a este mesmo Estado promover e garantir o desenvolvimento de um mercado, no caso, cultural.

⁹⁵ Ortiz, Renato, op. Cit., p. 89

Capítulo I

A atuação do Estado na área da cultura durante o regime militar

1.O contexto político e ideológico

Na busca de uma melhor compreensão dos fundamentos doutrinários presentes na atuação dos governos militares na área cultural, não podemos deixar de considerar o pano de fundo em que se dá seu surgimento, ou seja, o momento histórico no qual ela foi forjada. Isto é, é necessário levantar subsídios para a compreensão da forma de relacionamento mantida entre as diretrizes e propostas para a área da cultura e, num contexto mais amplo, a ideologia que servia de base ao regime militar. Pretendemos traçar um panorama da dinâmica da política cultural durante o regime militar, no prisma político e ideológico, tendo em vista que a atuação do governo Geisel na área o pressupõe.

1.1 A instauração do regime militar

Em 1º de abril de 1964 o presidente João Goulart foi deposto praticamente sem resistência. O golpe, deflagrado com a movimentação de tropas militares no dia anterior, dava início a um longo período, “(...) marcado pelo autoritarismo militar, redução ou supressão de direitos constitucionais, repressão policial, censura à imprensa, controle casuístico do processo político, esvaziamento do Poder Legislativo, limitação do Judiciário e domínio arbitrário do Poder Executivo”.¹

Os motivos alegados, pelos militares e pelos civis que apoiaram o golpe, para a deposição de Goulart foram os seguintes:

“1- Caos (caos, desordem e instabilidade política, greves, incompetência administrativa de João Goulart, ineficiência administrativa do governo, paralisia

¹ Couto, Ronaldo Costa. História indiscreta da ditadura e da abertura: Brasil: 1964-1985. RJ: Record, 1999. (3ª edição). P. 41

decisória); 2- Perigo comunista e esquerdismo (crescimento do PTB, em particular; crescimento dos partidos de esquerda em geral, descontentamento da classe operária, influência comunista no governo, influência comunista no meio militar, perigo comunista e subversão, sindicalismo); 3- Razões militares (crise hierárquica militar, insatisfação dos militares com remuneração, interferência do governo nos assuntos, na hierarquia e na disciplina militares, redução do orçamento militar); 4- Razões econômicas (estagnação econômica, fim da etapa fácil de substituição de importações, inflação); 5- Influências externas* (influência militar norte-americana, significativo apoio do governo norte-americano)".²

Os principais objetivos apresentados eram: suprimir a ameaça comunista e restabelecer a ordem em todas as esferas da sociedade (econômica, social, política, etc.). Ações visando o primeiro objetivo foram rapidamente desencadeadas, na forma de violenta repressão a ativistas de esquerda: líderes estudantis, sindicais e religiosos, além de artistas e intelectuais, foram presos em várias partes do país.³ Em nome do segundo objetivo, os três ministros militares⁴ que compunham o Comando Supremo Revolucionário⁵ editam, no dia 9 de abril de 1964, o primeiro Ato Institucional que, entre outras medidas, permitia ao presidente apresentar emendas constitucionais ao Congresso, reduzia o número de votos necessários para a aprovação de tais emendas, dava ao presidente o exclusivo poder de apresentar projetos de lei sobre o orçamento do governo, permitia a suspensão da estabilidade de servidores públicos por seis meses, dava ao presidente o poder de "(...) suspender por 10 anos os direitos políticos de qualquer cidadão e cancelar os mandatos de legisladores federais, estaduais e municipais".⁶ O texto do Ato Institucional justificava o aumento dos poderes do Executivo afirmando ser esta uma necessidade para "a reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil", visando a "restauração da ordem interna e do prestígio internacional do

* O autor se refere, é claro, aos golpistas e não ao governo Goulart. Foram eles que sofreram as influências e que receberam o apoio do governo norte-americano.

² Couto, Ronaldo Costa, op. cit., pp. 51-52

³ Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 43

⁴ Oficiais golpistas que ocuparam os ministérios militares durante o mandato do presidente em exercício Ranieri Mazzilli. É interessante notar que, já no início do regime, os militares se preocuparam com o fato de dar, as suas ações, ares de respeito à lei. A posse de Ranieri Mazzilli, respeitando o preceito constitucional segundo o qual se houvesse vacância da presidência da república, o presidente da Câmara dos Deputados deveria assumir o posto até a eleição de um novo presidente, é exemplo dessa atitude. Este tipo de preocupação será mantido por todo o período militar. Vide: Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 46

⁵ O Comando era composto pelo General Arthur da Costa e Silva, almirante Augusto Rademaker e brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo.

⁶ Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 49

(...) país”. O Ato afirmava, ainda, que a Revolução de 31 de março representava “(...) não os interesses e a vontade de um grupo, mas os interesses e a vontade da nação”.⁷

Diante da repressão desencadeada pelo regime e da adoção das medidas previstas no Ato Institucional, começaram a surgir críticas de alguns segmentos que haviam apoiado a deposição de Goulart, como a imprensa e a OAB.⁸ Por outro lado, artistas, intelectuais e outros ativistas de esquerda iniciaram uma onda de protestos e críticas contra as prisões, torturas e cassações, configurando um dos poucos focos de resistência ao golpe.

Dois dias depois da edição do Ato, o Congresso Nacional elegeu, por ampla maioria, o general Castelo Branco para o cargo de presidente da república. Apesar das divergências entre os militares da chamada linha dura e os ditos moderados, Castelo assumiu a presidência com o compromisso de devolver o país ao regime constitucional em dezoito meses. Com isso seu governo cumpriria o tempo restante para o término do mandato do presidente Goulart, mantendo o calendário das eleições presidenciais que previa novo pleito em novembro de 1965. Contudo, militares e membros da equipe econômica do governo logo concluíram que o prazo não seria suficiente para realizar as reformas que julgavam necessárias para restabelecer a ordem interna nos moldes desejados, condição *sine qua non* para a volta da normalidade. Castelo Branco, no início, resistiu à proposta de prorrogação de seu mandato. Segundo Skidmore, estando “comprometido com os princípios do governo legal, constitucional e democrático”, Castelo Branco “afirmava que a prorrogação do seu mandato seria a essência da ilegalidade”.⁹ Porém, acabou cedendo diante dos argumentos da equipe econômica, que temia pelo futuro do projeto de estabilização econômica, e dos ministros militares que temiam uma derrota na eleição. Seu mandato foi prorrogado até março de 1967, ficando a eleição para presidente adiada para novembro de 1966.¹⁰

Resolvida a questão de seu mandato, Castelo Branco voltou-se para as reformas na área econômica e da administração pública. Os objetivos mais urgentes eram conter a inflação e evitar que a recessão se aprofundasse. A equipe econômica do governo optou

⁷ Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 48-49

⁸ Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 63

⁹ Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 90

¹⁰ Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 90

por uma “política ortodoxa e severa”, que apertava “os cintos e sobretudo os salários”.¹¹ O Programa de Ação Econômica do Governo – PAEG, anunciado em agosto de 1964, visava principalmente a retomada do crescimento econômico e a redução da inflação, priorizando “(...) o corte de gastos públicos, a elevação dos impostos, o controle do crédito, a contenção dos salários e seu reajuste anual”.¹² Para viabilizar as propostas contidas no PAEG, houve uma reforma no âmbito das instituições econômicas, com a criação do Banco Central e do Conselho Monetário Nacional.¹³ Outra questão encarada pelo governo Castelo Branco foi a dívida externa. O governo Goulart havia decretado moratória unilateral da dívida, o que abalara a credibilidade do Brasil diante das instituições monetárias internacionais. Com a renegociação da dívida empreendida pelo governo, foi possível obter novos empréstimos.¹⁴ Entretanto, as medidas econômicas adotadas, ao provocarem a elevação dos preços de vários produtos e serviços ao consumidor, ao instituírem o controle do crédito do setor privado e ao determinarem que os reajustes salariais fossem anuais e abandonassem a utilização do índice de aumento do custo de vida como parâmetro, causaram críticas dos empresários, dos líderes sindicais e da população em geral. Os empresários sentiam-se ameaçados pelo controle do crédito privado instaurado pelo governo, embora “apoiassem em princípio a ação governamental”.¹⁵ As lideranças sindicais, embora enfraquecidas pelas intervenções em vários sindicatos e pelo afastamento e suspensão dos direitos políticos de vários líderes, apelaram aos tribunais, mas foram derrotadas pelos pareceres favoráveis ao governo. Quanto à população, “os estrategistas políticos de Castelo Branco sabiam que os expurgos políticos e o programa de estabilização econômica indisporiam com o governo muitos eleitores. A questão era que parcela da opinião pública pró-revolução podia ser retida até que o programa econômico começasse a dar resultados”.¹⁶

As eleições de 1965, para prefeito de São Paulo e governadores de onze estados, foram consideradas tanto pelo governo quanto pela oposição um teste importante. São Paulo elegeu o brigadeiro Faria Lima, que contou com o apoio de Jânio Quadros, ou seja, de um político cassado pelo regime. O governo reagiu com a edição da Emenda Constitucional nº 12 que determinava que “(...) os prefeitos das capitais dos estados,

¹¹ Couto, Ronaldo Costa, op. cit., p. 64

¹² Couto, Ronaldo Costa, op. cit., p. 65

¹³ Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 71

¹⁴ Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 82

¹⁵ Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 77

¹⁶ Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 93

territórios e estâncias hidrominerais [passariam] a ser nomeados pelos governadores”.¹⁷ O resultado das eleições para governadores também desagradou ao governo. Numa disputa acirrada com a UDN¹⁸, o PSD¹⁹ realizou uma “campanha moderadamente antigovernista” e acabou vencendo em cinco estados, “(...) inclusive nos dois de maior peso demográfico, político e econômico: Minas Gerais e Guanabara, onde [foram] eleitos Israel Pinheiro e Francisco Negrão de Lima, respectivamente”.²⁰ O resultado das eleições nestes dois estados causou profunda irritação nos meios militares, sobretudo entre os oficiais da linha dura, porque os eleitos eram candidatos apoiados por Juscelino Kubitschek, que fora cassado e punido com a suspensão dos direitos políticos em meio aos expurgos de 1964, e porque derrotou os candidatos da UDN, partido que era a principal base de apoio do governo.

Muito embora a UDN fosse o principal partido de apoio ao governo, garantindo sua sustentação política no Congresso e ocupando vários cargos no Executivo, suas relações com a presidência não foram sempre tranquilas. Durante as negociações de representantes de Castelo Branco com Juscelino Kubitschek, para angariar o apoio do PSD ao governo no Congresso – a eleição de José Maria Alkmin para a vice-presidência da república foi fruto dessas negociações -, houve furiosa reação de muitos udenistas.²¹ A UDN e o PSD eram rivais de longa data e, além disso, Juscelino Kubitschek era um desafeto dos militares da linha dura. Como reação, quando ocorreram os expurgos de 1964, udenistas e militares da linha dura pressionaram e obtiveram a cassação do mandato de JK, então senador por Goiás, e a suspensão de seus direitos políticos. Castelo Branco, que relutara em punir o ex-presidente e líder do PSD, acabou cedendo.

A UDN tornara-se a base natural de apoio político ao regime militar por ter se destacado na defesa da deposição de Goulart e da tomada do poder pelos militares. Contudo, Carlos Lacerda, um dos principais líderes do partido, que ambicionava chegar à presidência da república, logo assumiu uma postura crítica ao governo Castelo Branco, protestando contra a prorrogação de seu mandato, que frustrava seus planos de

¹⁷ Couto, Ronaldo Costa, op. cit., p. 69

¹⁸ União Democrática Nacional.

¹⁹ Partido Social Democrático.

²⁰ Couto, Ronaldo Costa, op. cit., p. 69

²¹ Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 52

concorrer às eleições de 1965.²² Outro líder udenista viria se juntar a Lacerda, então governador da Guanabara, na crítica ao plano de estabilização econômica do governo: o governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto. Apesar das críticas dos dois líderes, os candidatos da UDN eram considerados candidatos do governo. Castelo Branco achava-se na incômoda posição de ter de apoiar os candidatos dos dois governadores que criticavam duramente a política econômica de seu governo.

Antes das eleições para governador, já tinham sido adotadas medidas que visavam favorecer a UDN, dificultando o lançamento de candidaturas de políticos de oposição²³. O resultado das eleições, que Castelo Branco comprometera-se a respeitar, provocou furiosa reação da linha dura. Mesmo sob forte pressão, Castelo Branco cumpriu a promessa, garantindo a posse dos governadores eleitos. Isto só foi possível porque, em contrapartida, ele cedeu à pressão dos militares que queriam evitar futuras derrotas eleitorais editando o Ato Institucional nº 2.²⁴

O segundo Ato Institucional, entre outras medidas, aboliu os partidos políticos existentes, devolveu “ao governo o poder de cassar mandatos e direitos políticos”, dotou o governo do poder de editar “decretos-leis sobre assuntos considerados de interesse da segurança nacional”, e implantou eleições indiretas para presidente e vice-presidente da República e para governadores.²⁵ O Ato continha, ainda, uma cláusula que tornava o presidente Castelo Branco “(...) inelegível para a eleição presidencial de 1966”.²⁶

Segundo Skidmore, o novo Ato representou “um compromisso entre as exigências dos linhas-duras e dos moderados”.²⁷ Com isso, Castelo Branco evitava o risco de perder o apoio dos militares da linha dura, e também de quebrar a unidade entre os militares. No entanto, a edição do Ato enfrentou resistências na base política civil do governo. Milton Campos, importante figura udenista, recusou-se a redigir o Ato e renunciou ao cargo de

²² Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 91

²³ As principais medidas foram: exigência de tempo mínimo de domicílio eleitoral e adoção da lei de inelegibilidade que vetava, por exemplo, candidaturas de ex-ministros do governo Goulart. Vide: Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 94

²⁴ Cf.: Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 99

²⁵ Couto, Ronaldo Costa, op. cit., pp. 71-72

²⁶ Segundo Skidmore, a cláusula foi incluída no Ato por determinação do próprio Castelo Branco. Com essa medida, Castelo procurava evitar abrir o precedente de se manter no poder um mesmo líder militar por longo período. O objetivo era evitar o continuísmo e o surgimento do caudilhismo. Vide: Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), pp. 103, 133-134

²⁷ Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 99

Ministro da Justiça. Por outro lado, a base aliada do governo no Congresso dividiu-se, não conseguindo aprovar a edição do Ato²⁸. “Castelo teve que proclamar o AI 2 unilateralmente, tal como a Junta Militar o havia feito com o primeiro Ato Institucional em abril de 1964”.²⁹

A extinção dos antigos partidos políticos representou o fim do pluripartidarismo no Brasil. Segundo Costa Couto, “era comum no meio militar a visão do pluripartidarismo como fonte de crises políticas e de dificuldades para governar”.³⁰ As novas regras impostas pelo Ato Suplementar nº 4 para a formação de novos partidos políticos possibilitaram, na prática, a criação de apenas dois partidos: a ARENA³¹, partido governista, e o MDB³², partido de oposição.

Segundo Skidmore, Castelo Branco, logo após a edição do AI 2, aproveitou a oportunidade para “(...) demonstrar seu indesviável compromisso com a moderação (...)”, utilizando as prerrogativas que o Ato lhe concedia para punir alguns militares extremistas de direita que vinham excedendo-se na repressão, além de criticarem abertamente ao governo.³³ Além das punições, o presidente escreveu “(...) ao ministro da Guerra Costa e Silva, concitando-o a enquadrar os linhas-duras, que precisavam ‘ser adequadamente esclarecidos, refreados e, se necessário, reprimidos’”.³⁴ Além disso, Castelo Branco chamou a atenção de seus ministros militares para a existência de “uma ‘furtiva conspiração’ entre os militares radicais”, e manifestou seu temor pela “(...) emergência de uma ditadura militar”.³⁵

Buscando reduzir a possibilidade de que oficiais mais antigos formassem bases de influência facilmente mobilizáveis para fins políticos, o presidente obteve a regulamentação de uma lei que passou a limitar a permanência de oficiais no serviço ativo, após atingirem os postos máximos de cada uma das armas. A redução do tempo no serviço ativo visava favorecer “a renovação de lideranças dentro do universo militar

²⁸ A base aliada não conseguiu os votos dos udenistas ligados a Carlos Lacerda.

²⁹ Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 103

³⁰ Couto, Ronaldo Costa, op. cit., p. 73

³¹ Aliança Renovadora Nacional.

³² Movimento Democrático Brasileiro.

³³ Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 103

³⁴ Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 104

³⁵ Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 104

[tornando] mais difícil que elas ultrapassassem a caserna, penetrando no universo político”.³⁶

As ações do governo Castelo Branco se distanciavam cada vez mais da promessa de um breve retorno à democracia. Muito embora o governo reafirmasse constantemente seu compromisso com a legalidade e os princípios democráticos, justificando suas ações como meios para restaurar a legalidade, aperfeiçoar a democracia e possibilitar um desenvolvimento econômico, social e político harmonioso, conforme as aspirações do povo brasileiro. No início de 1965, Castelo Branco ressaltava o compromisso democrático do regime, afirmando: “Prova inequívoca e incontestável é a própria decisão inicial da Revolução, que, num momento de triunfo e quando nada lhe poderia contrariar as determinações, jamais vacilou no empenho de preservar os órgãos representativos da democracia e da legalidade”.³⁷ Ainda em 1965, em uma Mensagem ao Congresso Nacional sobre a reforma partidária, o presidente voltaria ao tema: “(...) pretende o governo dotar o país de um estatuto legal dos partidos políticos, que complemente o Código Eleitoral. Não é preciso encarecer a importância dos partidos na política moderna, pois constituem instrumentos essenciais da atividade pública e como tais estão consagrados em nossa constituição. O que falta é lhes dar organicidade e condições de eficiência, para que possam cumprir a alta missão a que se destinam”.³⁸

Mas nem todo esforço, objetivo ou retórico, de Castelo Branco pôde evitar a onda crescente de críticas e protestos ao seu governo. A base aliada do governo no Congresso revoltava-se com a crescente perda de espaço na participação das decisões governamentais, e com o papel de mero referendário que lhe era atribuído. Em outubro de 1966, o governo, preparando-se para as eleições parlamentares marcadas para o mês de novembro, determinou a cassação de alguns deputados do MDB. O presidente da Câmara dos Deputados, eminente udenista e amigo de Castelo Branco, não apenas recusou-se a reconhecer as cassações, como ainda convidou “os deputados cassados a participar dos trabalhos legislativos no edifício do Congresso”.³⁹ O governo reagiu colocando o Congresso em recesso até após as eleições. Além das dificuldades com sua

³⁶ Couto, Ronaldo Costa, op. cit., p. 73

³⁷ Rezende, Maria José de. A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade – 1964-1984. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo. SP: 1996. p. 65

³⁸ Rezende, Maria José de, op. cit., p. 58-59

³⁹ Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 113

base civil aliada e com as pressões dos militares da linha dura, Castelo Branco teve de enfrentar o crescente “(...) sentimento antigoverno que lavrava no seio da população”.⁴⁰ O surgimento de uma onda crescente de manifestações e marchas de protestos organizadas sobretudo por estudantes ligados à UNE⁴¹ evidenciava tal sentimento. Além disso, parte da Igreja Católica assumiu também uma posição crítica com relação ao governo. Dom Helder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife, foi “um dos primeiros críticos do governo revolucionário”⁴², o que fez dele um desafeto de Castelo Branco. Outra frente de insatisfação com o governo era a dos empresários atingidos pela recessão causada pelas medidas antiinflacionárias. Severas críticas foram dirigidas ao plano econômico que “(...) levou muitos empreendimentos brasileiros à beira da falência”.⁴³

Foi em meio a este clima desfavorável que Castelo Branco precisou encarar o problema da sua sucessão. O presidente tentou, em vão, conter a movimentação dos partidários da candidatura do general Costa e Silva, argumentando que a campanha pela indicação do general para candidato das forças armadas, e por conseguinte do governo, era prematura e precipitada. Costa e Silva não era o candidato preferido de Castelo Branco e seus principais assessores militares, como os generais Golbery do Couto e Silva e Ernesto Geisel. Para eles, “Costa e Silva era incapaz de compreender a profunda reorganização política que a Revolução começara”.⁴⁴ Além disso, Costa e Silva era o candidato da linha dura. O presidente teria preferido a indicação de um civil⁴⁵, não fosse a impossibilidade de obter o apoio da maioria dos oficiais para esta opção. Castelo ainda tentou apresentar um candidato de sua preferência, mas Costa e Silva já havia conquistado o apoio de vários generais, sobretudo pela força do argumento dos seus partidários de que “(...) somente ele seria capaz de preservar a unidade militar”.⁴⁶ O último recurso utilizado pelo presidente para tentar conter a candidatura de Costa e Silva foi determinar que a escolha do candidato deveria ser feita pela ARENA, a partir de uma lista de nomes indicados pelo governo. Tal estratégia de nada adiantou. Castelo Branco havia perdido o controle do processo sucessório. Costa e Silva, que se adiantara ao presidente no processo, buscando o apoio de oficiais e políticos da ARENA, foi o escolhido. A

⁴⁰ Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 107

⁴¹ A União Nacional dos Estudantes – UNE, mesmo após ter sido declarada ilegal pelo governo militar, continuou ativa.

⁴² Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 109

⁴³ Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 130

⁴⁴ Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 110

⁴⁵ Couto, Ronaldo Costa, o. cit., p. 74

⁴⁶ Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 111

ratificação de seu nome para a presidência se deu em 3 de outubro de 1966, quando ocorreu sua eleição formal pelo Congresso.

Com relação ao processo de escolha dos presidentes durante o período militar, Costa Couto esclarece:

“Para entender a lógica desse processo, é preciso lembrar que os generais-presidentes do golpe de 1964 não têm, isoladamente, os plenos poderes do ditador ‘clássico’. Eles são escolhidos dentro do conjunto de generais-de-exército, os ‘quatro-estrelas’, para governar em nome do sistema militar. Não é uma ditadura pessoal, como a de Getúlio Vargas no Estado Novo. A sucessão é um momento especial nesse processo, envolvendo articulações no universo militar para a indicação do ‘quatro-estrelas’ que vai presidir a República, após ratificação formal do Congresso, importante para manter as aparências dentro e fora do país”.⁴⁷

Um dos últimos passos dados pelo governo do presidente Castelo Branco para institucionalizar as mudanças orquestradas pelo regime militar foi a promulgação de uma nova Constituição, em janeiro de 1967. A nova Carta Constitucional incorporou várias medidas contidas nos Atos Institucionais, sobretudo aquelas que impunham restrições à atuação do Judiciário e reduziam os poderes do Legislativo, transformando-o numa instância com papel meramente “formal e regulamentar”. Por outro lado, consagrou a alta concentração de poderes no Executivo, concedendo a ele o “(...) direito exclusivo de legislar sobre segurança nacional e finanças públicas”, muito embora excluindo “o poder excepcional de cassar mandatos, direitos políticos etc.” Ela incorporou, ainda, as eleições indiretas para presidente.⁴⁸

Além da nova Constituição, Castelo Branco sancionou, em fevereiro de 1967, uma nova Lei de Imprensa e promulgou, em março, uma nova Lei de Segurança Nacional. Com isso Castelo Branco procurou cumprir a meta de, até o término de seu mandato, completar a institucionalização básica do regime, legando a seu sucessor condições para “(...) robustecer a democracia brasileira e o desenvolvimento econômico do país”.⁴⁹

⁴⁷ Couto, Ronaldo Costa, op. cit., p. 76

⁴⁸ Couto, Ronaldo Costa, op. cit., p. 80-81

⁴⁹ Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 135

Do ponto de vista dos objetivos da intervenção militar, o saldo do governo Castelo Branco pode ser considerado positivo. “Os subversivos e populistas haviam sido derrotados, desacreditados e expurgados. A economia se achava estabilizada, o sistema financeiro reorganizado e a dívida externa renegociada”.⁵⁰

A estabilização econômica, como veremos a seguir, foi um importante legado do governo Castelo Branco ao seu sucessor. Graças a ela, Costa Silva pôde implementar desde cedo medidas voltadas para o crescimento econômico acelerado, o que possibilitou ao seu governo dar início ao período de grande expansão da economia que ficou conhecido como “milagre econômico”.

⁵⁰ Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 136

1.2 A consolidação do regime militar

O revés sofrido pela ala moderada do regime com a ascensão dos militares da linha dura ao poder, representada pela eleição de Costa e Silva para a presidência, não significou uma quebra da unidade militar. Apesar de perder o comando do governo, ela não deixou de participar do poder. Assim, embora houvesse predominância de nomes da linha dura e ausência de remanescentes da cúpula do governo Castelo Branco no primeiro escalão do governo, Costa e Silva montou um ministério de composição. A unidade militar ficou, dessa forma, garantida, mantendo-se o “sistema militar” sobre as correntes, sobretudo a moderada e “dura”, que o compunham.⁵¹

Costa e Silva assumiu a presidência em março de 1967, prometendo humanizar a Revolução. Seu mandato, de acordo com a nova Constituição, deveria ser de quatro anos. O novo presidente procurou “(...) projetar uma imagem conciliatória”⁵² de seu governo, criando inclusive a Assessoria Especial de Relações Públicas – AERP cujo objetivo era conquistar a opinião pública.⁵³

Do ponto de vista econômico, o novo governo herdou uma situação favorável⁵⁴ que permitiu à equipe econômica do governo, sob o comando do Ministro da Fazenda Delfim Netto, adotar rapidamente medidas voltadas para o crescimento econômico. As principais foram: obtenção de novos empréstimos externos, estímulo à entrada de capitais, estímulo às exportações, aumento do crédito, concessão de incentivos e de subsídios aos investimentos privados⁵⁵, controle de preços e controle de salários.⁵⁶ Além disso, houve uma significativa ampliação do “(...) papel do Estado como investidor e produtor”, através da criação de diversas empresas estatais. Os investimentos foram concentrados sobretudo nas áreas de energia, telecomunicações e siderurgia, sob a alegação de que estas seriam áreas estratégicas para a segurança nacional. O governo Costa e Silva deu início ao período do “milagre econômico”, momento de “espetacular

⁵¹ Couto, Ronaldo Costa, o. cit., p. 85-86

⁵² Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 148

⁵³ Sobre o tema, ver: Fico, Carlos. Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. RJ: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

⁵⁴ Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 142

⁵⁵ Couto, Ronaldo Costa, o. cit., p. 86-87

⁵⁶ Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 144-147

expansão econômica” que durou de 1968 a 1973.⁵⁷ O êxito na economia, contudo, não evitou as críticas ao governo. A oposição criticava duramente a política econômica, “(...) acusando-a, principalmente, de agravar mais ainda a concentração da renda, de descaso com os setores sociais e de elevar exageradamente o nível de endividamento externo e interno”.⁵⁸

Do ponto de vista político, o presidente Costa e Silva enfrentou, já no primeiro ano de seu governo, uma grande onda de protestos. Mas foi durante o ano de 1968 que as manifestações contra o governo militar se intensificaram. Além das críticas da oposição e de alguns membros da Arena⁵⁹, o governo viu surgir uma série de manifestações populares, sobretudo estudantis. Marchas, protestos, confrontos de rua com a polícia marcaram todo o período. Os estudantes reivindicavam melhores condições de ensino e protestavam, sobretudo, contra um acordo firmado, no governo anterior, entre o Ministério da Educação e Cultura – MEC e a agência norte-americana USAID, cujo objetivo era promover mudanças no ensino superior. Para os estudantes o acordo significava uma “infiltração imperialista na educação brasileira”⁶⁰, representando um “atentado à cultura e à soberania do país”.⁶¹ A morte de um estudante⁶², em março de 1968, durante um protesto contra a baixa qualidade da comida servida no restaurante Calabouço⁶³ incendiou o cenário político.⁶⁴ O funeral e a missa de 7º dia da morte do estudante transformaram-se em manifestações de repúdio ao regime, reunindo milhares de pessoas. A repressão policial contra tais manifestações só fez crescer a onda de protestos, que se espalhou por várias partes do país.⁶⁵ Em abril de 1968 ocorreu a primeira greve operária do pós-64, realizada pelos metalúrgicos de Contagem, em Minas Gerais. Diante da recusa dos trabalhadores à proposta apresentada pelo Ministério do

⁵⁷ Couto, Ronaldo Costa, o. cit., p. 86

⁵⁸ Couto, Ronaldo Costa, o. cit., p. 87

⁵⁹ Carlos Lacerda se lançou ao ataque, criticando duramente o governo, que qualificou como “ditadura corrupta”, e buscando consolidar a Frente Ampla de oposição ao governo. A proposta de Lacerda era lançar um movimento que reunisse políticos da oposição e os membros da Arena descontentes com o governo, além de contar com o apoio de políticos e líderes cassados pelo regime, como, por exemplo, João Goulart e Juscelino Kubitschek. Carlos Lacerda chegou a anunciar sua candidatura à presidência para as eleições de 1971, pela Frente Ampla. Ver: Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 148-151

⁶⁰ Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 154

⁶¹ Couto, Ronaldo Costa, o. cit., p. 89

⁶² O estudante secundarista Edson Luís de Lima Souto foi baleado pela polícia.

⁶³ Restaurante mantido pelo governo, localizado nas proximidades da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Vide: Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 152

⁶⁴ Couto, Ronaldo Costa, op. cit., p. 91

⁶⁵ Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 153

Trabalho, o ministro Jarbas Passarinho ordenou a ocupação da cidade pela polícia e proibiu as reuniões de trabalhadores.⁶⁶ Em junho foi a vez da maior manifestação de protesto ocorrida até então: a Passeata dos 100 mil. A manifestação foi organizada por várias entidades civis, entre elas a Igreja Católica e as entidades estudantis, e reuniu artistas, intelectuais, estudantes, políticos, lideranças operárias e religiosas, etc.⁶⁷ O presidente Costa e Silva reagiu, proibindo novas passeatas e ameaçando decretar estado de sítio caso tais manifestações continuassem a ocorrer.⁶⁸ Logo em seguida, no mês de julho, ocorreu a greve dos metalúrgicos de Osasco, em São Paulo. Mais uma vez, o governo recorreu à ocupação policial para controlar a situação, reprimindo violentamente os trabalhadores, prendendo vários deles e determinando a intervenção no sindicato.⁶⁹ O clima de radicalização política cresceu, nesse período, não apenas entre os que se posicionavam contra o governo e a repressão, mas também entre aqueles que viam as manifestações contrárias ao regime militar como uma espécie de ressurgimento da ameaça comunista. Organizações “paramilitares de direita”, como o Comando de Caça aos Comunistas – CCC, costumavam, por exemplo, invadir teatros durante a apresentação de espetáculos tidos como subversivos e agredir artistas. Em 1968 integrantes do CCC invadiram o Teatro Ruth Escobar e espancaram os artistas da peça *Roda-viva*, encenada por José Celso Martinez Corrêa.⁷⁰ Neste mesmo ano, o CCC e estudantes da Universidade Mackenzie promoveram um ataque violento à Faculdade de Filosofia da USP, considerada por eles um reduto de agentes comunistas. “Os atacantes do CCC destruíram o interior do prédio principal enquanto a polícia apenas assistia”.⁷¹ O clima de tensão que tomou conta do país, com o ressurgimento das manifestações e protestos de rua contra o governo, “(...) encorajou muito as guerrilhas”⁷², organizações de esquerda que haviam optado pela luta armada contra o regime.⁷³ Estas organizações, como a Aliança Libertadora Nacional – ALN e a Vanguarda Popular Revolucionária – VPR, que vinham operando na clandestinidade desde o golpe de 64, intensificaram suas ações, realizando assaltos a bancos, atentados a bomba “(...) em locais emblemáticos, como o Consulado dos Estados Unidos em São Paulo”⁷⁴, e outras ações armadas.

⁶⁶ Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 156-157

⁶⁷ Couto, Ronaldo Costa, op. cit., p. 92

⁶⁸ Couto, Ronaldo Costa, op. cit., p. 92

⁶⁹ Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 158-159

⁷⁰ Ridenti, Marcelo, op. Cit., p. 157

⁷¹ Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 160

⁷² Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 177

⁷³ Ver: Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 171-181

⁷⁴ Couto, Ronaldo Costa, op. cit., p. 93

Em meio a toda esta efervescência política, os discursos⁷⁵ proferidos no Congresso por um deputado federal do MDB foram a gota d'água. Márcio Moreira Alves criticou a violência policial, a tortura de presos políticos, a invasão da Universidade de Brasília por tropas militares e conclamou a população a protestar contra o regime militar. Segundo Costa Couto, o episódio teria sido "(...) um fato isolado e desimportante, que teria passado despercebido, se a linha dura militar não o tivesse usado politicamente".⁷⁶ Os oficiais militares pressionaram o presidente Costa e Silva, exigindo a punição do deputado. Com a anuência do presidente, os três ministros militares acionaram o Supremo Tribunal Federal que, por sua vez, solicitou ao Congresso a suspensão das imunidades parlamentares do deputado⁷⁷ "(...) para que ele fosse processado por insulto às forças armadas (infração da Lei de Segurança Nacional)".⁷⁸ Contudo, o Congresso surpreendeu a todos, negando a licença para processar o deputado. A reação do governo não se fez esperar.

No dia 13 de dezembro de 1968, um dia depois da votação do caso Márcio Moreira Alves, o governo fechou o Congresso, colocando-o em recesso por prazo indeterminado, e editou o Ato Institucional nº 5. O novo Ato concedeu ao presidente Costa e Silva plenos poderes para suspender mandatos e direitos políticos, dispensar e aposentar servidores públicos, limitar garantias individuais, cancelar *habeas-corpus*, censurar a imprensa, suspender direitos e garantias de magistrados, intervir nos estados e municípios, e decretar recesso parlamentar do Congresso Nacional, das assembleias estaduais e das câmaras municipais.⁷⁹ "Nos seis meses seguintes o governo promulgou uma série de atos institucionais, atos suplementares e decretos, todos visando a aumentar o controle executivo e militar sobre o governo e os cidadãos".⁸⁰ Utilizando as prerrogativas que o AI 5 lhe concedia, o presidente expurgou o Congresso Nacional, aposentou ministros do Supremo Tribunal Federal, unificou o comando das forças

⁷⁵ Ronaldo Costa Couto refere-se a apenas um discurso, que teria sido motivado, sobretudo, pela invasão da Universidade de Brasília em agosto de 1968. Já Thomas Skidmore afirma que o deputado vinha criticando as ações do governo em vários discursos proferidos entre os meses de agosto e setembro de 1968. Ver: Couto, Ronaldo Costa, o. cit., p. 94 e Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 162

⁷⁶ Couto, Ronaldo Costa, op. cit., p. 94

⁷⁷ Couto, Ronaldo Costa, op. cit., p. 94

⁷⁸ Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 162

⁷⁹ Couto, Ronaldo Costa, op. cit., p. 94

⁸⁰ Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 166

militares e policiais dos estados⁸¹, colocando-as sob o controle do Ministério da Guerra, regulamentou a censura à imprensa, tornando “(...) ilegal qualquer crítica aos atos institucionais, às autoridades governamentais ou às forças armadas”⁸² e aposentou diversos professores de várias universidades, entre outras medidas. Todas as ações do governo Costa e Silva, baseadas no Ato, foram justificadas como necessárias ao restabelecimento da ordem, à manutenção da segurança nacional e à defesa da democracia.

O recrudescimento do regime acirrou os ânimos dos militantes das guerrilhas, que passaram a realizar ações cada vez mais ousadas, como ataques a quartéis e seqüestros de embaixadores estrangeiros. “Os revolucionários chegaram a ter momentos fulgurantes, mas, isolados, foram cedo aniquilados”.⁸³

A edição do AI 5 e o conseqüente enrijecimento do regime representou um verdadeiro “golpe dentro do golpe” desferido pelos militares da linha dura. Com ele o regime assumiu, sem disfarces, sua condição de ditadura militar, apesar de continuar a recorrer a um discurso de defesa da democracia e de suas instituições.

No início de 1969 o presidente Costa e Silva nomeou uma comissão de juristas para elaborar uma nova Constituição. Ele se empenhou pessoalmente no processo, participando das reuniões e discussões sobre o novo texto. Segundo Skidmore, o presidente buscava “(...) um meio de reconciliar o novo poder arbitrário (AI 5) com a futura redemocratização constantemente prometida desde 1964”.⁸⁴ De qualquer forma, a preocupação com a legalização e a institucionalização dos atos e medidas adotados pelo governo foi uma constante durante o regime militar. Deste ponto de vista, era preciso retomar o caminho constitucional, cuidando antes de reformar a Constituição. Segundo Carlos Chagas, o presidente Costa e Silva, numa reunião para tratar da nova Constituição, teria afirmado: “Eu não passo à história como mais um general sul-americano que simplesmente golpeou as instituições”.⁸⁵ O texto constitucional ficou pronto

⁸¹ Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 167

⁸² Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 167

⁸³ Reis, Daniel Aarão. Ditadura militar, esquerdas e sociedade. RJ: Jorge Zahar Editor, 2000. P. 52

⁸⁴ Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 191

⁸⁵ Episódio relatado por Carlos Chagas, que foi secretário de Imprensa da Presidência da República durante o governo Costa e Silva, durante entrevista concedida à Ronaldo Costa Couto. Ver: Couto, Ronaldo Costa, op. cit., p. 100

no dia 26 de agosto. Costa e Silva planejava reabrir o Congresso e promulgar a nova Carta, como emenda única à Constituição de 1967, no início de setembro. Porém, no dia 27 de agosto de 1969 Costa e Silva sofreu um acidente vascular cerebral – AVC que viria a afastá-lo definitivamente da presidência da República.

Nos primeiros dias que se seguiram à doença de Costa e Silva, a equipe do governo escondeu este fato, deixando inclusive de informar ao vice-presidente Pedro Aleixo. Logo, os três ministros militares decidiram impedir a posse do vice-presidente, conforme dispunha a Constituição. Eles rejeitaram também qualquer uma das outras possibilidades constitucionalmente previstas.⁸⁶ Em seguida, o Alto Comando das Forças Armadas resolveu que uma Junta Militar, formada pelos ministros militares do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, deveria assumir o comando do governo⁸⁷ até que Costa e Silva se restabelesse ou que um novo presidente fosse empossado.

Em meados de setembro ficou claro que o estado de saúde do presidente não se restabeleceria a ponto de permitir-lhe reassumir suas funções. Com isso, o Alto Comando das Forças Armadas decidiu iniciar o processo de escolha de seu sucessor. Este processo resumia-se a uma consulta à cúpula das Forças Armadas.⁸⁸ A alta oficialidade de cada uma das três armas escolheu três nomes. Computados os votos, o vencedor foi o general Emílio Garrastazu Médici, oficial ligado à linha dura, seguido de perto pelo general Orlando Geisel, que ficou em segundo lugar.⁸⁹ Médici relutou em aceitar a indicação, mas acabou cedendo diante do argumento, apresentado pelo Alto Comando das Forças Armadas, de que sua indicação não era um convite, mas sim uma missão a ser cumprida.⁹⁰ Para os militares do Alto Comando, Médici “(...) era o único candidato capaz de manter a coesão do Exército e dos militares”.⁹¹

⁸⁶ De acordo com a Constituição, o vice-presidente deveria assumir nos casos de impedimento do presidente. Na falta do vice-presidente, os sucessores seriam o presidente da Câmara dos Deputados, o presidente do Senado ou o presidente do Supremo Tribunal Federal. Vide: Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 193-194

⁸⁷ A substituição temporária do presidente pelos ministros militares foi “legalizada” através do Ato Institucional nº 12. Segundo Skidmore, o Alto Comando das Forças Armadas, ao designar os ministros militares, “observou que era ‘necessária alguma forma de decreto’ para legalizar a ação”. Vide: Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 194

⁸⁸ Couto, Ronaldo Costa, op. cit., p. 104

⁸⁹ Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 196-200

⁹⁰ Couto, Ronaldo Costa, op. cit., p. 105

⁹¹ Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 200

Definidos os nomes dos candidatos à presidência, general Médici, e à vice-presidência, almirante Rademaker, a Junta Militar, através do AI 16⁹², declarou vagos os cargos de presidente e vice-presidente, marcou as eleições e a posse para 25 e 30 de outubro de 1969, respectivamente, e fixou a duração do novo mandato, que deveria ser de quatro anos. O Alto Comando das Forças Armadas decidiu que o Congresso, suspenso desde dezembro de 1968, deveria ser reaberto para eleger o presidente e o vice-presidente.⁹³ A votação pelo Congresso era uma peça importante para a manutenção de uma imagem de respeito à legalidade e à ordem constituída.

Antes da posse oficial do novo presidente a Junta Militar resolveu outorgar uma nova Constituição. Para tanto, promoveu uma série de alterações à emenda constitucional elaborada durante o governo Costa e Silva, introduzindo várias “(...) medidas de exceção tomadas desde 1967, inclusive dispositivos do AI 5”.⁹⁴ O novo texto, que passou a ser conhecido como Constituição de 1969, foi outorgado em 17 de outubro de 1969, sob a denominação de Emenda Constitucional nº 1.

A eleição dos candidatos pelo Congresso aconteceu conforme o cronograma estabelecido. Os parlamentares da Arena ratificaram, como convinha, a escolha dos militares, enquanto os parlamentares do MDB optaram pela abstenção. Após realizar o “ritual da eleição”, o Congresso entrou novamente em recesso.⁹⁵ O general Médici tomou posse no dia 30 de outubro de 1969, prometendo em seu discurso à nação “(...) deixar a democracia definitivamente implantada (...)”⁹⁶ até o término de seu governo.

A principal característica do novo ministério montado pelo presidente Médici era a predominância de “(...) ministros com formação técnica e experiência administrativa”.⁹⁷ Médici manteve alguns ministros do governo anterior, como Delfim Netto, que continuou no Ministério da Fazenda, e Jarbas Passarinho, que passou do Ministério do Trabalho para a pasta da Educação e Cultura. Para ministro do Exército, Médici escolheu o general

⁹² Editado em 14/10/1969.

⁹³ Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 201

⁹⁴ Couto, Ronaldo Costa, op. cit., p. 106

⁹⁵ Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 202

⁹⁶ Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 203

⁹⁷ Couto, Ronaldo Costa, op. cit., p. 109

Orlando Geisel⁹⁸, o segundo colocado no processo de escolha do sucessor de Costa e Silva.

Médici organizou a administração de seu governo em três grandes áreas: militar, que ficou sob o comando do general e Ministro do Exército Orlando Geisel e que concentrava os assuntos militares; a área econômica que, sob a responsabilidade do Ministro da Fazenda Delfim Netto, concentrava os assuntos econômicos; e a área política que concentrava os assuntos políticos, sob o comando do chefe do Gabinete Civil Leitão de Abreu.⁹⁹ O presidente delegou a cada um dos responsáveis plenos poderes para administrar suas respectivas áreas. Sendo assim, “(...) os tecnocratas e até os ministros tinham que trabalhar através deles”.¹⁰⁰ Além das três áreas, havia o Conselho de Segurança Nacional, composto pelo presidente, por todos os ministros de Estado, por todos os membros do Alto Comando das Forças Armadas e pelo chefe do Gabinete Civil¹⁰¹, que era um importante centro de decisões do governo.

Com a nova Constituição, e o AI 5 ainda em vigor, a repressão e a censura funcionando a pleno vapor, Médici não teve grandes dificuldades para governar. Além disso, o êxito da política econômica conferia uma certa legitimidade ao governo, silenciando as queixas, sobretudo daqueles mais favorecidos com o rápido crescimento econômico, como as classes alta e média. Mas havia também uma forte aprovação popular aos resultados do crescimento econômico, principalmente no que se referia à ampliação do mercado de trabalho, que gerou novos empregos. Segundo Luis Inácio Lula da Silva, “a popularidade do Médici no meio da classe trabalhadora era muito grande. Ora, por quê? Porque era uma época de pleno emprego”.¹⁰² Por outro lado, o novo governo utilizou eficientemente a propaganda para divulgar os êxitos na área econômica e para promover a crença de que o país se encaminhava, através do crescimento econômico, para um futuro brilhante, ou seja, para a sua transformação em grande potência mundial.¹⁰³

⁹⁸ O general Orlando Geisel era irmão do futuro presidente, general Ernesto Geisel.

⁹⁹ Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 216

¹⁰⁰ Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 216

¹⁰¹ Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 217

¹⁰² Lula afirma, ainda, que “(...) naquela época, se tivesse eleições diretas, o Médici ganhava”. Couto, Ronaldo Costa, op. cit., p. 117

¹⁰³ Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 214-224

Do ponto de vista político-partidário e eleitoral, o governo Médici também não enfrentou grandes problemas. Com o objetivo de garantir êxitos eleitorais, o governo interveio fortemente nas escolhas dos candidatos da Arena para cada eleição¹⁰⁴, alterou as regras eleitorais¹⁰⁵, fixou novo calendário eleitoral¹⁰⁶ e implantou “(...) o *voto vinculado* para a eleição de deputados estaduais e federais”¹⁰⁷, obrigando o eleitor a votar em candidatos do mesmo partido para as assembleias legislativas e para a Câmara dos Deputados. Enquanto isso, o MDB, apesar de enfraquecido pelos expurgos e pela intimidação, rejeitou a proposta de autodissolução defendida por alguns de seus membros, apostando que ainda era possível conquistar alguns espaços, sobretudo nas esferas municipais e estaduais.¹⁰⁸ Embora mantendo-se unido, o MDB contava com duas correntes que divergiam quanto a estratégia a ser adotada pelo único partido de oposição. “Os *autênticos* defendiam uma postura agressiva, de protesto contra as ilegalidades e os atos arbitrários do governo militar. Os *moderados*, por outro lado, recomendavam uma linha de cautela, de modo a minimizar possíveis pretextos para novos abusos de poder”.¹⁰⁹ A manutenção do processo eleitoral, mesmo sendo manipulado e desfigurado, é mais um exemplo da preocupação dos militares com a questão da legitimação do regime. Para eles, as eleições eram um importante instrumento para obter legitimidade frente a população, ou seja, a opinião pública, assim como a manutenção dos partidos políticos e o recurso à legalização dos atos e medidas do governo.¹¹⁰

Outra frente na qual o governo Médici não enfrentou significativas dificuldades para se impor foi a do combate à esquerda armada. O movimento guerrilheiro nunca chegou a se constituir como um movimento unívoco, com lideranças, estratégias e táticas únicas, ao contrário, dividia-se em várias organizações, como a VPR e a ALN. Entre 1964 e 1967 os grupos de guerrilha urbana realizaram várias ações como os atentados a bomba contra o Consulado dos Estados Unidos em São Paulo e contra o presidente

¹⁰⁴ Em 1970 ocorreram eleições indiretas para governadores em quase todos os Estados. Após mudanças operadas no calendário eleitoral, houve eleições municipais em 1972 e eleições legislativas em 1974. Vide: Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 227

¹⁰⁵ Redução do número de cadeiras na Câmara dos Deputados e alteração da metodologia para cálculo da representação parlamentar por estado. Vide: Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 226

¹⁰⁶ O novo calendário evitava a coincidência entre as eleições municipais e as eleições legislativas. Com isso o governo pretendia evitar que questões nacionais influenciassem as discussões sobre os problemas locais. Vide: Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 227

¹⁰⁷ Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 227

¹⁰⁸ Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 228

¹⁰⁹ Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 232

¹¹⁰ Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 227

Costa e Silva no Aeroporto dos Guararapes em Recife.¹¹¹ A partir de 1967, com o ressurgimento das manifestações contrárias ao governo militar, as organizações guerrilheiras intensificaram suas ações, passando a realizar assaltos a bancos e ataques a alvos militares, como o atentado contra o quartel-general do II Exército.¹¹² Ações armadas continuaram a ocorrer em 1968, como a execução do capitão do Exército norte-americano Charles Chandler pela VPR.¹¹³ A edição do AI 5, em dezembro de 1968, acirrou ainda mais os ânimos dos grupos guerrilheiros. “Assim, entre 1969 e 1972, desdobraram-se ações espetaculares de guerrilha urbana: expropriações de armas e fundos, ataques a quartéis, cercos e fugas, seqüestros de embaixadores”.¹¹⁴ Mas os militares, que haviam se preparado para uma eventual resistência ao golpe em 1964¹¹⁵, que por sinal praticamente não houve, não demoraram a reagir a cada ação da guerrilha, endurecendo gradativamente a repressão, aumentando o número de prisões e sofisticando os métodos de tortura. Enquanto os grupos guerrilheiros eram formados sobretudo por pessoas muito jovens, a maioria originária do movimento estudantil e da classe média, e com pouca ou nenhuma experiência em luta armada¹¹⁶, seus opositores eram militares e policiais treinados que, além da experiência profissional com as armas, dispunham de recursos materiais e humanos qualitativa e quantitativamente superiores. Além disso, o recurso à tortura dos presos suspeitos de ligação com a guerrilha revelou-se um eficiente método para obtenção de informações valiosas sobre os integrantes e as ações das organizações guerrilheiras.¹¹⁷ Todos os grupos da guerrilha urbana foram praticamente aniquilados até 1972.¹¹⁸ Neste mesmo ano foi identificado um foco guerrilheiro em Xambioá, no Pará. A organização, conhecida como Guerrilha do Araguaia, resistiu até 1975, quando foi definitivamente destruída.¹¹⁹ O objetivo, dos guerrilheiros, de mostrar à população que a resistência aos militares era possível, e mobilizá-la para o

¹¹¹ Na verdade, o presidente e sua comitiva deveriam desembarcar no Aeroporto dos Guararapes, mas houve uma mudança de planos devido ao atraso do voo que os levaria do aeroporto de João Pessoa para Recife. O presidente Costa e Silva viajou de carro, e por isso não estava presente no aeroporto quando a bomba explodiu, matando um militar e um jornalista, além de ferir várias pessoas. Vide: Couto, Ronaldo Costa, op. cit., p. 78

¹¹² Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 177

¹¹³ Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 177

¹¹⁴ Reis, Daniel Aarão, op. Cit., p. 52

¹¹⁵ Os militares iniciaram, logo após o golpe, a chamada “Operação Limpeza”, através da qual prenderam e torturaram milhares de suspeitos de subversão, como estudantes, líderes sindicais, líderes religiosos, além de integrantes de partidos de esquerda, oficiais e praças tidos como simpatizantes da esquerda, etc. Vide: Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 55-58

¹¹⁶ Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 174

¹¹⁷ Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 179-181

¹¹⁸ Reis, Daniel Aarão, op. Cit., p. 52

¹¹⁹ Couto, Ronaldo Costa, op. cit., p. 113

combate à ditadura, demonstrou ser inalcançável. Segundo Costa Couto, “na verdade, ao contrário do que supuseram seus idealizadores, a guerrilha nunca empolgou o país. Os grupos atuaram de forma isolada, não obtiveram solidariedade popular e escolheram lutar exatamente no terreno em que o adversário era incomparavelmente mais poderoso e profissionalmente preparado, o das armas. Ainda quando as condições brasileiras fossem favoráveis – e não eram –, a época não poderia ser mais adversa e inoportuna. O país vivia o limiar da euforia do ‘milagre’ econômico, quando a luta armada eclodiu em 1967. Não havia ambiência nem viabilidade para massificar as idéias e ações revolucionárias. A verdade é que, apesar de sinalizarem resistência e contestação ao regime autoritário, essas ações tiveram como contrapartida principal crescente prestígio, fortalecimento e autonomia do sistema de informação e repressão. Ele passou a atuar com maior agressividade e violência”.¹²⁰

Finalmente alcançara-se a tão almejada “estabilidade” que, do ponto de vista dos militares e sobretudo da linha dura, resultava da “(...) ausência de qualquer oposição ou crítica séria”¹²¹, obtida através da supressão dos conflitos que, por sua vez, decorria do forte controle de todas as esferas da sociedade (econômica, política, social, etc.). “Visto em conjunto o governo estava se saindo bem – em seus termos. O crescimento econômico acelerado funcionava. A propaganda governamental funcionava. A repressão funcionava. A censura funcionava. Os militares da linha dura, repetidamente frustrados desde 1964, estavam se vingando recuperando tanto tempo perdido”.¹²²

Com a eleição de Médici, a linha dura manteve as rédeas do poder. Assim, ficou garantida a permanência dos tecnocratas à frente de ministérios e outros postos antes ocupados por “(...) políticos profissionais e representantes de interesses econômicos ou sociais”¹²³, dos quais os militares tanto desconfiavam. Além disso, a prevalência da linha dura possibilitava maior liberdade sobretudo aos tecnocratas da área econômica, que podiam definir os rumos da política econômica, seus objetivos e prioridades, sem ter de submeter suas decisões ao debate público.¹²⁴ Segundo Skidmore, houve “(...) uma eficaz aliança entre militares radicais e tecnocratas. Cada um tinha suas próprias razões para

¹²⁰ Couto, Ronaldo Costa, op. cit., p. 112-113

¹²¹ Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 220

¹²² Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 216

¹²³ Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 213

¹²⁴ Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 183

desejar um regime autoritário e ambos se precisavam mutuamente. Os militares da linha dura precisavam dos tecnocratas para fazer a economia funcionar. Os tecnocratas precisavam dos militares para permanecer no poder. As altas taxas de crescimento por seu turno davam legitimidade ao sistema autoritário”.¹²⁵

Como vimos anteriormente, o êxito da política econômica propiciou grande aceitação, prestígio e popularidade ao presidente Médici e sua equipe. Muito embora a oposição, na figura de alguns líderes do MDB, criticasse os efeitos de tal política, como o crescimento desmesurado da dívida externa e o aumento da concentração de renda¹²⁶, a aprovação popular fixava-se sobretudo nos efeitos imediatos do crescimento, como o crescimento da oferta de empregos e o acesso facilitado, sobretudo para a classe média, a certos bens de consumo (eletrodomésticos, carros, etc.). A propaganda oficial, produzida pela AERP, foi eficientemente utilizada para divulgar os feitos do governo. Valendo-se sobretudo da televisão, produziu propagandas de grande impacto visual, apoiadas em frases de efeito como o slogan “Ninguém segura este país”. Imagens, como a construção da rodovia Transamazônica e a conquista da Copa do Mundo de 1970, foram competentemente utilizadas como símbolos da potencialidade e da grandiosidade dos recursos naturais e humanos do país, bem como da inexorabilidade de um futuro brilhante que colocaria o Brasil entre as grandes potências mundiais. Os objetivos do governo Médici com a propaganda foram divulgados através do Plano Global de Comunicação Social, elaborado pela AERP, em 1971. Nele, “falava-se em ‘mobilizar a juventude’; em ‘fortalecer o caráter nacional’; em estimular o ‘amor à pátria’, a ‘coesão familiar’, a ‘dedicação ao trabalho’, a ‘confiança no governo’ e a ‘vontade de participação’”.¹²⁷

A equação repressão, censura e propaganda funcionou extraordinariamente bem. Apesar das críticas da oposição legal à política econômica e dos protestos e denúncias da Igreja Católica contra a repressão e a injustiça social¹²⁸, o crescimento econômico, estimulando esperanças e causando grande euforia com relação ao futuro, pareceu

¹²⁵ Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 220

¹²⁶ Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 282-283

¹²⁷ Fico, Carlos. Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. RJ: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997. P. 94

¹²⁸ Durante o auge da repressão, a Igreja Católica “(...) representou virtualmente o único centro de oposição institucional” ao regime militar. Vide: Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 269-274 e Couto, Ronaldo Costa, op. cit., p. 118-120

convencer a maioria da população da necessidade de um governo forte para alcançar o desenvolvimento¹²⁹. Desta forma, “o crescimento [serviu] à legitimação do regime”, ao propiciar forte aprovação por parte da maioria da população¹³⁰.

Com tudo sob controle, a única questão que ameaçava a pretensão da linha dura de continuar sendo a força predominante no poder, era a sucessão presidencial. Em 1972 começaram as movimentações em torno desse problema. Boatos sobre uma possível prorrogação do mandato do presidente¹³¹, provavelmente lançados pela própria equipe de governo¹³², foram rapidamente rechaçados por Médici que, além disso, lançou mão da censura para evitar especulações da imprensa sobre o assunto¹³³. O chefe do Gabinete Civil, Leitão de Abreu, ensaiou uma campanha para indicar um candidato civil, “da confiança dos militares”, que deveria iniciar um programa de desmilitarização da Revolução.¹³⁴ Tal proposta durou pouco. Mas os moderados, ou castelistas, como ficaram conhecidos¹³⁵, tinham aprendido a lição sofrida quando perderam o controle da sucessão de Castelo Branco. Desta vez haviam se adiantado, e já “(...) estavam reunindo suas forças para assumir o controle”¹³⁶ do processo sucessório. Seu candidato era Ernesto Geisel, “general de Exército, antes cogitado para suceder Costa e Silva, respeitado nas Forças Armadas, de grande prestígio no Exército, com muitas simpatias no Alto Comando das Forças Armadas”.¹³⁷ A candidatura de Geisel contava ainda com dois fortes aliados, dentro do governo Médici: o chefe do Gabinete Militar da Presidência, general João Baptista de Oliveira Figueiredo, e o ministro do Exército, general Orlando Geisel, irmão do candidato.¹³⁸ O general Orlando Geisel não só “tinha uma ascendência muito grande

¹²⁹ Couto, Ronaldo Costa, op. cit., p. 114

¹³⁰ Couto, Ronaldo Costa, op. cit., p. 116

¹³¹ Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 298

¹³² Couto, Ronaldo Costa, op. cit., p. 120

¹³³ Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 296

¹³⁴ Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 298

¹³⁵ A corrente formada pelos militares moderados, como Castelo Branco, Golbery do Couto e Silva e Ernesto Geisel, era também conhecida como o grupo da Sorbonne. Sorbonne era o apelido dado à Escola Superior de Guerra. Segundo Geisel, “essa foi mais uma expressão pejorativa dos que não sabiam o que era a Escola e não gostavam dela. Apelidaram o corpo permanente como o grupo da Sorbonne: ‘uns homens metidos a besta, a serem sabidos’”. Vide: D’Araujo, Maria Celina; Castro, Celso (orgs.). Ernesto Geisel. RJ: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997. P. 110

¹³⁶ Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 298

¹³⁷ Couto, Ronaldo Costa, op. cit., p. 120

¹³⁸ Couto, Ronaldo Costa, op. cit., p. 120

sobre as Forças Armadas”¹³⁹, como também havia conquistado o respeito e a amizade do presidente, a ponto de ter sido, no início, a primeira opção de Médici na escolha de seu sucessor.¹⁴⁰ Desta forma, além do prestígio dos irmãos Geisel no Exército¹⁴¹, o apoio do general Orlando Geisel parece ter influenciado decisivamente a opção do presidente Médici, que acabou escolhendo o nome de Ernesto Geisel. Segundo Skidmore, o fato de o general Orlando Geisel ser ministro do Exército e poder dispor do Ato Institucional nº 17¹⁴² neutralizou a atuação de militares da linha dura contrários à candidatura de Ernesto Geisel. O insucesso de alguns líderes da linha dura, como o ministro-chefe do Serviço Nacional de Informações – SNI, general Carlos Alberto Fontoura, em mobilizar oficiais radicais se explicaria pelo temor destes de prejudicar as suas carreiras militares.¹⁴³ Já Costa Couto não descarta a hipótese de ter existido um “(...) acordo entre os militares para que Geisel sucedesse Médici. Um acerto prévio entre as correntes dominantes” que teria sido engendrado já na época da sucessão de Costa e Silva.¹⁴⁴ Por outro lado, lembremos que, por ocasião da sucessão de Costa e Silva, Orlando Geisel foi o segundo mais votado pelos oficiais das três armas. Mas ele havia se recusado, por problemas de saúde, a ser candidato. Ao que parece, como não se julgava em condições de assumir a presidência, Orlando Geisel se empenhou na escolha do general Médici. Com sua ascendência sobre os colegas de farda, ele “(...) foi fator decisivo para que todos aceitassem a escolha”.¹⁴⁵ Já como ministro do Exército do governo Médici, o general Orlando Geisel manteve seu grande prestígio junto as Forças Armadas, e estreitou sua relação com o presidente, que o teria escolhido, se ele assim o quisesse, para sucedê-lo. Segundo testemunho do general Octávio Costa, que foi chefe da AERP, se o general Orlando Geisel “(...) tivesse condições físicas naquela ocasião, tivesse idade compatível, saúde, disposição, gosto pelo poder, seria provavelmente o escolhido pelo Médici, que

¹³⁹ A afirmação é do general e ex-presidente João Baptista Figueiredo. Com essa afirmação ele justifica a necessidade do presidente Médici de manter o general Orlando Geisel “perto dele”. Vide: Couto, Ronaldo Costa, op. cit., p. 121

¹⁴⁰ Couto, Ronaldo Costa, op. cit., p. 122

¹⁴¹ O Exército possuía o maior contingente militar, por isso possuía, também, o maior número de oficiais. Essa era uma das razões que explicava a superioridade do papel do Exército no processo sucessório, embora a Marinha e a Aeronáutica também participassem da escolha. Conforme: Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 197

¹⁴² O Ato Institucional nº 17 conferia ao presidente o poder de transferir para a reserva qualquer oficial “que cometesse ou planejasse cometer crime contra a unidade das forças armadas”. O autor sugere, ao que parece, que o general Orlando Geisel dispunha de poderes para acionar o Ato, como quando mandou para a reserva vários oficiais da Aeronáutica envolvidos com “esquadrões anti-subversão”, em 1971. Vide: Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 203 e 265

¹⁴³ Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 299

¹⁴⁴ Couto, Ronaldo Costa, op. cit., p. 123

¹⁴⁵ Couto, Ronaldo Costa, op. cit., p. 123

tinha força suficiente para fazer seu sucessor. (...) O que aconteceu foi que o Médici, não podendo escolher seu amigo Orlando, procurou aquele que mais lhe agradava, e por isso decidiu-se pelo irmão, Ernesto”.¹⁴⁶ Seja qual for a versão adotada para explicar a escolha, o fato é que, em junho de 1973, o presidente Médici anunciou oficialmente a candidatura do general Ernesto Geisel.

O MDB resolveu adotar nova estratégia para as eleições indiretas de janeiro de 1974. O partido lançou a “anticandidatura” de Ulysses Guimarães e Barbosa Lima Sobrinho e promoveu uma “campanha eleitoral” baseada em denúncias e críticas ao governo.¹⁴⁷ Apesar da ausência de qualquer possibilidade de vencer as eleições no Congresso, os “anticandidatos” percorreram todo o país, aproveitando a oportunidade única de divulgar suas idéias, de falar à população, de fortalecer a base eleitoral do MDB.¹⁴⁸

Em 15 de janeiro de 1974 o Congresso Nacional elegeu o general Ernesto Geisel e seu vice. A Arena cumpriu seu papel, elegendo os escolhidos pelos militares por quatrocentos votos, contra os setenta e seis obtidos pela chapa adversária.¹⁴⁹

Com a posse de Geisel em março daquele ano chegou ao fim o período mais duro e repressor de todo o regime militar, conduzido pelo presidente Médici. É interessante notar que, apesar dos amplos poderes conferidos pelo AI 5 e pela Constituição, de dispor de um aparelho repressivo altamente eficiente, e de contar com uma ampla margem de aceitação e apoio populares, o governo Médici optou por manter o Congresso funcionando, ao contrário do que ocorreu na Argentina, no Chile e no Uruguai, onde os respectivos governos militares simplesmente aboliram o Congresso. Isso demonstra que até mesmo Médici preocupou-se em manter as aparências, reafirmando a preocupação do regime com a manutenção de uma imagem de legalidade e de legitimidade, sobretudo frente à opinião pública internacional.¹⁵⁰ Por outro lado, Médici, sabidamente um linha dura, a quem se atribuía força suficiente para indicar e fazer valer sua escolha do

¹⁴⁶ Couto, Ronaldo Costa, op. cit., p. 122

¹⁴⁷ Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 302

¹⁴⁸ Couto, Ronaldo Costa, op. cit., p. 125

¹⁴⁹ “Ulysses e Barbosa Lima nem sequer receberam todos os votos do seu partido. Um grupo dissidente (os autênticos) de 23 deputados se absteve”. Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 302

¹⁵⁰ Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 303

candidato a sua sucessão¹⁵¹, surpreendeu, indicando o nome de um moderado. Teriam os linhas duras perdido o controle do processo sucessório, apesar da força atribuída ao presidente? É o que defende Skidmore, segundo quem os militares da linha dura teriam sido superados pela habilidade dos moderados aliada ao poder do general Orlando Geisel nas Forças Armadas¹⁵². Por outro lado, a recusa de Médici em aceitar a proposta de prorrogação de seu mandato, honrando assim o princípio fortemente presente entre os militares brasileiros de “(...) não permitir a emergência de caudilhos, de homens fortes que se plantassem no poder indefinidamente”¹⁵³ (313), pode ter dificultado a escolha de um nome da linha dura para a candidatura. Costa Couto apresenta uma outra possibilidade. Para ele, o fato de a filiação de Ernesto Geisel à corrente moderada ser conhecida pelos militares¹⁵⁴ e, conseqüentemente, suas “convicções a respeito do caráter transitório da intervenção militar de 1964 (...)”¹⁵⁵, em oposição aos adversários da linha dura que defendiam a continuidade do regime militar por período indefinido¹⁵⁶, pode significar que eles sabiam que ao escolhê-lo “estavam escolhendo também a abertura política”¹⁵⁷. Assim, Costa Couto sustenta a possibilidade de ter predominado em 1973, entre os militares, “(...) a visão de que, debelada a guerrilha, era hora de abrandar o regime”.¹⁵⁸ Dessa forma, o general Ernesto Geisel seria o presidente capaz de, com sua lealdade aos princípios de 1964, governar “no sentido da normalização institucional” e, com seu estilo, manter firmemente as rédeas do poder.¹⁵⁹

¹⁵¹ Couto, Ronaldo Costa, op. cit., p. 122. Ver também: D’Araujo, Maria Celina; Castro, Celso (orgs.). Ernesto Geisel. RJ: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997, em que Geisel afirma: “Se o Médici não me quisesse, escolheria outro, porque tinha poder e autonomia suficientes para isso”. p. 258.

¹⁵² Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), pp. 298-300

¹⁵³ Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 313

¹⁵⁴ Incluindo aí o presidente Médici, seus auxiliares militares e todo o Alto Comando das Forças Armadas.

¹⁵⁵ Couto, Ronaldo Costa, op. cit., p. 124

¹⁵⁶ Couto, Ronaldo Costa, op. cit., p. 126

¹⁵⁷ Couto, Ronaldo Costa, op. cit., p. 124

¹⁵⁸ Couto, Ronaldo Costa, op. cit., p. 126

¹⁵⁹ Couto, Ronaldo Costa, op. cit., p. 126

1.3 A preparação para a retirada: a distensão lenta, gradual e segura

O general Ernesto Geisel possuía reconhecido preparo técnico e experiência administrativa resultantes de sua passagem por vários cargos públicos, civis e militares, entre eles a presidência da Petrobrás.¹⁶⁰ Ao longo de sua carreira militar, “(...) participou ou acompanhou de perto todas as crises político-militares”¹⁶¹ ocorridas no país a partir dos anos 30. O novo presidente era um administrador duro, de conduta austera, centralizador e perfeccionista.¹⁶² Além disso, valorizava fortemente os princípios militares de respeito à ordem, à disciplina e à hierarquia¹⁶³.

Uma parte significativa dos ministérios do governo Geisel foi ocupada por técnicos de boa reputação em suas áreas.¹⁶⁴ As nomeações políticas foram preenchidas sobretudo por quadros da Arena. Mário Henrique Simonsen assumiu o Ministério da Fazenda, substituindo o também professor de economia Delfim Netto. O Ministério do Planejamento continuou a cargo do economista João Paulo dos Reis Velloso, que ocupara o mesmo posto durante o governo Médici. Entre as nomeações políticas destacamos a do ministro da Educação e Cultura Ney Braga. Como ex-governador do Paraná, Ney Braga era “(...) um dos dois únicos ministros (o outro era Falcão)”¹⁶⁵ que já haviam conquistado um cargo público importante por eleição”.¹⁶⁶ Severo Gomes, empresário de São Paulo e destacado líder do nacionalismo econômico, assumiu o Ministério da Indústria e Comércio. O general João Baptista de Oliveira Figueiredo, que ocupara o posto de chefe do gabinete militar do governo Médici, ficou com a chefia do SNI, enquanto a chefia do gabinete militar passou para o general Dilermando Gomes Monteiro. Além de Figueiredo e Gomes Monteiro, outro castelista que ocupou um importante posto no governo Geisel foi o general Golbery do Couto e Silva. Como chefe do gabinete civil da presidência da República, o general Golbery era “o homem que enfeixava o maior poder político do Ministério”¹⁶⁷ de Geisel.

¹⁶⁰ Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 316-317

¹⁶¹ Couto, Ronaldo Costa, op. cit., p. 135

¹⁶² Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 317-318

¹⁶³ Couto, Ronaldo Costa, op. cit., p. 135

¹⁶⁴ Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 318

¹⁶⁵ Trata-se de Armando Falcão, ministro da Justiça.

¹⁶⁶ Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 318

¹⁶⁷ Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 319

Skidmore destaca como principais características do ministério do governo Geisel a ausência de “superministros”¹⁶⁸ e de “importantes figuras de estatura política independente”. Destas duas características e do estilo de comando atribuído ao general Geisel pode ter resultado a terceira característica, ou seja, a efetiva chefia exercida pelo presidente sobre os ministérios.¹⁶⁹ Sobre esta última característica, vale a pena citar a resposta dada por Geisel, anos mais tarde, à questão de que “(...) teria mais assessores do que ministros”¹⁷⁰:

“Mas isso não é verdade. É claro que eu me considerava o maior responsável e tinha que tomar conhecimento dos fatos e muitas vezes decidir. Mas os ministros tinham grande poder de liberdade, de ação, inclusive, como já disse, para escolher todos os seus auxiliares. Entretanto, eu não me omitia. No despacho, por exemplo, havia muitas proposições que eram resolvidas ali, imediatamente. Os problemas mais complexos, eu retinha para estudar. Muitas vezes os entregava ao Golbery para que os examinasse. Outras, levava-os para casa, onde os estudava no sábado, no domingo ou à noite e, assim, ficava habilitado para conversar sobre a matéria com o ministro no próximo despacho e com ele tomar a decisão. A responsabilidade final era minha, sem dúvida”.¹⁷¹

O presidente Geisel e seu ministério assumiram o governo em um momento de mudanças no panorama econômico mundial. A crise do petróleo, deflagrada pela elevação dos preços do produto no mercado internacional, atingiu o país fortemente. O Brasil, que na época importava a maior parte do petróleo que consumia, encontrou-se em meio a uma recessão mundial. A equipe econômica do governo viu-se diante de duas alternativas: ajustar a economia às novas condições mundiais, o que implicaria uma profunda desaceleração, ou buscar novas estratégias para tentar manter o crescimento acelerado, ou seja, rever o modelo do chamado “milagre econômico”.¹⁷² A segunda alternativa foi a escolhida pelo governo.

¹⁶⁸ Skidmore lembra que Delfim Netto e Orlando Geisel eram superministros do governo Médici. Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 319.

¹⁶⁹ Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 319

¹⁷⁰ D’Araujo, Maria Celina; Castro, Celso (orgs.). Ernesto Geisel. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997. p. 282.

¹⁷¹ D’Araujo, Maria Celina; Castro, Celso (orgs.). Ernesto Geisel. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997. p. 282.

¹⁷² Couto, Ronaldo Costa, op. cit., p. 133-134

Em novembro de 1974, o governo Geisel divulgou o II Plano Nacional de Desenvolvimento – II PND. Ao definir as prioridades e metas, o Plano explicitava a política de desenvolvimento a ser seguida pelo governo, deixando clara sua opção por uma estratégia não recessiva.¹⁷³

Em linhas gerais, as prioridades do II PND eram: acelerar o processo de substituição de importações de produtos intermediários e de bens de capital, potencializar as áreas de telecomunicações, transportes e infra-estrutura econômica, aumentar as exportações, ampliar o mercado interno e, para isso, melhorar a distribuição de renda. O II PND “propõe, sobretudo, um grande programa de investimentos”¹⁷⁴ nas áreas de siderurgia, papel e celulose, petroquímica, etc. Os setores de produção de energia também mereceram destaque no Plano. Além dos investimentos na Petrobrás, que expandiu seu programa de pesquisa e exploração de petróleo na plataforma submarina, e na construção da hidrelétrica de Itaipu, iniciou-se a busca por novas fontes de energia. O II PND previa investimentos na produção de energia nuclear e na pesquisa e produção do álcool como combustível.

Para viabilizar o Plano o governo devia financiar os investimentos sem diminuir as importações, por serem necessárias ao desenvolvimento, e sem aumentar as exportações, por causa da recessão mundial. A solução foi “usar as reservas cambiais e pedir empréstimos no exterior”.¹⁷⁵

Avaliando os resultados da política econômica do período Geisel, Skidmore afirma que do ponto de vista dos indicadores macroeconômicos o desempenho foi bom. Houve crescimento do PIB, embora menor que o do período do auge do “milagre econômico”, no governo Médici. A taxa de inflação subiu consideravelmente, mas o governo pôde controlar seus efeitos através da política de indexação e mini-desvalorizações. De modo geral, a economia cresceu razoavelmente, embora o custo tenha sido um aumento espetacular da dívida externa.¹⁷⁶ Segundo Costa Couto, o desempenho positivo da estratégia econômica teve suas implicações políticas, favorecendo “(...) o prestígio interno

¹⁷³ Couto, Ronaldo Costa, op. cit., p. 159

¹⁷⁴ Couto, Ronaldo Costa, op. cit., p. 159

¹⁷⁵ Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), pp. 352-353

¹⁷⁶ Cf. Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), pp. 401-407

do governo e a abertura”.¹⁷⁷ Como o governo Médici bem demonstrara, o crescimento econômico era um poderoso componente de legitimação do regime.

A par das críticas à política econômica e suas conseqüências, há o reconhecimento de que o governo Geisel foi o último “(...) a ter efetivamente um projeto de governo”.¹⁷⁸ Costa Couto afirma que o maior mérito do II PND “foi o de definir claramente os rumos do governo na economia”.¹⁷⁹ O bom desempenho na área econômica não servia apenas ao projeto de desenvolvimento rápido propugnado pelo regime. Manter o crescimento econômico e com isso melhorar a distribuição dos benefícios do desenvolvimento – com o aumento do índice de emprego e de consumo – eram também importantes instrumentos de legitimação.

Para o governo Geisel, cujo presidente assumira prometendo “sinceros esforços para o gradual, mas seguro, aperfeiçoamento democrático”, manter a legitimidade do regime era uma das condições básicas para levar adiante o projeto de abertura política sem perder o controle do processo. O objetivo de promover a abertura política, através de um processo de “distensão lenta, gradual e segura”, estava completamente de acordo com a visão castelista da Revolução. Tanto o presidente Geisel quanto o ministro Golbery, que era seu principal interlocutor, compartilhavam da idéia de que o regime militar fora uma solução de emergência para afastar a ameaça comunista, colocar o país nos trilhos do desenvolvimento econômico e sanear a área política. Nesses termos, como os focos de guerrilha tinham sido praticamente exterminados no governo Médici, a situação econômica era relativamente boa e a área política estava sob controle, era chegada a hora de iniciar o retorno à democracia. Porém, não a qualquer democracia, mas sim a uma democracia adequada às especificidades da realidade brasileira.

Sobre a questão, o presidente Geisel afirmou:

¹⁷⁷ Couto, Ronaldo Costa, op. cit., p. 143

¹⁷⁸ D’Araujo, Maria Celina; Castro, Celso (orgs.). Ernesto Geisel. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997. p. 300.

¹⁷⁹ Couto, Ronaldo Costa, op. cit., p. 159.

“As instituições políticas variam em função da natureza do país, das características que ele tem. É evidente que todos desejamos viver no regime democrático, mas esse regime democrático tem que se adaptar às peculiaridades do país”.¹⁸⁰

Já o general Golbery, principal colaborador do presidente Geisel no projeto de abertura, afirmava:

“A democracia, para mim, é muito mais participativa do que propriamente garantia de liberdade. Há um mínimo de liberdade que é indispensável, realmente, e deve ser assegurada à sociedade, mas desde que a sociedade participe das grandes decisões e colabore com o governo nas leis e nas medidas que devam ser tomadas”.¹⁸¹

A idéia de que o movimento de 64 tinha como um dos seus principais objetivos garantir a consolidação da democracia, supostamente ameaçada pela subversão comunista, pelos vícios e incompetência de alguns políticos e pelo despreparo das elites para liderar o processo de desenvolvimento do país¹⁸², sempre esteve presente nos discursos dos militares e daqueles que apoiaram o golpe.

Mas o fato de Geisel ser um castelista e, dessa forma, compartilhar da visão que concebia a intervenção militar como um ato “cirúrgico” destinado a extirpar os males que assolavam “o corpo” político, devolvendo-o ao seu funcionamento normal, ou seja, democrático¹⁸³, não foi o único fator a pesar na opção pelo início do processo de abertura naquele momento. O descontrole, a corrupção e o surgimento de um “poder militar paralelo” no interior das Forças Armadas, ameaçando a ordem e a hierarquia militares, teriam também influído na decisão de Geisel e seus colaboradores. Segundo Costa Couto:

¹⁸⁰ Apud Rezende, Maria José de. A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade – 1964-1984. Tese de doutorado. USP. 1996. p. 168 (Nota 509).

¹⁸¹ Couto e Silva, G. apud Rezende, Maria José de. A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade – 1964-1984. Tese de doutorado. USP. 1996. p. 72.

¹⁸² Segundo a Doutrina da Escola Superior de Guerra, as elites civis e militares teriam papel fundamental no processo de desenvolvimento da Nação. Às elites civis caberia o papel de intermediar a relação entre o povo e o Estado, interpretando os anseios da sociedade e fazendo-os chegar ao Estado. A elas caberia também a tarefa de detectar os valores e comportamentos do povo que deveriam ser reforçados ou substituídos por novos, mais adequados ao desenvolvimento do país. Já às elites militares caberia orientar as elites civis, norteando e delimitando sua prática, de forma a impedir que seus interesses imediatos se sobrepusessem aos interesses da Nação. Ver: Rezende, Maria José de. A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade – 1964-1984. Tese de doutorado. USP. 1996. pp. 74-83

¹⁸³ Sarney apud Couto, Ronaldo Costa, op. cit., p. 150.

“É fundamental levar em conta o apreço e apego de Geisel à ordem e à hierarquia. A verdade é que o sistema militar havia perdido o controle sobre o aparelho de segurança e informação. Era preciso reprimir a repressão, conter seus excessos, enquadrá-la na hierarquia e disciplina militar. Impor-lhe a cadeia de comando. Para ele, a revolução envelhecera, estava na contramão da história. Mais que isso: desfigurara-se, deteriorara-se. (...) Por outro lado, a repressão política criara um poder militar paralelo, praticamente autônomo, enfraquecendo os comandos, prejudicando a hierarquia e a disciplina, ameaçando a ordem dentro das próprias Forças Armadas”.¹⁸⁴

Dessa forma, o governo Geisel precisava conter a linha dura, que controlava o aparato de repressão e de informação, sem, contudo, perder o apoio militar do qual necessitava para dar continuidade ao seu projeto de distensão. Na opinião de Skidmore, a proposta de “...retorno dos militares a um papel mais ‘profissional’...”, com o “...abandono das funções de polícia nacional repressora em favor da modernização dos equipamentos, da organização e do planejamento das três armas...”, defendida pelo presidente Geisel obteve a simpatia dos oficiais militares que não se alinhavam nem com a corrente castelista nem com a linha dura.¹⁸⁵

Restava reduzir o poder dos militares mais radicais da linha dura. O mecanismo de promoções, de designação para serviços e de transferência para a reserva, alterado no governo Castelo Branco, foi um importante recurso utilizado habilmente pelo governo Geisel através dos ministros militares. O temor pelo futuro de suas carreiras permitiu ao presidente colocar na defensiva alguns oficiais da linha dura.¹⁸⁶

Os militares da linha dura, sobretudo aqueles diretamente envolvidos com o aparato de repressão e informações, opunham-se ao projeto de abertura política. Eles insistiam no discurso da necessidade de conter a ameaça comunista e a subversão e, para justificar a necessidade da repressão, “... continuavam a descobrir inimigos perigosos em cada canto do território brasileiro”.¹⁸⁷

¹⁸⁴ Couto, Ronaldo Costa, op. cit., pp. 150-151.

¹⁸⁵ Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 320.

¹⁸⁶ Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), pp. 319-320.

¹⁸⁷ Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 320.

De acordo com Skidmore, “Geisel e Golbery concordavam que ainda havia subversivos no Brasil, mas sabiam que as forças de segurança eram um foco de oposição à liberalização e acreditavam que elas estavam superestimando a ameaça subversiva para promover seus interesses políticos.”¹⁸⁸

Com relação ao desafio de manter sob estrito controle quer os militares da linha dura quer os subversivos, Geisel diria, anos depois: “... Eu tinha que lutar em duas frentes: contra os comunistas e contra os que combatiam os comunistas”.¹⁸⁹

Para o presidente Geisel a atividade subversiva da esquerda havia sofrido golpe fatal com a derrota do foco guerrilheiro do Araguaia, em 1975. Desta forma, com a desativação da luta armada, atingia-se uma das pré-condições para a abertura.¹⁹⁰ Restava, como já dissemos, controlar as forças de segurança. Sobre o assunto, Golbery afirmaria, em entrevista concedida a Alfred Stepan, em 1974, que:

“...a autonomia e radicalização das forças de segurança – se continuassem sem controle – apresentariam uma dupla ameaça para os militares brasileiros. A primeira delas era o perigo da fragmentação e argentinização ou, pior ainda, de ‘centro-americanização’ dos militares brasileiros. A outra ameaça era o distanciamento cada vez maior entre as forças fundamentalmente moderadas da sociedade brasileira e os militares brasileiros, se a comunidade de segurança permanecesse dominante.”¹⁹¹

Desde o início de sua administração, Geisel procurou alcançar algum controle do aparato repressivo valendo-se, por exemplo, da nomeação de oficiais de sua confiança para postos de comando das Forças Armadas.¹⁹² Sobre a existência de alguma orientação sua para a atuação dos órgãos de repressão, Geisel respondeu anos mais tarde que não estabeleceu diretrizes para o setor. Segundo ele:

“Nas conversas eu estabelecia que as ações de força só deviam ser usadas quando fossem absolutamente necessárias, mas deviam ser limitadas. O problema se

¹⁸⁸ Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 320.

¹⁸⁹ D’Araujo, Maria Celina; Castro, Celso (orgs.). Ernesto Geisel. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997. p. 369.

¹⁹⁰ Couto, Ronaldo Costa, op. cit., p. 145.

¹⁹¹ Alfred Stepan apud Couto, Ronaldo Costa, op. cit., pp. 145-146.

¹⁹² Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 328.

complicava por causa da organização que vinha do DOI-Codi.¹⁹³ Havia as ações deles, havia as ações da Aeronáutica, havia as ações da Marinha. Não era possível, dentro do quadro criado, estancar o processo de vez. O que se fez foi reduzir progressivamente essa atividade. A situação se complicou, entretanto, em São Paulo”.¹⁹⁴

Apesar dessa orientação, várias unidades do DOI-CODI continuaram ou intensificaram suas operações, num claro desafio à hierarquia militar e ao presidente. Em 1974 as unidades do DOI-CODI de São Paulo e Pernambuco realizaram várias operações envolvendo a prisão e tortura de supostos inimigos do regime. Não por acaso, as prisões atingiram pessoas como o jornalista Carlos Garcia, do Jornal *O Estado de S. Paulo*, e o correspondente Fred Morris, da *Time* e da *Associated Press*. Segundo Skidmore, os protestos originados pelas prisões, que apanharam o governo Geisel em início de gestão e resultaram numa publicidade negativa para o novo presidente, atestam que a escolha dos alvos pela repressão não foi aleatória.¹⁹⁵ Em 1975, por ocasião da morte de um prisioneiro político¹⁹⁶ nas celas do DOI-CODI paulista, Geisel advertiu o general Ednardo D’Ávila Mello, comandante do II Exército, informando-o de “... que não queria a repetição de fatos semelhantes”.¹⁹⁷ Na ocasião implantou a exigência de relatório mensal do Centro de Informações do Exército – CIE¹⁹⁸ sobre as prisões e libertações de presos políticos dos DOI. Com a exigência dos relatórios, que deveriam ser enviados diretamente a ele, Geisel passou a se envolver pessoalmente no acompanhamento das atividades dos órgãos de repressão, deixando clara sua desaprovação às torturas.¹⁹⁹ Ainda em 1975, o presidente Geisel enviou ao ministro chefe do SNI, general Figueiredo, um despacho em que solicitava que fosse informada aos generais Sylvio Frota, ministro do Exército, e Danton de Paula Avelino, titular do CIE, sua desaprovação a um relatório do CIE. No despacho, referindo-se à prática das prisões, ele afirmava:

“... Há uma inércia de procedimento que vem desde a atuação parcial de 1964 e que persevera, qual um realejo que só sabe tocar uma música. Se o comunismo está tão

¹⁹³ DOI-CODI: Destacamento de Operações e Informações – Centro de Operações de Defesa Interna

¹⁹⁴ D’Araujo, Maria Celina; Castro, Celso (orgs.). Ernesto Geisel. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997. p. 369.

¹⁹⁵ Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 329.

¹⁹⁶ Trata-se do tenente José Ferreira de Almeida, da Polícia Militar de São Paulo. Vide: Couto, Ronaldo Costa, op. cit., p. 174.

¹⁹⁷ Couto, Ronaldo Costa, op. cit., p. 174.

¹⁹⁸ Principal órgão de repressão do governo Médici.

¹⁹⁹ Couto, Ronaldo Costa, op. cit., pp. 174-175

forte como dizem – forte e ameaçador – e se vem sendo combatido tenazmente há mais de dez anos, força é convir que esse combate tem sido ineficaz. Não será o caso de fazer um honesto exame crítico, rever o que está errado e imaginar novos e melhores procedimentos?”²⁰⁰

Em outubro de 1975, apenas dois meses depois da advertência ao general Ednardo D’Ávila Mello e um mês depois do despacho ao general Figueiredo, ocorreu a morte do jornalista Vladimir Herzog numa cela do DOI-CODI paulista. Em nota oficial, o comando do II Exército informou que o jornalista, que assinara confissão declarando-se membro do Partido Comunista Brasileiro, cometera suicídio por enforcamento.²⁰¹

O jornalista Vladimir Herzog, que trabalhava na TV Cultura de São Paulo, fora procurado por agentes do DOI-CODI, na sede da emissora. Com a intermediação de diretores da emissora ele conseguiu adiar para a manhã seguinte seu comparecimento ao órgão para prestar esclarecimentos. Cumprindo o estabelecido, ele compareceu pessoalmente ao quartel na manhã seguinte. No final da tarde, sua morte foi anunciada pelo comando do II Exército.²⁰²

A morte de Herzog provocou forte comoção em vários setores da opinião pública, mobilizando, por exemplo, os estudantes e professores da USP, que entraram em greve. A Ordem dos Advogados do Brasil – OAB e o Sindicato dos Jornalistas exigiram a abertura de inquérito. Houve também uma reação da Igreja Católica, com cerca de quarenta bispos assinando uma denúncia contra a violência do governo. Além disso, o cardeal Dom Paulo Evaristo Arns organizou e presidiu um culto ecumênico que reuniu rabinos e pastores protestantes na catedral de São Paulo, em memória de Herzog.²⁰³

O presidente Geisel determinou a abertura de investigação sobre o caso. A comissão de investigação, composta apenas por militares, confirmou a versão de morte por suicídio, e teve seu parecer ratificado pelo tribunal militar que julgou o caso.²⁰⁴

²⁰⁰ O documento é citado na íntegra por: Couto, Ronaldo Costa, op. cit., p. 175

²⁰¹ Couto, Ronaldo Costa, op. cit., p. 178.

²⁰² Couto, Ronaldo Costa, op. cit., p. 178.

²⁰³ Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 345-346.

²⁰⁴ Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 347.

Costa Couto acredita que há duas hipóteses para explicar a ação do aparelho repressivo, neste caso. A primeira considera a morte de Herzog como um “acidente de trabalho”, ou seja, os torturadores não pretendiam matá-lo. Já a segunda considera o ato proposital, uma provocação ao presidente. De qualquer maneira, a ação dos torturadores representou um claro desafio à orientação de Geisel e uma prova de que ele não havia logrado submeter o aparelho repressivo ao seu controle.²⁰⁵

Segundo testemunho do general Ênio dos Santos Pinheiro sobre o episódio, Geisel teria chamado o general Sylvio Frota, então ministro do Exército, e advertido: “Se acontecer outra coisa semelhante, você está na rua! Você e todo mundo!”²⁰⁶

Mas a parcela mais radical da linha dura, representada pelo aparato repressivo, não esperou muito tempo para novamente desafiar o presidente Geisel. Em janeiro de 1976, nova morte ocorreu nas dependências do DOI-CODI paulista. Desta vez a vítima foi o operário Manuel Fiel Filho, do Sindicato dos Metalúrgicos. A versão oficial, novamente, foi de suicídio.²⁰⁷

A reação do presidente Geisel foi imediata: sem consultar o Alto Comando do Exército exonerou sumariamente o general Ednardo D’Ávila, comandante do II Exército ao qual estava subordinado o DOI-CODI paulista. A demissão de um comandante de tão alto escalão, “... fato inédito na vida republicana”²⁰⁸ do país, ainda mais sem a consulta prévia ao Alto Comando, demonstrou “... o grande poder do presidente no seio da oficialidade do Exército...”²⁰⁹

A demonstração de força do presidente Geisel “... emitiu uma onda de choque através das fileiras militares”²¹⁰, abalando a linha dura. Contudo, o ato de autoridade do presidente, embora não contestado, pelo menos não publicamente, foi assimilado a contragosto por alguns militares, como o general Sylvio Frota. Segundo Carlos Chagas, o general, que sentiu sua autoridade arranhada pelo ato do presidente, teria decidido não

²⁰⁵ Couto, Ronaldo Costa, op. cit., p. 179.

²⁰⁶ O general Ênio dos Santos Pinheiro foi chefe de gabinete do ministro do Exército. O testemunho está registrado no livro *A memória militar sobre a abertura*, CPDOC-FGV, p. 229, citado por: Couto, Ronaldo Costa, op. cit., p. 179.

²⁰⁷ Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 347.

²⁰⁸ Afirmação feita por Aureliano Chaves em Couto, Ronaldo Costa, op. cit., p. 181.

²⁰⁹ Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 348.

²¹⁰ Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 348.

mais admitir, “... enquanto fosse ministro, desmoralização igual para um de seus comandados”.²¹¹

Recorrendo à estratégia das ações casadas²¹², o presidente Geisel, usando o AI 5, cassou os mandatos e suspendeu os direitos políticos de deputados acusados de pertencer ao PCB ou de protestar contra o governo militar.²¹³ O governo precisava manter o apoio da oficialidade e, para isso, tinha de provar sua determinação em manter a oposição e a subversão sob controle. Ao falar, anos mais tarde, de sua atuação sobre os órgãos de repressão e o SNI, Geisel afirmou que:

“... Era uma área difícil. Um dos fatores que é preciso levar em conta é que eu não podia ficar com as Forças Armadas e principalmente o Exército contra mim. [...] O combate à subversão era um dentre os muitos temas que eu tinha que atender. Era *um* dos problemas. Eu também não podia ser radicalmente contrário ao combate. Podia ser contrário aos métodos, aos procedimentos, à maneira de combater, e sobre isso eu muito conversava, e muitas vezes procurava convencer”.²¹⁴

O desfecho final do embate entre castelistas e linha dura, ou seja, entre o projeto de abertura e o de permanência e radicalização do regime militar, só ocorreu em 1977, já em pleno período sucessório, com a exoneração do general Sylvio Frota e conseqüente submissão dos oficiais da linha dura ao projeto do presidente Geisel. Sobre a demissão do general, “... primeira exoneração sumária de um ministro do Exército desde o advento da República”²¹⁵, falaremos mais adiante.

²¹¹ Chagas apud Couto, Ronaldo Costa, op. cit., p. 190.

²¹² Modelo de ação estratégica adotado por Geisel e Golbery na condução do processo de distensão. Golbery assim descreveu as regras de ação: “1. cada par de ações (contra a direita e contra a esquerda) deve desencadear-se em prazo curto, uma seguindo-se logo à outra, para que se crie a convicção geral de sua solidariedade e se evidencie não estar o poder central agindo sob a influência de qualquer delas – reforço de posição própria, independente; 2. intervalos entre pares de solidários de ação devem ser dos mais variados, garantindo-se-lhes efeitos de surpresa; 3. as seqüências esquerda-direita e direita-esquerda devem suceder-se sem qualquer regularidade perceptível; 4. as ações devem ser as mais distantes possíveis entre si, quanto a seu espaço social de aplicação, isto é, alvos preferenciais deverão ser as extremas da direita ou esquerda, permitindo-se aos elementos mais moderados delas desvincularem-se; 5. não perder oportunidades de ação sempre que a esquerda ou a direita se excedam, tanto mais quanto mais flagrantes sejam os seus excessos: graduar as reações de modo a nunca enfraquecer demasiadamente – quanto mais eliminar prematuramente – uma qualquer das extremas em reforço à outra, o que possivelmente viria a ser comprometedor para a posição central e isenta do Governo.” Couto e Silva apud Couto, Ronaldo Costa, op. cit., p. 156-157.

²¹³ Couto, Ronaldo Costa, op. cit., p. 194.

²¹⁴ Ernesto Geisel / Organizadores Maria Celina D’Araujo e Celso Castro. RJ: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997. p. 379.

²¹⁵ Couto, Ronaldo Costa, op. cit., p. 214.

O "... zelo quase obsessivo de não perder o controle do processo"²¹⁶, tanto de Geisel quanto de Golbery, tinha, provavelmente, suas raízes na derrota castelista para a linha dura por ocasião da escolha do general Costa e Silva para a presidência da República. Contudo, a idéia de que o processo de abertura deveria ser gradual e altamente controlado encontrou justificativa teórica num trabalho do cientista político norte-americano Samuel Huntington.

O professor Huntington, de Harvard, veio ao Brasil em outubro de 1972, a convite do então chefe do gabinete civil do governo Médici, Leitão de Abreu. Curiosamente, a visita de Huntington foi motivada pelo interesse de Leitão de Abreu em aprofundar uma discussão que iniciara sobre "... como a repressão podia ser desativada em favor de um sistema mais aberto."²¹⁷ No ano seguinte, Huntington entregou a Leitão de Abreu um documento intitulado *Métodos de Descompressão Política*, no qual afirmava que "o relaxamento dos controles em qualquer sistema político autoritário pode muitas vezes ter efeito explosivo em que o processo sai do comando daqueles que o iniciaram..."²¹⁸

Vale a pena registrar que, em resposta ao trabalho de Huntington, o cientista político Wanderley Guilherme dos Santos escreveu, em 1973, o documento *Estratégias de Descompressão Política*, no qual "... apresentou uma base sofisticada para um processo gradual e altamente controlado de liberalização política".²¹⁹ No documento, Santos estabeleceu como meta prioritária a restauração dos seguintes princípios e direitos: independência do Judiciário, liberdade de expressão e de imprensa, habeas-corpus e outros direitos individuais, liberdade de organização, regras para a disputa do poder político e procedimentos legais para o uso da coerção. A estratégia de liberalização gradual e crescente defendida por Santos visava evitar "os riscos de recompressão", ou seja, de retrocesso.²²⁰

²¹⁶ Couto, Ronaldo Costa, op. cit., p. 155.

²¹⁷ Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 323.

²¹⁸ Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 323.

²¹⁹ Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 324.

²²⁰ O documento escrito por Wanderley Guilherme dos Santos para apresentação em um seminário, foi publicado pelo Instituto de Pesquisas, Estudos e Assessoria do Congresso, em 1973. A publicação incluiu, além do documento, depoimento do autor e perguntas de congressistas. Uma síntese do documento foi publicada no Jornal do Brasil de 30/09/1973. Em seu livro *Poder e política: crônica do autoritarismo brasileiro* (Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1978), Santos reproduziu diversos artigos seus, publicados nos jornais entre julho e dezembro de 1974, sobre o tema. Skidmore chama a atenção para o fato de que tanto

No início de 1974 Huntington foi convidado, por Golbery, a voltar ao país para discutir seu documento. Golbery estava interessado em saber como o governo poderia promover o aumento da participação de setores da sociedade, os chamados “órgãos intermediários”²²¹, no sistema político. Para ele, “... o governo tinha que estabelecer canais de consulta com esses grupos incorporando-os ao sistema político um de cada vez”. Além disso, Golbery pediu ao professor que esclarecesse como o governo poderia promover o fortalecimento do Congresso e dos partidos políticos, limitar a influência do poder econômico nas eleições, aumentar o eleitorado, entre outras questões.²²²

Embora Geisel não reconhecesse nenhum resultado prático do trabalho de Huntington no processo de liberalização²²³, parece claro que as afirmações do cientista político sobre os riscos da descompressão corroboraram a adoção da estratégia de abertura gradual e altamente controlada.

Os trabalhos de Huntington e Wanderley Guilherme dos Santos foram apresentados em diferentes seminários e conferências e, como vimos, provocaram intensos debates no meio intelectual, na imprensa e no Congresso. Tal fato chama a atenção porque o governo não interferiu no debate, e não só permitiu como até encorajou alguns desses eventos.²²⁴

Várias circunstâncias, como o encontro de Geisel com o Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns²²⁵, a reunião²²⁶ de Golbery com representantes da CNBB²²⁷, os discursos do

o documento, quanto os artigos puderam ser publicados, provocando intenso debate em âmbito nacional, justamente quando o próprio governo Geisel discutia internamente o assunto. Ver: Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), pp. 324-326.

²²¹ Golbery usava o termo “órgãos intermediários” para se referir a igreja, as universidades, a imprensa e a classe trabalhadora. Vide: Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 327.

²²² Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 327.

²²³ É o que se depreende de sua afirmação de que as conversas entre Huntington e Leitão de Abreu e, mais tarde, entre ele e Golbery, não obtiveram resultados práticos. Ver: Ernesto Geisel / Organizadores Maria Celina D’Araujo e Celso Castro. RJ: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997. p. 233.

²²⁴ O documento de Wanderley Guilherme dos Santos foi apresentado “...em um seminário realizado em setembro de 1973...” e posteriormente debatido num seminário parlamentar no Congresso. O autor escreveu, também, vários artigos de jornal sobre o tema durante o ano de 1974. Também em 1974, Huntington participou da conferência “O papel dos legislativos nos países em desenvolvimento”, que reuniu pesquisadores dos EUA, Canadá e Alemanha Ocidental. Na ocasião Huntington chamou Golbery de “o patrono silencioso” do evento. Vide: Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 324 e 327 (Nota 17).

²²⁵ Membro da ala progressista da Igreja Católica e crítico severo da violência do regime militar.

presidente, o interesse pelo tema da descompressão e a não interferência do governo no debate sobre o assunto, foram entendidas pela sociedade como sinais de possíveis mudanças.

Em março de 1974, em discurso, Geisel afirmou:

“Envidaremos sinceros esforços para o gradual, mas seguro, aperfeiçoamento democrático, ampliando o diálogo honesto e mutuamente respeitoso e estimulando maior participação das elites responsáveis e do povo em geral, para a criação de um clima salutar de consenso básico e a institucionalização acabada dos princípios da Revolução de 64. Os instrumentos excepcionais de que o governo se acha armado para manutenção da atmosfera de segurança e de ordem, fundamental para o próprio desenvolvimento econômico-social do país sem pausas de estagnação e, muito menos, retrocessos sempre perigosos, almejo vê-los não tanto em exercício duradouro ou freqüente, antes como potencial de ação repressiva ou de contenção mais enérgica e, assim mesmo, até que se vejam superados pela imaginação política criadora, capaz de instituir, quando for oportuno, salvaguardas eficazes e remédios prontos e realmente eficientes dentro do contexto constitucional”.²²⁸

Muito embora o governo afirmasse sua intenção de iniciar o processo de distensão, sempre o fazia com a ressalva de que não admitiria pressões para acelerar o ritmo do processo. Mas o simples reconhecimento, pelo governo, de que havia uma situação de tensão a ser distendida e, mais ainda, de que o regime era de exceção, uma vez que se admitia a necessidade de caminhar para a normalização, abriu uma perspectiva de mudança.²²⁹

No campo político, o presidente esperava, ao que parece, que o início da distensão favorecesse a imagem do governo e, conseqüentemente, a Arena nas eleições parlamentares de 1974.²³⁰ Por esse motivo, ele teria recomendado aos “... governadores e

²²⁶ Tanto o encontro de Geisel com o Cardeal Arns, quanto a reunião de Golbery com membros da CNBB, ocorreram em fevereiro de 1974, antes da posse do novo governo. Vide: Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 326.

²²⁷ Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

²²⁸ Oliveira, Eliézer Rizzo de. De Geisel a Collor: forças armadas, transição e democracia. Campinas, SP: Papirus, 1994. P. 59-60.

²²⁹ Couto, Ronaldo Costa, op. cit., p. 154.

²³⁰ Na verdade, foram duas eleições naquele ano. Em outubro, o governo conduziu as eleições indiretas para governadores sem enfrentar qualquer dificuldade. A Arena, partido governista, controlava as assembleias

aos diretórios regionais da Arena que não se envolvessem em qualquer tipo de intimidação do eleitor ou outras práticas questionáveis”.²³¹ Além disso, o governo permitiu o acesso dos candidatos à televisão.²³² Tanto esforço para garantir que as eleições tivessem caráter relativamente livre não poupou o governo de uma fragorosa derrota.

As vitórias eleitorais da Arena até 1970 foram sempre “... apresentadas como consagração plebiscitária do regime militar, a vitória do grande sim sobre o pequeno não”.²³³ Desta forma, as eleições de 1974 revestiram-se também de um caráter plebiscitário, com os seus resultados, ou seja, o crescimento da oposição, representando um não ao governo.²³⁴

Com o resultado das eleições o “mapa político-eleitoral do país”²³⁵ foi significativamente alterado. O MDB conquistou dezesseis “...dos 22 cargos correspondentes à renovação de um terço do senado...”²³⁶, passando de sete para vinte senadores. A Arena teve sua bancada reduzida de 59 para 46 senadores. Na Câmara dos Deputados, o MDB saltou de 87 para 165 cadeiras, enquanto a Arena caiu de 223 para 199²³⁷. Com esse resultado o governo perdeu a maioria necessária para a aprovação de emendas constitucionais. Nas eleições para as assembleias legislativas estaduais, a oposição conquistou a maioria dos cargos nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná, Amazonas e Acre.²³⁸

Segundo Costa Couto, o desempenho eleitoral do MDB pode ser creditado à existência de um clima de “maior liberdade”, ao acesso à televisão e à repercussão da campanha do MDB pela “anticandidatura” de Ulysses Guimarães e Barbosa Lima Sobrinho, ocorrida no final de 1973²³⁹. A campanha, que culminou com a esperada derrota da oposição e a eleição de Geisel, permitiu que os “anticandidatos” do MDB

estaduais onde ocorreram as eleições e venceu facilmente o pleito. Vide: Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 335-336.

²³¹ Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 336 (Nota 39).

²³² Couto, Ronaldo Costa, op. cit., p. 159-160.

²³³ Oliveira, Eliézer Rizzo de. De Geisel a Collor: forças armadas, transição e democracia. Campinas, SP: Papirus, 1994. P. 55.

²³⁴ Couto, Ronaldo Costa, op. cit., p. 160.

²³⁵ Couto, Ronaldo Costa, op. cit., p. 161.

²³⁶ Couto, Ronaldo Costa, op. cit., p. 160.

²³⁷ Nas eleições de 1974 o número de cadeiras da Câmara dos Deputados foi aumentado de 310 para 364. Vide: Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 337 e Couto, Ronaldo Costa, op. cit., p. 161 (Nota de rodapé).

²³⁸ Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), pp. 335-339 e Couto, Ronaldo Costa, op. cit., pp. 160-162.

²³⁹ Couto, Ronaldo Costa, op. cit., p. 125.

percorressem o país divulgando suas idéias, criticando o governo e anunciando o “... fim da euforia econômica dos anos Médici”.²⁴⁰

Segundo Skidmore, ao governo restou um consolo: “a campanha extraordinariamente bem-sucedida do MDB fora contra Médici, não contra Geisel, detalhe que o senador Franco Montoro posteriormente reconheceu”.²⁴¹

De qualquer forma, houve inquietação entre os estrategistas da equipe de Geisel quanto à capacidade do governo em “... controlar o cenário político civil durante o processo de liberalização gradual”.²⁴² Tal controle era imprescindível para garantir que a abertura se daria no ritmo e na proporção determinados pelo governo, evitando-se assim maiores surpresas que poderiam advir tanto da oposição quanto da linha dura. Apesar da inquietação, o resultado das eleições foi encarado também como uma confirmação do desgaste do regime e da necessidade de implementar o processo de abertura.²⁴³

Em dezembro de 1974, o presidente Geisel, que já havia assegurado o respeito ao resultado das eleições, fez o seguinte pronunciamento à nação:

“Ressentimentos – e não há razões para cultivá-los – não me tolhem, nem sinto simples constrangimento – que até seria compreensível – ao registrar que o Movimento Democrático Brasileiro, partido da oposição, alcançou substancial avanço na autenticidade de sua acrescida expressão política. Tanto mais, porque soube fazê-lo com comedimento e autodisciplinando-se, no abandono de uma inepta e já superada postura contestatória, e voltado agora, como anteverjo, para um futuro de maior responsabilidade compartilhada, na tarefa de construção perene da grande nação que o nosso povo merece – livre, poderosa, dinâmica e rica, praticando civismo democrático, na plenitude da justiça social. (...) Na verdade, é essa vitória do partido contrário que legitima, sem discussão, a maioria da Arena, como partido do governo, nas Assembléias de dezesseis estados da Federação e, notadamente, no Congresso Nacional”.²⁴⁴

²⁴⁰ Couto, Ronaldo Costa, op. cit., p. 161.

²⁴¹ Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 339.

²⁴² Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 339.

²⁴³ Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), pp. 339-340.

²⁴⁴ Couto, Ronaldo Costa, op. cit., pp. 161-162.

Apesar de realmente ter respeitado o resultado das urnas, o governo, através de seu ministro da Justiça, não demorou a buscar os “culpados” pela vitória da oposição. Em janeiro de 1975 o ministro Armando Falcão “... desfechou violenta repressão sobre o Partido Comunista²⁴⁵ (...), afirmando que ele estava por trás da vitória do MDB nas eleições (...)”.²⁴⁶ A repressão ao PCB, partido que não aderira à luta armada, foi apoiada pela linha dura e, talvez, tenha sido desencadeada exatamente para satisfazê-la, acalmando seus ânimos.²⁴⁷

Em agosto de 1975, num pronunciamento, Geisel falou sobre o significado, para o governo, do processo de distensão:

“O que almejamos para a nação (...) é um desenvolvimento integrado e humanístico, capaz, portanto, de combinar, orgânica e homoganeamente, todos os setores – político, social e econômico – da comunidade nacional. Com esse desenvolvimento é que alcançaremos a *distensão* – isto é, a atenuação, se não eliminação, das tensões multiformes, sempre renovadas, que tolhem o progresso da nação e o bem-estar do povo”.²⁴⁸

Referindo-se, ao que parece, ao discurso da oposição sobre o processo de distensão, ele afirmou, no mesmo pronunciamento:

“A ‘distenção’²⁴⁹ é aí apresentada com a conotação exclusivamente política, visando, pelo que se diz, ao indispensável restabelecimento do chamado ‘Estado de Direito’ mediante a pura e simples revogação do AI 5 e, complementarmente, a revogação do DL-477, a revisão da Lei de Segurança Nacional, a concessão da anistia ampla. Preconiza-se também a reforma da Constituição, com a redução dos poderes do Executivo – considerados excessivos – e a ampliação das atribuições do Legislativo. Sente-se nessas proposições um indistigável saudosismo pelo passado não muito remoto (...)”²⁵⁰

²⁴⁵ Partido Comunista Brasileiro – PCB.

²⁴⁶ Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 342.

²⁴⁷ Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 342.

²⁴⁸ Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), pp. 343-344.

²⁴⁹ Com “ç” mesmo. Note-se que Geisel, quando se refere ao tipo de distensão defendida pelo seu governo, no trecho anteriormente reproduzido, usa o termo *distensão* (com “s”).

²⁵⁰ Oliveira, Eliézer Rizzo de. De Geisel a Collor: forças armadas, transição e democracia. Campinas, SP: Papirus, 1994. p. 62.

Com esse discurso, o presidente Geisel deixou clara sua intenção de não abrir mão dos instrumentos de que dispunha, sobretudo do AI 5.

Como vimos anteriormente, Geisel recorreu ao AI 5 em várias ocasiões durante seu governo. Durante o ano de 1975 ele usou os poderes extraordinários que o Ato lhe conferia para, por exemplo, demitir três juizes acusados de corrupção e cassar o mandato de um senador pernambucano da Arena.²⁵¹ Além disso, o AI 5 foi o instrumento utilizado na ofensiva do ministro da Justiça, Armando Falcão, contra os militantes do PCB e remanescentes da ALN²⁵². Em 1976 o presidente cassou os mandatos e direitos políticos de alguns deputados federais, deputados estaduais paulistas e vereadores de Porto Alegre, todos da oposição.²⁵³

Em virtude da clara influência do rádio e da televisão nos resultados das eleições de 1974, o governo decidiu rever sua decisão de permitir o acesso dos candidatos a esses meios de comunicação. Isso porque "... o governo temia que as eleições municipais de 1976 e, sobretudo, as estaduais e federais de 1978 fossem ainda piores (...) que as de 1974, se mantidas as mesmas regras."²⁵⁴

Em julho de 1976, o governo obteve a aprovação do Congresso da lei que não só disciplinava como restringia o acesso ao rádio e à televisão para fins de propaganda eleitoral. A Lei nº 6.339, que ficou conhecida como Lei Falcão²⁵⁵, permitia apenas que no rádio e na televisão fossem lidos o nome, o número, a legenda e os dados biográficos do candidato. No caso da televisão, era permitida a apresentação de fotografia ou imagem do candidato. Além disso, a justiça eleitoral proibiu que cartazes ou outros "recursos visuais" com fins eleitorais fossem utilizados em locais públicos.²⁵⁶ Desta forma, ampliou-se a vantagem da Arena sobre o MDB, uma vez que o partido do governo não só dispunha de muito mais recursos financeiros para promover seus candidatos, como

²⁵¹ O senador Wilson Campos fora flagrado em ato de extorsão política. Vide: Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 343.

²⁵² Ação Libertadora Nacional, grupo de Carlos Marighela.

²⁵³ Couto menciona os nomes de cinco deputados sem dizer se eram deputados federais ou estaduais, um deputado estadual paulista e dois vereadores de Porto Alegre. Ver: Couto, Ronaldo Costa, op. cit., pp. 194-195. Já Skidmore cita dois deputados estaduais paulistas e três deputados federais. Ver: Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 370.

²⁵⁴ Couto, Ronaldo Costa, op. cit., p. 195.

²⁵⁵ Referência ao ministro da Justiça, Armando Falcão.

²⁵⁶ Couto, Ronaldo Costa, op. cit., p. 196.

também contava com uma estrutura de diretórios regionais muito maior que a da oposição.²⁵⁷

O partido governista conseguiu vencer as eleições municipais de 1976 na maioria das cidades brasileiras. Porém, a oposição venceu a disputa pelas prefeituras de 59 das 100 maiores cidades do país²⁵⁸, além de obter maioria nas câmaras municipais de cidades importantes como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, Campinas e Santos.²⁵⁹ O desempenho da oposição, ou seja, o crescimento eleitoral significativo nas áreas urbanas e industriais mais desenvolvidas do país, apenas confirmou "... a hipótese do estudo do SNI de vitória do MDB, se mantidas as regras de 1974".²⁶⁰

O resultado das eleições municipais de 1976 convenceu os estrategistas do governo Geisel de que apenas a Lei Falcão não seria suficiente para impedir o crescimento do MDB nas eleições seguintes. O governo precisava mudar as regras do jogo eleitoral sob pena de perder o controle do processo de abertura lenta, gradual e segura. Uma eventual vitória do MDB nas eleições de 1978 significaria a transferência do poder para a oposição e provocaria certamente uma reação incontrolável da linha dura.²⁶¹

O calendário eleitoral previa eleições diretas para as assembleias legislativas estaduais, para a Câmara dos Deputados e para 2/3 do Senado. Além disso, as regras eleitorais vigentes determinavam que as eleições de 1978 fossem diretas também para os cargos de governador.²⁶² Sendo assim, além de correr o risco de perder o controle sobre assembleias estaduais e governadores, havia um risco ainda maior. Caso a oposição conseguisse a maioria dos cargos na Câmara e no Senado, passaria a dominar o colégio eleitoral e, assim, elegeria o sucessor de Geisel. Tal hipótese era simplesmente impensável para o governo e devia ser afastada a qualquer custo.

²⁵⁷ Couto, Ronaldo Costa, op. cit., p. 196.

²⁵⁸ Couto, Ronaldo Costa, op. cit., p. 196.

²⁵⁹ Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 372.

²⁶⁰ Couto, Ronaldo Costa, op. cit., p. 196.

²⁶¹ Couto, Ronaldo Costa, op. cit., p. 200- 201.

²⁶² Conforme a Emenda Constitucional, propugnada pelo governo Médici em abril de 1972, que tornou indiretas as eleições de 1974, adiando as eleições diretas para 1978. Ver: Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 297.

Recorrendo aos poderes ditatoriais conferidos pelo AI 5, o presidente Geisel fechou o Congresso em 1º de abril de 1977. A bancada do MDB votara contra um projeto de emenda constitucional²⁶³ proposto pelo governo, impedindo sua aprovação.²⁶⁴ Esse foi o pretexto utilizado para justificar o fechamento do Congresso. Logo em seguida, Geisel anunciou várias medidas de natureza constitucional, cujo conjunto ficou conhecido como “pacote de abril”. Este “pacote” incluiu a emenda constitucional de reforma do judiciário que fora rejeitada pelo Congresso. Mas as medidas mais importantes para garantir a manutenção do controle sobre o processo de abertura foram as que alteraram o sistema eleitoral.²⁶⁵ As eleições para governadores passaram a ser indiretas. Os novos governadores seriam então eleitos por um colégio eleitoral formado pelos deputados estaduais e por representantes das câmaras municipais.²⁶⁶ Com essa mudança o governo federal garantiu o controle de todos os Estados, com exceção do Rio de Janeiro. Os novos senadores passaram a ser eleitos da seguinte forma: um por voto direto e o outro (apelidado de “senador biônico”) pelo colégio eleitoral do estado. A representação de cada estado na Câmara dos Deputados deixou de ser proporcional ao eleitorado, e passou a ser proporcional à população. Cada estado poderia ter no máximo 55 e no mínimo seis representantes. A medida beneficiou os estados do Norte, Nordeste e Centro-oeste, não por acaso regiões nas quais a Arena costumava obter vitórias eleitorais. Em contrapartida, a mudança prejudicou estados como São Paulo que passou de 81 para 55 deputados federais. O mandato presidencial, inclusive do sucessor de Geisel, passou a ser de seis anos. A composição do colégio eleitoral que elegeria o próximo presidente da República passou a ser a seguinte: os 420 deputados federais, os 66 senadores e “... mais três representantes de cada assembleia legislativa – e ainda mais um para cada um milhão de habitantes - (...), observada a proporcionalidade em relação às duas bancadas ...” O Estado do Mato Grosso foi desmembrado e surgiram os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Assim, o partido governista ganhou mais quatro deputados federais e três senadores. A Lei Falcão passou a valer para todas as eleições, municipais, estaduais ou federais. Houve ainda a alteração do quorum para a

²⁶³ Tratava-se de projeto de reforma do Poder Judiciário.

²⁶⁴ Vale lembrar que a Arena já não dispunha da maioria de 2/3 dos votos, necessária para aprovação de emendas constitucionais.

²⁶⁵ Editadas através da Emenda Constitucional nº 8, de 14 de abril de 1977.

²⁶⁶ O número de representantes seria proporcional ao número de vereadores de cada partido.

aprovação de emendas constitucionais, passando de 2/3 para maioria simples. Com isso o MDB perdeu a capacidade de impedir a aprovação de propostas do governo.²⁶⁷

A reação da oposição e da imprensa foi imediata. Mas apesar dos veementes protestos do MDB e das severas críticas da imprensa às medidas baixadas pelo “pacote de abril”, Geisel manteve o cronograma previamente estabelecido e reabriu o Congresso em 15 de abril de 1977.

Com a edição do “pacote” o governo Geisel garantiu a permanência do controle sobre o Congresso e sobre os governos estaduais, fator decisivo para a continuidade do processo de distensão, nos moldes pré-estabelecidos. Anos mais tarde, ao se referir ao fechamento do Congresso logo após a não aprovação da reforma do Judiciário pela oposição e à edição do “pacote de abril”, Geisel afirmou:

“Pensei muito e achei que era um desafio da oposição. Era uma demonstração de força usada em detrimento do real interesse da nação. Eu também estava preocupado em permitir que o meu sucessor pudesse governar em melhores condições. Uma dessas condições estava ligada à eleição dos governadores, em 1978. Eu vinha matutando como isso podia ser feito. Em vez de voltar ao voto direto, eu achava mais conveniente manter o voto em dois níveis. A única maneira de fazer isso era realmente através de um ato de força. Creio que o problema da reforma do Judiciário me incentivou a fazê-lo de uma vez e então juntei as duas matérias”.²⁶⁸

Em novembro de 1978 ocorreram as eleições diretas para parlamentares. Como já era previsto, as mudanças nas regras eleitorais constantes no “pacote de abril” beneficiaram a Arena, que conseguiu manter a maioria no Senado e na Câmara. Os resultados das eleições confirmaram a tendência de crescimento da oposição, sobretudo nas áreas mais industrializadas e urbanizadas do país. Por outro lado, manteve-se o predomínio da Arena nas regiões menos desenvolvidas. O MDB obteve a maioria dos votos válidos para o Senado, mas conquistou apenas nove cadeiras. Já a Arena, somados os senadores eleitos por voto direto e indireto, conquistou 36 cadeiras. Na

²⁶⁷ Couto, Ronaldo Costa, op. cit., p. 202-203.

²⁶⁸ Ernesto Geisel / Organizadores Maria Celina D’Araujo e Celso Castro. RJ: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997. p. 393.

Câmara dos Deputados, apesar da pequena diferença dos votos obtidos pelos partidos²⁶⁹, a Arena ficou com 231 cadeiras, contra 189 do MDB. A Arena conseguiu manter também sua posição de maioria em grande parte das assembleias legislativas estaduais, embora tenha havido também um crescimento significativo da oposição.²⁷⁰

Como vimos anteriormente, o processo de abertura imaginado e implementado por Geisel e Golbery propugnava uma distensão lenta, gradual e segura no relacionamento do governo com todos os setores da sociedade. Golbery defendia um aumento gradativo da participação de setores como a imprensa, a Igreja e as universidades, através de canais de consulta estabelecidos pelo governo, no sistema político. Os instrumentos de controle e repressão deveriam ser mantidos como opções sempre à mão para conter qualquer eventual abuso ou exacerbação dos ânimos, sobretudo dos opositores do regime. Com relação à imprensa, o governo Geisel iniciou o processo de suspensão da censura em janeiro de 1975, quando determinou o fim da censura prévia ao jornal *O Estado de S. Paulo*.²⁷¹ Muito embora a censura prévia tenha sido removida lenta e gradualmente, a imprensa experimentou desde o início do governo Geisel um clima menos rígido.²⁷² A não interferência do governo no debate provocado pelo tema da distensão foi um primeiro sinal. Depois, já em 1975, a imprensa passou a noticiar as ações do aparelho repressivo, denunciando a tortura e outras violações dos direitos humanos. No final de 1975, a morte de Vladimir Herzog ganhou grande destaque nos principais jornais do país.²⁷³ A edição do “pacote de abril” foi outro tema bastante debatido e criticado pela imprensa. Lentamente, um outro obstáculo à liberdade de imprensa começa a ser superado: a autocensura.²⁷⁴

Como visto anteriormente, no início de 1974, um mês antes de tomar posse, o governo Geisel procurou uma aproximação com a Igreja Católica. Na época,

²⁶⁹ A Arena obteve cerca de 1% a mais de votos que o MDB.

²⁷⁰ Couto, Ronaldo Costa, op. cit., p. 248-249.

²⁷¹ Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 340-341.

²⁷² Na verdade, no início do governo, houve uma ofensiva dos censores federais sobre alguns jornais e revistas, como por exemplo a revista *Veja*, provavelmente por influência da linha dura. Ao longo da gestão Geisel, as ações dos censores foram se abrandando, permanecendo uma censura mais rigorosa sobre os semanários *Opinião e Movimento*. Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 368-369.

²⁷³ Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 330, 368-369.

²⁷⁴ Mecanismo induzido pela censura, a autocensura buscava não apenas evitar possíveis problemas com o aparelho repressivo, mas também evitar o desgaste de produzir material que, se sabia previamente, não passaria pelo censor. Além disso, cada matéria censurada representava um prejuízo financeiro, sobretudo para as empresas menores.

representantes da igreja chegaram a manifestar certo otimismo com o novo governo. Contudo, logo nos primeiros meses houve uma ofensiva do aparato repressivo, provocando a mobilização de membros da Igreja e da OAB contra a nova tática empregada pelas forças de segurança de fazer “desaparecer” os presos.²⁷⁵ Dentre as muitas ocasiões em que a Igreja Católica assumiu postura crítica e de oposição ao governo, destacamos o episódio do culto ecumênico promovido e dirigido pelo Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns por ocasião da morte do jornalista Vladimir Herzog, em 1975. A Igreja foi uma das poucas instituições que conseguiu fazer uma oposição mais sistemática ao regime. Porém, as denúncias contra a tortura, contra a invasão de áreas indígenas por fazendeiros, e a repercussão das atividades desenvolvidas pela igreja através das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, junto à população pobre, provocaram reações violentas diretamente contra membros do clero. Em 1976, por exemplo, um grupo não identificado seqüestrou e espancou o bispo de Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro. A violência contra o clero levou os moderados da Igreja a assumirem a oposição junto com a ala progressista, o que favoreceu um posicionamento mais coeso da instituição frente ao governo.²⁷⁶

A OAB e a ABI foram outras importantes instituições da sociedade civil a denunciar e combater o regime militar, promovendo a mobilização da sociedade, ao lado da igreja e da imprensa, e exercendo forte pressão sobre o governo Geisel.²⁷⁷

No início de 1977 o movimento estudantil ressurgiu, promovendo protestos e manifestações contra o regime militar. Mesmo após a proibição das manifestações pelo ministro da Justiça, houve mobilização dos estudantes da Universidade de Brasília, que resultou na expulsão de vários alunos. Em agosto, a PUC de São Paulo foi invadida por agentes do DOPS²⁷⁸ que impediram a realização de um encontro nacional de estudantes. Houve espancamentos e prisões, e vários alunos foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional.²⁷⁹

²⁷⁵ Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 330-331.

²⁷⁶ Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 356-363.

²⁷⁷ Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 363-367.

²⁷⁸ Departamento de Ordem Política e Social.

²⁷⁹ Couto, Ronaldo Costa, op. cit., p. 205.

Ainda em 1977 Geisel cassou os mandatos e suspendeu os direitos políticos dos deputados federais Alencar Furtado, líder do MDB na Câmara, e Marcos Tito, também do MDB. Além disso, o governo moveu processo contra o deputado federal Ulysses Guimarães, por desobediência à Justiça Eleitoral. O deputado, no entanto, foi absolvido pelo Supremo Tribunal Federal. Essas ações do presidente Geisel ocorreram em represália às duras críticas que o MDB fizera ao governo num programa de televisão. Ocorre que a Lei Falcão não disciplinava o acesso ao rádio e a televisão fora do período eleitoral, brecha aproveitada pela oposição. Em julho de 1977, o governo proibiu o acesso do MDB a estes meios de comunicação.²⁸⁰

Em 1978, o país viu ressurgir um outro setor importante da sociedade civil. Não por acaso, esse ano tornou-se um marco na história do movimento sindical brasileiro. De forma inovadora, o chamado “novo sindicalismo” adotou estratégias inéditas de organização e atuação. Essa geração de líderes sindicais promoveu uma forma diferente de aproximação com os trabalhadores, deixando de apenas esperar por eles nas sedes das entidades e passando a levar o sindicato até seus locais de trabalho.²⁸¹ Além disso, os novos líderes sindicais mantiveram uma postura independente do governo e dos partidos políticos, rejeitando as velhas formas de atuação dos sindicatos decorrentes da estrutura corporativista vigente nas relações de trabalho.²⁸² Luiz Inácio Lula da Silva, então dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, tornou-se um dos principais expoentes do “novo sindicalismo”. Em maio de 1978, Lula dirigiu a greve dos metalúrgicos da Scania²⁸³ que, além de ser a primeira desde 1968, surpreendeu pela tática inovadora adotada. Os trabalhadores agiram normalmente até o momento em que deveriam iniciar sua jornada de trabalho²⁸⁴, a partir daí, não ligaram as máquinas e cruzaram os braços. Com esse engenhoso expediente, os trabalhadores não se expuseram à possível ação da polícia que, no passado, sempre interviu violentamente nos piquetes de porta de fábrica.²⁸⁵ O movimento, que reivindicava principalmente o reajuste do piso salarial²⁸⁶, rapidamente espalhou-se por diversas empresas da Grande

²⁸⁰ Couto, Ronaldo Costa, op. cit., p. 204.

²⁸¹ Couto, Ronaldo Costa, op. cit., p. 234.

²⁸² Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 398.

²⁸³ Montadora de automóveis localizada em São Bernardo do Campo, município da Grande São Paulo.

²⁸⁴ Chegaram na empresa, bateram o ponto e assumiram seus postos de trabalho, conforme a rotina diária.

²⁸⁵ Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 400.

²⁸⁶ De acordo com a política salarial do governo, o índice de reajuste do salário mínimo era fixado anualmente. Ocorre que o índice determinado pelo governo invariavelmente não compensava plenamente a inflação do período. Para piorar a situação, desde 1973 o governo vinha distorcendo os índices de inflação

São Paulo, paralisando cerca de 500 mil trabalhadores. Através de negociação direta com os empregadores, os metalúrgicos conquistaram um reajuste adicional de 11% no piso salarial. O sucesso alcançado pelo movimento, a grande repercussão na imprensa e a tolerância demonstrada pelo governo Geisel incentivaram a mobilização de outras categorias de trabalhadores por todo o país, muito embora nem todas tenham logrado igual êxito. Lula e os demais líderes do “novo sindicalismo” souberam aproveitar o espaço aberto pela política de distensão do governo e partiram para o engajamento na luta pela abertura política. Os sindicatos passaram a reivindicar o fim da legislação repressiva, a volta à democracia, a adoção de eleições diretas em todos os níveis, etc., incorporando estas questões àquelas mais diretamente sindicais, como autonomia sindical, livre negociação salarial, direito de greve, etc.²⁸⁷

Quando perguntado, anos mais tarde, sobre como encarava as greves e o movimento sindical ressurgidos no final de seu governo, Geisel declarou:

“... É claro que incomodavam. O país tinha vivido relativamente tranqüilo nesse setor durante muito tempo e estava começando a ser novamente perturbado com greves. Havia a Justiça do Trabalho, que começou a julgar os casos, se eram razoáveis ou não. Era o primeiro ônus da distensão. Eram fatos desagradáveis, mas que faziam parte da liberdade que a distensão procurava assegurar.”²⁸⁸

Era exatamente essa liberdade que os militares da linha dura queriam evitar. O embate entre a proposta de permanência do regime, defendida pelos militares da linha dura, e o projeto castelista de abertura só terminou em 1977, quando o presidente Geisel finalmente conseguiu se impor, demitindo o ministro do Exército.

O último e mais perigoso confronto com a linha dura aconteceu exatamente em torno da escolha do sucessor do presidente Geisel. Como visto, o processo sucessório durante o regime militar foi sempre tenso, muito embora, uma vez definido o nome do

para mantê-la em patamares aceitáveis. Um estudo divulgado pelo Banco Mundial sobre a inflação brasileira acabou por confirmar as estimativas do DIEESE, entidade ligada aos sindicatos que na época documentou a evolução do custo de vida. Os sindicatos utilizaram o estudo do Banco Mundial para fundamentar suas reivindicações de reajuste do piso salarial da categoria. Vide: Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 399-400.

²⁸⁷ Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 397-401 e Couto, Ronaldo Costa, op. cit., p. 233- 238.

²⁸⁸ Ernesto Geisel / Organizadores Maria Celina D’Araujo e Celso Castro. RJ: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997. p. 399.

sucessor e conseqüentemente do grupo que assumiria o comando do Estado, houvesse uma "... acomodação dos perdedores a posições de menor importância, visto que não [eram] excluídos dos círculos de poder e de decisão".²⁸⁹ Desta vez, entretanto, os castelistas não estavam dispostos a correr o risco de perder o controle do processo. Manter-se no poder era condição essencial para iniciar a retirada do regime, promovendo um retorno "... programado e seguro das Forças Armadas às suas atividades constitucionais, abandonando o exercício direto do poder de Estado".²⁹⁰ Era também indispensável para garantir a continuidade do processo de abertura lenta, gradual e segura, visando uma transição controlada, sem riscos de retrocesso.

Por isso, já no final de 1976, o presidente advertiu os oficiais-generais das Forças Armadas, afirmando:

"Na qualidade de comandante supremo (...) sinto-me no dever de (...) alertar-vos (...), e, por vosso intermédio, aos mais jovens (...) contra as mesmas e eternas manobras dos pescadores de águas turvas e ambiciosos vulgares, os quais já começam a rondar os quartéis, como vivandeiros impenitentes – assim os qualifiquei, em outros tempos, o grande presidente Castelo Branco –, buscando (...) disputar aspirações e estimular ambições, dessa forma espalhando a cizânia, a desconfiança, a discórdia, capazes de enfraquecer, pela desunião que propagam, a estrutura militar".²⁹¹

No mesmo discurso, falando sobre a sucessão presidencial, ele afirmou:

"Confio plenamente em vossa esclarecida percepção (...) da realidade nacional, na fortaleza de vosso espírito militar e no devotamento provado de vosso patriotismo, certo de que do campo das Forças Armadas não partirão nem ambições, nem reações que venham a comprometer o sempre delicado processo de sucessão presidencial que a mim – pela posição em que estou situado e pela responsabilidade que me foi conferida – caberá conduzir, no seu justo e devido tempo".²⁹²

²⁸⁹ Oliveira, Eliézer Rizzo de. De Geisel a Collor: forças armadas, transição e democracia. Campinas, SP: Papirus, 1994. P. 32.

²⁹⁰ Oliveira, Eliézer Rizzo de. De Geisel a Collor: forças armadas, transição e democracia. Campinas, SP: Papirus, 1994. P. 26.

²⁹¹ Couto, Ronaldo Costa, op. cit., p. 221.

²⁹² Couto, Ronaldo Costa, op. cit., p. 221.

No início de 1977, Geisel voltou a afirmar que o processo sucessório seria iniciado e conduzido por ele apenas em 1978. Por isso a movimentação em torno da candidatura do ministro do Exército, general Sylvio Frota, inclusive no Congresso, irritou-o profundamente. Desde o início do ano Geisel vinha recebendo informações sobre a movimentação de Sylvio Frota através do SNI, chefiado pelo general Figueiredo. Além disso, vinha sendo alertado por vários oficiais e outros auxiliares de que Frota estava tentando formar uma base de apoio militar e política que permitisse a imposição de seu nome como candidato à presidência da República.²⁹³

Em julho de 1977, o general Figueiredo finalmente admitiu, numa declaração ao *Jornal de Brasília*, que poderia aceitar a candidatura se convidado pelo presidente. Até então, ele evitava falar à imprensa e, quando perguntado, sempre negava sua possível candidatura. Segundo Costa Couto, Geisel e Golbery provavelmente resolveram orientar o general Figueiredo a começar a admitir sua possível candidatura. Isso porque, de acordo com Costa Couto, eles devem ter calculado que já era hora de ocupar espaço político, sobretudo na imprensa. Outros membros do governo começaram a dar declarações à imprensa, favoráveis a Figueiredo, alegando que com ele haveria maior abertura democrática.²⁹⁴

Em setembro, um velho adversário de Geisel, o general Jayme Portella, chegou a Brasília para ajudar o grupo frotista a coordenar a campanha do general Sylvio Frota. No mesmo mês, a candidatura de Frota foi lançada pelo deputado Siqueira Campos, na Câmara dos Deputados. O grupo frotista afirmava à imprensa que cerca de noventa parlamentares já apoiavam a candidatura do general.

No início do mês seguinte, o governo foi informado de que o general Frota vinha agitando, (...) no meio militar, bandeiras como a radicalização política e a permanência do regime de exceção".²⁹⁵ Além disso, o general criticava a política de distensão do presidente Geisel, sob a alegação de que a mesma era uma demonstração de complacência do governo com a infiltração comunista que ameaçava o país.²⁹⁶ Ele atacava, também, a candidatura do general Figueiredo porque ele não possuía a patente

²⁹³ Carlos Chagas apud Couto, Ronaldo Costa, op. cit., p. 209.

²⁹⁴ Couto, Ronaldo Costa, op. cit., p. 210-211.

²⁹⁵ Couto, Ronaldo Costa, op. cit., p. 212.

²⁹⁶ Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 385.

de general-de-exército, exigida, por uma questão de hierarquia, para o cargo de presidente da República.

Logo, um deputado da Arena, em discurso no Congresso, acusou a direção do partido “... – o que, no caso, equivalia a uma referência ao próprio Geisel – de promover a exclusão do Alto Comando do Exército do processo sucessório”.²⁹⁷

Poucos dias depois, em 10 de outubro, Geisel volta a afirmar, aos oficiais das Forças Armadas e à Arena, sua determinação em abrir o processo de consultas para a escolha do candidato governista à sucessão apenas em janeiro de 1978. De nada serviu mais essa tentativa de frear os partidários da candidatura Frota. Cerca de uma hora depois de divulgada a nota com a mensagem do presidente, um deputado arenista voltou a defender a candidatura do general, num discurso na Câmara.²⁹⁸

No mesmo dia, o presidente Geisel comunicou a alguns auxiliares sua decisão de demitir o general Sylvio Frota no feriado de 12 de outubro. No dia seguinte, ele mesmo entrou em contato com os comandantes militares e comunicou sua decisão de demitir o ministro e substituí-lo pelo também general Fernando Belfort Bethlem.

Geisel planejou cuidadosamente sua ação. Com o feriado, o Congresso e os demais órgãos públicos de Brasília estariam fechados e a cidade vazia. Na manhã de 12 de outubro de 1977, Geisel demitiu pessoalmente o ministro do Exército, que fora chamado ao seu gabinete especialmente para aquela audiência. Depois, tomou providências para que o general Bethlem tomasse posse do Ministério do Exército naquele mesmo dia.

O general Sylvio Frota chegou a esboçar uma reação. Voltando ao ministério, ele convocou os comandantes militares para uma reunião do Alto Comando em Brasília. Contudo, Geisel, que soubera da convocação, mandou um de seus auxiliares para o aeroporto com a missão de levar os comandantes para o Palácio do Planalto. Os comandantes, ao chegar, encontravam dois emissários, um do general Frota, então já ex-ministro do Exército, e outro do presidente da República e comandante supremo das

²⁹⁷ Couto, Ronaldo Costa, op. cit., p. 213.

²⁹⁸ Couto, Ronaldo Costa, op. cit., p. 214.

Forças Armadas. Apenas um oficial, o general-de-exército Vinícius Nazaré Notárie, preferiu dirigir-se para o Ministério do Exército, onde Frota pretendia reunir os oficiais.²⁹⁹

A atitude do general Frota de convocar uma reunião do Alto Comando certamente contava com uma provável reação dos comandantes militares à atitude do presidente de demitir o ministro do Exército, sem consultá-los. Porém, Geisel, que já vinha aguardando o momento oportuno para retirar Frota do Ministério, havia se cercado de cuidados. Durante seu governo, Geisel sempre procurou colocar nos comandos regionais do Exército oficiais de sua confiança. Com relação ao confronto final com o ministro do Exército, Geisel afirmou, anos mais tarde, que esperou até ter certeza de que os principais comandantes não concordavam com as atitudes do general Frota. Segundo ele, os comandantes do I Exército, no Rio de Janeiro, do II Exército, em São Paulo, do III Exército, no Sul, e do IV Exército, no Nordeste, estavam todos do seu lado, garantindo assim o imprescindível apoio do Exército à ação do presidente.³⁰⁰

O fato é que Geisel demonstrou, nesse episódio, o grande prestígio e influência que possuía no meio militar. Após as demissões do comandante do II Exército, Ednardo D'Ávila, e do Ministro do Exército, Sylvio Frota, uma demonstração de que acumulou mais poder que qualquer um dos presidentes militares que o antecederam, Geisel finalmente se impôs, submetendo a linha dura, acelerando seu projeto de abertura e garantindo um sucessor de sua confiança.³⁰¹

Determinado a manter seu cronograma, Geisel só convidou formalmente o general Figueiredo a assumir a candidatura em 29 de dezembro de 1977. A essa altura, o novo ministro do Exército, general Bethlem, já havia resolvido o problema da patente de Figueiredo, providenciando sua promoção para general-de-exército.³⁰² O lançamento oficial da candidatura aconteceu no dia 5 de janeiro de 1978. O nome escolhido para o cargo de vice-presidente foi o do mineiro Aureliano Chaves, um civil.

²⁹⁹ Couto, Ronaldo Costa, op. cit., pp. 223-224.

³⁰⁰ Ernesto Geisel / Organizadores Maria Celina D'Araujo e Celso Castro. RJ: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997. p. 403-404.

³⁰¹ Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 388.

³⁰² Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 389.

Figueiredo agiu no período pré-eleitoral como se houvesse realmente uma disputa eleitoral. Montou escritório, fez campanha, deu declarações à imprensa, etc. Em seus discursos e entrevistas, garantia sempre o compromisso com a democracia, a lei e a ordem. Uma boa imagem do então candidato era fundamental para influenciar as eleições para governadores e parlamentares que aconteceriam em novembro, logo após a eleição para a presidência da República. Os estrategistas do governo procuravam transmitir a idéia de que apenas uma vitória da Arena poderia garantir a continuidade do processo de abertura e a redemocratização.³⁰³

A oposição resolveu, na convenção nacional do MDB ocorrida em agosto de 1978, apresentar candidatos: o general-de-exército Euler Bentes Monteiro, para presidente, e o senador Paulo Brossard, para vice. Os candidatos fizeram intensa campanha, viajando pelo país e divulgando, por exemplo, sua proposta de retorno imediato à democracia, através de "... um governo de transição de dois anos, seguido de eleições diretas e instalação de assembléia nacional constituinte".³⁰⁴

No dia 15 de outubro de 1978, os nomes de Figueiredo e Aureliano Chaves foram ratificados pelo Congresso. A Arena mais uma vez cumpriu, obediente, o seu papel.³⁰⁵ O candidato governista obteve 355 votos contra 226 do candidato do MDB.

As eleições indiretas para governadores, sob as regras do "pacote de abril", sofreram forte influência de Geisel. Ele conseguiu garantir nomes de sua preferência, "... inclusive quanto ao único vitorioso do MDB, o governador Chagas Freitas, do Rio de Janeiro, um veterano conservador, ligado ao general Orlando Geisel".³⁰⁶

Como visto anteriormente, nas eleições parlamentares de 1978, a Arena conseguiu manter a maioria graças à "... artilharia e pragmática engenharia eleitoral de Geisel e Golbery"³⁰⁷, materializada no "pacote de abril".

³⁰³ Couto, Ronaldo Costa, op. cit., p. 245.

³⁰⁴ Couto, Ronaldo Costa, op. cit., p. 246-247.

³⁰⁵ Houve três abstenções de parlamentares arenistas: Magalhães Pinto, Teotônio Vilela e Aciolly Filho. Vide: Couto, Ronaldo Costa, op. cit., p. 247.

³⁰⁶ Couto, Ronaldo Costa, op. cit., p. 247.

³⁰⁷ Couto, Ronaldo Costa, op. cit., p. 249.

Após a queda do general Frota e de ter garantido a indicação de seu sucessor, Geisel resolveu avançar mais um passo no caminho do processo de abertura. Em outubro de 1978, através da Emenda Constitucional nº 11, o governo marcou uma data para o fim do AI 5: 1º de janeiro de 1979. Contudo, de acordo com a característica cautela de Geisel, a Emenda previa “salvaguardas” que garantiam ao presidente o poder de decretar “medidas de emergência”, como “estado de sítio” e “estado de emergência”, caso ocorressem situações consideradas de calamidade ou graves perturbações da ordem pública. Na verdade, apesar do fim da legislação repressiva contida no AI 5, as “salvaguardas” davam ao presidente poder para adotar medidas repressivas se julgasse necessário.³⁰⁸

Geisel também propôs uma nova versão da Lei de Segurança Nacional, que reduzia o número de crimes contra a segurança do Estado e atenuava as penas. A lei foi promulgada em dezembro de 1978, por decurso de prazo. Além disso, “revogou os decretos de banimento de mais de 120 exilados políticos...”³⁰⁹

Ainda no final de 1978, o governo Geisel promoveu uma revisão na legislação partidária, “... reduzindo e simplificando as exigências...” para a formação de partidos políticos. Com tal medida o governo mostrou sua intenção de incentivar o fim do bipartidarismo, buscando evitar a polarização que fizera das eleições verdadeiros plebiscitos e procurando dividir a frente ampla de oposição que até então se reunira sob o MDB.³¹⁰

Em março de 1979, o novo presidente, general João Baptista de Oliveira Figueiredo, tomou posse. A situação do país era então já bastante diferente daquela que Geisel encontrara no início de seu governo. Geisel e Golbery, a despeito das inúmeras críticas que se possa fazer, conseguiram impor e levar adiante seu projeto de abertura política, aumentando as expectativas de um retorno à democracia. No final, além de ter restaurado o *habeas-corpus*, revogado o AI 5, praticamente acabado com a censura, e

³⁰⁸ Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 395-396 e Couto, Ronaldo Costa, op. cit., p. 249-251.

³⁰⁹ Skidmore, Thomas E., op. cit. (1988), p. 396.

³¹⁰ Couto, Ronaldo Costa, op. cit., p. 251.

permitido o retorno de vários exilados políticos ao país, Geisel havia também conseguido restaurar a disciplina e a hierarquia militares.³¹¹

Do início do processo de abertura, no governo Geisel, até a eleição de Tancredo Neves pelo colégio eleitoral, em janeiro de 1985, passaram-se onze anos. Geisel e Golbery, principais estrategistas do processo de retirada das Forças Armadas e transferência do poder de Estado às forças políticas civis, ou seja, do projeto de abertura lenta, gradual e segura, conseguiram fazer com que “... a ditadura [fosse] se apagando de forma controlada e concertada...”, garantindo a entrega do “... poder de modo não traumático ...”, e evitando que o país seguisse o exemplo de outros países latino-americanos, que mesmo após a redemocratização continuaram enfrentando graves problemas relacionados à área militar.³¹²

³¹¹ O general Figueiredo ainda enfrentou problemas com o aparato repressivo, sobretudo os DOI-CODIs. Mas, embora as ações do aparelho de segurança tenham causado profundo desgaste ao governo e ao regime militar, não chegaram a comprometer a continuidade do processo de redemocratização levado a cabo no governo Figueiredo.

³¹² Couto, Ronaldo Costa, op. cit., p. 133.

2. As iniciativas que antecederam a elaboração da Política Nacional de Cultura

O lançamento da Política Nacional de Cultura – PNC, em 1975, representou o ponto culminante do processo pelo qual o Estado buscava formular estratégias para atuar mais efetivamente na área cultural. Como pretendemos demonstrar mais adiante, a questão da intervenção do Estado na área cultural, presente desde o início do regime, não se limitava a controlar e/ou reprimir a produção cultural de artistas e intelectuais de esquerda. Havia também a convicção de que era necessário promover a sedimentação de uma identidade nacional que deveria não só manter os valores considerados consagrados pela tradição cultural brasileira, mas também assimilar novos valores decorrentes das transformações no mundo capitalista, permitindo assim a inserção do Brasil no círculo dos países de primeiro mundo.

Dessa forma, muito embora os primeiros governos militares tenham voltado suas atenções sobretudo para as áreas política e econômica, houve desde o início uma preocupação com as áreas da educação e cultura traduzida em iniciativas como as seguintes:

Em 1966, durante o governo do presidente Castelo Branco, foi instituída uma comissão que recebeu a incumbência de “(...) apresentar sugestões para a reformulação cultural do país”.³¹³ Esta comissão propôs a criação de um conselho, nos moldes do Conselho Federal de Educação e, neste mesmo ano surgiu o Conselho Federal de Cultura - CFC, cujas principais atribuições eram a formulação da política cultural do país e a elaboração do Plano Nacional de Cultura. O Conselho era então composto por “alguns intelectuais de prestígio nos meios culturais oficiais”³¹⁴, que viriam a participar ativamente das iniciativas na área cultural durante a década de 70, como Afonso Arinos de Mello Franco, Josué Montello e Arthur César Ferreira Reis. Segundo Roberto Parreira “houve o pressuposto de que a coleção de notáveis que compunha aquele Conselho formularia teoricamente e articularia efetivamente uma Política Nacional de Cultura a ser implementada pelo MEC”.³¹⁵ De qualquer maneira, uma das atribuições do grupo, prevista

³¹³ Conselho Federal de Cultura. Aspectos da política cultural brasileira. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1975, p. 20

³¹⁴ Miceli, Sérgio, op. cit., p. 60

³¹⁵ Parreira, Roberto. “Estado e Cultura: fomento ‘versus’ paternalismo” In Miceli, Sérgio (org.). *Estado e Cultura no Brasil*. São Paulo, Difel, 1984, p. 233

no Decreto de criação do Conselho, era exatamente elaborar uma proposta de política nacional de cultura.

No discurso de instalação do Conselho, Castelo Branco afirmou que:

“Não estaria concluída a obra da Revolução no campo intelectual se, após trabalhos tão profícuos em benefício da educação, deixasse de se voltar para os problemas da cultura nacional. Representada pelo que através dos tempos se vai sedimentando nas bibliotecas, nos monumentos, nos museus, no teatro, no cinema e nas várias instituições culturais, é ela, naturalmente, nesse binômio educação e cultura, a parte mais tranqüila e menos reivindicante. Poderia dizer que é a parte dos cabelos brancos, e, talvez, por isso, já segura do que fez e do que fará pelo Brasil. Cumpre, porém, dar-lhe, principalmente, condições de preservação, e, portanto, de sobrevivência e evolução”.³¹⁶

A criação do Conselho Federal de Cultura, em 1966, com as atribuições a ele conferidas, mostra uma mudança de visão que significa um reconhecimento das diferenças e especificidades existentes entre as áreas da educação e da cultura, muito embora a primeira continuasse a ocupar lugar mais destacado nas políticas do ministério.³¹⁷ É certo que antes do CFC existiu o Conselho Nacional de Cultura - CNC, criado em 1938 no governo de Getulio Vargas. Este conselho, contudo, teve pequena expressão, limitando-se “(...) a um tímido papel supletivo, entre as assessorias do Ministro de Estado e, por isso mesmo, estava impossibilitado de corresponder, até em termos de instalações materiais, à sua ambiciosa denominação”.³¹⁸ Ao que parece, à época do CNC as questões relativas à área cultural dentro do Ministério de Educação e Saúde Pública - MES eram tratadas, cada uma, diretamente com as instituições culturais que compunham o ministério. Assim, é provável que a definição das políticas culturais para cada setor cabia ao ministro e aos dirigentes de cada instituição, não havendo, portanto, um órgão mediador ou mesmo definidor de diretrizes e metas globais para a área da cultura dentro do ministério.

³¹⁶ Conselho Federal de Cultura, op. cit., p. 21-22

³¹⁷ Rodrigues, Luciana Barão. A “era Funarte”: governo, arte e cultura na década de 70 no Brasil. Dissertação de Mestrado, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996, p. 24.

³¹⁸ Conselho Federal de Cultura, op. cit., p. 19

Em 1973, durante a gestão de Jarbas Passarinho (1969/1973) à frente do MEC – governo Médici – foi produzido o documento *Diretrizes para uma Política Nacional de Cultura*. Divulgado e logo retirado de circulação, a argumentação contida no plano apontava para a “necessidade de criação de um novo organismo ou de adaptação de órgão já existente, aumentando-lhe a hierarquia e a área de competência, assim como poderes de planejamento e execução, coordenação e avaliação, de forma a se obter um conjunto harmônico e integrado.”³¹⁹ Contudo, esta argumentação, que sugeria a criação de um Ministério da Cultura, parece ter suscitado resistências no interior do MEC, o que teria levado a sua retirada de circulação ainda em 1973.³²⁰

Segundo Gabriel Cohn, toda a argumentação presente no texto está eivada de incoerências que traduzem as dificuldades de elaborar uma proposta que agradasse simultaneamente aos militares e aos responsáveis pela política de desenvolvimento econômico, ou seja, aqueles que controlavam a liberação de recursos financeiros do Estado.³²¹

O núcleo central da proposta contida no texto é a preocupação com a cultura como formadora da identidade nacional. Deixar de promover e de preservar as manifestações e o patrimônio culturais representaria um risco para a preservação da personalidade brasileira e, como consequência, um risco para a segurança nacional. Além disso, prossegue o argumento, apenas uma personalidade forte e influente poderia travar contato com outras culturas sem sucumbir aos seus valores e padrões criativos, e colocar o Brasil numa posição de destaque no âmbito internacional.³²²

“Dessa forma, ‘a intensificação das atividades culturais está chamada a representar uma das ações fundamentais’ naquilo que realmente interessa, que é a ‘estratégia de desenvolvimento, que comove a alma brasileira e mobiliza a potencialidade nacional’. Em consequência, a política cultural, concebida na sua interpenetração com as ‘políticas de segurança e de desenvolvimento’, tem por significado ‘a presença do Estado, como elemento de apoio e estímulo – que não se confundirá com coerção ou

³¹⁹ Cohn, Gabriel, op. cit., p. 88

³²⁰ Rodrigues, Luciana Barão, op. cit., p. 22.

³²¹ Cohn, Gabriel, op. cit., p. 91

³²² Cohn, Gabriel, op. cit., p.89-91.

tutela, na integração do desenvolvimento cultural dentro do processo global do desenvolvimento brasileiro’.”³²³

Entretanto, quer pela dificuldade de elaborar uma proposta clara e coerente que atendesse às exigências contraditórias defendidas pelos seus formuladores, quer pela falta de consenso em torno da proposta de criação de um ministério específico para a área, o fato é que o documento Diretrizes para uma Política Nacional de Cultura acabou esquecido.

Ainda em 1973, foi lançado o Programa de Ação Cultural – PAC. Muito embora a apresentação do Programa retomasse o tema da necessidade da presença do Estado no desenvolvimento da cultura nos moldes defendidos pelo documento anterior, tratava-se de um projeto mais limitado, no qual a idéia de criar um ministério autônomo não é retomada. Segundo Sérgio Miceli, o PAC “era não apenas uma abertura de crédito, financeiro e político, a algumas áreas da produção cultural até então praticamente desassistidas pelos demais órgãos oficiais, mas também uma tentativa oficial de ‘degelo’ em relação aos meios artísticos e intelectuais.”³²⁴ Os objetivos formais do Programa eram, principalmente, “a preservação do patrimônio histórico e artístico, o incentivo à criatividade e à difusão das atividades artístico-culturais, e a capacitação de recursos humanos.”³²⁵

Ao PAC não foi, entretanto, atribuída a função explícita de formular uma política oficial de cultura. Por outro lado, ele também não possuía características de um órgão da administração pública, como por exemplo o Departamento de Assuntos Culturais – DAC, cuja função era coordenar as instituições culturais subordinadas ao MEC. O Programa operava através de núcleos e grupos-tarefa que deviam atender às diversas áreas da produção cultural, tais como literatura, teatro, dança, artes plásticas, patrimônio, etc. Tratava-se de uma fórmula mais flexível de atuação do MEC na área cultural, contando com um significativo volume de recursos e com a possibilidade de contratação de pessoal, sem ter de recorrer apenas aos funcionários pertencentes à administração pública.³²⁶ Na opinião de Roberto Parreira³²⁷, o PAC foi:

³²³ Cohn, Gabriel, op. cit., p.90

³²⁴ Miceli, Sérgio, op. cit., p. 55

³²⁵ Miceli, Sérgio, op. cit., p. 56

³²⁶ Miceli, Sérgio, op. cit., p. 56

“Uma criação circunstancial, num momento em que o ministro Jarbas Passarinho, então titular da Educação e da Cultura, percebe que a Educação havia absorvido todas as suas atenções e recursos. Como homem voltado para a cultura, Passarinho resolve reparar essa omissão em relação à área cultural. Procede como alguém tentando ‘resgatá-la’ – tentativa que, mais uma vez, não conta com o respaldo de nenhuma ideologia ou formulação teórica. O PAC foi um plano de emergência, criado no interior do Departamento de Assuntos Culturais (DAC), um departamento que não se operacionalizava por uma administração direta que não lhe permitia contratar pessoas nem renovar quadros. A saída foi um programa com gerência e quadros próprios, contratados por tempo limitado, com agilidade e flexibilidade na execução de seus projetos. E surgiram as verbas: pela primeira vez, o Ministério da Educação e Cultura tinha uma dotação orçamentária digna ao apoio à cultura. A letra C da sigla MEC começava a receber recursos.”³²⁸

Para Miceli, o PAC “acabou firmando um estilo novo e uma doutrina própria de prática cultural”.³²⁹ Sua atuação nas diversas áreas de produção e sua estratégia de incentivar a produção de espetáculos a serem apresentados em todo o país, estimulando o intercâmbio regional, redundaram em um reforço de legitimidade nos meios artístico e cultural e permitiram surgir uma expectativa de institucionalizar a experiência, por parte de seus gestores.³³⁰

Segundo Isaura Botelho Guimarães, o caráter emergencial de que se revestiu a criação do PAC, associado à falta de uma orientação prévia quanto a sua atuação, possibilitou ao programa ocupar os espaços vazios deixados pelo Departamento de Assuntos Culturais. Com o tempo, o crescimento do programa causou conflitos com outras áreas culturais do Ministério, e o PAC perdeu espaço e poder. Assim, em 1975, com o MEC já sob a gestão do ministro Ney Braga, surgiu a proposta de criar uma instituição que continuasse o trabalho nas áreas da produção cultural até então assistidas pelo programa, mantendo a mesma agilidade e os mesmos recursos que o PAC.³³¹

³²⁷ Roberto Parreira foi o primeiro diretor-executivo da FUNARTE.

³²⁸ Parreira, Roberto, op. cit., p. 235

³²⁹ Miceli, Sérgio, op. cit., p. 56

³³⁰ Miceli, Sérgio, op. cit., p. 68.

³³¹ Guimarães, Isaura Botelho. Por artes da memória: a crônica de uma instituição – FUNARTE. Tese de Doutorado. Departamento de Biblioteconomia e Documentação, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 1996, p. 34-37.

Graças à atuação do PAC, que priorizava a promoção de eventos, o MEC acabou assumindo o papel de um “... poderoso e ‘moderno’ empresário de espetáculos, abrindo novas frentes de trabalho no mercado cultural”.³³²

A área cultural do MEC compunha-se de duas vertentes³³³, a cultural ou “executiva”, representada, por exemplo, pelo PAC, e a patrimonial, cujo exemplo mais importante era o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.

Durante a gestão do ministro Jarbas Passarinho, o IPHAN procurou adequar o caráter de sua atuação ao novo modelo de desenvolvimento vigente no país. Com o crescimento da urbanização e da industrialização que vinha ocorrendo desde a década de 50, a instituição teve de rever, especialmente, sua política de preservação das cidades históricas e dos centros históricos das grandes cidades. Seguindo a orientação da UNESCO para a questão do patrimônio, os dirigentes do IPHAN adotaram uma nova estratégia de atuação com os proprietários, setores da Igreja e do poder público, principais interlocutores da instituição em seu trabalho de defesa do patrimônio. O novo discurso adotado pela instituição buscava demonstrar que não havia conflitos entre preservação e desenvolvimento, mas sim interesses comuns. Buscava também demonstrar a “... relação entre valor cultural e valor econômico”, utilizando-se, por exemplo, do argumento do potencial turístico da preservação.³³⁴

Em 1973, o governo federal criou o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas – PCH, que visava implementar uma política de preservação conjugada com o aproveitamento do potencial turístico das cidades históricas. Do programa participavam, sob a orientação técnica do IPHAN, além do MEC, o Ministério do

³³² Miceli apud Guimarães, Isaura Botelho, op. cit., p. 35-36.

³³³ Segundo Miceli, a história das instituições culturais federais revela a existência de duas orientações doutrinárias sobre o que “se convencionou entender por ‘política cultural’. As diferenças de postura sucedem quer em função dos conteúdos privilegiados da atividade cultural, quer por força do papel reservado aos produtores de cultura profissionais, quer (...) em razão do tipo de público-alvo cujas demandas seriam acolhidas prioritariamente pelo poder público na área cultural”. Muito embora a “postura patrimonial” seja mais evidente nas instituições da vertente patrimonial – que se dedicam à preservação de monumentos, de obras de arte do passado e de produtos do folclore tradicional –, ela pode ser também identificada em instituições da vertente cultural ou ‘executiva’, ou seja, nas atividades voltadas “...para a ‘proteção’ material e institucional de produtores cujas atividades vêm perdendo terreno no mercado de bens culturais...” Miceli, Sérgio, op. cit., p. 102-106.

³³⁴ Fonseca, Maria Cecília Londres. Construções do passado: concepções sobre a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional (Brasil: anos 70-80). Tese de doutorado. Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, 1994, p. 145-146.

Planejamento, do Interior (através da SUDENE), e da Indústria e Comércio (através da EMBRATUR), além da Secretaria de Planejamento da Presidência da República – SEPLAN, de onde vinham os recursos para o seu funcionamento. A criação do programa visava, também, descentralizar a política de preservação, dividindo a responsabilidade com os governos estaduais. Dessa forma, os governos dos estados atendidos pelo programa eram chamados para participar dos projetos. Além disso, a criação do programa incentivou os estados a criarem suas próprias instituições de patrimônio e legislações estaduais de proteção.³³⁵

O PCH supriu as atividades da área de preservação, ou seja, da principal instituição da vertente patrimonial, destinando recursos financeiros e administrativos ao IPHAN. Com isso, a instituição pôde “... modernizar a administração dos bens tombados ...”, adequando-se à nova política de desenvolvimento do governo federal. Contudo, alguns “setores modernos e nacionalistas do governo” continuaram cobrando da instituição uma revisão das bases conceituais que até então norteavam sua ação. As críticas eram dirigidas à própria “composição do patrimônio”, cuja definição, afirmavam, privilegiava a matriz luso-brasileira, excluindo outras vertentes formadoras da nacionalidade, limitava-se a “... determinados períodos históricos ...”, excluindo “... manifestações culturais mais recentes (...), e também a cultura popular”, e era “... elitista na seleção e trato dos bens culturais”.³³⁶

Miceli destaca que a própria estratégia de atuação do PCH, que buscava “... mobilizar a colaboração e a participação financeira daqueles setores sociais diretamente beneficiados ...” pelos projetos do programa, evidenciando “... o valor dessa contribuição ao desenvolvimento econômico, social e cultural ...” das regiões atendidas – em geral, áreas carentes – contribuiu para a emergência de novas questões que, por sua vez, evidenciaram a necessidade de revisar a política patrimonial até então adotada pelo IPHAN. O impacto causado pelo programa sobre o IPHAN foi o passo decisivo para começar o processo de transformação pelo qual passaria a instituição, sobretudo no que tange às “... diretrizes da política de tombamento impostas pelo grupo até então hegemônico de arquitetos...”³³⁷

³³⁵ Fonseca, Maria Cecília Londres, op. cit., p. 146-147.

³³⁶ Fonseca, Maria Cecília Londres, op. cit., p. 147-148.

³³⁷ Miceli, Sérgio, op. cit., p. 78-79.

As experiências vividas pelas vertentes “executiva” e patrimonial da área cultural do MEC acima citadas, ou seja, o PAC e o IPHAN, mostram que a proposta de modernização das instituições visando o desenvolvimento, defendida pelos governos do regime, também se fazia presente no MEC. Em ambos os casos, as dificuldades em tocar projetos dentro da estrutura administrativa do Ministério levaram a buscar saídas que possibilitassem o acesso a outras fontes de recursos e maior agilidade na contratação de funcionários, suprindo assim a carência de profissionais técnicos especializados. Ambos os casos representaram uma renovação doutrinária nas vertentes as quais pertenciam, com o PAC trazendo proposta e estilo novos de prática cultural, e o IPHAN sendo premido pelas novas questões abertas pela experiência resultante do PCH. A continuidade da intervenção da política de desenvolvimento e segurança do governo na área cultural do MEC ganhará corpo com a elaboração da Política Nacional de Cultura, no governo Geisel, da qual trataremos a seguir.

Capítulo II

A política cultural do MEC no governo Geisel (1974-1978)

1. O lançamento da Política Nacional de Cultura

Durante o governo Geisel (1974/1978), a direção do MEC ficou a cargo, como já foi dito, do ministro Ney Braga, que ampliou significativamente a esfera de atuação da área cultural do Ministério com a implantação do Conselho Nacional de Direito Autoral (CNDA) e do Conselho Nacional de Cinema (CONCINE), a reformulação da Empresa Brasileira de Filmes (EMBRAFILME), a expansão do Serviço Nacional do Teatro (SNT), a criação da Fundação Nacional de Arte (FUNARTE) e o lançamento da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro.¹ Todas estas iniciativas faziam parte da política geral cuja finalidade era, a um só tempo, promover as reformas políticas e implementar um novo plano de desenvolvimento, o II PND, além de fornecer ao governo instrumentos de controle e promoção dos organismos culturais.

Durante a gestão Ney Braga surgiu e foi implantado “(...) o primeiro plano oficial abrangente em condições de nortear a presença governamental na área cultural (...)”.² Segundo Cohn, a chamada Política Nacional de Cultura - PNC, lançada em 1975, representou o “ponto culminante (...) de um processo que percorreu toda a primeira metade da década”; processo este que consistiu na “busca de um equacionamento da cultura adequado ao regime político que se procurava consolidar”.³ Vale dizer, de um equacionamento que permitisse ao governo assumir o controle do processo cultural que continuava, segundo o autor, sob uma “relativa hegemonia” da esquerda no país.⁴

¹ Lançado em 1975, o projeto deu lugar, em 1978, ao Instituto Nacional do Folclore, então incorporado à FUNARTE. Miceli, Sérgio. “O processo de ‘construção institucional’ na área cultural federal (anos 70)”. In: *Estado e cultura no Brasil*, São Paulo, Difel, 1984, p. 56-57

² Miceli, Sérgio, op. cit., p. 57.

³ Cohn, Gabriel. “A concepção oficial da política cultural nos anos 70”. In: *Estado e cultura no Brasil*, São Paulo, Difel, 1984, p. 87

⁴ Cf. Cohn, Gabriel, op. cit., p. 88

O lançamento da PNC concretizou, portanto, o reconhecimento oficial da necessidade de incluir a cultura nos planos de desenvolvimento do governo para o país. A atuação do Estado na área da cultura, que até então não ultrapassara os limites dos planos e projetos circunstanciais, passou a assumir um lugar na política geral de desenvolvimento e segurança do governo. Segundo Miceli, “foi a única vez na história republicana que o governo formalizou um conjunto de diretrizes para orientar suas atividades na área cultural, prevendo ainda modalidades de colaboração entre os órgãos federais e de outros ministérios (...), com secretarias estaduais e municipais de cultura, universidades, fundações culturais e instituições privadas”.⁵

Apesar das críticas que se possa fazer à PNC, na prática, ocorreram avanços no processo de “construção institucional” da área cultural. Como vimos, houve a criação ou reformulação de várias instituições e órgãos, sendo que esse processo permitiu “... a formação de equipes estáveis de técnicos responsáveis pela elaboração, acompanhamento e a avaliação de projetos nos diversos ramos da produção cultural”.⁶

A experiência bem sucedida do PAC significou uma dinamização da presença do MEC na área cultural, um reforço de legitimidade junto aos artistas e produtores culturais e o surgimento de um quadro de profissionais da cultura. Estes fatores desencadearam um processo de mobilização de seus gestores que resultou na criação da FUNARTE, em 1975, concebida para ser o instrumento da política cultural da gestão Ney Braga. O surgimento da instituição também estava relacionado com o processo de abertura na área cultural oficial.⁷ Este processo, que contou com a redução do controle político e ideológico sobre a burocracia civil do Estado⁸, permitiu que a experiência inovadora do PAC fosse intensamente debatida dentro do MEC. Este debate, que tinha como pano de fundo o progressivo esvaziamento do PAC – devido às tensões resultantes de sua atuação em áreas de competência de órgãos culturais já existentes, suas atividades diminuíram progressivamente e houve um enxugamento de seus quadros –, girava em torno da necessidade de defender a institucionalização da experiência aberta com o programa, possibilitando assim a continuidade de sua linha de atuação. A reorganização institucional

⁵ Miceli, Sérgio, op. cit., p. 57

⁶ Miceli, Sérgio, op. cit., p. 63

⁷ Cf. Miceli, Sérgio, op. cit., p. 67-76.

⁸ Cf. Falcão, Joaquim Arruda. “Política cultural e democracia: a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional”. In: *Estado e cultura no Brasil*, São Paulo, Difel, 1984, p. 31.

do MEC, promovida para viabilizar a PNC, abriu espaço para que os gestores do PAC, principais articuladores da proposta de institucionalização do programa, defendessem a criação de um novo órgão, com o argumento de que a política cultural aprovada necessitaria de uma instituição que viabilizasse a sua implementação. Apesar das resistências do governo à criação de novas fundações, a criação da Fundação Nacional de Arte – FUNARTE foi aprovada em 1975, com a condição de incorporar todas as instituições culturais do ministério, passando assim a centralizar as atividades culturais desenvolvidas sob a jurisdição do MEC. Guimarães observa que, se tal condição tivesse sido cumprida, a FUNARTE teria se tornado “... o embrião da autonomia da área cultural”⁹, ou seja, do Ministério da Cultura. Contudo, houve resistência por parte dos demais órgãos e instituições culturais à incorporação, e a FUNARTE assumiu apenas as áreas da produção cultural que ainda não contavam com organizações próprias na estrutura do MEC, como, por exemplo, a música erudita e as artes plásticas.¹⁰ De qualquer forma, a incorporação do estilo de gestão, das experiências e dos profissionais do PAC permitiu à FUNARTE tornar-se uma instituição ágil e dinâmica, formada por uma equipe jovem, “... com conhecimento de suas áreas e sem vícios do serviço público”.¹¹

Outra experiência bem sucedida resultante da política cultural do período foi a reformulação da Empresa Brasileira de Filmes - EMBRAFILME. A instituição, cujas atribuições foram ampliadas a partir de 1975, deixou de atuar apenas na distribuição e passou também a financiar a produção de filmes.¹² A gestão da EMBRAFILME foi confiada a Roberto Farias e Gustavo Dahl, nomes respeitados no meio cinematográfico que contrataram para a instituição especialistas de boa reputação na área.¹³ Sobre esse momento vivido pela instituição, Nelson Pereira dos Santos, referindo-se a ela como “nova EMBRAFILME”, afirmou que:

“Ela adotou um programa nacionalista, que nós propusemos, porque até então era uma coisa de paternalismo. (...) O cinema brasileiro deu um pulo, naquela época.

⁹ Guimarães, Isaura Botelho. Por artes da memória: a crônica de uma instituição – FUNARTE. São Paulo, 1996. Tese de doutorado. Departamento de Biblioteconomia e Documentação, ECA/USP, p. 37.

¹⁰ Cf. Miceli, Sérgio, op. cit., p. 57

¹¹ Cf. Guimarães, Isaura Botelho, op. cit., p. 39.

¹² Cf. Guimarães, Isaura Botelho, op. cit. p. . 39

¹³ Cf. Miceli, Sérgio, op. cit., p. 63 (Nota 20).

Passou a produzir muitos filmes e começou a ter uma presença importante no mercado” (grifo nosso).¹⁴

Glauber Rocha, analisando os motivos que levaram a oposição a criticar e combater o programa adotado pela EMBRAFILME, afirmou que:

“Esse projeto nacionalista em torno do cinema era perigoso porque não só a Embrafilme já era uma empresa de Estado prestigiada pelo governo e gerenciada pelo grupo do Cinema Novo, como também, sendo indústria de cinema, era indústria ideológica, e por isso extremamente perigosa, porque os cineastas em geral, plus ou mais, apoiaram a política de distensão de Geisel” (grifo nosso).¹⁵

Sem entrar no mérito da afirmação feita pelo cineasta, pretendemos apenas destacar o fato de que houve a participação de representantes do meio cinematográfico tanto no planejamento quanto na gestão da EMBRAFILME. A presença de intelectuais e artistas ligados à esquerda nos quadros de instituições culturais do MEC, como é o caso dos cineastas do Cinema Novo, estava ligada ao processo de abertura política e, provavelmente, também foi influenciada pela estratégia de buscar uma aproximação do governo com certos setores da sociedade. Golbery defendia, como vimos¹⁶, o estabelecimento de canais de participação política para segmentos representativos da sociedade, entre os quais podemos incluir os setores artístico e intelectual.

Assim, o lançamento da PNC permitiu construir uma política oficial para a área da cultura com feições concretas. A gestão do ministro Ney Braga, período que vai nos interessar, distinguiu-se por ter conseguido elaborar e implementar a primeira proposta de política cultural em condições de nortear as ações do Estado na área cultural.¹⁷ A aprovação da PNC, por outro lado, ocorreu, como vimos, em um momento no qual o

¹⁴ A afirmação foi feita em entrevista concedida pelo cineasta a Marcelo Ridenti. Note-se que o “nós” ao qual o cineasta se refere, ao falar da proposta adotada pela EMBRAFILME, diz respeito ao grupo de cineastas do Cinema Novo. Ridenti, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro*. Rio de Janeiro, Record, 2000, p. 94-95.

¹⁵ Entrevista concedida por Glauber Rocha a Heloisa Buarque de Hollanda e Carlos Alberto Messeder em 1980. Gaspari, Elio et alii. “Patrulhas ideológicas”. In: *Cultura em trânsito: da repressão à abertura*. Rio de Janeiro, Aeroplano Editora, 2000, p. 157.

¹⁶ Ver Capítulo I - 1.3 deste trabalho.

¹⁷ Miceli, Sérgio, op. cit., p. 57.

governo enfrentava sérios problemas na área econômica, seguidos de uma progressiva queda de legitimidade do regime. A crise econômica, o crescimento das manifestações de insatisfação das bases civis que apoiavam o regime, o desgaste político diante da sociedade em geral, representado pelas sucessivas derrotas eleitorais, ameaçavam a estabilidade do regime militar, até então respaldada pelos efeitos do "milagre econômico" e por intensa propaganda ideológica.¹⁸ Foi com este pano de fundo que o presidente Ernesto Geisel iniciou o processo de abertura política "lenta, gradual e segura" que se estendia à área cultural e coincidiu com o lançamento da Política Nacional de Cultura – PNC que, para sua implementação, buscou o apoio e o engajamento institucional de intelectuais e artistas reconhecidos no meio artístico e cultural.¹⁹

A escolha do ministro Ney Braga para a pasta parece traduzir um esforço do governo visando alterar os rumos de suas relações com os setores intelectuais e artísticos arredios ao regime. Desta forma, não teria sido por acaso que o governo Geisel optou pelo nome de "um militar reformado cuja carreira política se consolidara através de sucessivas vitórias eleitorais e que se beneficiava ainda da imagem de prócer simpático ao patrocínio das artes"²⁰. Além de usufruir de condições propícias, evidenciadas pela importância conferida à política cultural no conjunto das metas do governo, o ministro Ney Braga contava ainda com o apoio de um poderoso círculo de figuras-chaves distribuídas pelo primeiro escalão do governo federal. O grupo ligado ao ministro, que ficou conhecido como "neísmo", era um dos "clãs civis" politicamente mais poderosos da época.²¹ Ney Braga tinha, como vimos, prestígio nos setores intelectuais e artísticos. Por outro lado, ele, que tinha participado, como governador do Paraná, da escolha de Castelo Branco para a presidência – tornando-se, mais tarde, ministro da Agricultura desse governo –, era homem de confiança do presidente Geisel, que o considerava portador de perfil adequado para o MEC por considerá-lo ponderado, hábil e capaz de estabelecer diálogo com os setores estudantis, intelectuais e artísticos.²²

¹⁸ Falcão, Joaquim Arruda, op. cit., p. 31.

¹⁹ Cf. Miceli, Sérgio, op. cit., p. 65

²⁰ Miceli, Sérgio, op. cit., p. 65

²¹ Alguns dos nomes que compunham o grupo eram: Karlos Rischbieter, presidente do Banco do Brasil, Reinhold Stephanes, diretor do Instituto Nacional de Previdência Social, Maurício Schulmann, diretor do Banco Nacional da Habitação, Rui Ribas, presidente da Companhia Brasileira de Armazenagem. "A imprensa dizia na época que o clã controlava praticamente metade do orçamento da União". Cf. Miceli, Sérgio, op. cit., p. 64 (Nota 21).

²² Cf. D'Araujo, Maria Celina e Castro, Celso (orgs.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997, p. 267.

O ministro Ney Braga pôde contar com um significativo volume de recursos que permitiu reordenar e expandir, de forma efetiva, a área cultural do MEC. Além disso, nomeou para “postos executivos de confiança nas instituições culturais porta-vozes legítimos da ‘classe intelectual e artística’, sobejamente à esquerda dos administradores culturais típicos até então recrutados pelo regime de 64.”²³

Fruto do processo de "abertura" política que então se estendia à área cultural, as nomeações de intelectuais e artistas de esquerda, bem como a possibilidade de os setores cinematográfico e teatral indicarem representantes para preencher cargos de direção dos órgãos oficiais, foram recebidas com otimismo. Vários grupos de intelectuais e artistas manifestaram seu reconhecimento “aos gestos de aproximação governamental” empreendidos pelo governo Geisel²⁴, como foi o caso do pessoal do "Cinema Novo".

Para Sérgio Miceli, o trabalho desenvolvido por várias instituições da área cultural do MEC, neste período, foi resultado de “condições políticas extremamente favoráveis” representadas pelo apoio concedido a estes órgãos por parte de figuras importantes da "coalizão dirigente". Este apoio traduzia-se “ora na captação de recursos, ora na abertura de novas oportunidades de trabalho cultural, inclusive em organismos públicos fora da órbita do MEC, ora no trabalho de sustentação em favor de figuras expressivas do meio intelectual e artístico carentes de conexões políticas suficientemente sólidas”.²⁵

Foi assim que intelectuais e artistas com trânsito difícil nos órgãos de segurança puderam ser alçados aos cargos de cúpula do MEC. Pessoas como, por exemplo, Roberto Farias, Orlando Miranda, Manuel Diégues Jr. e Aloísio Magalhães puderam assumir posições de destaque na área cultural do MEC graças ao apoio oferecido por figuras importantes ligadas ao regime.²⁶

Também em 1975, paralelamente ao processo que desencadeou, dentro do MEC, o surgimento da Política Nacional de Cultura e a criação da FUNARTE, ocorreu a criação do Conselho Nacional de Referência Cultural - CNRC. Criado e implementado fora da

²³ Miceli, Sérgio, op. cit., p. 65.

²⁴ Miceli, Sérgio, op. cit., p. 65-66.

²⁵ Miceli, Sérgio, op. cit., p. 66

²⁶ Miceli, Sérgio, op. cit., p. 65, 80.

estrutura do MEC, o Conselho foi idealizado por Aloísio Magalhães e apoiado pelo então ministro Severo Gomes, da Indústria e Comércio. Mantido por um convênio firmado entre os ministérios da Indústria e do Comércio, da Educação e Cultura, do Interior e das Relações Exteriores, entre outras instituições federais, o CNRC funcionou de 1975 até 1979, quando foi absorvido pela recém criada Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, sob o comando do MEC.²⁷

O CNRC representou, no âmbito da política de preservação do patrimônio histórico e artístico, o que o PAC significou para a política de incentivo à produção cultural. Assim como o PAC, o CNRC foi favorecido pela maior flexibilidade decorrente de seu formato para-institucional, que permitiu um considerável grau de agilidade e autonomia na definição de programas, na gerência de recursos e na contratação de pessoal. Assim, o CNRC renovou e dinamizou a política de preservação até então adotada pelo IPHAN, que se resumia basicamente à restauração arquitetônica do “monumento de pedra e cal”. Apesar de reconhecer o mérito do IPHAN em introduzir o tema da preservação do patrimônio na pauta das preocupações governamentais, Aloísio Magalhães destacava o esgotamento de sua política vigente. Dessa forma, o CNRC propôs retomar a proposta original formulada por Mário de Andrade em 1936.²⁸ Contudo, para dar continuidade ao processo iniciado com a criação do CNRC, tornava-se necessário institucionalizar o projeto,²⁹ objetivo alcançado somente em 1979, com a fusão do IPHAN, do PCH e do CNRC numa única instituição, a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN. Neste mesmo ano foi criada a Fundação Nacional Pró-Memória, com o objetivo de funcionar como órgão executivo da política de preservação da SPHAN.

Como procuramos demonstrar, em poucos anos, o governo criou instituições decisivas na área cultural, revelando a importância atribuída a esse campo de produção.

²⁷ Falcão, Joaquim Arruda, op. cit., p. 31-32.

²⁸ Sobre a proposta formulada por Mario de Andrade, ver o item 4.1 – *A política cultural do Estado Novo* – da Introdução deste trabalho.

²⁹ Miceli, Sérgio, op. cit., p. 76-83.

2. O documento Política Nacional de Cultura – PNC

No texto de apresentação do documento, o ministro Ney Braga esclarece que a formulação da Política Nacional de Cultura é parte da estratégia do Ministério da Educação e Cultura de adotar políticas específicas para cada uma de suas áreas de atuação. Tal estratégia estava de acordo com um dos mais importantes princípios de organização adotados pelo regime militar para orientar a ação do Estado, ou seja, o planejamento. Visto como importante instrumento para racionalizar a ação do Estado, o planejamento permitiria ao governo estabelecer as diretrizes básicas que deveriam orientar as ações dos ministérios, e de todos os demais órgãos e instituições a eles subordinados. Como vimos, a área econômica também adotou seu documento oficial de política nacional, ou seja, o II PND.

Voltando ao documento, Ney Braga ressalta a contribuição do Conselho Federal de Cultura – CFC³⁰ na elaboração da PNC³¹. Ele esclarece que o documento pretende explicitar quais são as concepções básicas adotadas no que se refere à definição de “cultura brasileira” e de “política de cultura”, quais são os “... fundamentos legais da ação do governo no campo cultural...”, além de estabelecer os objetivos, as diretrizes, e as formas de ação para a área.

O ministro adianta que o principal objetivo do MEC é “... apoiar e incentivar as iniciativas culturais de indivíduos e grupos e (...) zelar pelo patrimônio cultural da Nação,

³⁰ Compuseram o Conselho Federal de Cultura durante o ano de 1975: Adonias Aguiar Filho, Afonso Arinos de Mello Franco, Arthur César Ferreira Reis, Clarival do Prado Valladares, Deolindo Couto, Djacir Lima Menezes, Dom Marcos Barbosa, Francisco de Assis Barbosa, Gilberto Freyre, Gustavo Corção, Herberto Salles, Irmão José Otão, José Cândido de Andrade Muricy, José Cândido de Mello Carvalho, Josué Montello, Manuel Diégues Júnior, Maria Alice Barroso, Miguel Reale, Octávio de Faria, Pedro Calmon, Peregrino Júnior, Rachel de Queiroz, Raymundo Faoro, Raymundo Moniz de Aragão, Renato Soeiro, Sabbato Magaldi, Sílvio Meira e Vianna Moog. Cf. Ministério da Educação e Cultura. Boletim do Conselho Federal de Cultura. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1975. (Números 17, 18, 19 e 20).

³¹ O texto da PNC foi elaborado, a pedido do ministro Ney Braga, pelo seguinte grupo: Prof. Carlos Alberto Direito – chefe de Gabinete do MEC, Prof. Manuel Diégues Jr – diretor do Departamento de Assuntos Culturais – DAC, Roberto Parreira – gestor do PAC e Mônica Rector, Armando Mendes, Amália Lucy Geisel, Vicente Salles e Fernando Bueno – técnicos do Ministério. Cf. Miceli, Sergio. “O processo de ‘construção institucional’ na área cultural federal (anos 70)”. In Estado e cultura no Brasil. SP: Difel, 1984. p. 57 (Nota 11); Guimarães, Isaura Botelho. Por artes da memória: a crônica de uma instituição – FUNARTE. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 1996. p. 41 (Nota 13).

sem intervenção do Estado, para dirigir a cultura”.³² Nota-se a preocupação do ministro em adiantar-se às possíveis acusações de tentativa de manipulação e/ou de controle da produção cultural, o que parece estar de acordo com o momento que vivia o regime, ou seja, o início da vigência do processo de abertura deflagrado pelo presidente Geisel. Ao adiantar-se às críticas, o ministro, ao que parece, procura atingir sobretudo os produtores culturais, artistas e intelectuais arredios ao regime, buscando alcançar nesses setores um reconhecimento do processo de abertura estendido à área cultural.

Ainda segundo o ministro, o documento visa estabelecer, no âmbito da política cultural do MEC e, portanto, do governo federal “... diretrizes que possam salvaguardar o nosso acervo cultural próprio e caracteristicamente brasileiro, sem, contudo, descuidar da aproximação com a cultura de outros povos e nações, consoante a própria vocação universalista do nosso povo”.³³

Ney Braga encerra o texto de apresentação do documento, afirmando:

“Procurando ser fiel às raízes de nossa personalidade nacional e ambicionando contribuir para o engrandecimento do homem brasileiro, a Política Nacional de Cultura quer concorrer para o humanismo brasileiro, dentro da definição maior do que é o próprio humanismo: a concentração do mundo no homem e a expansão do homem no mundo”.³⁴

Sobre o trecho acima é interessante notar que a adoção de noções como “personalidade nacional” e “homem brasileiro”, por seu caráter genérico, condiz com a prática, presente nos documentos e discursos oficiais de todo o período militar, de diluir ou ocultar as diferenças sociais existentes. Essa questão deverá ser retomada no próximo capítulo.

A Introdução do documento apresenta uma definição preliminar da noção de cultura adotada pelos formuladores da PNC:

³² Política Nacional de Cultura. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação/MEC, 1975, p. 5

³³ Política Nacional de Cultura. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação/MEC, 1975, p. 5

³⁴ Política Nacional de Cultura. Brasília, p. 6

“Cultura não é apenas acumulação de conhecimentos ou acréscimo de saber, mas a plenitude da vida humana no seu meio. Deseja-se preservar a sua identidade e originalidade fundadas nos genuínos valores histórico-sociais e espirituais, donde decorre a feição peculiar do homem brasileiro: democrata por formação e espírito cristão, amante da liberdade e da autonomia”.³⁵

Assim definida a cultura, os formuladores do documento afirmam que o “objetivo maior” de “uma verdadeira política de cultura” é “... a plena realização do homem brasileiro como pessoa”. Veremos mais adiante que para essa “realização como pessoa” são consideradas necessárias algumas “melhorias” dos indivíduos como agentes do processo de desenvolvimento.

Já que o objetivo é o “homem brasileiro”, com sua identidade peculiar e específica, a política de cultura deve estar voltada não para a cultura “em abstrato”, mas sim para a “cultura brasileira”, que também possui características próprias e específicas a serem consideradas na formulação da PNC. Ao absorver a noção de cultura brasileira, o texto retoma um debate que emergira pelo menos nos anos 30, durante o período Vargas.

Sendo, portanto, a “cultura brasileira” o objeto da política de cultura que o MEC propõe, a introdução do documento destaca o reconhecimento de que tal cultura se compõe de duas dimensões (regional e nacional) devidamente consideradas na elaboração da PNC. Com isso, torna-se claro o reconhecimento de que existem diferenciações regionais que concorrem na formação da “cultura brasileira” e a intenção de promover a preservação dessas manifestações específicas, incentivando contudo o “indispensável” “contato intercultural” entre elas.

Se, por um lado, a política de cultura deve voltar-se para a preservação dessas manifestações específicas que compõem a totalidade da cultura, por outro, ela também deve incentivar e apoiar a produção cultural, visando a “revigorar o processo de criação”, uma vez que:

³⁵ Política Nacional de Cultura. Brasília, op. cit., p. 8.

“A sobrevivência de uma nação se enraíza na continuidade cultural e compreende a capacidade de integrar e absorver suas próprias alterações. A cultura, com tal sentido e alcance, é o meio indispensável para fortalecer e consolidar a nacionalidade”.³⁶

O documento expressa uma dupla preocupação: promover, por um lado, a continuidade das manifestações culturais tidas como caracteristicamente brasileiras, ou seja, a preservação do que é considerado patrimônio cultural da nação e, por isso mesmo, alicerce da identidade nacional, e, por outro, as mudanças impostas pelo desenvolvimento, tanto interno quanto externo, através do incentivo a criatividade e a inovação no campo da produção cultural.³⁷

O documento procura estabelecer as relações entre cultura e desenvolvimento e destacar a importância da política de cultura no planejamento nacional. É interessante notar que, como observou Gabriel Cohn, a PNC retoma a idéia, presente nas Diretrizes para uma Política Nacional de Cultura³⁸, de que a cultura teria um lugar importante para ocupar na estratégia de desenvolvimento do país.³⁹

“O desenvolvimento não é um fato de natureza puramente econômica. Ao contrário, possui uma dimensão cultural que, não respeitada, compromete o conjunto. A plenitude e a harmonia do desenvolvimento só podem ser atingidas com a elevação da qualidade dos agentes do processo que a integram.”⁴⁰

A cultura é vista, portanto, como importante instrumento para alcançar o desenvolvimento almejado. Como se trata de elevar a “qualidade dos agentes”, ou seja, do povo brasileiro, o documento afirma que a PNC deve assegurar o acesso de todos à cultura. Vislumbra-se, nesse ponto, uma possível alusão à necessidade de, por um lado, qualificar os agentes para o processo de modernização do setor produtivo e, por outro, promover a adoção de valores, atitudes e comportamentos considerados mais adequados aos novos padrões sociais que se pretendia alcançar, visando o tipo de desenvolvimento global almejado para o país.

³⁶ Política Nacional de Cultura. Brasília, op. cit., p. 9

³⁷ O documento retoma essa questão no item sobre os Objetivos da Política Nacional de Cultura.

³⁸ Documento produzido pelo MEC, em 1973, durante a gestão do ministro Jarbas Passarinho. Ver Capítulo I – Item 2 deste trabalho.

³⁹ Cohn, Gabriel. A concepção oficial da política cultural nos anos 70 In Miceli, Sérgio (org.). *Estado e Cultura no Brasil*. São Paulo, Difel, 1984, p. 90

⁴⁰ Política Nacional de Cultura. Brasília, op. cit., p. 9

“Uma pequena elite intelectual, política e econômica pode conduzir, durante algum tempo, o processo do desenvolvimento. Mas será impossível a permanência prolongada de tal situação. É preciso que todos se beneficiem dos resultados alcançados. E para esse efeito é necessário que todos, igualmente, participem da cultura nacional.”⁴¹

Para os formuladores da PNC, o governo, ao definir seu objetivo de assegurar a todos os brasileiros o acesso aos resultados da cultura, explicita o reconhecimento de que a cultura é “... parte integrante e fundamental do bem comum”.⁴² Por isso, o documento afirma que a política de cultura “... não se destina a uns poucos privilegiados...”.⁴³

Os pressupostos assumidos como bases da Política Nacional de Cultura são dois:

1. Não intervenção na “atividade cultural espontânea”, nem “... orientação segundo formulações ideológicas violentadoras da liberdade de criação que a atividade cultural supõe”.
2. “... a política da cultura proporcionará as diretrizes básicas pelas quais o poder público se propõe estimular e apoiar a ação cultural de indivíduos e grupos”.⁴⁴

Nesse ponto, é interessante destacar que a afirmação segundo a qual a PNC se limitaria a traçar as diretrizes básicas para a atuação das instituições ligadas ao MEC indica que caberia às mesmas formular projetos que atendessem aos pressupostos da política. Esta pode ter sido a brecha aproveitada por algumas instituições que, como a FUNARTE, se destacaram na adoção de projetos importantes e inovadores na área cultural do MEC.

A seguir, o documento passa a detalhar a Política Nacional de Cultura, começando por definir a própria concepção de política adotada por seus formuladores. A

⁴¹ Política Nacional de Cultura. Brasília, op. cit., p. 9

⁴² Política Nacional de Cultura. Brasília, op. cit., p. 10.

⁴³ Política Nacional de Cultura. Brasília, op. cit., p. 10

⁴⁴ Política Nacional de Cultura. Brasília, op. cit., p. 8.

concepção básica de política de cultura toma como referencial o conceito de política nacional, adotado pela Doutrina da Escola Superior de Guerra – ESG, assim definido: é “a arte de estabelecer os objetivos nacionais, mediante a interpretação dos anseios nacionais, e de orientar a conquista ou preservação daqueles objetivos”.⁴⁵

Muito embora os formuladores da PNC não mencionem a Doutrina como fonte da noção de política nacional, a definição por eles adotada é a mesma presente nas formulações da ESG, variando apenas pela utilização do termo “anseio nacional” no lugar de “aspiração nacional”. É de se supor, portanto, que eles adotassem também a noção de “objetivos nacionais” proposta pela Escola. Sendo assim, segundo uma das formulações adotadas pela ESG⁴⁶:

“Objetivos Nacionais são cristalizações dos Interesses e Aspirações Nacionais, em determinado estágio da evolução da comunidade, cuja conquista e preservação toda a Nação procura realizar através dos meios de toda ordem a seu alcance”.⁴⁷

Segundo Gurgel, “comumente, as expressões ‘Interesses Nacionais’, ‘Aspirações Nacionais’ e ‘Objetivos Nacionais’ são usadas para significar os desejos gerais que orientam as Nações em sua evolução, em suas atividades, na busca ou manutenção de condições de sobrevivência ou de engrandecimento. [Sendo assim] (...) se o sistema político tem como base os valores transcendentais da pessoa humana, considerada na plenitude de seus direitos de liberdade, igualdade e justiça, ‘o estabelecimento dos Objetivos Nacionais resulta de um processo harmônico de interação, entre povo e elite dirigente, comportando a análise dos interesses e aspirações desse povo, através de seu comportamento histórico e a consideração racional de suas tendências e ideais’”.⁴⁸

⁴⁵ Política Nacional de Cultura. Brasília, op. cit., p. 12.

⁴⁶ Ao longo dos anos e de acordo com as variações da conjuntura política, os conceitos adotados pela Doutrina da ESG foram sendo rediscutidos e reformulados. As formulações, além de assumirem ora formas mais elaboradas, ora mais concisas, procuravam contemplar as questões impostas pelas mudanças na conjuntura nacional e internacional. Sobre o assunto, ver: Rocha, Maria Selma de Moraes. *A evolução dos conceitos da Doutrina da Escola Superior de Guerra nos anos 70*. São Paulo, 1996. Dissertação de Mestrado. Departamento de História/FFLCH/USP.

⁴⁷ Rocha, Maria Selma de Moraes, op. cit., p. 98.

⁴⁸ Gurgel, José Alfredo Amaral. *Segurança e democracia: uma reflexão política sobre a Doutrina da Escola Superior de Guerra*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, Livraria José Olympio Editora, 1975. (Coleção General Benício, 130. Publ. 451). p. 69

Cabe destacar que os Objetivos Nacionais, conforme as formulações da ESG, dividem-se em Permanentes – “... interesses e aspirações vitais e que, por isto mesmo, subsistem por longo tempo” – e Atuais – “... etapas intermediárias com vistas a alcançar ou manter os Objetivos Nacionais Permanentes”.⁴⁹

Voltando à PNC, o objetivo principal da política de cultura é contribuir para estabelecer as “... condições necessárias ao desenvolvimento da atividade criadora do homem”.

A forma de atuação assumida pela política de cultura depende do momento histórico presente, portanto, não é definitiva. Como seu fim, ou seja, seu escopo declarado é “realidade dinâmica da criação”, sua forma de atuação deve ser também dinâmica. Daí decorre a afirmação de que a política de cultura situa-se entre uma dimensão real, baseada no presente, e outra ideal, voltada para o futuro, sendo ambas extensões do passado.⁵⁰ Transparece mais uma vez, nesse caso, a preocupação com as questões da continuidade e mudança no campo cultural. Ao afirmar que a política de cultura leva em conta a realidade presente, entendendo-a como continuidade do passado, para projetar o futuro, transparece uma visão evolutiva, sem rupturas, do processo cultural. Dessa forma, as mudanças desejáveis no campo cultural, ou seja, aquelas consideradas necessárias ao desenvolvimento global da nação, são antes aperfeiçoamentos da cultura brasileira.

A PNC, segundo seus formuladores, tem como princípios a “ética do humanismo”, ou seja, a valorização do homem brasileiro, e o “respeito à espontaneidade da criação popular”. Esses princípios justificam o objetivo de revigorar a criação, ativando a criatividade que, segundo o documento, estaria sendo “... reduzida, distorcida e ameaçada pelos mecanismos de controle desencadeados através dos meios de comunicação de massa e pela racionalização da sociedade industrial”.⁵¹

Para alcançar seus objetivos a política de cultura deve promover e incrementar:

⁴⁹ A definição empregada é mais recente. Optou-se por ela por ser uma versão mais concisa da formulação dos conceitos. Escola Superior de Guerra. Fundamentos da Doutrina. Rio de Janeiro, ESG, 1981, p. 27-28

⁵⁰ Política Nacional de Cultura. Brasília, op. cit., p. 12.

⁵¹ Política Nacional de Cultura. Brasília, op. cit., p. 12

1. A “generalização do acesso”, o que significa incentivar a participação de todos, tanto dos que produzem quanto dos que apenas consomem, nos resultados da cultura.

O documento afirma que a participação, ou seja, o acesso à cultura, é que possibilitará que todos tenham condições de “elaborar a cultura de seu meio”.⁵² O acesso a cultura visa também dotar o homem brasileiro da capacidade de interagir com as “contribuições internacionais” oferecidas, sobretudo, pelos meios de comunicação de massa.⁵³ É possível entrever a idéia de que o acesso à cultura tem um caráter educativo: “elaborar” teria, assim, o sentido de entender, de assimilar os valores transmitidos através da produção cultural considerada autenticamente brasileira. Nesse sentido, a participação tem como meta preparar a pessoa, melhorando o seu conhecimento acerca de sua cultura e, assim, capacitá-la para participar de forma mais efetiva, ou seja, compartilhar dos valores culturais considerados fundamentais.

No documento *Aspectos da Política Cultural Brasileira*, produzido pelo Conselho Federal de Cultura – CFC em 1975, essa questão aparece mais claramente. Referindo-se ao disposto na Constituição em vigor naquela época, o documento afirma que:

“... O denominador comum das medidas oficiais, tanto de estímulo quanto de proteção da cultura, é a liberdade amplamente garantida, essencial ao sistema político que rege a Nação: sistema democrático, que visa a ‘educar o homem’ na consciência da integração nacional – compreendida como a continuidade no desenvolvimento, de modo a manter nos seus valores característicos a imagem do País, isto é, promovendo cada vez mais os valores regionais para acentuar a identidade nacional dos vários Brasis. Desse princípio e daquele propósito, emerge o compromisso que assume o Estado de resguardar os bens culturais, ao mesmo tempo em que empreende a renovação da cultura como uma aspiração coletiva e um direito individual”.⁵⁴ (Grifo nosso)

Como veremos no próximo capítulo, a cultura era vista pelo governo e pela ESG como um importante instrumento na preparação do indivíduo para a participação política nos moldes considerados adequados à “democracia” pretendida. Para Rezende, “o

⁵² Política Nacional de Cultura. Brasília, op. cit., p. 13

⁵³ Política Nacional de Cultura. Brasília, op. cit., p. 13.

⁵⁴ Conselho Federal de Cultura. Aspectos da política cultural brasileira. Rio de Janeiro, MEC, 1975, p. 12 (Nota).

regime militar pretendia, através de sua estratégia psicossocial⁵⁵, promover não o entorpecimento da consciência da maioria da população, mas formar uma consciência favorável e, portanto, participativa no sentido de defender e propagar, de forma contínua e sucessiva, os valores essenciais da ditadura”.⁵⁶

2. A “espontaneidade” da criação cultural, o que significa que o Estado deve incentivar a produção e “generalizar ao máximo o consumo”, estimulando as atividades de criação e oferecendo “condições efetivas de trabalho”.⁵⁷

Os formuladores da PNC, assim, reafirmam o princípio de não intervenção do Estado, afirmando que o papel do Ministério e de suas instituições resume-se ao estímulo e ao incentivo da produção cultural que, segundo eles, é “espontânea”. No entanto, ao absorver a noção de cultura brasileira, o documento retoma certas perspectivas nacionalistas que, ao fim e ao cabo, não estavam distantes de concepções que grassavam nos meios militares.

3. A qualidade da criação cultural que, como vimos anteriormente, está diretamente relacionada à qualidade dos agentes da produção. O documento contém a afirmação de que “o problema da qualidade é prioritário por ser responsável pelo próprio nível do desenvolvimento”. Desta forma, é tarefa do Estado, através da PNC, estimular a “concorrência qualitativa” entre os agentes da produção cultural. Os formuladores do documento ressaltam a importância de, por outro lado, combater o “culto à novidade”, estimulado tanto pelos veículos de comunicação de massa quanto pela tendência dos países em desenvolvimento de imitar a produção dos países desenvolvidos. Segundo eles, o “mal” é que, devido à “vontade de inovar” dos produtores, há uma queda da qualidade e um “excesso de produção”. A política de cultura deve, então, estimular um “processo de maturação daquilo que está implantado”.⁵⁸ Nota-se a preocupação com a desnacionalização cultural introduzida pelos meios de comunicação de massa, reproduzindo um debate bastante difundido no momento.

⁵⁵ A estratégia psicossocial, formulada pela ESG, previa ações do Estado nas áreas da educação, cultura e demais instituições sociais (família, instituições religiosas, assistenciais, etc.).

⁵⁶ Rezende, Maria José de. *A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade – 1964-1984*. São Paulo, 1996. Tese de doutorado. Departamento de Sociologia/FFLCH/USP.

⁵⁷ Política Nacional de Cultura. Brasília, op. cit., p. 13.

⁵⁸ Política Nacional de Cultura. Brasília, op. cit., p. 14.

A política de cultura deve ainda, segundo o documento, promover "... um amplo e permanente esforço de acompanhamento para que os princípios culturais formem seres humanos integrados harmoniosamente na vida em sociedade".⁵⁹

No pequeno trecho acima podemos destacar várias idéias que, insistentemente, estavam presentes nos discursos de representantes do governo, em documentos oficiais e na Doutrina da ESG. Como visto anteriormente, um dos objetivos declarados pelos condutores do regime era o saneamento moral e ético da sociedade que deveria ocorrer através de um aperfeiçoamento das instituições políticas e sociais brasileiras. Nesse sentido, tanto nas justificativas para as medidas que visavam o controle das instituições políticas quanto nas propagandas oficiais que buscavam fortalecer instituições sociais como a família, encontramos a recorrente alusão a valores considerados característicos da nação brasileira ou necessários ao desenvolvimento integral do país. Os "princípios culturais" aos quais se referem os formuladores da PNC são, certamente, esses valores. A integração era outro objetivo constantemente afirmado pelo regime. A integração econômica era constantemente apontada como um dos fatores essenciais ao desenvolvimento tanto regional quanto nacional. Os projetos para as áreas de telecomunicações e de transportes são exemplos de investimentos justificados pelo governo como necessidade de modernização e de integração do mercado interno brasileiro. A integração social também aparece, com freqüência, entre os objetivos declarados pelos governos militares. Nesse caso, a integração seria um pressuposto necessário à construção de uma sociedade harmônica e coesa supostamente almejada pelo povo brasileiro e, por isso mesmo, buscada pelo regime. O significado de integração que podemos antever no texto é a adesão e o compartilhamento de valores, idéias e visões de mundo que possibilitassem atitudes e comportamentos considerados adequados ao tipo de sociedade e de relações sociais que se queria promover. Entre os valores e idéias mais insistentemente exaltados pelo regime estavam a ordem, disciplina, cooperação, conciliação, responsabilidade, harmonia, o equilíbrio, a solidariedade, o respeito à autoridade, a dedicação ao trabalho, não contestação, etc. Gurgel afirma que um dos fatores influenciadores do "Moral Nacional"⁶⁰ é "a integração das motivações pessoais na adesão aos objetivos do grupo nacional".⁶¹ Como se vê, trata-se de aderir

⁵⁹ Política Nacional de Cultura. Brasília, op. cit., p. 14.

⁶⁰ Na Doutrina da ESG o "Moral Nacional" é um dos "poderes componentes" do "Poder Psicossocial" que, por sua vez, compõe o "Poder Nacional". Ver: Gurgel, José Alfredo Amaral. op. cit., p. 110-125

⁶¹ Gurgel, José Alfredo Amaral. op. cit., p. 114

aos objetivos nacionais, adequando ou adaptando os objetivos pessoais a um “interesse maior”.

Após explicitar a concepção de política da cultura e seus princípios, o documento passa à definição de “cultura brasileira”.

Assim, “... cultura brasileira [é] aquela criada, ou resultante da aculturação, partilhada e difundida pela comunidade nacional”.⁶²

A cultura brasileira é, conforme o documento, resultado do sincretismo das manifestações culturais dos “grupos humanos” de diversas origens que se encontraram no Brasil, e do surgimento de manifestações caracteristicamente brasileiras, “... traduzindo-se num sentido que, embora nacional, tem peculiaridades regionais”.⁶³ O que caracteriza a cultura brasileira é, portanto, sua peculiar capacidade “de aceitar, de absorver, de refundir, de recriar” as manifestações culturais, imprimindo-lhes uma marca própria. Por outro lado, a cultura brasileira expressa “a personalidade do povo que a criou”. Personalidade essa que resulta do encontro original de “três grupos humanos” – o índio, o branco e o negro – que fixou as suas características físicas e sócio-culturais, e da adoção de novos valores.⁶⁴

O documento afirma, ainda, que a diversidade regional contribui para a unidade nacional. No final da seção, há a reafirmação da idéia de que o estímulo à criatividade não visa apenas o crescimento econômico, mas sim o “desenvolvimento harmônico do homem e de todos os homens”.⁶⁵

A definição de cultura brasileira apresentada no documento é um claro exemplo da retomada, pelo regime militar, de vários elementos da concepção de cultura e de identidade brasileiras adotada pelo Estado Novo (1937-1945). Segundo Fico, foi durante o Estado Novo que “a concepção nacionalista da cultura brasileira...”, fortemente marcada pelas obras de pensadores como Gilberto Freyre, Fernando Azevedo, Afonso Arinos e Sergio Buarque de Holanda, ganhou “dimensão oficial”, influenciando as ações do

⁶² Política Nacional de Cultura. Brasília, op. cit., p. 16.

⁶³ Política Nacional de Cultura. Brasília, op. cit., p. 16

⁶⁴ Cf. Política Nacional de Cultura. Brasília, op. cit., pp. 16 e 17.

⁶⁵ Política Nacional de Cultura. Brasília, op. cit., p. 17.

governo em várias áreas de atuação estatal como, por exemplo, o ensino e a política de preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. Fico nos lembra alguns dos vários temas abordados pela propaganda oficial produzida durante a ditadura militar que foram originalmente estabelecidos na época do Estado Novo: “a valorização da mistura racial, a crença no caráter benevolente do povo, o enaltecimento do trabalho, uma certa idéia de nação – baseada nos princípios da coesão e da cooperação”. Para ele, “... essas são matrizes ideológicas do Estado Novo que seriam retrabalhadas pela ditadura militar”.⁶⁶

Quanto à insistência na afirmação de que o objetivo a ser alcançado é o “desenvolvimento harmônico do homem e de todos os homens”, chama a atenção a forma recorrente como é utilizada a imagem abstrata de “homem”, ou seja, um ser genérico. Ao que parece, a utilização dessa imagem pode ser entendida como um recurso de negação ou tentativa de omissão das diferenças – sociais, econômicas, políticas, etc. – existentes na sociedade brasileira. Ao negar as diferenças, os formuladores da PNC colocam-se plenamente de acordo com a ênfase nas idéias de não-contestação e não-conflito pregadas pelo regime, e reafirmam o ideal de construção de uma sociedade baseada na harmonia, coesão, colaboração e solidariedade entre as classes e os grupos sociais.

A seguir, o documento informa que é “meta prioritária do Governo promover a defesa e constante valorização da cultura nacional”. Para ressaltar tal fato, o documento resume um pronunciamento do presidente Ernesto Geisel sobre a questão:

“... o desenvolvimento brasileiro não é apenas econômico; é sobretudo social, e dentro desse desenvolvimento social há um lugar de destaque para a cultura. Não há, de fato, desenvolvimento unilateral, mas sim global, atingindo o homem em toda a sua plenitude, onde cabe, evidentemente, lugar adequado e insubstituível para a cultura. Pois esta é uma expressão do próprio ser humano, de sua criação, de seu domínio sobre a natureza”.⁶⁷

O documento informa, ainda, que os fundamentos legais nos quais se baseia a política governamental de cultura são:

⁶⁶ Fico, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997, p. 34

⁶⁷ Política Nacional de Cultura. Brasília, op. cit., p. 20.

- Constituição Federal⁶⁸ – artigo 180 – parágrafo único: “o amparo à cultura é dever do Estado”.
- Decreto-Lei nº 200, de 25/02/1967 – artigo 39: inclui a cultura, as letras, as artes e o patrimônio na área de competência do MEC.
- Decreto-Lei nº 74, de 21/11/1966: cria o Conselho Federal de Cultura e define como uma de suas atribuições a formulação da Política Nacional de Cultura.

Podemos supor que o cuidado em demonstrar que a ação do Estado na área da cultura, antes de estar apenas amparada legalmente, respondia a uma exigência prevista na Constituição, refletia a constante preocupação do regime em afirmar a legalidade de todos os seus atos e medidas. Para Rezende, a constante afirmação do caráter legal das medidas adotadas, bem como os esforços para obter não apenas o reconhecimento e a aprovação dos planos, projetos e outras ações dos governos militares, mas também a adesão aos ideais da revolução, são faces de uma incansável busca de legitimidade realizada pelo regime.⁶⁹

Ao encerrar esta seção, os formuladores da PNC voltam a afirmar que a cultura é um “processo espontâneo, assistemático e natural”, cabendo ao Estado estimular e apoiar as “... diferentes manifestações culturais, como aspecto de nossa personalidade nacional”.⁷⁰

Feita a ressalva de que a política de cultura não significa que o governo pretenda adotar qualquer forma de “dirigismo”, e assegurado o respeito do Estado pela liberdade de criação, o documento passa a apresentar as diretrizes da Política Nacional de Cultura. São elas:

1. “o respeito às diferenciações regionais (...), procurando relacioná-las em seu próprio contexto”;
2. “a proteção, a salvaguarda e a valorização do patrimônio histórico e artístico e (...) [das] manifestações folclóricas e de artes populares (...)”;

⁶⁸ Trata-se da Constituição de 1969 (outorgada em 17/10/1969).

⁶⁹ Cf. Rezende, Maria José de, op. cit.

⁷⁰ Política Nacional de Cultura. Brasília, op. cit., p. 20-21.

3. “o respeito à liberdade de criação ...”;
4. “o estímulo à criação (...) [das] expressões do espírito do homem brasileiro, visando a difusão desses valores através dos meios de comunicação de massa”;
5. “o apoio à formação de profissionais ...”;
6. “o incentivo aos instrumentos materiais (...) para imprimir maior desenvolvimento à criação e à difusão das diferentes manifestações da cultura (...)”;
7. “a maior aproximação da cultura brasileira com a de outros povos (...) possibilitando assim o acolhimento (...) [da] criação de outros grupos humanos dentro da própria vocação brasileira ...”
8. “o desenvolvimento nacional não é puramente econômico, mas também sócio-cultural (...), contribuindo de maneira efetiva para elevar o nível de vida”.

Concluindo este item, o documento informa que ao MEC “compete coordenar a ação do Estado”.

Na sexta seção do documento encontramos a explicitação dos cinco objetivos básicos da Política Nacional de Cultura. São eles:

1. O conhecimento:

A primeira ação a ser empreendida pela política de cultura é revelar o que “... constitui o âmago do homem brasileiro e o teor de sua vida”. Trata-se de, antes de qualquer coisa, “... verificar a própria essência da cultura”.⁷¹

⁷¹ Política Nacional de Cultura. Brasília, op. cit., p. 28.

Segundo os formuladores da PNC, este objetivo é, na verdade, uma “premissa” para todos os demais objetivos.

Para Cohn, essa premissa é um claro exemplo da “concepção essencialista” que, combinada com uma “concepção instrumental” da cultura, norteia todo o documento. Já na apresentação do documento notamos que a PNC pretende “concorrer para o humanismo brasileiro” e, no transcorrer do texto, há uma constante afirmação de que o objetivo maior da ação do Estado, na área cultural, é a realização do “homem” como “pessoa” e o alcance do “bem comum”. É nessa “perspectiva humanista” assumida pelo documento que Cohn identifica uma “visão essencialista da cultura”.

Quanto ao primeiro objetivo básico da PNC, Cohn o considera um “pressuposto imobilizador” na medida em que propõe como primeira tarefa da política cultural a realização de um levantamento das características essenciais do homem e da cultura brasileiros. Para ele “... a própria política cultural inclui no seu seio como condição prévia insuperável um conhecimento ‘essencial’ (...) do processo no qual supostamente deve intervir”.⁷² (Grifo nosso)

2. A preservação dos bens de valor cultural:

O segundo objetivo é: “... conservar o acervo constituído e manter viva a memória nacional, assegurando a perenidade da cultura brasileira”.

Sobre este objetivo, os formuladores da PNC apresentam duas ordens de preocupação:

- “(...) Como conciliar a preservação do que é caracteristicamente nosso com a incorporação e absorção de novos traços culturais que o desenvolvimento impõe e até onde transigir nessa conciliação”?

⁷² Cohn, Gabriel, op. cit., p. 93

- “(...) Como evitar transferir para o processo de desenvolvimento nacional os erros de disfunções engendradas por processo similar em outros países”?⁷³

Para os formuladores da PNC, a transferência de tecnologia – necessária ao desenvolvimento industrial –, e o processo de urbanização crescente – consequência da industrialização – trazem tanto “valores intrínsecos”, que inevitavelmente se disseminam pela sociedade, quanto mudanças na “qualidade de vida” da população. Quanto a esta segunda consequência, o documento argumenta que é necessário adotar um “maior controle” sobre o processo de urbanização para restabelecer a “qualidade de vida” aos “padrões normais” ou, pelo menos, “evitar sua deterioração”. Trata-se, portanto, de preservar o “estilo brasileiro de vida” previamente identificado. Do ponto de vista da política cultural propriamente dita, trata-se de “preservar um núcleo irreduzível de cultura autônoma que imprima feição própria ao teor de vida do brasileiro” conciliando, assim, a preservação da genuína cultura brasileira com as mudanças necessárias ao desenvolvimento almejado.⁷⁴

O documento esclarece, ainda, que:

“A atitude de preservação de determinados valores sociais, e suas projeções culturais, não é algo que esteja ancorado no passado. Ela constitui, também, uma antecipação das potencialidades do futuro”.⁷⁵

Desta forma, podemos supor que os valores sociais dignos de serem preservados – como a ordem, disciplina, cooperação, conciliação, responsabilidade, harmonia, o equilíbrio, solidariedade – são também aqueles considerados passíveis de favorecer as mudanças consideradas necessárias para alcançar o desenvolvimento sem pôr em risco a tão almejada coesão social, ou seja, sem rupturas.

A preocupação em promover o desenvolvimento do país sem perder o controle do processo de mudança, evitando rupturas e conflitos sociais de toda ordem, ou seja, sem por em risco a “segurança nacional”, foi uma constante em todos os governos militares. Nesse sentido, Geisel afirmaria, na primeira reunião ministerial de seu governo:

⁷³ Política Nacional de Cultura. Brasília, op. cit., p. 28

⁷⁴ Política Nacional de Cultura. Brasília, op. cit., p. 28-29

⁷⁵ Política Nacional de Cultura. Brasília, op. cit., p. 29.

“Em pronunciamento público, já salientei que a revolução modernizadora de 1964 fundamenta toda sua doutrina estratégica no binômio do desenvolvimento e da segurança, reconhecido desde logo que, em essência, o primeiro é dominante. Em termos mais precisos, pode dizer-se que a ação estratégica da revolução tem sido e continuará a ser exercida de modo a promover, para a Nação brasileira, em cada etapa, o máximo de desenvolvimento possível, com o mínimo de segurança indispensável”.⁷⁶

Ao discorrer sobre a evolução das instituições sociais, o manual *Complementos da Doutrina*, da ESG, afirma que:

“O desenvolvimento cultural do homem e da sociedade impõe o ajustamento de suas instituições para que a evolução se processe sem turbulências impostas por mudanças sociais bruscas, aceleradas e até perversas. Estas mudanças ocorrem na vigência de autênticos comportamentos democráticos, frutos da aceitação plena dos valores permanentes e superiores”.⁷⁷ (Grifo nosso)

3. O incentivo à criatividade:

O incentivo à criatividade visa “... dar ao homem brasileiro (...) a plena utilização de seu potencial inventivo”.

Trata-se de promover a capacitação de recursos humanos para a área da cultura através da profissionalização dos que atuam na área. Para os formuladores da PNC, a falta de “profissionais com conhecimentos básicos específicos (...) tem determinado, em grande parte, as dificuldades enfrentadas para dinamizar e desenvolver as atividades no âmbito da cultura”.⁷⁸

4. A difusão das criações e manifestações culturais:

⁷⁶ Gurgel, José Alfredo Amaral. op. cit., p. 161-162

⁷⁷ Escola Superior de Guerra. Complementos da Doutrina. Rio de Janeiro, ESG, 1981, p. 53

⁷⁸ Política Nacional de Cultura. Brasília, op. cit., p. 29

Trata-se de difundir a produção cultural através de “...um mecanismo ativo que facilite o conhecimento e a apreensão de seu significado pelo povo, tendo como consequência natural um processo de retorno e enriquecimento”.⁷⁹

A difusão da cultura tem, portanto, um caráter pedagógico: visa educar o povo. Ao promover o conhecimento e a apreensão das manifestações culturais consideradas autenticamente brasileiras, busca-se difundir os valores nelas contidos, ou seja, aqueles considerados característicos da “nacionalidade”, da “identidade cultural” brasileira. Por outro lado, é preciso difundir também aquelas manifestações culturais que imprimam no povo novos valores e traços culturais impostos pelo desenvolvimento. Neste caso, para evitar uma disseminação de “modismos” e a desvalorização de princípios culturais fundamentais, o documento propõe, como visto, que haja um “acompanhamento” constante do processo.

5. Integração:

O quinto e último objetivo refere-se à integração dos próprios objetivos da PNC, de forma a garantir o desenvolvimento cultural do país. Por outro lado, trata-se também de integrar o desenvolvimento cultural ao “processo global de desenvolvimento brasileiro”.

O documento adverte que:

“O desaparecimento do acervo cultural acumulado ou o desinteresse pela contínua acumulação da cultura representarão indiscutível risco para a preservação da personalidade brasileira e, portanto, para a segurança nacional”.

Para Cohn, esse tipo de argumentação expressa o que ele chama de “versão mais grosseira do instrumentalismo”.⁸⁰ Sem entrar no mérito da questão⁸¹, não parece restar

⁷⁹ Política Nacional de Cultura. Brasília, op. cit., p. 29.

⁸⁰ Cohn, Gabriel, op. cit., p. 94

⁸¹ Para Teixeira Coelho, “política cultural é, no limite, exatamente (...) instrumentalização da arte e da cultura”. Para ele, a cultura é uma questão crucial para o desenvolvimento da convivência democrática, da cidadania, dos valores éticos calcados na solidariedade e na fraternidade. Assim, o fortalecimento da dimensão cultural, em conjunto com o desenvolvimento econômico e político, é que permitiria a formação de uma base sólida de sustentação para uma sociedade democrática e estável. Coelho, J. Teixeira. *Da política cultural à cultura política – propostas para uma política cultural continental*. Documento preparado para o Fórum Internacional de Integração Cultural Arte Sem Fronteiras, São Paulo, 1998, p. 28.

dúvida de que esta e outras afirmações deste tipo demonstram que a cultura era vista como importante instrumento para alcançar os objetivos relacionados à segurança e ao desenvolvimento. A preservação de determinados valores, sobretudo aqueles considerados garantidores da coesão social e da manutenção de objetivos tidos como comuns, era considerada fator de segurança nacional. Já o desenvolvimento exigia a promoção de novos “traços culturais”, sobretudo aqueles considerados adequados à nova ordem econômica, política e social que se pretendia instalar no país. Assim, ao que parece, não se tratava de apenas de tentar obter um reconhecimento e consentimento imediatos aos atos do governo militar em vigor, mas sim de, através da internalização de determinados valores, atitudes e comportamentos, tentar alcançar a adesão da maioria da sociedade a uma nova ordem social regida por princípios considerados fundamentais à peculiar e autêntica “democracia brasileira” preconizada pelo regime militar.

Fico, ao se referir à propaganda política produzida durante a ditadura, afirma que a sociedade era vista como carente, deseducada e despreparada. Para os militares e boa parte das elites que apoiaram o golpe, era necessário educar o povo, promovendo hábitos e comportamentos adequados.⁸² A propaganda oficial do período é um claro exemplo das várias iniciativas governamentais, de caráter pedagógico, que procuravam alcançar esse objetivo. Segundo seus formuladores⁸³, o objetivo da propaganda oficial era “motivar a vontade coletiva para o esforço nacional de desenvolvimento” através da mobilização da juventude, do fortalecimento do caráter nacional, do estímulo ao “amor à pátria, à “coesão familiar”, à “dedicação ao trabalho”, à “confiança no governo” e à “vontade de participação”.⁸⁴

Hamilton Faria, por sua vez – embora não se refira à questão da instrumentalização –, ao defender a necessidade de investimentos diretos do Estado, afirma que já é hora de os governos democráticos entenderem que a cultura possui uma dimensão estratégica no processo de construção de uma sociedade democrática. Faria, Hamilton. “As leis de incentivos fiscais à cultura” In Franceschi, Antonio (et al.). *Marketing cultural: um investimento com qualidade*. São Paulo, Informações Culturais, 1998, p. . 82

⁸² Fico, Carlos, op. cit.. Ver principalmente os capítulos 4 e 5.

⁸³ A propaganda oficial esteve inicialmente a cargo da Assessoria Especial de Relações Públicas - AERP da Presidência da República, criada em 1968. A criação da AERP resultou dos estudos e propostas produzidos pelo Grupo de Trabalho de Relações Públicas – GTRP que fora criado para “favorecer a imagem do candidato [à Presidência da República, general Costa e Silva] e equacionar o problema da comunicação social no Brasil...”. Este último objetivo estava relacionado à preocupação com a imagem do regime militar perante a opinião pública. Com a posse do general Ernesto Geisel em 1974, a AERP foi extinta. Dizia-se que “... o novo presidente considerava a propaganda ‘um gasto supérfluo e uma característica dos governos totalitários’”. Em 1976, após a breve existência da Assessoria de Imprensa e Relações Públicas – AIRP, “... foi restabelecida a estrutura consolidada [pela antiga AERP] com a criação da ARP (Assessoria de Relações Públicas (...))”. Ver: Fico, Carlos, op. cit., p. 90-105

⁸⁴ Fico, Carlos, op. cit., p. 94

Voltando ao documento produzido pelo MEC, após a explicitação dos objetivos básicos acima enunciados, há a apresentação dos chamados “componentes básicos” da PNC que, segundo a definição apresentada, representam os “elementos para a ação” do ministério no setor. Ainda segundo o documento, é a partir desses componentes que as metas a serem alcançadas são estabelecidas.⁸⁵

Os componentes básicos da PNC, conforme apresentados no documento, são os seguintes:

1. Apoio direto e acompanhamento das fontes culturais regionais, representadas, sobretudo, pelas atividades artesanais e folclóricas.

Os formuladores da PNC incluem nesse item a “contribuição dos grupos étnicos indígenas”.

O documento esclarece que o apoio deve ser entendido como incentivo à criação e não apenas como preservação do “produto final”.

2. Literatura: dinamizar o mercado de publicações (...), de modo a promover o financiamento e a comercialização de edições, entre outros, de novos talentos.

O objetivo é reforçar a “atividade editorial”, inclusive dos recursos audiovisuais. Este item inclui também a “defesa dos direitos do autor”.

3. Revalidação do patrimônio histórico e científico brasileiro .

Trata-se de preservar o patrimônio histórico, artístico, paisagístico, arqueológico e etnográfico. O objetivo é “conservar os símbolos culturais de nossa história”.

4. Apoio à produção teatral nacional, tanto na área da criação quanto na da circulação e do consumo.

⁸⁵ Política Nacional de Cultura. Brasília, op. cit., p. 32

5. Apoio à produção cinematográfica nacional.

O objetivo é tornar a produção melhor e mais competitiva, “dando-lhe base artística”.

6. Apoio às diferentes modalidades da produção musical.

O objetivo é “difundir, estimular e proteger a obra do autor nacional”, além de promover a “defesa dos direitos autorais, especialmente na execução e transmissão da música popular”.

7. Apoio à dança.

O objetivo principal é “preservar os símbolos gestuais e musicais da cultura nacional”.

8. Implementar as artes plásticas.

O objetivo central é aumentar a pesquisa nessa área, através de “laboratórios de criatividade” e da “comunicação das novas tendências”.

9. Difusão da cultura através dos meios de comunicação de massa.

O objetivo é “assegurar o uso dos meios técnicos de comunicação como canais de produção cultural qualificada”.⁸⁶

Tendo estabelecido os “componentes básicos” da PNC, o documento passa à explicitação das metas, ou dos “meios adequados”, à realização dos objetivos estabelecidos. Os meios a serem adotados, ou seja, as “idéias e programas”, devem orientar-se pelas metas que o documento enumera. Estas metas, por sua vez, são, elas

⁸⁶ Política Nacional de Cultura. Brasília, op. cit., p. 32-34

mesmas, meios necessários ao atendimento dos “componentes básicos” à ação apresentados anteriormente.⁸⁷

As metas são as seguintes:

a. preservar e defender os bens culturais

O documento enumera como bens culturais: “tradições históricas”, costumes, criações artísticas e literárias, realizações técnicas e científicas, tradições populares, cidades, conjuntos arquitetônicos e paisagísticos e jazidas arqueológicas.

b. incentivar a atualização do nosso potencial criativo em todos os setores de cultura

Estimular “a criação em suas diversas manifestações” e o acolhimento de “valores universais”, desde que esses últimos “possam contribuir para o nosso desenvolvimento cultural”.

c. “promover estudos e pesquisas sobre o homem brasileiro e a sociedade” na qual ele vive

Isto é, “conhecer suas aspirações, seus ideais, suas perspectivas”.

d. estimular a realização de festivais de arte

Este item tem como meta “difundir o conhecimento” da produção nacional, buscando “despertar o interesse pela criação de artistas brasileiros”.

e. valorizar os museus

O objetivo é reunir nos museus “o que há de mais caracteristicamente expressivo de nossa cultura”.

f. incentivar a preservação dos arquivos públicos e particulares

⁸⁷ Política Nacional de Cultura. Brasília, op. cit., p. 36

A finalidade é preservar os “arquivos nacionais, estaduais ou locais, de modo particular os de caráter eclesiástico, considerada a importância da paróquia na vida das diferentes regiões do País...”. Quanto aos arquivos particulares, o objetivo é estimular sua conservação “ou a incorporação dos documentos (...) aos arquivos oficiais”.

- g. desenvolver uma campanha de informação e educação” para a “conscientização (...) dos nossos bens culturais

Promover a valorização das “expressões culturais legítimas” por meio da conscientização de toda a população brasileira. Esta campanha deve utilizar todos os meios de comunicação disponíveis (televisão, rádio, disco, cinema, revista, jornal, folhetos).

- h. divulgar as manifestações da criatividade, estimulando a criação e o fomento

Os “instrumentos materiais” para atingir esta meta são: cinema, teatro, editora, biblioteca, museu, rádio, televisão, salas de concerto, exposição e de conferências.

- i. desenvolver, com a colaboração (...) dos órgãos educacionais, a educação cultural no 1º e 2º graus.

Fomentar “o gosto pelas artes e pelas letras”, buscando favorecer o surgimento de “futuros criadores e consumidores de cultura, sobretudo quando, no nível superior, o universitário encontrar novas formas de estímulo ao seu espírito de criação literária ou artística”.

- j. criar cursos de extensão e promover cursos de curta duração

Os cursos de extensão devem “... divulgar aspectos do patrimônio histórico, artístico e arqueológico, das riquezas naturais, das características musicais e literárias [e] da biografia de escritores ...”. Já os cursos de curta duração devem promover “... o aperfeiçoamento e atualização de especialistas nas áreas da cultura”.

l. estimular a concessão de bolsas de estudo (...) para incentivar o aperfeiçoamento da criatividade nos diferentes campos da cultura

Oferecer bolsas de estudo tanto para cursos no Brasil quanto no exterior é o propósito deste item .

m. fomentar na juventude (...) o gosto pelas artes.

“Através da freqüência a concertos musicais, a exibições teatrais e cinematográficas, a exposições (...)” monitoradas que ofereçam explicação sobre “o sentido das artes ouvidas ou visitadas”.

n. incentivar os jovens para a análise e debate de temas artísticos ou literários.

Com a “coordenação de especialistas” que deve “despertar o gosto pela pesquisa, estudo e interpretação” das manifestações artísticas e literárias.

o. estudar os meios adequados para criar maior estímulo ao conhecimento e divulgação dos nossos valores e bens culturais através do turismo.

Por meio de “uma programação cultural de valorização de cidades ou núcleos tradicionais”, em que haja preservação do patrimônio histórico e conservação de “festas tradicionais, profanas ou religiosas, que motivem a apresentação de folguedos, bailados, danças, cantos”.⁸⁸

O documento conclui fixando “normas de ação” que deverão orientar as medidas a serem adotadas visando a consecução dos programas resultantes da PNC. Segundo o documento, as formas de ação propostas consideram tanto a questão da “regionalização cultural” quanto do estabelecimento de um “sistema de cooperação” entre o MEC e seus órgãos e instituições, outros órgãos federais e ministérios, secretarias estaduais e

⁸⁸ Política Nacional de Cultura. Brasília, op. cit., p. 36-38

municipais de cultura, universidades, fundações culturais e outras instituições públicas e privadas.

O sistema de cooperação proposto prevê quais órgãos e instituições farão parte do conjunto, bem como as funções (programas, projetos e ações) que deverão desempenhar:

1. Conselho Federal de Cultura - CFC:
 - incentivar “o funcionamento das Casas de Cultura”, buscando torná-las núcleos “de irradiação de atividades regionais”;
 - responder pelas atividades cujo objetivo é preservar o acervo natural e de valor cultural;
 - difundir os princípios e diretrizes da PNC;
 - elaborar a Carta Cultural do Brasil.

2. Departamento de Assuntos Culturais - DAC:
 - mobilizar recursos financeiros;
 - intensificar programas.

3. Universidades:
 - a) “realizar concursos para selecionar trabalhos literários, artísticos, científicos e cinematográficos”;
 - b) “promover estudos e pesquisas (...) para levantamentos de acervos arqueológicos, históricos, etnográficos, artísticos ou folclóricos, centralizando os dados em organizações de livre acesso aos estudiosos”;
 - c) “incentivar o levantamento da documentação histórica, científica e artística de referência imediata ao Brasil (...) para a obtenção de reproduções (...) destinadas às instituições brasileiras especializadas”;
 - d) “constituir centros de documentação iconográfica e de reprografia dos acervos e manifestações culturais de suas áreas”;
 - e) “criar cursos de extensão (...) visando o aperfeiçoamento e a atualização de especialistas nas diversas áreas da cultura”;

- f) “promover cursos de formação universitária especializada para a profissionalização, no cinema e no teatro, de produtores e equipes técnicas”.
4. Unidades federadas (Estados, Territórios, Distrito Federal e Municípios), através de seus órgãos de atividades culturais (Conselhos Estaduais de Cultura, Secretarias de Cultura, Departamentos ou Fundações Culturais):
- a. Criar planos de “preservação dos acervos natural e de valor cultural”;
 - b. Criar planos de “regionalização das atividades culturais” de acordo com as peculiaridades e características de cada região;
 - c. Cooperar com as iniciativas do DAC para a região;
 - d. Promover festivais “para difundir o conhecimento das manifestações artísticas locais, regionais ou inter-regionais”;
 - e. Incentivar a “criatividade cultural através dos programas de ensino de 1º e 2º graus, a fim de promover nos alunos a sua vocação pessoal”.
5. Ministério das Relações Exteriores / Departamento de Cooperação Cultural, Científica e Tecnológica:
- divulgar a cultura brasileira no exterior.
6. Outros ministérios e instituições:
- colaborar para o “incremento e realização” dos programas culturais.
7. Secretaria de Planejamento da Presidência da República:
- participar de “ação conjunta para o cadastramento, preservação e valorização dos acervos naturais notáveis e de valor cultural”.⁸⁹

Concluída a apresentação do texto da Política Nacional de Cultura, cabe destacar a questão de sua autoria. Segundo Roberto Parreira⁹⁰, o ministro Ney Braga solicitou “a um grupo de técnicos” do MEC a formulação de “uma política para nortear sua gestão”, e só submeteu a proposta ao Conselho Federal de Cultura posteriormente. Ainda segundo ele, os técnicos e assessores do ministro que participaram das discussões e/ou da

⁸⁹ Política Nacional de Cultura. Brasília, op. cit., p. 40-42

⁹⁰ Antigo gestor do PAC e primeiro diretor-executivo da FUNARTE.

elaboração do texto foram: Carlos Alberto Direito, Mônica Rector, Armando Mendes, Amália Lucy Geisel, Vicente Salles, Manuel Diégues Junior, Fernando Bueno, Maurílio Avellar e ele mesmo. Ao então diretor do DAC, professor Manuel Diégues Junior, teria sido atribuída a incumbência de preparar politicamente o terreno para a aprovação, pelo CFC, do documento.⁹¹

Quanto ao modo como foi construído o documento, seus formuladores recorreram, certamente, aos métodos propostos pela Escola Superior de Guerra – ESG. Além da questão formal, tudo indica que houve também uma influência significativa das orientações ideológicas presentes na Doutrina da Escola. Esta última questão será retomada no próximo capítulo.

Como propõe o método de elaboração de planejamentos da ESG, o documento da PNC procura explicitar, através de um encadeamento lógico de suas partes, o que é pretendido pelo governo (objetivos), e como alcançá-los (formas de ação). A adoção dos conceitos de “política nacional” e “objetivos nacionais”, e suas definições, propostos pela Escola é bastante clara. Outros termos como “fundamentos”, “componentes básicos” e suas definições são, também, de uso corrente no método exposto pela Doutrina. Por outro lado, seguindo as recomendações formais do método, os formuladores procuram explicitar as formas de ação de acordo com um suposto grau crescente de detalhamento. Por isso, às diretrizes, que “orientam e condicionam a ação”, seguem-se os componentes básicos, que são as grandes linhas de ação que orientarão as metas a serem estabelecidas, e as “idéias e programas”, que são as metas, ou “meios adequados”, como prefere o documento.

De qualquer forma, a “engenharia” do documento, ou seja, a forma como organiza as suas partes, a busca de um encadeamento lógico e o pretense detalhamento crescente, faz com que o texto apresente um discurso, muitas vezes circular, que exige um certo esforço para apreender a lógica imposta à hierarquização das partes e qual o sentido delas, e de seus conteúdos, no todo.

⁹¹ As informações foram prestadas por Roberto Parreira em entrevista concedida a Isaura Botelho Guimarães, em 1995. Ver: Guimarães, Isaura Botelho, op. cit., p. 41

Capítulo III

A Política Nacional de Cultura no contexto da doutrina militar do período.

1. A questão cultural na estratégia de intervenção do Estado na sociedade

Durante o governo Geisel, a área cultural do MEC viveu intensas transformações, a começar pela importância conferida às questões culturais. Esta posição de destaque que a cultura assumiu no âmbito das ações governamentais não foi resultado de um súbito interesse pela questão. Na verdade, tal interesse já se manifestara desde o governo do presidente Castelo Branco, quando, por sinal, foi instituído o Conselho Federal de Cultura – CFC. Vale lembrar que o decreto de criação do CFC determinava que uma de suas principais atribuições seria a elaboração da política nacional de cultura, que deveria orientar as ações do Estado no campo cultural.¹ A criação do CFC e a determinação de desenvolver uma política voltada para a área cultural enquadram-se perfeitamente no panorama das ações governamentais deste período. O governo Castelo Branco, em consonância com a “missão” assumida pelos militares de reorganizar o país, iniciara uma série de reformas institucionais com o objetivo declarado de modernizar o Brasil, dotando-o de capacidade administrativa.² O principal instrumento para alcançar este objetivo era o planejamento, sendo a formulação de políticas específicas para cada área parte importante do processo. Segundo Ortiz, a intenção de estender as ações do regime para outras áreas, além das relacionadas diretamente com a economia, política e segurança, já tinha sido indicada tanto por Costa e Silva, quando ele falava sobre uma “humanização do desenvolvimento”, quanto por Médici, quando ele se referia ao que chamava de “desenvolvimento psicossocial”.³ Além disso, não podemos esquecer que foi durante o governo Médici que o documento “Diretrizes para uma Política Nacional de Cultura” foi produzido e divulgado, embora tenha sido logo retirado de circulação.⁴

¹ Miceli, Sérgio. “O processo de ‘construção institucional’ na área cultural federal (anos 70)”. In Miceli, Sérgio (org.). Estado e cultura no Brasil. São Paulo, Difel, 1984. p. 60 (nota 18).

² Cf. Skidmore, Thomas E. Brasil: de Castelo a Tancredo – 1964 – 1985. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988. p. 68-81

³ Ortiz, Renato. Cultura brasileira e identidade nacional. São Paulo, Brasiliense, 1994. 5ª ed.p. 87.

⁴ Ver Capítulo I – item 2 deste trabalho.

Assim, apesar de ter sido ofuscada pelas questões econômicas e de segurança, que assumiram posições de destaque entre as preocupações dos primeiros governos do regime, tudo indica que a cultura já era encarada, pelo menos por uma parcela dos militares e civis que assumiram o poder, como um importante aspecto a ser considerado tanto no que tange a política de desenvolvimento quanto a de combate à subversão.

Transparece, nos discursos dos representantes do regime, a idéia de que a realização dos objetivos do movimento de 1964 – eliminação da ameaça comunista, restabelecimento da ordem social e política e implementação de reformas voltadas para o desenvolvimento econômico e social do país – estaria vinculada a uma reorganização da sociedade. Esta reorganização implicaria a construção de uma ordem social baseada em valores ideais que resguardassem a nação do ataque de idéias “alienígenas” e possibilitassem o surgimento de um “clima” social propício ao tipo de desenvolvimento que, acreditava-se, garantiria a tão almejada inserção do país no círculo das nações desenvolvidas.

A necessidade de promover uma tal reorganização das várias esferas da sociedade nos parece estar de acordo com a idéia, muito difundida no governo e nos círculos que apoiaram o golpe de 64, de que um dos objetivos do movimento seria o de promover um amplo e necessário saneamento – moral, político, social e econômico – da sociedade brasileira. Tratava-se, portanto, de adotar medidas concretas de controle, depuração e/ou eliminação dos aspectos considerados responsáveis pela situação anterior do país, e que permitissem a criação de uma nova ordem institucional que incluía reformas na organização do Estado (Executivo, Legislativo e Judiciário); na economia, com planejamento econômico e intervenção do Estado; na política, por meio do cerceamento e/ou eliminação das oposições; e social, pela repressão aos movimentos sociais (estudantis sindicais, artísticos). Mas, para atingir tal objetivo, seria necessário também aprimorar a sociedade, “melhorar” o povo brasileiro – essencialmente bom, ordeiro e pacífico – por meio de medidas e ações de caráter pedagógico que difundissem e reforçassem comportamentos adequados, atitudes “sadias”, valores cívicos e morais que fortalecessem o “caráter nacional” e preparassem a população para o futuro promissor que, fatalmente, aguardava o país. Esta tarefa só poderia ser levada a cabo por aqueles que reuniam a capacidade e as qualidades necessárias para concretizar esta empreitada: os militares.

De fato, era comum nas Forças Armadas a idéia de que, por sua formação, os militares exerceriam, além das atribuições próprias à sua função, o importante papel de “educadores” diante da sociedade civil. O “... entendimento do papel do militar como um ‘educador’, um ‘formador de cidadãos’”, era fortemente influenciado pela visão predominante nos meios militares de que a população brasileira – incluindo as elites dirigentes – era despreparada e carente. Tal visão iluminava a idéia de que havia uma certa superioridade das Forças Armadas em relação à sociedade civil.⁵

Quanto ao fato de a área cultural ter assumido posição destacada entre as ações governamentais apenas no governo Geisel, com o lançamento da Política Nacional de Cultura, além da provável intenção de diminuir o desgaste político do regime militar junto à opinião pública, é possível sugerir outro motivo que não exclui o anterior, mas o complementa. Para Ortiz, a política de cultura de Geisel, além de estar ligada à questão do desgaste político, pode ser vista como resultado da determinação do governo de “... implementar algumas políticas de distribuição indireta” de renda e de oportunidades – entre as quais se incluíam as medidas voltadas para a área da cultura –, inserindo questões de cunho social na estratégia de desenvolvimento. Além disso, o autor conclui que a estratégia de incentivo financeiro da qual a cultura se beneficiou “... teve origem no otimismo econômico do II PND”.⁶ Embora não discordemos da argumentação do autor, julgamos que a estratégia de investimento na área cultural naquele momento pode ser vista, também, como resultado da influência direta da Doutrina da ESG na visão que orientava as ações de Geisel e seus principais colaboradores. A Doutrina já destacava a cultura como um dos elementos da chamada “expressão psicossocial do poder nacional”⁷ que desempenhava importante papel na conquista e manutenção dos “objetivos nacionais” de segurança e desenvolvimento. Para a Doutrina, era necessário investir no reforço e aperfeiçoamento⁸ das instituições sociais – entre elas as educacionais, culturais

⁵ Cf. Fico, Carlos. Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997. p. 99

⁶ Ortiz, Renato. Cultura brasileira e identidade nacional. São Paulo, Brasiliense, 1994. 5ª edição. p. 87.

⁷ Cf. 1. Gurgel, José Alfredo Amaral. Segurança e democracia: uma reflexão política sobre a doutrina da ESG. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, Livraria José Olympio Editora, 1975. p. 83-132. 2. ESG. Fundamentos da doutrina. Rio de Janeiro, ESG, 1981. p. 242-257.

⁸ Utilizando todos os recursos disponíveis, inclusive os meios de comunicação de massa. Ver: ESG. Fundamentos da doutrina, op. cit., p. 158-159

e trabalhistas⁹ – por serem elas as responsáveis pela formação e transmissão de “...idéias, sentimentos, normas, padrões de comportamento [e de] relações interpessoais...”.¹⁰ Nesse contexto, portanto, a cultura e as instituições culturais assumiam posição de destaque como instrumentos de disseminação dos valores e padrões de comportamento considerados mais adequados, ou seja, meios importantes na busca de uma padronização cultural que resultasse numa reorganização profunda da sociedade que, por sua vez, fosse compatível com o modelo de segurança e de desenvolvimento defendido pela ESG. Desta forma, podemos supor que o investimento do Estado na área cultural, norteado por uma política específica para o setor, tenha sido visto, naquele momento em especial, como uma fórmula que garantiria resultados mais eficazes e duradouros do que a repressão na busca da almejada reorganização da sociedade. Sob este ponto de vista, o investimento na área cultural – principalmente nas manifestações culturais consideradas alicerces da nacionalidade, ou seja, da identidade cultural brasileira – possibilitaria a internalização de valores e atitudes vistos como adequados à nova ordem social desejada pelo regime. Provavelmente buscava-se alcançar, com a adoção de políticas específicas para a cultura – e também para a educação –, uma mudança mais profunda no seio da sociedade. Procurava-se o reconhecimento e a adesão aos valores exaltados pelo regime e, conseqüentemente, a transformação, sem rupturas, de comportamentos e visões de mundo da maior parte do “povo” brasileiro. Uma transformação desse tipo evitaria riscos, uma vez suspensa a repressão, de uma volta ao passado imediatamente anterior ao golpe. Além disso, possibilitaria que o modelo de segurança e desenvolvimento sobrevivesse ao fim do regime. Assim, foi no governo Geisel que, mais uma vez – como no período Vargas –, o Estado assumiu um duplo e complexo papel. Por um lado, como agente de repressão e censura, ele combateu as manifestações culturais consideradas prejudiciais à imagem do país e reprimiu aquelas tidas como subversivas. Por outro, o Estado assumiu o papel de promotor e incentivador das atividades e manifestações culturais tidas como originais, próprias de nossa especificidade cultural. Manifestações culturais, como o carnaval e o futebol, foram apropriadas e transformadas em símbolos da criatividade e genialidade nacionais. Para Oliven, a cultura, que “... durante parte da década de 60 e de 70 ...” fora encarada como

⁹ A família também era tida como importante instituição social por sua função educativa. Para a Doutrina, a família exerceria importante papel na transmissão da cultura e dos valores da sociedade para as novas gerações, proporcionando a elas a formação necessária para a participação na vida social. Cf. ESG. Fundamentos da doutrina, op. cit., p. 148 e 165-166.

¹⁰ ESG. Fundamentos da doutrina, op. cit., p. 148

um “reduto de subversão”, passou a ser usada pelo Estado “como um espaço para a construção de um projeto de hegemonia.”¹¹ Segundo o autor, “... a tentativa de criar uma hegemonia ...”¹² transparece sobretudo nas ações de caráter pedagógico desenvolvidas pelo Estado na área da cultura¹³ e da propaganda, através dos meios de comunicação de massa – principalmente da televisão.

Muito embora Oliven não defina a noção de hegemonia que utiliza, podemos supor, pela análise do texto, que o significado que ele atribui ao termo seja aquele desenvolvido por Antonio Gramsci.

Sendo assim, para entendermos melhor a afirmação de Oliven, que julgamos bastante pertinente, cabe discorrer, em linhas gerais, sobre a noção de hegemonia de Gramsci.

Hegemonia, nos termos da teoria desenvolvida por Gramsci, significa:

“... acima de tudo, capacidade de direção intelectual e moral, em virtude da qual a classe dominante, ou aspirante ao domínio, consegue ser aceita como guia legítimo, constitui-se em classe dirigente e obtem o consenso ou a passividade da maioria da população diante das metas impostas à vida social e política de um país”.¹⁴ (Grifo nosso)

O conceito de hegemonia de Gramsci está intimamente relacionado com a sua concepção de Estado. A teoria desenvolvida pelo pensador italiano, que ampliou a concepção marxista clássica do Estado, partiu de sua análise das relações de poder nas sociedades capitalistas ocidentais. Nessas sociedades, Gramsci percebeu que:

¹¹ Oliven, Ruben George. “A relação Estado e Cultura no Brasil: cortes ou continuidade ? In Miceli, Sérgio (org.). Estado e Cultura no Brasil. São Paulo, Difel, 1984. p.. 51.

¹² Oliven, Ruben George.Op. cit., p. 49

¹³ Para o autor, o processo de busca de hegemonia existente naquele momento foi bem captado por Miceli quando ele sugeriu que, naquela fase da sociedade brasileira, “... os meios de comunicação de massa em geral, e a televisão, em particular, [constituíam] os veículos de uma ação ‘pedagógica’ a serviço do processo de unificação do mercado material e simbólico, que se [traduziam] pela imposição ‘diferencial’ da cultura dominante”. Oliven, Ruben George.Op. cit., p. 49. O trecho citado está em: Miceli, Sérgio. A noite da madrinha. 2ª ed./ São Paulo, Editora Perspectiva, 1972. p. 218.

¹⁴ Bobbio, N.; Matteucci, N.; Pasquino, G. Dicionário de política. – 4ª ed./ Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1992. (Vol. 1). P. 580

“... com a intensificação dos processos de socialização da participação política (...), sobretudo a partir do último terço do século XIX (formação de grandes sindicatos, de partidos de massa, conquista do sufrágio universal, etc.), [surgiu] uma esfera social nova, dotada de leis e de funções relativamente autônomas e específicas, tanto em face do mundo econômico quanto dos aparelhos repressivos do Estado”.¹⁵

Essa nova esfera social seria composta:

“... pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias¹⁶, compreendendo o sistema escolar, as Igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massa, [instituições culturais]), etc.”.¹⁷

A esta esfera Gramsci deu o nome de *sociedade civil*. O Estado, no sentido amplo adotado por Gramsci, comportaria duas esferas principais: a *sociedade civil*, acima mencionada, e a *sociedade política* – também chamada de “Estado em sentido estrito” –, composta “... pelo conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência, e que se identifica com os aparelhos de coerção sob controle das burocracias executivas e policial-militar...”.¹⁸

As duas esferas do Estado, nos termos acima descritos, exerceriam funções específicas no seio da sociedade, representando papéis diferenciados tanto na articulação quanto na reprodução das relações de poder¹⁹ – sempre visando “... conservar ou promover uma determinada base econômica, de acordo com os interesses de uma classe social fundamental”.²⁰ Na *sociedade civil*, e através dela, as classes sociais buscariam “exercer sua hegemonia”, ou seja, procurariam “ganhar aliados” para seus projetos por meio da direção política e do consenso. Já na *sociedade política*, a classe dominante exerceria “sempre uma ditadura, ou, mais precisamente, uma dominação

¹⁵ Coutinho, Carlos Nelson. Gramsci. Porto Alegre, L&PM, 1981. p. 89-90

¹⁶ De maneira bastante simplificada, podemos dizer que Gramsci define as ideologias como sendo “as concepções do mundo” – baseadas nos valores, princípios éticos e morais, e padrões culturais – que orientam a prática dos homens. Ver: Coutinho, Carlos Nelson, op. cit., p. 78-86

¹⁷ Carlos Nelson, op. cit., p. 91

¹⁸ Carlos Nelson, op. cit., p. 91

¹⁹ Cf. Moraes, Dênis de. Notas sobre o imaginário social e hegemonia cultural. (Online). Disponível: <http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv44.htm>

²⁰ Carlos Nelson, op. cit., p. 92

mediante a coerção”.²¹ Para exercer, cada uma, suas funções específicas no seio do Estado, as esferas atuariam por meio de organismos próprios. Assim, a *sociedade civil* teria como “portadores materiais” os “aparelhos privados de hegemonia”, que Gramsci identifica como aqueles “organismos sociais coletivos voluntários e relativamente autônomos”²² em face do Estado em sentido estrito – partidos políticos, associações (profissionais, culturais, etc.), sindicatos, igrejas, etc. Os “portadores materiais” da *sociedade política*, por sua vez, seriam os “aparelhos repressivos de Estado”, controlados “pelas burocracias” estatais e utilizados como instrumentos de coerção.

Em suma, a teoria de Gramsci nos revela que:

“numa sociedade de classes, a supremacia de uma delas se exerce sempre através das modalidades complementares e, de fato, integradas, se bem que analiticamente dissociáveis, do domínio e da Hegemonia. Se o domínio se impõe aos grupos antagônicos pelos mecanismos de coerção da *sociedade política*, a Hegemonia se exerce sobre grupos sociais aliados ou neutrais, usando dos ‘mecanismos hegemônicos’ da *sociedade civil*”.²³

Desta forma, todo Estado necessariamente conjugaria elementos de força e de consenso, de coerção e de hegemonia, variando apenas a proporção de cada um que, por sua vez, dependeria sempre “... do grau de desenvolvimento da *sociedade civil*, que, como sede da ação ideologicamente orientada, é o *locus* de formação e difusão da Hegemonia...”.

Para Gramsci, nas sociedades capitalistas ocidentais “o papel da ação hegemônica” é crucial tanto na gestão quanto na conquista e manutenção do Estado, muito embora a ação coercitiva continue sendo necessária.²⁴ Deste ponto de vista, nenhum domínio duradouro seria possível sem o concurso da hegemonia. A busca pela conquista e/ou manutenção da hegemonia seria, portanto, requisito estratégico fundamental tanto para a classe dominante – na luta pela preservação de sua supremacia sobre as demais –, quanto para a “classe revolucionária” – pois o processo de tomada do

²¹ Carlos Nelson, op. cit., p. 92

²² Carlos Nelson, op. cit., p. 92

²³ Bobbio, N.; Matteucci, N.; Pasquino, G., op. cit., p. 580

²⁴ Cf. Bobbio, N.; Matteucci, N.; Pasquino, G., op. cit., p. 580

poder de Estado implicaria necessariamente a conquista e ampliação de uma posição hegemônica no seio do “bloco social antagônico” ao bloco no poder”.²⁵

Retomando a questão apresentada por Oliven, procuraremos demonstrar que de fato há indicações da existência de um projeto de hegemonia por trás das ações do Estado na área da cultura. É preciso esclarecer, no entanto, que o termo “projeto” é aqui utilizado como sinônimo de intenção, e não de plano elaborado – com objetivos ou metas previamente traçados – para a realização de uma ação.

Assim, embora o centro das atenções dos governos militares tenha sido ocupado pelas questões econômicas e de segurança, vimos que houve, desde o início do regime, interesse pelas áreas de educação e cultura. Castelo Branco, por exemplo, determinou que o CFC elaborasse uma política nacional voltada à área cultural. Médici, por sua vez, promoveu a expansão do ensino superior e chegou a ensaiar o lançamento de uma política de cultura, além de ter utilizado intensamente a propaganda como recurso pedagógico, portanto com pretensões educativas, para difundir valores, hábitos e comportamentos. Estas iniciativas, aliadas ao conteúdo dos discursos dos presidentes e membros dos governos – sobretudo aqueles de caráter conciliador, de exaltação aos feitos do regime e/ou de afirmação do compromisso deste com uma suposta “vontade nacional” devidamente interpretada pelos militares – e à constante preocupação com a legalização dos atos perpetrados pelos governos militares, parecem indicar que havia uma compreensão sobre a importância de se buscar uma hegemonia na sociedade, ou seja, um consenso em torno dos objetivos declarados do regime, que incluísse a maior parcela possível da população e, conseqüentemente, conferísse legitimidade às ações dos governos militares. Talvez seja o governo Geisel aquele que melhor ilustra a compreensão de que não bastava apenas coagir, ou seja, usar todas as formas de repressão aos opositores do regime, para permitir o alcance dos objetivos almejados que, diga-se de passagem, eram de amplo alcance e de longo prazo. Certamente chegou-se à conclusão de que para atingir as mudanças profundas, consideradas necessárias, era preciso obter um consenso o mais amplo possível. Mas não qualquer consenso. Não um consenso que corresse o risco de ser efêmero e facilmente desfeito. O tipo de consenso procurado era aquele que, além de permitir a legitimação das medidas imediatas do governo em áreas como a da economia e da política, legitimasse as ações do Estado em

²⁵ Bobbio, N.; Matteucci, N.; Pasquino, G., op. cit., p. 580

todos os campos da vida social e favorecesse uma progressiva transformação qualitativa da sociedade. Por isso, a busca de tal consenso não deveria ocorrer apenas por meio da exaltação dos sucessos obtidos na área econômica, por exemplo. O consenso devia se dar, principalmente, em torno de valores culturais, no sentido amplo do termo, ou seja, de visões de mundo que orientassem as ações da maioria da população.

Não queremos dizer com isso que os militares e civis que compunham ou apoiavam o governo Geisel – e o mesmo serve para os demais governos militares – tenham tentado simplesmente impor idéias e valores forjados ardilosa e maquiavelicamente. Pelo contrário, supomos que o conjunto de idéias, valores e padrões de comportamento, incessantemente promovido pelo regime, era compartilhado por eles, inclusive pelos intelectuais que apoiaram o regime, isto é, era parte de suas próprias visões de mundo, da maneira como viam a si mesmos e aos vários segmentos sociais que compunham a população brasileira. No caso dos militares, em que pese as diferenças de posicionamento político existentes no interior do grupo²⁶, havia uma ampla gama de valores, idéias, princípios e padrões ideais de comportamento²⁷ fortemente inculcados nos indivíduos por meio do treinamento e da convivência nos quartéis e constantemente reforçados pela instituição militar. Para Ferreira, apesar das diferentes formações²⁸ que cada indivíduo possa ter recebido antes de ingressar na corporação, o processo de socialização no interior das Forças Armadas cria uma cosmovisão militar, fazendo com que “...todos²⁹ tenham em comum o *modo* burocrático de ver as relações entre as pessoas e entre a sociedade e a corporação, embora cada um veja o mundo de sua óptica particular”.³⁰ Ainda segundo o autor, é essa visão de mundo, compartilhada pelos militares, que faz com que eles olhem os cidadãos civis com um misto de estranheza e de superioridade e alimentem a pretensão³¹ de “... que o mundo civil se pautasse pelos mesmos princípios...” que norteiam o “mundo militar”.³²

As visões do Brasil como um país grandioso, repleto de riquezas naturais e destinado a um futuro brilhante, habitado por um povo essencialmente bom, pacífico,

²⁶ A existência de facções como a castelista e a linha dura expressa esse fato.

²⁷ Ordem, disciplina, respeito à autoridade, honra, patriotismo, etc.

²⁸ E valores daí decorrentes.

²⁹ O autor refere-se aos oficiais, não aos recrutas. Cf. Ferreira, Oliveiros S. Vida e morte do partido fardado. São Paulo, Editora SENAC, São Paulo, 2000. P. 33

³⁰ Ferreira, Oliveiros S., op. cit., p. 41

³¹ Se não hoje, certamente na época aqui analisada.

³² Ferreira, Oliveiros S., op. cit. A citação entre aspas está na página 32. As demais, nas páginas 19-45

ordeiro e otimista, e da cultura brasileira como uma combinação rara, peculiar e não conflituosa de várias influências, foram habilmente incorporadas tanto pela propaganda oficial do período, quanto pela política de cultura do governo Geisel.

É importante ressaltar que estas imagens do Brasil, do povo brasileiro e da cultura nacional, bastante exploradas no período em questão, não foram inventadas pela ditadura militar. Elas decorrem, segundo Fico, de um “processo de longa duração”³³ no qual as tentativas de “elaborar uma ‘leitura’ sobre o Brasil”³⁴ resultaram na criação de um vasto “tipo de ‘material histórico’, que por sua vez foi gerado com base em dados efetivos da realidade, filtrada, naturalmente, pela subjetividade dos que o produziram”.³⁵ Tais tentativas, que mobilizaram parcelas significativas da intelectualidade brasileira ao longo da história³⁶, foram marcadas pela busca da criação um “sentimento de nacionalidade” que servisse de base à formação de uma “identidade brasileira” e de “uma visão otimista sobre o país”³⁷. Esse “movimento” pautou-se pelo esforço de identificar e valorizar, obviamente não sem isenção – o que também não quer dizer que houvesse simples manipulação ou dolo – aquilo que era “próprio” ao país, destacando o que havia de positivo³⁸ nos elementos considerados constitutivos de nossa nacionalidade.

Mais uma vez torna-se necessário esclarecer que não julgamos que o regime militar, e o governo Geisel em particular, tenha simplesmente tentado manipular, astuciosamente, as representações pré-existentes sobre o país, o povo e a cultura acima mencionadas. Supomos, na verdade, que estas imagens sobre o Brasil já estivessem

³³ Fico, Carlos, op. cit., p. 19

³⁴ Tais tentativas revelam a existência de duas “tendências culturais de longa duração” sobre a possibilidade de solução satisfatória dos problemas brasileiros: a do “otimismo” e a do “pessimismo”. Cf. Fico, Carlos, op. cit., p. 19

³⁵ Fico, Carlos, op. cit., p. 15

³⁶ Fico identifica os primeiros exemplos desse tipo de “movimento” já no período colonial brasileiro, quando surgiram as primeiras obras que exaltavam a exuberância e as potencialidades da natureza brasileira. Entre os autores que, embora com diferentes enfoques e visões políticas, contribuíram para a interpretação do Brasil do ponto de vista “otimista”, ele cita nomes como o de Graça Aranha, Oswald de Andrade, Gilberto Freyre, Fernando de Azevedo, Sergio Buarque de Holanda e Afonso Arinos. Cf. Fico, Carlos, op. cit., p. 22 e 34

³⁷ Esse processo foi acompanhado por um movimento contrário, ou seja, pelo desenvolvimento de uma “visão pessimista” do futuro do país. Mas, com o passar dos anos, até mesmo alguns elementos da visão pessimista, como a miscigenação racial que era associada à degeneração, foram apropriados e transformados em símbolos da nacionalidade. A valorização da mistura racial como um dos componentes da identidade brasileira – do “congraçamento” das três raças (portugueses ou brancos, índios e negros) fundadoras resultaria a cultura brasileira – é um bom exemplo desse processo de re-significação ocorrido sobretudo a partir dos anos 20 do século passado. Cf. Fico, Carlos, op. cit., p. 27-35

³⁸ No sentido de útil e proveitoso.

incorporadas na cosmovisão militar, fazendo parte, portanto, da visão de mundo compartilhada pelos oficiais das Forças Armadas. Supomos, também, que a ESG tenha desempenhado papel marcante, se bem que não exclusivo, na difusão de tais imagens no meio militar.

Desde 1949, ano de sua fundação, a ESG vinha reunindo civis e militares para discutir os problemas brasileiros e formular um método de planejamento das ações do Estado que dotasse as elites brasileiras de maior capacidade para administrar o país. Para a ESG, a introdução de um método de planejamento em todas as áreas do Estado significaria o início de um “processo de racionalização da ação política”³⁹ que permitiria superar “... as ações marcadas pelo empirismo, improvisação e individualismo”⁴⁰ que até então caracterizavam, a seu juízo, a atuação das elites dirigentes do país. Os primeiros passos para a elaboração da Doutrina⁴¹ da ESG foram dados por um “... selecionado grupo de oficiais e civis, incumbidos de definir as linhas mestras do método ...”⁴², fixando assim os “princípios gerais e linhas estruturais”⁴³ que deveriam servir de base aos cursos subseqüentes. A primeira tarefa deste “selecionado grupo” foi fazer um levantamento preliminar das “condições do desenvolvimento da Nação e seus recursos culturais”.⁴⁴ Os organizadores e os primeiros integrantes da ESG defendiam a idéia de que a elaboração da Doutrina devia partir do estudo e de levantamentos da situação brasileira, rejeitando assim a pura e simples adoção do modelo norte-americano.⁴⁵ Segundo eles, “... a ESG, como um centro de estudos, não poderia deixar de se ligar profundamente aos alicerces nacionais...”.⁴⁶ Por esse motivo, segundo a Escola, a Doutrina elaborada parte tanto da

³⁹ ESG. Fundamentos da doutrina, op. cit., p. 11

⁴⁰ Rocha, Maria Selma de Moraes. A evolução dos conceitos da Doutrina da Escola Superior de Guerra – Anos 70. Tese de Mestrado, Universidade de São Paulo, 1996. p. 50

⁴¹ Definida no manual de 1981 como “... um sistema de idéias destinado a racionalizar a ação humana no que esta tem de mais problemático e em que o jogo das probabilidades é mais denso e complexo: o campo da convivência humana”. ESG. Fundamentos da doutrina, op. cit., p. 12-13

⁴² Gurgel, José Alfredo Amaral, op. cit., p. 32

⁴³ Gurgel, José Alfredo Amaral, op. cit., p. 32

⁴⁴ Gurgel, José Alfredo Amaral, op. cit., p. 33

⁴⁵ Segundo Rocha, “por mais evidente que fosse (...) a perspectiva de alinhamento com os Estados Unidos (...), não há dúvidas de que os militares brasileiros ao fundarem a ESG para a elaboração de uma doutrina (...), fizeram-no considerando os referenciais de sua própria história, mais especificamente falando: à luz de seus contornos organizacionais (condições de profissionalização, disciplina, hierarquia, educação); do seu papel institucional e político, construído em interação com a sociedade e o Estado; do ideário orientador de sua ação; e das representações que fizeram de si mesmos”. Rocha, Maria Selma de Moraes, op. cit., p. 31

⁴⁶ A afirmação é do general Cordeiro de Farias, primeiro comandante da ESG. Cf. Rocha, Maria Selma de Moraes, op. cit., p. 30

teoria política e da filosofia, incorporando delas os métodos e os “conceitos universais”⁴⁷, quanto da realidade, de onde obtém “as particularizações mutáveis e imprecisas”, ou seja, as referências conjunturais do conhecimento.⁴⁸ Mas além de assentar-se na teoria e na realidade, a Doutrina baseia-se em “um julgamento de valor”, na medida em que “busca o *dever ser*”, e é “normativa”, pois propõe a padronização da ação política visando o “aperfeiçoamento da sociedade”.⁴⁹ Assim, a Doutrina não é neutra, antes “está presa a valores, por ela deliberadamente adotados”.⁵⁰ Segundo a avaliação da ESG, as elites brasileiras não estavam preparadas para enfrentar os desafios que rondavam o Estado brasileiro, sobretudo aqueles ligados, por um lado, à eliminação da ameaça comunista e, por outro, à promoção do desenvolvimento do país. Para enfrentar esses desafios, a Escola considerava necessário não apenas formular “... um novo projeto para a sociedade e o Estado brasileiros”, mas também dotar as elites e a população brasileiras de “uma outra visão de mundo”.⁵¹ Sendo assim, a Doutrina deveria fornecer não apenas o instrumental metodológico para a elaboração do planejamento das ações do Estado, mas também um conjunto completo de idéias e valores que deveriam conformar a visão de mundo e, assim, determinar os padrões de comportamento, – tudo isso voltado aos objetivos de modernização do país e à aceleração de seu desenvolvimento. Não é de se estranhar, portanto, que a ESG procurasse sempre destacar a vinculação de sua Doutrina tanto com os mais altos valores universais, quanto com os valores peculiares à Nação brasileira. Além disso, a Doutrina costumava apresentar seu “discurso do conhecimento” como sendo “sustentado por conceitos e proposições verdadeiros” que permitiriam uma correta “interpretação dos fatos”.⁵² Ao destacar sua inspiração nos valores extraídos da cultura brasileira, a Doutrina procura afirmar a legitimidade de suas “convicções éticas”. Por outro lado, ao recorrer à teoria política e à filosofia, aliando-as ao conhecimento extraído da análise constante da realidade brasileira, ela tenta dar ao seu conjunto de proposições uma aparência científica que lhe permita não só afirmar o “alto grau de confiabilidade” de seu método, mas também negar qualquer parentesco com discursos do tipo dogmático ou ideológico.⁵³

⁴⁷ Ou, conforme a expressão utilizada na Doutrina, os “... dados universais mais estáveis e seguros”. ESG. Fundamentos da doutrina, op. cit., p. 13

⁴⁸ Ou seja, a “situação política, econômica, psicossocial e militar [do] país, nos seus aspectos internos e em suas projeções internacionais”, numa determinada época. ESG. Fundamentos da doutrina, op. cit., p. 14

⁴⁹ ESG. Fundamentos da doutrina, op. cit., p. 14

⁵⁰ ESG. Fundamentos da doutrina, op. cit., p. 14

⁵¹ Rocha, Maria Selma de Moraes, op. cit., p. 32

⁵² Rocha, Maria Selma de Moraes, op. cit., p. 51

⁵³ Rocha, Maria Selma de Moraes, op. cit., p. 51

Procuraremos, a seguir, demonstrar, com alguns exemplos, como as imagens sobre o país, o povo e a cultura brasileiros anteriormente mencionadas aparecem nas concepções da ESG, expressas por meio dos conceitos, interpretações, idéias e proposições presentes em sua Doutrina. Embora a definição de cada conceito ou apresentação de cada proposição seja, em geral, precedida de tentativas⁵⁴ de acrescentar a eles um caráter lógico e quase natural⁵⁵ – por meio tanto de contextualizações teóricas, quanto de alusões a uma suposta origem histórico-cultural⁵⁶ –, não será possível reproduzir aqui o contexto⁵⁷ no qual elas aparecem na Doutrina.

Uma das noções presentes na Doutrina que exemplifica bem a visão que estava por trás das concepções da ESG é a de *caráter nacional*. Segundo a Doutrina, o levantamento do *caráter* de um povo só pode ser efetivado por meio de uma “análise acurada” da história e da cultura de seu país. Ela aponta como atributos do caráter nacional brasileiro o individualismo, a adaptabilidade, a improvisação, a vocação pacífica, a cordialidade e a emotividade. E acrescenta:

“De um modo geral, poderia ser identificado o homem brasileiro como um complexo étnico e com uma cultura relativamente homogênea, paradoxalmente condicionada por culturas heterogêneas, individualista, sentimental, improvisador, cordial, comunicativo, humano e pacifista. Ama a liberdade e a natureza, é lírico, nostálgico, superficial, autodidata, abstrato, idealista, teórico e tolerante. Respeita seu semelhante, suas opiniões, crenças e religiões, mas exerce o senso crítico e faz humorismo irreverente. É instável, por vezes emocional e patético, por vezes satírico e sutil. Cuida antes de si mesmo, mas gosta de ajudar o próximo. Não tem pressa para solucionar seus problemas, mas o faz quando as circunstâncias o exigem, ainda que muitas vezes de surpresa e improviso. Prefere sempre acomodar, pacificar, mas sabe defender o que é seu, preservar suas conquistas sociais e políticas. Homem que bem expressa uma cultura nova, característica de uma formação peculiar”.⁵⁸

⁵⁴ Refiro-me aos textos que pretendem fundamentar as definições ou proposições apresentadas.

⁵⁵ No sentido de algo decorrente da realidade.

⁵⁶ As idéias decorreriam da análise do processo histórico-cultural brasileiro, ou seja, da evolução da realidade brasileira.

⁵⁷ O processo significativo e interessante, não sem alguns malabarismos, como são encadeadas as idéias no decorrer do texto.

⁵⁸ Gurgel, José Alfredo Amaral, op. cit., p. 73-74

Como se vê, as qualidades do homem brasileiro, que compõem o seu caráter, superam de longe os seus defeitos que, mesmo assim, não são absolutos, basta constatar que ao individualismo opõe-se logo o gosto por “ajudar o próximo” e à superficialidade, que pode ser entendida como falta de seriedade, a determinação de quem “sabe defender o que é seu, preservar suas conquistas sociais e políticas”. Não é difícil identificar, no rol das características acima mencionadas, a presença de elementos provenientes do que Fico chama de “forte tradição otimista” sobre o brasileiro, ou seja, da visão que o define como um “ser amoroso, ‘doce’, de fácil convivência”.⁵⁹

A grande meta do modelo de planejamento proposto pela Doutrina é estabelecer uma Política Nacional que oriente a ação do Estado brasileiro. A Política Nacional, por sua vez, deve orientar-se pelos objetivos nacionais brasileiros. Estes objetivos, para ser legítimos, devem corresponder aos desejos da Nação. Cabe às elites o importante papel de “... auscultar e interpretar com fidelidade os interesses e aspirações dos grupos sociais e de todo o povo brasileiro”, pois só assim será possível identificar os desejos nacionais verdadeiramente provindos “das raízes histórico-culturais da nacionalidade”.⁶⁰ À elite dirigente cabe, também, perceber:

“... a necessidade de inculcar na população nacional interesses, aspirações e objetivos novos, com o fim de impregná-las favoravelmente às necessidades de um aperfeiçoamento material ou espiritual. O Estado manifesta, assim, interesses que podem não ser compreendidos senão através de um trabalho educativo bem orientado”.⁶¹ (grifo nosso)

Transparece no trecho acima a idéia de que o povo brasileiro, apesar de já possuir as qualidades identificadas por meio do levantamento do *caráter nacional*, precisava ser educado por meio de ações de caráter pedagógico que difundissem novos valores e padrões de comportamento mais adequados aos objetivos do Estado, ou seja, aos seus próprios interesses. Assim, às elites dirigentes caberia revelar ao povo brasileiro aqueles interesses que, apesar de seus, ele desconhece. Essa tarefa das elites decorreria do fato de que:

⁵⁹ Fico, Carlos, op. cit., p. 126

⁶⁰ Gurgel, José Alfredo Amaral, op. cit., p. 70

⁶¹ Gurgel, José Alfredo Amaral, op. cit., p. 73

“Possuindo um maior conhecimento da realidade histórico-cultural e dos dados conjunturais, elas têm uma visão mais elaborada dos autênticos interesses nacionais. Cabe-lhes, assim, interpretar os anseios e aspirações, difusos no meio ambiente, harmonizando-os com os verdadeiros interesses da Nação e com o Bem Comum, apresentando-os, de volta, ao povo que, desse modo sensibilizado, poderá entender e adotar os novos padrões que lhe são propostos”.⁶²

Tanto a visão do povo brasileiro como deseducado e carente, embora dono de um conjunto de “virtudes inatas”, quanto a idéia da necessidade de promover ações pedagógicas orientadas para difundir novos padrões de comportamento, não eram novas. Elas podem ser identificadas com o ponto de vista recorrente, na tradição otimista, de que bastariam algumas “correções de rota” para que o país alcançasse o futuro grandioso que fatalmente o esperava.⁶³ Uma dessas correções seria exatamente promover um aperfeiçoamento “material e espiritual” do povo brasileiro para que ele pudesse, como força motriz, contribuir com o esforço de desenvolvimento do país.

Um exemplo de ação pedagógica a ser promovida pelo Estado pode ser identificado na proposição de Roberto Campos, apresentada numa conferência proferida na ESG em 1953. Ele afirma que:

“Neste contexto⁶⁴ assume particular importância nos países subdesenvolvidos a criação de uma ‘mística de desenvolvimento’, capaz de provocar formas de comportamento social conducentes à aceitação dos sacrifícios inerentes a qualquer esforço de aceleração da formação de capital em economias pouco distanciadas do nível de simples subsistência”.⁶⁵ (grifo nosso)

Ao difundir certas imagens e visões sobre o país e ao promover a idéia de que bastavam “algumas correções de rota”⁶⁶ – devidamente planejadas e executadas – para que o país alcançasse o futuro grandioso que lhe era predestinado, o regime militar teria

⁶² Gurgel, José Alfredo Amaral, op. cit., p. 95

⁶³ O tema recorrente da necessidade de uma “correção de rota”, presente na busca de caracterizar “o que é próprio ao Brasil” e de oferecer propostas de melhoria empreendida pela tradição de pensar os destinos do país do ponto de vista otimista, é apresentado por Fico. Ver: Fico, Carlos, op. cit., p. 38-42

⁶⁴ No plano externo: Guerra Fria e conflitos ideológicos. No interno: situação econômica do país e crescimento da “ameaça comunista”.

⁶⁵ Gurgel, José Alfredo Amaral, op. cit., p. 37

⁶⁶ Fico, Carlos, op. cit., p. 38-42

incorporado e “re-significado” uma “tendência pré-existente”, na esfera das elites brasileiras⁶⁷: a visão esperançosa e otimista sobre o futuro do Brasil.⁶⁸

A tarefa de disseminar o conhecimento do passado e as potencialidades do país, e de promover atitudes e padrões de comportamento mais condizentes com o futuro⁶⁹, atendendo assim à necessidade detectada⁷⁰ de informar e educar o povo carente e despreparado, estava de acordo com a “missão civilizadora” de que se imbuíram os governos militares”.⁷¹ Para dar conta desta e de outras tarefas ligadas às áreas prioritárias de atuação do governo, cujas metas específicas deveriam convergir para a realização dos objetivos finais – segurança e desenvolvimento –, era considerado fundamental agir de forma ordenada e planejada, evitando rupturas, prevendo e controlando variáveis e eliminando obstáculos. Os governos militares mantiveram, por todo o período, uma forte “crença no planejamento, na capacidade técnica [da tecnoburocracia estatal] de estabelecer metas, organizar ações (...) [e] prever resultados...”.⁷²

Assim, em conformidade com a Doutrina da ESG, que recomendava a elaboração de planejamentos estratégicos específicos para cada área⁷³ de atuação do Estado, o

⁶⁷ Para Fico, a “ardente exaltação” da exuberância da natureza e do passado brasileiros, “a fabricação de mitos e tradições veneráveis”, constituem um “expediente compensatório” para a carência de “longas e ilustres tradições” de que se ressentia a elite brasileira. Por meio deste expediente, teria sido possível “inventar uma tradição” que, como uma das “leituras” possíveis sobre o Brasil, se opunha à visão pessimista do futuro do país. Essa “tradição” resultaria de “um longo processo, não sem percalços, de constituição e consolidação, na esfera das elites, da idéia de que o Brasil é um país grandioso e, por isso, o brasileiro deve ser um otimista”. Nesse processo, a atuação dos intelectuais teria sido decisiva. Ver: Fico, Carlos, op. cit., p. 21

⁶⁸ Fico, Carlos, op. cit., p. 21

⁶⁹ Que já se acharia em plena construção.

⁷⁰ Pelos militares, que tinham na ESG uma importante fonte de estudos e análises sobre a situação brasileira. Mas também por intelectuais e artistas que, como aqueles que compunham o Conselho Federal de Cultura em 1975 – na época o CFC contava com nomes como Afonso Arinos de Mello Franco, Gilberto Freyre, Josué Montello, Manuel Diégues Júnior, Rachel de Queiroz, Raymundo Faoro e Sabbato Magaldi – defendiam a necessidade de educar o povo por meio da promoção de valores que acentuassem a identidade nacional, preparando-o para participar dos benefícios da cultura e para o “exercício consciente da cidadania”. Sobre o CFC, ver: Conselho Federal de Cultura. Aspectos da política cultural brasileira. Rio de Janeiro, MEC, 1975.

⁷¹ Fico, Carlos, op. cit., p. 85

⁷² Fico, Carlos, op. cit., p. 84

⁷³ Para alcançar as metas da Política Nacional, o Estado deve, nos termos da Doutrina esguiana, mobilizar o Poder Nacional. Tal poder compõe-se dos instrumentos ou meios de que dispõe o Estado para realizar suas atividades. A Doutrina divide, para fins analíticos, o Poder Nacional em quatro grandes áreas (política, econômica, psicossocial e militar), denominando-as Poderes Componentes, e recomenda o estudo e a elaboração de planejamentos específicos para cada uma delas. Cf. Gurgel, José Alfredo Amaral, op. cit., p. 83-132

governo Geisel elaborou e divulgou, através do MEC, seus planos para as áreas da educação⁷⁴ e cultura.

A adoção de um plano específico de atuação estatal na área da cultura – materializado na Política Nacional de Cultura apresentada no Capítulo II deste trabalho, foi justificada pelo governo Geisel por meio da afirmação de que o desenvolvimento do país, para ser pleno e atender o objetivo assumido de promover “a plena realização do homem brasileiro”, deveria ser global, contemplando todas as esferas da atividade social, não apenas a econômica. Deste ponto de vista, o desenvolvimento técnico e científico do país, cuja promoção estaria a cargo da política para a área da educação, deveria ser acompanhado de um “desenvolvimento social” baseado, a um só tempo, na preservação da identidade nacional brasileira e na renovação cultural. Tratava-se, portanto, de adotar medidas que resguardassem as características essenciais da cultura brasileira, pois esta deveria servir como uma espécie de filtro que possibilitasse a assimilação seletiva das inovações do mundo ocidental. A preservação dos valores considerados fundamentais e a renovação dos que fossem ligados aos novos padrões de comportamento exigidos pelo desenvolvimento deveriam acontecer nos marcos da “realidade brasileira”, ou seja, do Brasil da forma como era visto pelo regime. Explicando melhor, todas as medidas deveriam estar de acordo com a configuração específica do país, conformada por suas tradições histórico-culturais e expressa na “cultura brasileira”, no quadro geral da civilização ocidental, cristã e democrata.

Sejam quais forem as razões que motivaram a ação do Estado na área cultural e os objetivos visados – tentativa de ocultar e/ou minimizar a face autoritária e repressiva do regime; de recompor a base de sustentação do regime através da busca de reconhecimento e/ou adesão de setores da classe média urbana e outros grupos sociais; de conquistar uma opinião pública favorável, sobretudo no meio intelectual e artístico; de promover uma ampla “reforma” da sociedade, baseada na internalização de valores e visões de mundo e na adoção de padrões de comportamento, utilizando a cultura como um dos principais instrumentos; ou a soma complexa de todos esses fatores –, o fato é que a atuação do MEC na área cultural foi intensa e propiciou o surgimento de instituições

⁷⁴ Política Nacional Integrada de Educação e Política Nacional de Educação Física e Desportos. Os dois planos são mencionados pelo ministro Ney Braga, que afirma já estarem eles em fase de execução, no texto de apresentação da Política Nacional de Cultura. Cf. Ministério da Educação e Cultura. Política Nacional de Cultura. Brasília, op. cit., p. 5

e a realização de projetos que alcançaram reconhecimento e repercussão, tanto no meio intelectual e artístico ligado à produção cultural, quanto entre o público.

Ao abrir um maior espaço para a produção cultural, priorizando as atividades voltadas à criação e difusão de manifestações culturais das mais diversas áreas, embora isso não tenha significado um abandono das atividades de preservação patrimonial, o MEC, orientado por sua Política Nacional de Cultura, logrou promover uma dinamização do mercado cultural por meio de suas instituições, de convênios e parcerias com outros órgãos e instituições públicas – federais, estaduais e municipais – e privadas.

Com o lançamento da PNC, o setor cultural do MEC passou por uma espécie de reforma administrativa que reestruturou o organograma da área e promoveu a criação, reformulação ou fusão de algumas instituições. Além disso, segundo relatório do Departamento de Assuntos Culturais – DAC, as instituições passaram a gozar de maior autonomia administrativa, em decorrência da “racional postura de execução descentralizada” adotada pelo ministério⁷⁵.

A Fundação Nacional de Arte – FUNARTE foi criada em dezembro de 1975, passando a funcionar em 1976. Seu principal objetivo era “coordenar o projeto prioritário de incentivo à criação e difusão” no campo das artes.⁷⁶ Como fundação, a FUNARTE pôde usufruir de maior autonomia administrativa e de gestão financeira e este fato refletiu-se no seu quadro de funcionários que, segundo Guimarães, era formado por “pessoal jovem, com conhecimento de suas áreas e sem vícios do serviço público”.⁷⁷ Sua estrutura organizacional era composta⁷⁸ pelo Instituto Nacional de Música – INM e Instituto Nacional de Artes Plásticas – INAP – ambos criados e incorporados à instituição em 1975 –, pela Assessoria Técnica – ATEC – constituída por uma equipe

⁷⁵ Ministério da Educação e Cultura. Atividades culturais: realizações da área cultural do MEC no período 1974/78. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, 1979. p. 9

⁷⁶ Ministério da Educação e Cultura. Atividades culturais: realizações da área cultural do MEC no período 1974/78. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, 1979. p. 41

⁷⁷ Guimarães, Isaura Botelho. Por artes da memória: a crônica de uma instituição – FUNARTE. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 1996. p. 39

⁷⁸ Mais tarde, já na gestão do ministro Eduardo Portella, foram incorporados à FUNARTE: o Instituto Nacional de Folclore – INF (anteriormente denominado Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro), o Instituto Nacional de Artes Cênicas – INACEN (antigo Serviço Nacional de Teatro – SNT) e os recém criados Instituto Nacional de Fotografia – INFoto e Núcleo de Estudos e Pesquisas – NEP. Cf. Rodrigues, Luciana Barão. A “Era FUNARTE”: governo, arte e cultura na década de 70 no Brasil. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996. p. 54 e Guimarães, Isaura Botelho, op. cit., p. 38 – nota 9.

multidisciplinar⁷⁹ responsável pelos pareceres técnicos sobre os projetos –, pelas Salas FUNARTE⁸⁰ e pelos setores administrativos e de direção.

Segundo Guimarães, “a brecha existente entre a articulação de uma política e sua implementação deixa uma trilha em aberto”⁸¹ que, no caso da FUNARTE, teria sido habilmente explorada pelo seu primeiro diretor executivo. Para ela, “Roberto Parreira teve o mérito e a oportunidade de, dado o caráter genérico da plataforma oficial, delegar a construção do sentido da política preconizada pelo governo ao cotidiano da prática institucional”.⁸²

Diversos fatores contribuíram, de modo favorável, com a atuação da FUNARTE: a experiência trazida pelos remanescentes do Programa de Ação Cultural – PAC⁸³, a flexibilidade dada por seu *status* jurídico de fundação, com a política de execução descentralizada adotada pelo MEC, o entusiasmo⁸⁴ e comprometimento⁸⁵ de seu quadro funcional, os recursos que, nos primeiros anos, “superavam a demanda”⁸⁶ e a opção da política oficial pela priorização de projetos voltados à criação e difusão de manifestações artísticas e culturais. Assim, a FUNARTE logo conseguiu o reconhecimento do público e dos setores intelectuais e artísticos.

De 1975 a 1978, período no qual a PNC orientou a atuação da área cultural do MEC, a FUNARTE produziu, co-produziu, financiou, apoiou tecnicamente, acompanhou ou simplesmente deu seu aval⁸⁷ a exposições, festivais, espetáculos, concertos, cursos, publicações, gravações de discos, etc. A instituição procurava conhecer a realidade e as

⁷⁹ Pessoas com formação em economia, ciências sociais, comunicações e letras. Cf. Guimarães, Isaura Botelho, op. cit., p. 50

⁸⁰ Três espaços destinados a apresentações de música popular e erudita, localizados em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. Cf. Guimarães, Isaura Botelho, op. cit., p. 49

⁸¹ Guimarães, Isaura Botelho, op. cit., p. 45

⁸² Guimarães, Isaura Botelho, op. cit., p. 45

⁸³ Do qual Roberto Parreira fora gestor.

⁸⁴ Ver: Guimarães, Isaura Botelho, op. cit., p. 47, nota 23

⁸⁵ Segundo Guimarães, a prática da equipe técnica foi marcada pela reflexão constante sobre os objetivos, critérios e formas de atuação adotados pela instituição. Essa reflexão, por sua vez, era fruto do desejo de “construir uma prática o mais distante possível do clientelismo” que possibilitasse a “construção de um modelo de serviço público para a área cultural”. Guimarães, Isaura Botelho, op. cit., p. 54

⁸⁶ Guimarães, Isaura Botelho, op. cit., p. 47

⁸⁷ O prestígio da instituição levou ao surgimento de um tipo de demanda por seus pareceres técnicos proveniente de entidades, artistas e produtores. Nesses casos, os projetos apresentados não necessariamente solicitavam algum tipo de apoio financeiro ou material, mas sim o aval da FUNARTE. Cf. Rodrigues, Luciana Barão, op. cit., p. 63-64.

dificuldades enfrentadas pelas áreas artísticas atendidas, elaborando ou apoiando projetos e programas que cobrissem todas as fases e/ou facetas da produção cultural. Para tanto, não se limitava apenas a divulgar os trabalhos e produtos culturais das diferentes expressões artísticas (música popular e erudita, artes plásticas, artesanato ou arte popular, etc.), mas também promovia iniciativas voltadas para a formação, capacitação e atualização profissional de artistas (maestros, músicos, artesãos, artistas plásticos, etc.), produtores, técnicos e demais profissionais envolvidos na produção. Além disso, procurava incentivar a melhoria da qualidade dos recursos materiais e técnicos disponíveis no mercado e facilitar o acesso do artista a tais produtos. O projeto Bandas, por exemplo, desdobrou-se no trabalho do INM/FUNARTE com a indústria nacional especializada para a melhoria dos instrumentos de sopro. Ao longo da execução do projeto, a instituição cadastrou as bandas, distribuiu instrumentos, ofereceu cursos de reciclagem para os mestres de banda, promoveu cursos de manutenção de instrumentos musicais, inventariou as composições existentes, editou e distribuiu partituras e promoveu campeonatos nacionais para divulgar o trabalho das bandas existentes.⁸⁸ Outra iniciativa importante – tanto pela repercussão na mídia e aprovação da crítica, quanto pelo sucesso de público – foi o projeto Pixinguinha⁸⁹ que promovia *shows* de música popular brasileira nas principais capitais do país⁹⁰, reunindo a cada apresentação um cantor brasileiro novo e um já consagrado. O projeto pretendia promover – em conformidade com a “política de valorização e exaltação da cultura (...) brasileira” – uma “abertura do mercado de trabalho para os músicos e compositores brasileiros”⁹¹, divulgando a produção musical genuinamente nacional. Além disso, o projeto possibilitava a absorção de outros profissionais ligados à produção de eventos deste tipo (técnicos de som, produtores, diretores, administradores, etc.).⁹²

Esses são alguns poucos exemplos da grande quantidade e qualidade de atividades desenvolvidas pela FUNARTE durante este período. Com o fim do governo Geisel e a posse do novo presidente, general Figueiredo, ocorreram mudanças na política do MEC para a área cultural, o que afetou diretamente a instituição. Mas, como o foco

⁸⁸ Cf. Guimarães, Isaura Botelho, op. cit., p. 48-49

⁸⁹ O nome “Pixinguinha, um projeto carinhoso” era uma homenagem ao músico e compositor Alfredo da Rocha Vianna Jr., o Pixinguinha, autor da música Carinhoso em parceria com João de Barro e Braguinha. Informações sobre o músico e a autoria da música: Cf. <http://www.samba-choro.com.br/s-c/pixinguinha.html>

⁹⁰ Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Belo Horizonte, Porto Alegre e Brasília. Cf. Cf. Rodrigues, Luciana Barão, op. cit., p. 84

⁹¹ Rodrigues, Luciana Barão, op. cit., p. 82

⁹² Cf. Rodrigues, Luciana Barão, op. cit., p. 80-86

deste trabalho é o período de vigência da PNC, não nos estenderemos por esse capítulo da história da instituição.⁹³

Outro campo da produção artístico-cultural a receber grande atenção do MEC e, por seu intermédio, do governo federal, foi o cinema. Em 1975, pouco depois do lançamento da PNC, a EMBRAFILME⁹⁴ passou por um processo de reformulação que ampliou sua esfera de atuação, absorvendo parte das atividades do Instituto Nacional de Cinema – INC. No mesmo ano houve a criação do Conselho Nacional de Cinema - CONCINE que absorveu as atribuições normativas e de fiscalização do INC, que então foi extinto. As principais atividades desenvolvidas pela EMBRAFILME no período 1974/78, segundo relatório do DAC⁹⁵, foram:

“a coleta permanente de dados sobre o mercado interno; a promoção de festivais e concessão de prêmios; estímulo à produção de filmes educativos e culturais; a programação de investimentos para a produção de filmes para a televisão sobre temas brasileiros; convênios para implantação de pólos cinematográficos em vários Estados, como Rio Grande do Sul, Minas [Gerais], Pernambuco e Rio Grande do Norte; reformulação das normas de financiamento, adotando-se mais duas modalidades de auxílio à indústria cinematográfica: o regime de co-produção e o adiantamento à conta da renda da bilheteria de filmes distribuídos pela EMBRAFILME”.⁹⁶

Além do estímulo à produção e da distribuição dos filmes no Brasil e no exterior, outra medida adotada para a “defesa do cinema nacional” foi a “exibição compulsória”⁹⁷ de filmes brasileiros nos cinemas do país, visando garantir a divulgação e possibilitar a

⁹³ Sobre a trajetória da FUNARTE, de sua criação até sua extinção, no governo Collor, ver: Rodrigues, Luciana Barão. A “Era FUNARTE”: governo, arte e cultura na década de 70 no Brasil. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996; e Guimarães, Isaura Botelho. Por artes da memória: a crônica de uma instituição – FUNARTE. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 1996.

⁹⁴ Criada em 1969, a EMBRAFILME exerceu, até então, principalmente o papel de distribuidora da produção cinematográfica brasileira, promovendo também a realização de mostras e apresentações de filmes brasileiros em festivais. Cf. Conselho Federal de Cultura. Aspectos da política cultural brasileira. Rio de Janeiro, MEC, 1975.

⁹⁵ Departamento de Assuntos Culturais – DAC/MEC.

⁹⁶ Ministério da Educação e Cultura. Atividades culturais: realizações da área cultural do MEC no período 1974/78. Rio de Janeiro, MEC, 1979. p. 70-71

⁹⁷ A medida obrigava os cinemas a destinarem um número de dias por ano – pré-fixado pelo governo – para a exibição de filmes brasileiros. De 1974 a 1978 esse número pulou de 83 para 133, passando para 140 dias/ano no final de 1978. Cf. Ministério da Educação e Cultura. Atividades culturais: realizações da área cultural do MEC no período 1974/78. Rio de Janeiro, MEC, 1979. p. 70

abertura e expansão do mercado cinematográfico. Houve de fato um aumento significativo da produção, da distribuição e da arrecadação do setor⁹⁸, expressando uma dinamização do mercado interno. Além disso, a procura por mercados externos para a produção nacional, através da EMBRAFILME, que negociava filmes brasileiros em diversos países, também obteve significativos resultados.⁹⁹

Como visto anteriormente¹⁰⁰, as mudanças operadas na EMBRAFILME, incluindo a escolha dos novos gestores da instituição¹⁰¹, foram bem recebidas e saudadas pelo meio cinematográfico brasileiro, sobretudo pelos integrantes do Cinema Novo. Glauber Rocha, um dos principais expoentes do “movimento” cinemanovista, expressou publicamente o seu apoio à política oficial adotada pela EMBRAFILME no período, atitude que gerou uma série de críticas por parte de setores da esquerda. Anos mais tarde, ao falar sobre o apoio do Cinema Novo à política de distensão do governo Geisel, o polêmico cineasta afirmaria:

“Foi a única classe intelectual que tomou uma posição política aberta, porque os outros intelectuais estiveram à sombra das frentes amplas, dos manifestos anonimatizantes, em pleno processo de abertura, quando eles podiam se destacar como individualidades. Ao contrário, eles se massificaram, liderados pelo MDB, pensando que o MDB [era] um partido de esquerda, quando o MDB, como já se refletiu, [era] um partido de direita como a ARENA ”.¹⁰²

Para Glauber Rocha, as críticas ao posicionamento dos cineastas e, em seguida, aos seus filmes, eram fruto de “... um grande pacto ideológico com o objetivo de combater o nacionalismo”.¹⁰³

⁹⁸ Segundo dados do DAC, a arrecadação saltou de 89 milhões de cruzeiros em 1974, para 800 milhões em 1978. Ver: Ministério da Educação e Cultura. Atividades culturais: realizações da área cultural do MEC no período 1974/78. Rio de Janeiro, MEC, 1979. p. 70

⁹⁹ Cf. Ministério da Educação e Cultura. Atividades culturais: realizações da área cultural do MEC no período 1974/78. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, 1979. p. 72

¹⁰⁰ No capítulo II deste trabalho.

¹⁰¹ A gestão da EMBRAFILME foi confiada a Roberto Farias e Gustavo Dahl, duas importantes figuras do cenário cinematográfico brasileiro.

¹⁰² Holanda, Heloisa Buarque de e Messeder, Carlos Alberto. Patrulhas ideológicas. In Gaspari, Elio et alli. Cultura em trânsito: da repressão à abertura. Rio de Janeiro, Aeroplano Editora, 2000. p. 157-158. (Entrevista concedida por Glauber Rocha em 1980).

¹⁰³ Holanda, Heloisa Buarque de e Messeder, Carlos Alberto, op. cit., p. 158

Sem pretender esgotar o tema das relações do Cinema Novo com o governo Geisel em torno da política de abertura na área cultural, pois este não é o objetivo central deste trabalho, gostaríamos de apontar algumas questões sobre o assunto.¹⁰⁴

O Cinema Novo, para Glauber Rocha, “tinha um objetivo econômico-político-cultural integrado”.¹⁰⁵ Para os cineastas do “movimento” a sua produção cinematográfica teria a “... missão de ser uma expressão da cultura brasileira e não uma simples imitação de um produto industrial importado...”¹⁰⁶ A proposta era produzir um “cinema de autor”¹⁰⁷ que “falasse” a realidade brasileira, que contribuísse para a emergência da identidade nacional, enfim que expressasse a cultura brasileira, sem limitar os “caminhos expressivos” da criação artística, “... permitindo as contribuições subjetivas, pessoais, históricas, psicológicas de cada cineasta”¹⁰⁸. O “cinema de autor”, como expressão da cultura brasileira, era uma reação ao “cinema comercial”¹⁰⁹ e à produção estrangeira importada. Segundo Gerber, “no Brasil, a idéia de cinema de autor aparece contraposta à idéia de cinema comercial definido como um ‘cinema de imitação’ que reforçaria a ‘cultura dominante’ (estrangeira). A uma ‘linguagem de dominação’ era necessário impor-se uma ‘linguagem alternativa’”. Tratava-se, assim, de uma proposta nacionalista que pretendia “descolonizar” a cultura brasileira em geral e o cinema nacional em particular.

Sobre a visão nacionalista presente no “movimento”, algumas afirmações feitas por Glauber Rocha são elucidativas. Sobre as discussões e propostas que mobilizavam setores da esquerda brasileira no final da década de 70¹¹⁰, ele afirmaria que:

“Acho que o debate aqui tinha que ser colocado em outro nível: o da busca da identidade nacional pela compreensão dos processos econômicos e culturais da colonização”.¹¹¹

¹⁰⁴ Apesar do risco de simplificação ou de redução que este questionamento apressado pode representar.

¹⁰⁵ Gerber, Raquel. Glauber Rocha e a experiência inacabada do Cinema Novo. In Glauber Rocha. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 19--. p. 11

¹⁰⁶ Gerber, Raquel, op. cit., p. 11

¹⁰⁷ Gerber, Raquel, op. cit., p. 15-16

¹⁰⁸ Essa afirmação da liberdade de expressão do artista foi um dos temas recorrentes nos debates e discussões que marcaram a polêmica que envolveu os adeptos do Cinema Novo e os ativistas do CPC no início da década de 60. Gerber, Raquel, op. cit.. A citação entre aspas está na p.12. Sobre a polêmica CPC X Cinema Novo, ver p. 15-16

¹⁰⁹ Gerber, Raquel, op. cit., p. 15-16

¹¹⁰ Que para ele eram influenciadas por interesses imperialistas tanto de esquerda (China e Cuba), quanto de direita (EUA). Cf. Hollanda, Heloisa Buarque de e Messeder, Carlos Alberto, op. cit., p. 162-163

E, sobre a produção cultural brasileira:

“Toda nação fraca e pobre só pode existir, só pode gerar algum movimento cultural, a partir da descoberta de uma identidade nacional. O nacionalismo é o germe, é o fundamento do fortalecimento, do desabrochar de qualquer sociedade”.¹¹²

Do até aqui exposto pode-se depreender que o objetivo de “transformar consciências”, que segundo Carlos Diegues movia o Cinema Novo¹¹³, referia-se à idéia de promover, por meio da produção artístico-cultural, a tomada de consciência da realidade brasileira e a descoberta da identidade nacional, pelas massas, como forma de escapar ao jugo do colonialismo. Tratava-se de “combater a penetração do filme estrangeiro no Brasil” como forma de eliminar o “condicionamento cultural” das massas.¹¹⁴ Nestes termos, era preciso ampliar a divulgação e expandir a exibição do filme brasileiro, ou seja, era necessário conquistar o mercado interno. A esse objetivo político ligava-se, também, o econômico, pois ampliando a presença do cinema nacional no mercado, ampliava-se também a arrecadação financeira do setor. O aumento da arrecadação, por sua vez, significava a possibilidade de capitalizar recursos que permitissem realizar novas produções cinematográficas. Nelson Pereira dos Santos, ao falar sobre sua proposta de um “cinema para o povo”, esclarece bem essa idéia:

“Fazendo um filme que não só se baseie em valores populares, como também os aceite e assuma positivamente, o povo se reconhecerá no filme. E assim, os espectadores ao mesmo tempo poderão se afirmar culturalmente ao assistir o filme, e constituirão um público que sustentará economicamente a produção”.¹¹⁵

É interessante notar que a presença, nas proposições e na temática do Cinema Novo, de um ideário nacionalista, de noções como as de “identidade nacional”, “cultura brasileira”, de referências ao “povo brasileiro”¹¹⁶, e da idéia de “apresentar” a “realidade brasileira” a esse povo como forma de contribuir para a “transformação das consciências”,

¹¹¹ Holanda, Heloisa Buarque de e Messeder, Carlos Alberto, op. cit., p. 163

¹¹² Holanda, Heloisa Buarque de e Messeder, Carlos Alberto, op. cit., p. 167

¹¹³ Ver: Gerber, Raquel, op. cit., p. 16

¹¹⁴ Gerber, Raquel, op. cit., p. 19

¹¹⁵ Citado por Gerber, Raquel, op. cit., p. 17 e 18

¹¹⁶ Noção genérica e totalizante, que suprime as diferenças (de classe, religiosas, étnicas, etc.).

permite que se estabeleça alguns pontos de contato, no nível do discurso, com a visão que, expressa na PNC, orientava as ações do governo na área cultural. É certo que o discurso nacionalista do regime militar nada tinha do nacionalismo tomado como bandeira pela esquerda. É certo também que ao ideário nacionalista presente no discurso dos governos militares somava-se uma “reorganização da (...) economia brasileira que cada vez mais se [inseria] no processo de internacionalização do capital”.¹¹⁷ O governo, certamente, via o cinema como um tipo de produção artístico-cultural e de entretenimento importante para o mercado cultural interno, que poderia render dividendos para o processo de abertura, repercutir favoravelmente na opinião pública interna e contribuir para difundir uma imagem positiva do país no exterior. Além disso, podia servir também como instrumento para a disseminação de valores e padrões de comportamento (com a produção de “filmes educativos e culturais”¹¹⁸). De qualquer maneira, é possível supor que o interesse do governo em desenvolver a indústria cinematográfica do país, somado aos ventos da abertura – que permitiu a ascensão de legítimos representantes do setor aos principais postos das instituições voltadas para a área –, tenha convencido os cineastas cinemanovistas de que esta era uma oportunidade para se obter do Estado meios importantes (políticas de incentivo, financiamento, distribuição, reserva de mercado, etc.) para consolidar o crescimento do cinema brasileiro.¹¹⁹ Talvez possamos considerar aquele momento da trajetória do cinema brasileiro como mais um episódio do tipo que Cacá Diegues chamou de “oportunismo histórico”¹²⁰, ou seja, de confluência dos interesses mais imediatos tanto dos cineastas quanto do governo Geisel.

Em conformidade com as diretrizes básicas da Política Nacional de Cultura – PNC, a área cultural do MEC, através de suas instituições e órgãos e por meio de convênios e parcerias com outras instituições públicas e privadas, atuou em várias frentes,

¹¹⁷ Ortiz, Renato, op. cit., p. 80

¹¹⁸ Sem contar que a EMBRAFILME atuou também na produção de filmes “sobre temas brasileiros” feitos especialmente para a televisão. Cf. Ministério da Educação e Cultura. Atividades culturais: realizações da área cultural do MEC no período 1974/78. Rio de Janeiro, MEC, 1979. p. 70

¹¹⁹ Ainda hoje o setor cinematográfico não pode dispensar a presença do Estado como seu principal interlocutor.

¹²⁰ Em 1965, numa análise da “relação dialética entre cinema e cultura no Brasil”, Cacá Diegues afirmou que: “O encontro do cinema com a cultura nacional surge por uma questão de oportunismo histórico, filho da sociedade industrial; o cinema brasileiro atrai no momento alguns setores da nascente burguesia industrial. Estes setores, em grande parte insuficientes e desorganizados, se combinaram perfeitamente com a nova geração que até então agia em cineclubes, em experimentos amadores, ou mesmo em outros campos artísticos”. Diegues, Carlos. Apud Gerber, Raquel, op. cit., p. 13

promovendo, apoiando e financiando programas e projetos¹²¹ voltados para os vários segmentos artísticos (música, teatro, artes plásticas, literatura, cinema), para a valorização do folclore, a preservação do patrimônio, a capacitação de recursos humanos, etc. São alguns exemplos desta atuação:

- Os projetos Minerva em Ação Cultural e Domingo Mobral, do Serviço de Radiodifusão Educativa do MEC, além de cursos supletivos, divulgavam eventos e atividades promovidos ou apoiados pelo ministério. Suas programações eram compostas também de entrevistas, depoimentos¹²², apresentações de vários tipos de manifestações folclóricas, músicas de artistas “autenticamente nacionais”, etc. Em tais programas havia sempre a preocupação de reforçar que “aquilo que é nosso” deve ser lembrado e valorizado.¹²³
- A Campanha das Kombis, do Serviço Nacional de Teatro – SNT, visava promover a popularização do teatro através da venda de ingressos nas ruas e a “preços módicos”.¹²⁴
- O Projeto Memória do Teatro Brasileiro que registrava, por meio de gravação, depoimentos de teatrólogos e “personalidades de relevo” no meio teatral.¹²⁵
- O programa Concerto para a Juventude que consistia de apresentações da Orquestra Sinfônica Nacional, transmitidas pela TV Globo, com o objetivo de divulgar a música erudita.¹²⁶

¹²¹ Guimarães esclarece que: “enquanto o programa é previsto como uma linha de atendimento dentro de um prazo mais longo no tempo, o projeto visa a resolução de um problema específico, marcado por uma temporalidade menor, correspondendo à sua solução”. Guimarães, Isaura Botelho, op. cit., p. 49

¹²² Cf. Ministério da Educação e Cultura. Atividades culturais: realizações da área cultural do MEC no período 1974/78. Rio de Janeiro, MEC, 1979. p. 70

¹²³ Para Oliven, estes programas de rádio buscavam disseminar uma visão do país que o traduzia como uma “soma colorida e tropical de manifestações regionais (apresentadas de um modo museológico e tendendo para o exótico e turístico) que [precisavam] ser conhecidas e valorizadas junto com as criações produzidas nos grandes centros”. Oliven, Ruben George. Op. cit., p. 51

¹²⁴ Ministério da Educação e Cultura. Atividades culturais: realizações da área cultural do MEC no período 1974/78. Rio de Janeiro, MEC, 1979. p. 50

¹²⁵ Ministério da Educação e Cultura. Atividades culturais: realizações da área cultural do MEC no período 1974/78. Rio de Janeiro, MEC, 1979. p. 49

¹²⁶ Ministério da Educação e Cultura. Atividades culturais: realizações da área cultural do MEC no período 1974/78. Rio de Janeiro, MEC 1979. p. 68

Apesar de não ter sido produzida pelo MEC¹²⁷, a propaganda foi um importante instrumento habilmente utilizado pelo regime militar, principalmente pelos governos Médici e Geisel, para disseminar os valores, comportamentos e visões de mundo eleitos como mais adequados ao “país do futuro”. As imagens, as músicas, os textos, os temas¹²⁸ da propaganda política condensavam e explicitavam muitas das visões que estavam subjacentes nas propostas dos governos militares. Não é difícil ver na utilização constante, pela propaganda, de imagens de manifestações folclóricas (músicas, danças, festas populares, etc.) e de cenas que têm o meio rural como cenário, uma correspondência com a proposta de valorização das tradições culturais brasileiras presente na PNC. Já a problemática de aliar a preservação dos valores tradicionais a inovações desejáveis porque eram indispensáveis às transformações necessárias, presente na PNC, pode ser identificada também nos filmes¹²⁹ que entrelaçavam imagens do campo e do ambiente urbano, de objetos ou cenários rurais e aparatos tecnológicos, buscando transmitir a idéia de um processo de desenvolvimento integrado e harmônico.

É interessante notar que, conforme bem percebeu Fico, certas imagens utilizadas pela propaganda política do período militar, sobretudo através da televisão, continuam a ser recorrentemente evocadas como traços definidores da identidade brasileira. Segundo o autor:

“Certas cenas nos parecem naturais hoje, quando vemos uma propaganda política de um partido na TV, ou um comercial para turistas que condensa ‘tomadas sobre o Brasil’, ou um desses clips que comemoram conquistas esportivas brasileiras e que resumem, em 30 segundos, o futebol, o carnaval, a alegria, a sensualidade, o índio, a feijoada, o negro, a baiana dos acarajés, o barroco mineiro, o café no fogão a lenha, a vitória-régia, o operário de São Paulo, o caipira, o bóia-fria, as torres de telecomunicações da Embratel, os computadores, a professorinha do interior, tanto quanto a pracinha da cidade pequena, local pacato e de fundas tradições, ao qual se pode contrapor a metrópole fabril e moderna ou sensual e cosmopolita. Valores

¹²⁷ Durante o governo Geisel a propaganda política ficou a cargo da Assessoria de Relações Públicas – ARP. Ver: Fico, Carlos. Op. Cit., p. 104-111

¹²⁸ Como o da união, solidariedade, paz, esperança, etc. Como os que sugeriam comportamentos mais “civilizados”, como não jogar lixo nas ruas; que procuravam reforçar a crença no potencial e no futuro do país, como a campanha *Este é um país que vai pra frente*. A campanha *Povo desenvolvido é povo limpo* utilizava a personagem Sujismundo que, bonachão e ingênuo, espalhava lixo por onde passava. Esta campanha foi produzida em 1972, durante o governo Médici (Cf. Fico, Carlos. op. cit., p. 171 (Anexo 1).

¹²⁹ Que se tornaram marcas registradas da propaganda oficial do período.

espirituais do espaço rural e aparições tecnológicas da civilização que transpõem o segundo milênio. Tudo é Brasil? Nada disso se deu naturalmente. Na história da constituição conflituosa das leituras otimista e pessimista sobre o Brasil, esses traços se configuraram como definidores da ‘brasilidade’ e de certos ‘valores brasileiros’”.¹³⁰

A correspondência entre os temas tratados pela propaganda e as concepções e objetivos expressos na política de cultura demonstram que havia um ponto de vista comum que orientava as diferentes estratégias de atuação do regime militar, em particular do governo Geisel. É possível, e esperamos ter demonstrado isso, identificar nos discursos, pronunciamentos e no documento que materializa a Política Nacional de Cultura, uma visão subjacente às noções de “caráter brasileiro”, “identidade nacional” e “cultura brasileira” que – influenciada pela herança da “tradição otimista”¹³¹, somada aos referenciais próprios da identidade militar – orientava as pretensões gerais do regime. Os militares estavam convencidos tanto de sua superioridade moral, ética e cívica, quanto de seu melhor conhecimento da cultura e da realidade brasileiras e, concomitantemente, de seu maior preparo e capacidade para orientar os rumos do país. Por outro lado, compartilhavam a pretensão de “educar” a sociedade brasileira, livrando-a do despreparado e da carência de formação, responsáveis pelo atraso do desenvolvimento do país. Compartilhando da visão otimista sobre as potencialidades do país e sobre o “caráter” essencial do povo brasileiro, prevalecia a idéia de que bastaria reforçar os alicerces da identidade nacional para, em conjunto com medidas concretas voltadas à modernização e racionalização da área econômica e controle da área política, colocar o país de volta nos trilhos.

Se as pretensões políticas expressas na PNC se concretizaram ou não; se a generalidade das proposições deixou espaço para a atuação de administradores e agentes culturais que, sabendo aproveitá-lo, conduziram as instituições por caminhos aparentemente bastante diversos daqueles traçados pelas diretrizes gerais; em suma, se a política de cultura do governo Geisel, como parte de uma estratégia geral de

¹³⁰ Fico, Carlos. op. cit., p. 36

¹³¹ Identificada num vasto “material histórico” sintetizado nas idéias que definem o país como resultado original de uma configuração específica de elementos histórico-culturais (a democracia racial, o conagraçamento social, a integração harmônica das diferenças culturais, o passado incruento, a alegria, a cordialidade, a benevolência, a festividade do povo brasileiro) aliados à exuberância natural de uma terra abençoada. Cf. Fico, Carlos. Op. Cit., p. 147

intervenção na vida social, alcançou ou não algum de seus objetivos não declarados, é outra história na qual não pretendemos penetrar.

Concluindo, supomos que a PNC de fato materializava um ponto de vista predominante no governo Geisel e que ela significou a tentativa de concretizá-lo em diretrizes políticas, em planos de ação estruturados. Supomos que, de fato, havia a crença de que ações bem planejadas de acordo com uma política geral, supostamente baseada num conhecimento verdadeiro da realidade histórico-cultural brasileira, dariam conta de fazer desabrochar uma “nova configuração social”. Aliado a isso, supomos que havia também a expectativa de que as ações na área da cultura poderiam contribuir para o processo de abertura que então se iniciava. Supomos, portanto, que as motivações que basearam a atuação do governo Geisel na área da cultura eram múltiplas e complexas, não se resumindo apenas a uma conspiração ardilosa e bem planejada para ocultar as ações do regime, muito embora esse pudesse ser um dos objetivos imediatos.

2. A influência ideológica da Doutrina da Escola Superior de Guerra na formulação da Política Nacional de Cultura

A criação da ESG, em 1949, está diretamente ligada ao término da Segunda Guerra Mundial e ao início da Guerra Fria. Da luta pela liderança mundial, cujos principais protagonistas eram os Estados Unidos e a União Soviética, surgiu a iniciativa norte-americana de estabelecer acordos e tratados de cooperação militar com os demais países do continente, como o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca – TIAR, ao qual o Brasil aderiu desde sua criação.¹³² Em 1948, uma missão militar norte-americana sugeriu ao alto comando do Exército brasileiro a criação de uma Escola Nacional de Guerra, nos moldes da National War College. No mesmo ano surgiu o Estado Maior das Forças Armadas – EMFA¹³³, com a finalidade de desenvolver estudos para o estabelecimento da política, estratégia e doutrina militares e, para isso, decidiu criar o Curso de Alto Comando. O governo Dutra, de posse das sugestões feitas pela missão norte-americana e atendendo a aspirações das Forças Armadas brasileiras¹³⁴, determinou ao EMFA que criasse a Escola Superior de Guerra para ministrar o curso.¹³⁵ Como vimos no capítulo anterior, uma comissão foi incumbida de formular os princípios fundamentais da ESG, daí resultando a substituição de seu objetivo inicial¹³⁶, que passou a ser formular diretrizes para o planejamento da política de Segurança Nacional. De 1949 a 1967, o conjunto formado pelas idéias, valores, princípios, conceitos, normas e métodos elaborados pela

¹³² O Tratado, oficializado em 1948, estabelece que qualquer “agressão a uma nação americana vinda de uma potência não continental será considerada como agressão a todas as demais nações americanas”. Rocha, Maria Selma de Moraes, op. cit., p. 27-28. (Foi esse o tratado evocado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso para apoiar a guerra dos Estados Unidos contra o Afeganistão.)

¹³³ Em substituição ao Estado-Maior Geral, criado em 1946 para atender as preocupações dos oficiais brasileiros que, tendo integrado a Força Expedicionária Brasileira – FEB, sugeriam o estabelecimento de um órgão, composto pelas três forças, que permitisse preparar a organização e o emprego das Forças Armadas, visando elaborar um Plano de Guerra. Cf. Rocha, Maria Selma de Moraes, op. cit., p.28

¹³⁴ Segundo o primeiro comandante da ESG, general Cordeiro de Farias, foi a experiência na FEB que levou os oficiais a iniciar a busca “por modelos de governo que funcionassem”, propondo para tanto a criação da Escola. Concordando com ele, o General Golbery do Couto e Silva afirmou que o envio de oficiais da FEB não só para a Itália, mas sobretudo para os Estados Unidos, resultou no desejo de ver “um desenvolvimento muito rápido para o Brasil”, sendo que a ESG poderia contribuir para isso. Para Gurgel, estes depoimentos atestam que a criação da ESG, embora sugerida pela missão norte-americana, resultou da convicção de oficiais brasileiros de que era necessário encontrar meios que, considerando a realidade brasileira, acelerassem o desenvolvimento do país. Cf. Gurgel, José Alfredo Amaral, op. cit., p. 30

¹³⁵ Cf. Rocha, Maria Selma de Moraes, op. cit., p.29

¹³⁶ Que era o de ministrar o Curso de Alto Comando.

ESG foi denominado Doutrina de Segurança Nacional. A partir de 1967, a Escola passou a considerar o desenvolvimento econômico e social um dos principais objetivos nacionais, por entender que a pobreza da maioria da população dos países subdesenvolvidos tornara-se um campo fértil para a disseminação dos ideais comunistas.¹³⁷ O binômio segurança e desenvolvimento, que pretende expressar a relação mutuamente dependente entre os dois objetivos, passa a figurar no centro da Política Nacional. A síntese das propostas elaboradas pela ESG fica então reunida sob a Doutrina de Segurança e Desenvolvimento.¹³⁸

O objetivo da ESG, ou seja, a missão de estabelecer um método de racionalização da ação política do Estado, refletia opiniões correntes no seio da oficialidade militar sobre a situação brasileira, tanto do ponto vista interno quanto das relações internacionais. Ao diagnóstico de crescimento da ameaça comunista nos países latino-americanos em geral e no Brasil em particular¹³⁹, somava-se a convicção de que as elites brasileiras não estavam preparadas para dirigir o país na nova conjuntura internacional que "... demandava uma outra visão de mundo e a formulação de um novo projeto para a sociedade e o Estado brasileiros".¹⁴⁰ Nesse contexto, a Doutrina da ESG surgiu como uma resposta à necessidade de formar elites civis e militares, dotando-as da capacidade de planejar e executar uma política global voltada para a consecução dos objetivos de segurança e desenvolvimento, e, portanto, preparando-as para dirigir o país.

Como vimos anteriormente¹⁴¹, a Doutrina elaborada pela ESG não se resumia a um simples manual técnico para a preparar planejamentos. Ela pretendia ser um instrumento¹⁴² para analisar as conjunturas e elaborar planejamentos, baseado num conjunto de conhecimentos¹⁴³ e amparado em valores¹⁴⁴ éticos e morais. Deste ponto de

¹³⁷ Ver: Gurgel, José Alfredo Amaral, op. cit., p. 55-58

¹³⁸ Também chamada Doutrina de Ação Política ou apenas Doutrina Política.

¹³⁹ O "... crescente processo de mobilização de amplos segmentos da sociedade, pela intensa atividade de setores de esquerda..." – como o Partido Comunista do Brasil, que liderava uma mobilização sob a bandeira de um nacionalismo que "... [fundia] luta de classes e afirmação nacional" – "... mobilizou as altas patentes militares, pois, aos seus olhos, estava em pleno curso a versão local da Guerra Fria". Rocha, Maria Selma de Moraes, op. cit., p. 31

¹⁴⁰ Rocha, Maria Selma de Moraes, op. cit., p. 32

¹⁴¹ No item 1 deste capítulo.

¹⁴² Constituído por um conjunto de ferramentas (conceitos, princípios, normas e método).

¹⁴³ Formado pelas contribuições obtidas do conhecimento filosófico e científico, materializado na teoria, e do conhecimento prático da realidade brasileira.

Para Rocha, as concepções e formulações doutrinárias da ESG foram influenciadas por: "ideologias conservadoras presentes na sociedade (...) e nas (...) Forças Armadas"; "matrizes teóricas" então debatidas no

vista, a Doutrina reuniria os resultados de uma análise, supostamente racional e verdadeira, da situação brasileira e de uma escolha¹⁴⁵, pretensamente legítima¹⁴⁶ – a eleição do Bem Comum como objetivo último a ser alcançado no futuro¹⁴⁷ —, além de propor normas para a padronização das ações do Estado, visando torná-las eficazes e eficientes e, portanto, capazes de contribuir para o aperfeiçoamento da sociedade, preparando-a para alcançar seus objetivos.¹⁴⁸

No corpo da Doutrina, materializado nos manuais da ESG, a apresentação do *Método para o Planejamento da Ação Política* é precedida pela identificação e definição dos conceitos, princípios, idéias e proposições que fundamentam o discurso doutrinário. Esse conjunto de definições é considerado necessário não só para o correto entendimento e aplicação do método¹⁴⁹, mas sobretudo para a própria interpretação dos fatos a serem considerados na elaboração do planejamento.¹⁵⁰

A análise da evolução dos conceitos elaborados pela ESG permitiu a Rocha atribuir a certos temas “a condição de idéias-força, em torno das quais se estruturaram os conceitos e a própria Doutrina”.¹⁵¹ Os estudos promovidos pela Escola sobre a guerra¹⁵², em particular sobre a Guerra Revolucionária comunista, determinaram a identificação da segurança como um dos principais Objetivos Nacionais brasileiros. Ao longo do tempo, as definições dos tipos de guerra adotadas pela ESG assumiram cada vez mais uma “perspectiva político-ideológica”. A Guerra Fria, por exemplo, era vista como uma oposição entre a política de Guerra Total/Global¹⁵³ dos países comunistas, sobretudo da União Soviética, e as medidas de autodefesa adotadas pelos países ocidentais, sob a

meio acadêmico; e elementos do pensamento hobbesiano. Ela identifica, ainda, influências de intelectuais brasileiros como: Gilberto Freyre, Oliveira Vianna e Alberto Torres.

¹⁴⁴ Tanto universais, quanto específicos da formação histórico-cultural brasileira.

¹⁴⁵ A partir de um “julgamento de valor”.

¹⁴⁶ Porque baseada em convicções éticas provenientes de valores legítimos presentes na cultura brasileira.

¹⁴⁷ Daí a afirmação de que a Doutrina tinha como objetivo o *dever ser*.

¹⁴⁸ ESG. Fundamentos da Doutrina. Rio de Janeiro, ESG, 1981. p. 14

¹⁴⁹ ESG. Fundamentos da Doutrina. Rio de Janeiro, ESG, 1981. p. 307

¹⁵⁰ Rocha, Maria Selma de Moraes, op. cit., p. 51

¹⁵¹ Rocha, Maria Selma de Moraes, op. cit., p. 56

¹⁵² A discussão sobre este tema e os demais, que apresentaremos a seguir, baseia-se no trabalho de Rocha. Assim, as definições citadas indiretamente, a menos que indicadas de outra forma, foram extraídas de: Rocha, Maria Selma de Moraes. A evolução dos conceitos da Doutrina da Escola Superior de Guerra – Anos 70. Tese de Mestrado, Universidade de São Paulo, 1996.

¹⁵³ Segundo a ESG, a Guerra Total, de inspiração marxista-leninista, era “uma guerra única [e] (...) ampla, no tempo e no espaço, em homens e armas, em estratégia e tática, em métodos e atitudes ...”, tendo como “... objetivo final a vitória da revolução comunista no mundo”. Rocha, Maria Selma de Moraes, op. cit., p. 70-71

liderança dos Estados Unidos. A guerra expansionista do bloco comunista, quando aplicada a um país em particular, materializava-se em dois tipos de ofensiva: a Guerra Psicológica e a Guerra Revolucionária. A Guerra Psicológica, apesar de visar vantagens militares, não se valia da força armada, mas de ações psicológicas. Tais ações, explorando aspectos econômicos, políticos e sociais, incluíam a propaganda ideológica e a agitação política¹⁵⁴ em torno de descontentamentos gerados, por exemplo, pela pobreza nos países subdesenvolvidos. O segundo tipo de ofensiva, que aliás incorpora o primeiro, foi assim definido pela Escola:

“Guerra Revolucionária Comunista é um conflito, normalmente interno, de concepção marxista-leninista, estimulado e auxiliado do exterior, que, utilizando intensivamente a guerra psicológica, a subversão e todas as formas de violência, visa a conquista do poder, pelo controle progressivo da Nação, a fim de implantar a ideologia comunista”.¹⁵⁵

O desenvolvimento prático da Guerra Revolucionária se daria em cinco fases:

“Nas duas primeiras, preparatórias, os grupos subversivos tratariam de realizar a propaganda ideológica comunista e o incentivo a greves, manifestações, protestos, sabotagens, etc., aproveitando-se, para isso, das condições de desenvolvimento tardio do País. As três fases seguintes se caracterizariam pela militarização das operações, através da ação da guerrilha, pelo estabelecimento de um governo revolucionário e pela combinação de ações de guerrilha com operações militares clássicas. Todas as fases estariam marcadas pelas chamadas Operações Psicológicas”.¹⁵⁶

Foi a partir destas concepções sobre a guerra – “um dos fundamentos centrais da Doutrina”¹⁵⁷ – que se tornou possível definir a Segurança Nacional como um dos principais objetivos da Nação. Foram elas também que forneceram as justificativas necessárias para o estabelecimento de ações que visassem o “controle dos recursos de informação e o controle ideológico, que comporta também a coação”.¹⁵⁸ A repressão a qualquer forma de contestação e a censura, adotadas pelo regime militar, têm sua origem

¹⁵⁴ Este elemento, conforme: Gurgel, José Alfredo Amaral, op. cit., p. 55-58

¹⁵⁵ Rocha, Maria Selma de Moraes, op. cit., p. 68

¹⁵⁶ Rocha, Maria Selma de Moraes, op. cit., p. 72

¹⁵⁷ Rocha, Maria Selma de Moraes, op. cit., p. 72

¹⁵⁸ Rocha, Maria Selma de Moraes, op. cit., p. 67

na visão que concebia toda e qualquer forma de manifestação como resultante da ação planejada de grupos comunistas.

Outra noção importante no conjunto de elaborações doutrinárias da Escola é o conceito de sociedade. Para a ESG, os diferentes tipos de sociedade resultam “da evolução natural dos homens”¹⁵⁹, evoluindo elas mesmas também naturalmente. A evolução humana teria possibilitado que os instintos e impulsos egoístas inerentes aos indivíduos fossem “inibidos em nome do bem geral mediante o estabelecimento de normas reguladoras”¹⁶⁰. Reunidos sob a égide do “bem geral” estariam os “interesses comuns” compartilhados pelo grupo humano que compõe determinada sociedade. A definição resultante desta argumentação é a seguinte:

“Sociedade é todo grupo humano que convive sob certa estrutura de fenômenos sociais, ligado por interesses comuns, sob o influxo de determinado processo histórico-cultural”¹⁶¹.

Nota-se, nesse caso, que o recurso à história é meramente instrumental, uma vez que ela é evocada apenas para justificar a afirmação de que os “interesses comuns” é que estão na base da formação e permanência de todas as sociedades ao longo do tempo.

Como as sociedades, os grupos sociais também são formados a partir de interesses comuns. Em cada grupo específico, os interesses compartilhados pelos seus componentes gerariam “vínculos comuns” capazes de conferir unidade às suas ações. A definição adotada pela ESG é a seguinte:

“Os grupos sociais, como entidades constituídas de indivíduos reunidos por vínculos comuns que lhes imprimem unidade de ação, apresentarão, conseqüentemente, interesses e aspirações grupais, não só resultantes da integração dos interesses e

¹⁵⁹ Rocha, Maria Selma de Moraes, op. cit., p. 75

¹⁶⁰ Para Rocha, essa argumentação alia elementos da concepção hobbesiana – segundo a qual o homem, para conviver em sociedade, teve de abrir mão de seus impulsos egoístas e renunciar a uma parcela de sua vontade, em nome do bem geral – e da “positivista e organicista” – que “concebe a sociedade como um ‘fenômeno natural’”. Rocha, Maria Selma de Moraes, op. cit., p. 75

¹⁶¹ Rocha, Maria Selma de Moraes, op. cit., p. 74

aspirações comuns de seus componentes, como certos tipos de interesses e aspirações peculiares à entidade coletiva, tomada como um todo”.¹⁶²

Nesse contexto, as diferenças, na medida em que decorrem da existência de interesses, condição inerente ao ser humano e aos grupos, são vistas como naturais.

Segundo Rocha, a idéia de que tanto a constituição, quanto a transformação das sociedades decorreriam de um processo de evolução natural tem origem nas concepções que identificam as sociedades com os organismos vivos. Sendo assim, elas estariam submetidas a leis naturais que regulariam seu funcionamento e desenvolvimento. Nessa perspectiva, tudo aquilo que perturba a “ordem natural” de desenvolvimento ou compromete a sobrevivência das sociedades é visto como patológico e antinatural, devendo ser eliminado.¹⁶³ Deste ponto de vista, não é difícil entender porque o regime militar, identificando todas as formas de contestação como tentativas de gerar conflitos e contradições no seio da sociedade, reprimiu e censurou qualquer tipo de manifestações contrárias à sua atuação, ao mesmo tempo em que tentava promover um “clima” de harmonia, de integração entre as classes.

Em perfeito acordo com o encadeamento lógico e, por que não, “natural” que a Doutrina procura imprimir à apresentação de seus conceitos, à noção de sociedade, segue-se a definição do conceito de Nação. Assim, se da evolução natural dos homens surgiu a sociedade, da evolução natural das sociedades surgiu a Nação. Ela é assim definida:

“Nação é a sociedade já sedimentada pelo longo cultivo de tradições, costumes, língua, idéias, vocações, vinculada a determinado espaço de terra e unida pela solidariedade criada pelas lutas e vicissitudes comuns, que se traduz na vontade de continuar vivendo em conjunto e projetar-se no futuro, preservando os valores alcançados e buscando a realização dos objetivos colimados”.¹⁶⁴

Como vemos, a Nação surge da evolução de uma sociedade que, construída a partir de uma comunidade de homens que compartilham interesses comuns e se

¹⁶² Rocha, Maria Selma de Moraes, op. cit., p. 75

¹⁶³ Rocha, Maria Selma de Moraes, op. cit., p. 77

¹⁶⁴ Rocha, Maria Selma de Moraes, op. cit., p. 84

submetem a normas por eles mesmos estabelecidas, se consolida num território, por meio da habitação e da exploração de seus recursos, e alcança a estabilidade. Nesse processo de consolidação da sociedade surgem as instituições, cujo papel é organizar a convivência entre os homens.¹⁶⁵ Para a ESG, as instituições:

“Constituem o complexo integrado por idéias, normas, padrões de comportamento, relações humanas e, muitas vezes, um equipamento material, organizados em torno de um interesse socialmente reconhecido”.¹⁶⁶

As concepções apresentadas não fazem menção a nenhum conflito, contradição ou ruptura. A análise empreendida pela ESG leva a considerar que, uma vez que as transformações sociais resultaram de uma suposta evolução natural dos acontecimentos, a construção da sociedade presente ocorreu através da “coesão e ação política comum” dos homens reunidos na sociedade do passado. O conhecimento da história, ou seja, deste passado incruento, marcado “pela solidariedade criada pelas lutas e vicissitudes comuns”¹⁶⁷, afigura-se como nada mais que um meio para justificar a visão que se tem do presente.

Mais uma vez, os formuladores da Doutrina da ESG recorrem à argumentação que confere à evolução natural a responsabilidade pela configuração do presente. Desta vez, é a origem do Estado que se justifica como resultado deste processo evolutivo. Assim, seguindo a linha natural de evolução do simples ao complexo, vemos que do homem nasceu a sociedade, dela surgiu a Nação, e esta última gerou o Estado.

O Estado é concebido como produto da necessidade de institucionalização que se coloca à Nação. Para atender aos “imperativos de ordem e progresso”¹⁶⁸ e à necessidade de organizar e disciplinar relações sociais cada vez mais complexas, tornou-se

¹⁶⁵ A Nação constitui-se, portanto, de três elementos básicos (o homem, a terra e as instituições) e de suas relações.

¹⁶⁶ Gurgel, José Alfredo Amaral, op. cit., p. 66

¹⁶⁷ Gurgel, José Alfredo Amaral, op. cit., p. 65

¹⁶⁸ Gurgel, José Alfredo Amaral, op. cit., p. 66. Tais imperativos aparecem como exigências naturais decorrentes da necessidade de preservar “os valores alcançados” e de buscar a “realização dos objetivos colimados”, para garantir a sobrevivência da Nação – por meio do funcionamento ordenado de seus componentes – assegurando, ao mesmo tempo, seu desenvolvimento considerando o futuro desejado por meio de um crescimento ordenado e contínuo.

“necessária a organização do aparelho estatal”.¹⁶⁹ Ao Estado cabe, portanto, dirigir “a vida da comunidade, ‘à luz de princípios, métodos, normas e ações, segundo uma ordem de natureza jurídica e uma missão de unidade política’”.¹⁷⁰ Nesses termos, a ESG adota a seguinte definição do conceito:

“Estado é a entidade de natureza política, instituída em uma Nação, sobre a qual exerce controle jurisdicional, e cujos recursos ordena, para promover a conquista e a manutenção dos Objetivos Nacionais”.¹⁷¹

Entre os “elementos essenciais” identificados como constituintes do Estado, estão a soberania e o governo.¹⁷² A soberania, “de que se acha revestida a autoridade do Estado”, é o “poder originário” de autodeterminação que se revela “através da organização e direção da sociedade nacional”, e da “manifestação independente do Estado” no cenário internacional.¹⁷³ O governo, por sua vez, surge da necessidade do Estado de criar instrumentos para realizar suas funções. Assim, o governo é o “conjunto de órgãos estatais” voltados à efetivação das “funções disciplinares e coordenadoras” do Estado.¹⁷⁴

No contexto das concepções elaboradas pela ESG, o Estado revela-se como instrumento por excelência da organização da Nação e, por extensão, como seu “grande condutor”. Sendo assim, para “imprimir à [sua] ação política o máximo possível de eficácia compatível com os padrões de ética exigidos pela cultura nacional”¹⁷⁵, os dirigentes do Estado devem munir-se de um instrumento que lhes permita estabelecer claramente os fins que devem nortear sua atuação – ou seja, os objetivos próprios da Nação que representam – e determinar os meios a serem utilizados para alcançá-los. É esse instrumento que a ESG pretende oferecer, tornando disponível, por meio da Doutrina, não

¹⁶⁹ Rocha, Maria Selma de Moraes, op. cit., p. 90

¹⁷⁰ Gurgel, José Alfredo Amaral, op. cit., p. 66

¹⁷¹ Gurgel, José Alfredo Amaral, op. cit., p. 66

¹⁷² Os outros dois elementos político-jurídicos do Estado são a população e o território. A população é formada pelos habitantes, “nacionais” e/ou estrangeiros, do país. O território é a “área geográfica habitada pela população”. Cf. Gurgel, José Alfredo Amaral, op. cit., p. 67

É interessante notar que, na perspectiva teórica da ESG, a noção de povo surge como principal categoria social. Segundo a definição adotada, o povo é formado apenas pelos habitantes “nacionais” do país, ou seja, pela parcela da população “que possui, em decorrência de um vínculo direto com o Estado, a condição básica para o exercício de direitos políticos”. Cf. Rocha, Maria Selma de Moraes, op. cit., p. 82

¹⁷³ Gurgel, José Alfredo Amaral, op. cit., p. 67

¹⁷⁴ Gurgel, José Alfredo Amaral, op. cit., p. 68

¹⁷⁵ ESG. Fundamentos da Doutrina. RJ: ESG, 1981. P. 20

só o rol de concepções básicas acima expostas – de cujo conhecimento dependeria a correta compreensão da origem e funcionamento das relações sociais e suas instituições –, como também o conjunto de ferramentas conceituais necessárias para a apreensão da realidade e das necessidades especificamente brasileiras, visando a preparação e execução do método de planejamento.

Partindo das concepções fundamentais de sociedade, Nação e Estado, a Doutrina prossegue, apresentando o conjunto de conceitos destinados a permitir, no passo seguinte, a aplicação do método de racionalização da ação política, baseado em regras e procedimentos. As definições desse conjunto – formado pelas noções de Objetivos Nacionais, Política Nacional, Estratégia Nacional e Poder Nacional, bem como pelas concepções de Democracia, Desenvolvimento e Segurança Nacionais –, aliadas aos argumentos que as fundamentam, e somadas às concepções fundamentais, acabam conformando o que Rocha chamou de um Projeto Nacional voltado à construção do “*dever* político da sociedade brasileira, que segundo a ESG, era o de tornar-se uma grande potência mundial”.¹⁷⁶ É importante ressaltar que, para a autora, a viabilização desse projeto “...não se relacionava, necessariamente, com a ascensão dos militares ao poder”.¹⁷⁷ Do ponto de vista da autora, com o qual concordamos, não parece plausível supor que a elaboração da Doutrina, e sua progressiva transformação em um Projeto Nacional, tivessem em vista a tomada do poder pelos militares. Muito embora o desenvolvimento histórico posterior tenha demonstrado que a Doutrina tornou-se fonte das “idéias centrais que [serviram] de suporte (...) aos procedimentos” dos que assumiram o poder em 64¹⁷⁸, originalmente a ESG “elegeu, como destinatários de seu discurso, as elites civis e militares” e a classe média urbana¹⁷⁹.

Voltando ao conteúdo da Doutrina, como ao Estado cabe promover a conquista e manutenção dos interesses da Nação, resta definir o que são e como podem ser identificados tais interesses.

Toda sociedade possui anseios, desejos ou necessidades próprios que constituem Interesses e Aspirações Nacionais. “Quando estes se integram e se projetam na

¹⁷⁶ Rocha, Maria Selma de Moraes, op. cit., p. 88

¹⁷⁷ Rocha, Maria Selma de Moraes, op. cit., p. 54

¹⁷⁸ Gurgel, José Alfredo Amaral, op. cit., p. 23

¹⁷⁹ Rocha, Maria Selma de Moraes, op. cit., p. 54

consciência nacional, em classes dirigentes e dirigidas”, passam a pertencer à categoria de Aspirações Nacionais. De acordo com o que foi dito anteriormente¹⁸⁰, a ascensão destes interesses e aspirações à condição de Objetivos Nacionais é necessariamente mediada pela atuação das elites dirigentes, devidamente amparada no método de planejamento. Cabe às elites, ainda, uma vez formulados os Objetivos Nacionais, distinguir aqueles que representam interesses e aspirações vitais da Nação, daqueles que representam interesses imediatos condicionados pela conjuntura.¹⁸¹ Os do primeiro tipo constituem os Objetivos Nacionais Permanentes (ONPs) e “dizem respeito aos valores estruturais” da Nação.¹⁸² Os do segundo tipo são os Objetivos Nacionais Atuais (ONAs) e reúnem metas mais datadas “e passíveis de modificações”.¹⁸³

Cumprir destacar que, para a Escola, a análise dos precedentes histórico-culturais da Nação brasileira, aliada à observação dos “valores universais” que fundamentam a natureza humana, permitiram à Doutrina estabelecer de antemão uma relação dos Objetivos Nacionais Permanentes (ONPs) da sociedade brasileira, sendo eles, fundamentalmente, o “desenvolvimento” e a “segurança”. Sendo assim, caberia, portanto, às elites dirigentes do Estado determinar apenas os Objetivos Nacionais Atuais (ONAs), sobretudo aqueles que, suprimindo interesses imediatos da Nação, construíssem as condições necessárias para garantir o alcance e a manutenção dos objetivos permanentes. A determinação dos ONAs e a adoção de medidas para alcançá-los seriam, portanto, tarefas a serem realizadas pelos governos com a finalidade de levar a Nação o mais próximo possível da realização dos ONPs.

Para a ESG, a observação das recomendações contidas na Doutrina e no seu método de planejamento permitiria, portanto, estabelecer as necessidades reais da Nação e as ações exigidas para satisfazê-las. O instrumento de que dispõe o Estado para fixar os Objetivos Nacionais e orientar as ações necessárias à sua conquista e manutenção é a Política Nacional. Por meio dela o Estado define as diretrizes e estabelece os planejamentos para “todos os campos da atividade nacional”.¹⁸⁴

¹⁸⁰ No item 1 deste capítulo.

¹⁸¹ Gurgel, José Alfredo Amaral, op. cit., p. 69-77

¹⁸² Rocha, Maria Selma de Moraes, op. cit., p. 98

¹⁸³ Rocha, Maria Selma de Moraes, op. cit., p. 98

¹⁸⁴ Gurgel, José Alfredo Amaral, op. cit., p. 77

Uma vez que a segurança e o desenvolvimento foram definidos como os principais objetivos da Nação brasileira, caberia ao Estado elaborar planejamentos específicos para cada um deles. Segundo a ESG, portanto, a Política Nacional deve compreender uma Política de Desenvolvimento e uma Política de Segurança.

É interessante notar que cabe aos governos, ou seja, às elites dirigentes, estabelecer as metas e prioridades imediatas e elaborar os planejamentos para a sua consecução, de acordo com as circunstâncias do presente – mas visando sempre os Objetivos Nacionais Permanentes. Para cumprir suas tarefas, é indispensável que o Governo elabore uma Política Governamental. Nesses termos, os ONPs, pré-estabelecidos pela Escola, devem permanecer, orientando a atuação dos sucessivos governos que assumam a direção do Estado.

Uma vez estabelecida a Política Nacional, torna-se necessário definir os meios de que dispõe o Estado para a sua execução. A ESG denomina o conjunto desses meios como Poder Nacional que reúne as forças disponíveis na Nação, constituindo-se no instrumento da Política Nacional para a realização de sua meta. Na Doutrina, o conceito é assim definido:

“Poder Nacional é a expressão integrada dos meios de toda ordem (Políticos, Econômicos, Psicossociais, e Militares), de que dispõe efetivamente a Nação, para alcançar e/ou manter interna e externamente os Objetivos Nacionais”¹⁸⁵.

A ESG divide, para fins didáticos e de planejamento, o Poder Nacional¹⁸⁶ em quatro Poderes Componentes ou Expressões do Poder Nacional. São eles:

- Poder Político ou Expressão Política: “abrange os órgãos e funções de direção da Sociedade Política”¹⁸⁷. Seus fundamentos são o Povo, o Território e as Instituições Políticas. Figuram como seus poderes componentes: os poderes

¹⁸⁵ Rocha, Maria Selma de Moraes, op. cit., p. 130

¹⁸⁶ Para a ESG, a estrutura do Poder Nacional é formada pelos seguintes elementos: Fundamentos (homem, terra e instituições), Fatores (elementos variáveis de natureza geográfica, política, econômica, etc., que sofrem as determinações da conjuntura e exercem influência sobre o funcionamento dos órgãos que exercem as funções próprias ao Poder). Ver: Gurgel, José Alfredo Amaral, op. cit., p. 87

¹⁸⁷ Gurgel, José Alfredo Amaral, op. cit., p. 90

Executivo, Legislativo, Judiciário e “Político-Partidário”.¹⁸⁸ A ESG identifica como Fatores¹⁸⁹ do Poder Político: a cultura política, a atuação das elites, os meios de comunicação, a situação geopolítica, a extensão territorial, o ordenamento jurídico e o regime político.

- Poder Econômico ou Expressão Econômica: é aquele que, expressando-se por meio “de fatos e fenômenos predominantemente econômicos”, deve ser aplicado pelo Estado de forma conjugada com outras Expressões do Poder Nacional buscando: “proporcionar igualdade de oportunidades à sociedade pela criação de empregos e justa distribuição da renda; promover o equilíbrio regional; permitir a expansão da fronteira econômica; assegurar a liberdade de decisão e iniciativa para a economia nacional”.¹⁹⁰ Seus Fundamentos são os recursos humanos, os recursos naturais e as instituições econômicas. Segundo a Escola, seus Poderes Componentes são na verdade setores da economia como o industrial, comercial, agrícola, financeiro, etc. Os Fatores do Poder Econômico são: a capacidade de acumulação e absorção de capital; a força de trabalho; o nível científico e tecnológico; a capacidade empresarial e a eficiência do modelo econômico.¹⁹¹
- Poder Militar ou Expressão Militar: composto por elementos capazes de produzir efeitos predominantemente militares, ele é empregado, pelo Estado, “para promover, pela dissuasão ou pela coação, a conquista e a manutenção dos Objetivos Nacionais”.¹⁹² No que se refere às relações internacionais, este poder expressa a “capacidade de influenciar o comportamento das outras Nações”. No campo interno, seus efeitos são sentidos “no setor da segurança interna, reduzindo ou anulando antagonismos ou pressões”.¹⁹³ Os Fundamentos

¹⁸⁸ Os partidos políticos são concebidos como entidades que “aglutinam e orientam as correntes de opinião pública politicamente significativas”. Como as correntes de opinião possuem o potencial de “promover a integração ou a desintegração” nacional, os partidos políticos assumem, na ótica da ESG, agregam uma parcela importante do Poder Político”. Cf. Gurgel, José Alfredo Amaral, op. cit., p. 93-94

¹⁸⁹ Fatores são elementos variáveis que influem nos Fundamentos e se refletem no funcionamento dos órgãos que desempenham as “funções necessárias à aplicação do Poder Nacional”. Ver também nota 185. Cf. Gurgel, José Alfredo Amaral, op. cit., p. 87

¹⁹⁰ Gurgel, José Alfredo Amaral, op. cit., p. 99-100

¹⁹¹ Cf. Gurgel, José Alfredo Amaral, op. cit., p. 99-104

¹⁹² Gurgel, José Alfredo Amaral, op. cit., p. 125

¹⁹³ Gurgel, José Alfredo Amaral, op. cit., p.125 (O trabalho do autor, um ex-estagiário da ESG, foi publicado em 1975. Supomos que a versão da Doutrina apresentada e analisada por ele seja de 1974 ou 1975. De qualquer forma, as definições de alguns conceitos da Doutrina já apresentam sinais da influência dos militares no poder. A menção aos “efeitos do Poder Militar” na segurança interna, ao que parece, demonstra isso. Por outro lado, a comparação dos conceitos apresentados por Gurgel, com os que Rocha apresenta em

deste poder, segundo a ESG, são: os recursos humanos, o território e as instituições militares. Dentre os Fatores específicos do Poder Militar temos os seguintes: a Doutrina Militar, a Estrutura Militar, a Capacidade do Alto-Comando, a Integração das Forças Armadas e o Moral Militar.¹⁹⁴

- Poder Psicossocial ou Expressão Psicossocial: poder “que se expressa através de fatores e fenômenos preponderantemente psicológicos e sociais”, relacionados ao homem e ao contexto social. Seus Fundamentos são: a população, o meio ambiente e as instituições sociais. Seus Poderes Componentes são: o Poder do Moral Nacional, da Comunicação Social, da Opinião Pública, Sindical e Religioso, entre outros. Dos Fatores que podem contribuir para “valorizar ou depreciar” seus Fundamentos, destacamos: a educação, o trabalho e a Previdência Social, a ética e religião, a ideologia, a participação na riqueza nacional, a comunicação social, o caráter nacional, a politização e a organização e eficiência das estruturas sociais.¹⁹⁵

Note-se que o Poder Nacional, conforme a definição da ESG, abrange todas as esferas de atividade social, justificando o emprego de todos os meios (econômicos, políticos, militares e psicossociais) disponíveis para alcançar as metas estabelecidas. Integrado por seus poderes componentes, o Poder Nacional é concebido pela Escola como “um poder integral sob o domínio do Estado”¹⁹⁶ e voltado ao seu fortalecimento, pois cabe a ele dirigir a Nação rumo ao alcance dos Objetivos Nacionais de Segurança e Desenvolvimento.

“O poder é a um tempo capacidade (potencial nacional) de ação sobre a natureza e sobre os homens, capacidade de manipular os recursos naturais graças ao capital, à técnica, à capacidade de trabalho e capacidade de impor aos homens a vontade do Estado, seja através da lei, do prestígio, da pressão social, dos costumes ou da sujeição. O poder reúne recursos naturais, trabalho, ciência, técnica, capital, exército, polícia, sujeição, controle, censura, lei, costumes, autoridade, tudo isso justaposto para formar uma só capacidade de ação”.¹⁹⁷

sua análise das várias versões dos manuais elaborados daqueles, e com o manual de 1981, revela uma significativa permanência dos métodos de análise e das concepções esguianas.)

¹⁹⁴ Gurgel, José Alfredo Amaral, op. cit., p. 127

¹⁹⁵ Gurgel, José Alfredo Amaral, op. cit., p. 110-122

¹⁹⁶ Rocha, Maria Selma de Moraes, op. cit., p. 131

¹⁹⁷ Comblin, Pe. Joseph apud Rocha, Maria Selma de Moraes, op. cit., p. 130-131

Definidos os meios ou instrumentos de que dispõe, potencialmente, o Estado para realizar seus fins, resta, na acepção da Escola, estabelecer a forma de utilizar estes meios. Assim, um importante passo do planejamento das ações do Estado é definir a Estratégia Nacional, à qual cabe organizar os meios para impor a vontade da Nação expressa nos Objetivos Nacionais dispostos na Política Nacional. Esta organização refere-se especialmente “à repartição de recursos, à concentração de esforços, à prioridade (...); à correta aplicação dos meios, inclusive”.¹⁹⁸ Para a Escola, portanto:

“A Política Nacional fixa os grandes objetivos, estima os meios por empregar e traça os largos rumos para a conduta estratégica. A Estratégia Nacional dirige a preparação e a aplicação dos meios, vencendo óbices, para alcançar os fins fixados pela Política”.¹⁹⁹

No contexto da análise que aqui buscamos desenvolver, ou seja, da tentativa de explicitar as influências da Doutrina esguiana na elaboração da PNC, sobretudo através da utilização, pelo governo Geisel, de conceitos e noções estabelecidos pela Escola, destaca-se a concepção de Poder ou Expressão Psicossocial.

A Expressão Psicossocial do Poder Nacional, como vimos acima, congrega fenômenos de natureza predominantemente psicossocial. Para a ESG, na aplicação deste poder o homem é, a um só tempo, instrumento e fim do poder. O meio ambiente é considerado potencial influenciador da cultura e da qualidade de vida da sociedade. Já as instituições sociais, por ser o *locus* das tradições, costumes, padrões de comportamento, valores culturais, convenções sociais, etc., representam importante papel regulador das relações sociais que estruturam a vida da Nação. Dentre os poderes componentes, considerados instrumentos a serviço do Estado para a consecução dos Objetivos Nacionais, destacamos:

- o Poder do Moral Nacional: segundo a ESG, o moral elevado, caracterizado pela presença, na população, de manifestações de coragem, iniciativa, tenacidade, bom humor, disciplina, confiança no êxito, etc., é fonte de integração e coesão sociais, enquanto que o baixo, que se manifesta na

¹⁹⁸ Gurgel, José Alfredo Amaral, op. cit., p. 80

¹⁹⁹ Gurgel, José Alfredo Amaral, op. cit., p. 80-81

agressividade, indisciplina, disseminação “de boatos e comentários deprimentes ou subversivos”, etc., potencializa os riscos de desorganização social, sendo fonte de desagregação social.²⁰⁰

- o Poder da Comunicação Social: para a Escola, a comunicação é um importante meio para o estabelecimento da cooperação social, que é responsável pela sobrevivência da sociedade. A comunicação, particularmente aquela que se dá através dos meios de comunicação de massa, exerce influência decisiva na formação e sustentação dos “diversos matizes culturais, sociais, políticos, militares e econômicos da sociedade nacional”.²⁰¹
- o Poder da Opinião Pública: a opinião pública caracteriza-se como “uma corrente de opiniões privadas com tal volume, intensidade e continuidade que se torna juízo coletivo”, convertendo-se assim numa “forma de controle social” capaz de influir decisivamente na “criação, orientação e modificação do comportamento pessoal e social”.²⁰²
- o Poder Sindical: o sindicato, como entidade que “protege os legítimos interesses de seus membros e coopera no sentido da solidariedade e coesão sociais”, é importante na medida em que pode, em colaboração com o Poder Público, promover a melhoria da qualidade de vida de seus associados, contribuindo assim para o alcance dos objetivos da sociedade.²⁰³

Os Fatores do poder, como vimos, são elementos ou circunstâncias que podem contribuir para o desenvolvimento dos Fundamentos, ou prejudicá-lo. No caso da Expressão Psicossocial, os seguintes Fatores, dentre outros, são considerados relevantes pela ESG:

- Educação: compreendida pela Escola como fator de socialização ou “adaptação à vida social”, além de incluir os processos de transmissão de conhecimentos e padrões de comportamento (institucionalizados ou não), ambos necessários à continuidade da cultura nacional.²⁰⁴
- Ética e Religião: para a ESG, enquanto a ética, através do estabelecimento de princípios, inspira e orienta as condutas para a “realização

²⁰⁰ Gurgel, José Alfredo Amaral, op. cit., p. 113-114

²⁰¹ Gurgel, José Alfredo Amaral, op. cit., p. 114-115

²⁰² Gurgel, José Alfredo Amaral, op. cit., p. 115-116

²⁰³ Gurgel, José Alfredo Amaral, op. cit., p. 116

²⁰⁴ Gurgel, José Alfredo Amaral, op. cit., p. 119

do bem” e obediência às normas, “a religião inspira e prescreve um estilo de vida”. Desta forma, “ética e religião combinam-se para influenciar comportamentos”, contribuindo para a coesão e estabilidade sociais.²⁰⁵

- Politização: do ponto de vista da Escola, politização é sinônimo de “compreensão das responsabilidades”. Assim:

“A politização de uma pessoa consiste em seu despertar para o sentimento das responsabilidades políticas. (...) Ela é a preparação do povo para participar da escolha consciente e livre de seus líderes ou para uma opção esclarecida do sistema político que melhor atenda a suas aspirações ou, ainda, para participar das decisões oficiais de sua sociedade”.²⁰⁶

É interessante notar que no manual da Doutrina de 1981, posterior portanto ao período aqui estudado, a cultura é incluída entre os Fatores que influenciam os Fundamentos da Expressão Psicossocial. O patrimônio cultural, constituído pela língua, tradições, valores espirituais e morais, e pela produção filosófica, artística, científica e técnica da Nação, é considerado pela Escola como “o melhor meio para alcançar e manter os Objetivos Nacionais”.²⁰⁷ A definição adotada é a seguinte:

“Cultura é o acervo espiritual, material e não material dos homens e dos grupos sociais. É o modo de pensar, agir e sentir do povo”.²⁰⁸

Embora não tenha sido possível determinar²⁰⁹ a partir de quando a ESG optou por destacar a cultura, desmembrando-a da educação²¹⁰, é interessante notar que esse fato ocorre ainda sob o período do regime militar. Muito embora faltem elementos para determinar se tal mudança antecedeu ou não a decisão do governo Geisel de elaborar um planejamento específico para a área cultural – a PNC –, cabe destacar aqui essa mudança ocorrida na Doutrina porque ela denuncia a existência de uma posição que,

²⁰⁵ Gurgel, José Alfredo Amaral, op. cit., p. 120

²⁰⁶ Gurgel, José Alfredo Amaral, op. cit., p. 122

²⁰⁷ ESG. Fundamentos da Doutrina. RJ: ESG, 1981. p. 151

²⁰⁸ ESG. Fundamentos da Doutrina. RJ: ESG, 1981. p. 151

²⁰⁹ Por não dispormos de condições de empreender um levantamento dos manuais posteriores aos analisados pelos autores citados.

²¹⁰ Já que nas proposições da Escola é possível notar que a cultura aparece como inserida no âmbito mais geral da educação.

provavelmente, prevaleceu nas discussões e estudos que, promovidos pela ESG, determinam a configuração da Doutrina.

Conforme a proposição da ESG, para orientar a atuação do governo no processo de condução da sociedade, a Doutrina oferece um método que estabelece todas as etapas a serem vencidas na formulação tanto do planejamento nacional, ou seja, da política de governo, quanto dos planejamentos específicos, que podem ser setoriais, regionais, etc. Os planejamentos setoriais, que devem manter-se de acordo com as diretrizes do planejamento nacional, são aqueles elaborados, por exemplo, pelos Ministérios para as suas áreas específicas de atuação.

A primeira evidência de que a Política Nacional de Cultura conserva forte relação com os ensinamentos da doutrina da ESG é sua própria existência. Desta forma, a própria idéia de elaborar e divulgar um documento que contivesse as linhas mestras da política governamental para a área da cultura, a forma como o documento da Política Nacional de Cultura está estruturado, os conceitos e as definições empregados, o substrato ideológico que permeia todo o texto, apontam para a relação desta iniciativa com as recomendações da Doutrina esguiana.

Além disso, a influência do princípio do planejamento, defendido pela ESG, no período Geisel, pode ser detectada também na existência do II Plano Nacional de Desenvolvimento que estabelecia as diretrizes do governo para a área econômica.

Outra evidência da influência da Doutrina sobre a gestão Geisel foi a adoção do binômio Desenvolvimento e Segurança como principal objetivo de seu governo. Como vimos, a doutrina da ESG elege estes dois objetivos como principais metas para alcançar o “objetivo-síntese” de todos os “interesses e aspirações humanas, ou seja, o Bem Comum. Segundo a ESG:

“A Doutrina Política requer (...) objetivos referenciais mais próximos à realidade. O objetivo-síntese pode, com efeito, ser focado sob dois critérios aos quais é possível relacionar quaisquer objetivos nacionais. De um lado, a vida de uma nação consiste, sobretudo, em manter os valores tradicionais, gerando objetivos de conservação, equilíbrio e ordem, contidos no conceito de Segurança. Por outro lado, há que se atualizar, renovar e inovar valores, o que se traduz em objetivos de engrandecimento

e aprimoramento da nação como um todo e de cada indivíduo, o que se contém no conceito de desenvolvimento”.²¹¹

A principal diretriz do governo Geisel, resumida no binômio Desenvolvimento e Segurança, como não poderia deixar de ser, está presente no documento da Política Nacional de Cultura. Nele afirma-se que o desenvolvimento não é um fenômeno de natureza apenas econômica, mas que tem uma dimensão cultural que determina a “qualidade dos agentes”, ou seja, daqueles que deverão, com sua participação no processo produtivo e político, atuar no processo. Por outro lado, o documento afirma que o descaso com a preservação do patrimônio cultural, quer material quer espiritual (valores, costumes, etc.), base da personalidade e da nacionalidade de um povo, representa um risco para a segurança nacional. Para assegurar que a nação brasileira venha a alcançar seu lugar no cenário das grandes nações, um dos objetivos é, ao lado do desenvolvimento material, promover o desenvolvimento de “... uma cultura vigorosa, capaz de emprestar-lhe [ao país] personalidade nacional forte e influente”.²¹²

É possível ainda detectar a influência da doutrina esguiana na Política Nacional de Cultura nas definições dos conceitos adotados por esta última, e também na orientação ideológica subjacente ao texto.

A afirmação de que a PNC pauta-se pelos princípios do “humanismo”, feita pelo ministro Ney Braga na apresentação do documento, coincide com a afirmação da ESG de que sua doutrina caracteriza-se como “humanística”. Nos dois documentos²¹³ o humanismo refere-se ao homem como núcleo central de suas preocupações e atuações, afirmando que suas metas são a valorização do homem e o Bem Comum.

Por outro lado, a definição de cultura adotada pela PNC coincide com a conceituação ampla do termo adotada pela Doutrina. Para a PNC, a cultura é “... a plenitude da vida humana no seu meio”²¹⁴, que abrange todas as manifestações da criatividade humana, quer sejam de natureza imaterial (valores, costumes, crenças, convicções, etc.), quer de natureza material (produção artística, científica, etc.). Da

²¹¹ ESG. Fundamentos da Doutrina. Rio de Janeiro, ESG, 1981. p. 27.

²¹² MEC. Política Nacional de Cultura. Brasília, MEC, 1975. p. 30.

²¹³ Na PNC e nos Fundamentos da Doutrina.

²¹⁴ MEC. Política Nacional de Cultura. Brasília, MEC, 1975. p. 8.

mesma forma, a doutrina da ESG define cultura como o “acervo espiritual, material e não material dos homens e dos grupos sociais”, incluindo as mais variadas manifestações como “a língua, as tradições, os valores espirituais e morais, a produção filosófica, artística, científica e técnica”.²¹⁵

O caráter instrumental atribuído à cultura é outra característica presente nos dois textos. Na PNC exalta-se o papel da cultura na preservação das características da “personalidade nacional” que se quer manter – hábitos, costumes, valores, tradições, etc. – e, ao mesmo tempo, na renovação de aspectos dessa personalidade, através da “... incorporação e absorção de novos traços culturais que o desenvolvimento impõe...”.²¹⁶ Também na doutrina esguiana, a cultura, que é parte da “expressão psicossocial do poder nacional”, é um importante fator que contribui, juntamente com a educação e a família, com a formação dos homens, transmitindo-lhes os valores, os princípios éticos, os padrões de comportamento, as formas de pensar, sentir e agir, etc., da sociedade à qual pertencem.

Depreende-se da leitura do documento da PNC que o investimento do governo na área cultural visava também elevar a qualidade da participação do povo brasileiro no processo de desenvolvimento. Tal objetivo evidencia-se quando, no documento, destaca-se o papel da cultura na melhoria da “qualidade dos agentes” do processo de desenvolvimento. Esta melhoria, a ser propiciada pela cultura, está associada ao revigoramento do processo de criação, ao incentivo à criatividade, à capacitação para compreender e assimilar os valores culturais, enfim, à capacitação para contribuir com o processo de desenvolvimento, cujos resultados, afinal de contas, visam o próprio homem, o Bem Comum.

A questão da participação também está na doutrina da ESG. Nela, a participação é um indicador dos níveis de desenvolvimento e da segurança alcançados pela nação. Segundo a ESG, a própria idéia de desenvolvimento presente na Doutrina tem como um de seus pressupostos a participação do povo que, como “cidadãos prestantes, são responsáveis pela consecução e manutenção da ordem do Bem Comum”. Desta forma, a participação preconizada pela Doutrina refere-se à construção e manutenção do Bem

²¹⁵ ESG. Fundamentos da Doutrina. Rio de Janeiro, ESG, 1981. p.. 151.

²¹⁶ MEC. Política Nacional de Cultura. Brasília, MEC, 1975. p. 28.

Comum que, subentende-se, destina-se a todos. A participação assim entendida é mais que um direito, é um dever. Ao cidadão brasileiro cabe participar do processo produtivo, dando "...o melhor de si, qualificando-se e aprimorando o produto final" de seu trabalho. A ele cabe também participar, como consumidor, dos resultados do desenvolvimento do processo produtivo, evitando desperdícios, restando o consumismo e selecionando bem os produtos. Sendo assim, a participação, do ponto de vista da Doutrina, "... nasce e se nutre da consciência do dever cívico, que se inspira numa ética da cooperação, em que o sentimento de responsabilidade é imperativo". Cabe à cultura e à educação promover a elevação do grau e da qualidade dessa participação, através da promoção de valores cívicos, morais, éticos e espirituais, além de comportamentos e atitudes adequados.²¹⁷

Como visto, a Doutrina da ESG afirma que o "Poder Nacional" – que é o instrumento fundamental da "Política Nacional" para alcançar, sob a orientação do Estado, os "Objetivos Nacionais" – constitui-se, através da integração de campos específicos, nos quais atuam os meios concretos (instituições e órgãos estatais e não estatais) responsáveis pela ação e pelos efeitos de determinado tipo, produzidos em cada campo. Estes campos expressam os poderes parciais que compõem o poder total que se afigura como virtual ou potencialmente disponível à utilização do Estado.

Para acionar o Poder ou a Expressão Psicossocial, com a finalidade de realizar as diretrizes da Política Nacional, o Estado deve estabelecer uma estratégia que oriente sua utilização. Rezende, identificando a existência de uma estratégia psicossocial que orientava as ações do regime militar, afirma que seu objetivo era a "(...) atuação sobre a mentalidade de todos os indivíduos, visando alcançar o maior grau possível de internalização dos valores que deveriam ser (...) norteadores de todas as ações nas diversas esferas da vida social".²¹⁸

Segundo a autora, a estratégia psicossocial adotada pelo regime militar, decorrente diretamente das recomendações da Doutrina da ESG, era concebida como um instrumento de ação que pressupunha "(...) um sólido conhecimento sobre a composição da população no que diz respeito à sua distribuição espacial, às migrações, ao seu grau de educação, cultura e adestramento técnico". Do ponto de vista do regime, "(...) a partir

²¹⁷ Refiro-me ao documento: ESG. Complementos da Doutrina. Rio de Janeiro, ESG, 1981. p.. 117-118.

²¹⁸ Rezende, Maria José de. A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade – 1964 –1984. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 1996. p.. 2, nota 4

da compreensão da estrutura e da dinâmica sociais e psicológicas(...)" seria possível construir uma estratégia voltada para o "(...) desenvolvimento de formas de atuação sobre os padrões culturais, atitudes sociais e mentalidades de todos os brasileiros".²¹⁹

Como vimos no início deste capítulo, os condutores e ideólogos do regime militar souberam, com grande perspicácia, filtrar e utilizar idéias e valores fortemente presentes no imaginário de diversos segmentos ou grupos sociais. Esse fato evidencia-se no recurso constante – por meio da propaganda, de discursos, de declarações à imprensa, etc. – a temas como o da construção de uma nova ordem democrática, baseada na integração e coesão sociais e no desenvolvimento harmonioso das potencialidades nacionais.

A estratégia psicossocial visava, portanto, através da promoção e/ou reforço de certos valores, a construção de uma consciência nacional baseada numa identidade nacional, compatível com o projeto de desenvolvimento defendido pelos militares e seus colaboradores civis. Nesse sentido, houve um amplo esforço para reforçar certas características da população brasileira (povo pacífico, bom, ordeiro, alegre, etc.), consideradas inatas. Ao mesmo tempo, procurava-se erradicar certos traços tidos como negativos (preguiça, ignorância, malandragem, indolência, etc.). Para Giannotti, "durante os governos militares, a preocupação com a identidade constituiu uma verdadeira obsessão"²²⁰. Presente desde há muito tempo nas preocupações dos intelectuais que se propuseram a "pensar o Brasil", a questão da identidade nacional foi retomada e redefinida no período do Estado Novo, quando "a concepção nacionalista da cultura brasileira [ganhou] dimensão oficial (...)". Segundo Fico, "muitos dos elementos que posteriormente, durante a ditadura militar pós-64, seriam utilizados pela propaganda política foram estabelecidos nessa época: a valorização da mistura racial, a crença no caráter benevolente do povo, o enaltecimento do trabalho, uma certa idéia de nação – baseada nos princípios da coesão e da cooperação. Pode-se dizer, então, que essas são matrizes ideológicas do Estado Novo que [foram] retrabalhadas pela ditadura militar"²²¹.

²¹⁹ Rezende, Maria José de, op.cit. p. 31-32

²²⁰ Giannotti, José A. Os campeões da identidade e a barbárie moderna. Folha de S. Paulo, 30-12-1976. Primeiro Caderno, p.3 (Citado por: Fico, Carlos. Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997. p.. 36)

²²¹ Fico, Carlos. op. cit., p. 34

Outro aspecto que desperta atenção ao se analisar a Doutrina da ESG é a pretensão de estabelecer suas conclusões e proposições como verdadeiras e realistas porque, supostamente, decorrem de uma interpretação correta dos dados histórico-culturais da sociedade brasileira. Chama também atenção o caráter autoritário de sua disposição em estabelecer os rumos do país, com o objetivo de transformar o Brasil numa potência mundial – grande meta do Projeto Nacional contido na Doutrina. Este objetivo revelava, por sua vez, o firme propósito de manter a ordem social vigente, sob o argumento de que as raízes histórico-culturais da Nação brasileira determinavam que o processo de sua evolução natural deveria acontecer nos marcos de uma sociedade capitalista, democrática, ocidental e cristã. Estes aspectos da proposta da ESG, somados ao caráter pedagógico da Doutrina e às iniciativas voltadas à sua difusão entre setores da elite e da classe média urbana²²², revelam a intenção de estabelecer uma hegemonia de seu projeto político.

A Doutrina da ESG, explicitada por meio das diversas versões de seus manuais, sem dúvida pretende ser um guia para a obtenção dessa hegemonia, na medida em que, repetimos, coloca-se como autêntica intérprete da vontade da nação, capaz de compreender os verdadeiros e permanentes objetivos nacionais, de avaliar a adequação da realidade imediata aos interesses maiores da nação, de definir os agentes mais capazes para dirigir o país, e de oferecer a tais dirigentes o método mais adequado para conduzir a nação àqueles objetivos previamente estabelecidos.

Desta forma, se por um lado não é plausível afirmar que a ESG foi “... conscientemente preparada e dotada com uma Doutrina (...), para exercer efetivamente a posse do aparelho de Estado ...”²²³, por outro é possível supor que os militares, tendo assumido o poder, incorporaram as influências das elaborações da ESG e tentaram viabilizar um projeto de hegemonia.

Quanto à Política Nacional de Cultura do governo Geisel, vimos que ela atendia ao princípio fundamental do método de racionalização da ação política proposto pela ESG, desde cedo incorporado pelo regime militar: o planejamento da atuação do Estado nas diversas áreas sociais. Com seu conjunto de definições e diretrizes básicas, a PNC é uma

²²² Cf. Rocha, Maria Selma de Moraes, op. cit., p. 55

²²³ Rocha, Maria Selma de Moraes, op. cit., p. 33

clara indicação da política geral que orientava a atuação do governo com o objetivo de tentar obter um consenso no seio da sociedade, ou seja, de uma hegemonia.²²⁴

²²⁴ Conforme discutido no item 1 deste capítulo.

Conclusões

A elaboração da Política Nacional de Cultura, pelo Ministério da Educação e Cultura do governo Geisel, não foi resultado apenas da necessidade política de combater o desgaste que o regime vinha sofrendo diante da classe média urbana e de outros setores da sociedade, embora fossem esses setores os maiores beneficiários da política implantada pelo governo, já que eles eram, tradicionalmente, os maiores consumidores da produção cultural nos grandes centros urbanos. A hipótese de que a política cultural do governo resultaria de um cálculo político visando uma maior aproximação com esse setor da sociedade, para assim compor uma nova base de apoio ao regime, é bastante plausível, mas não parece ser a única resposta para a questão.

Como esperamos ter demonstrado, tudo indica que a este objetivo aliavam-se outras motivações e interesses que, embora objetivassem uma legitimação imediata dos atos e propostas do governo, tinham expectativas de mais longo alcance.

Do ponto de vista da administração do Estado, a PNC pode ser vista como um exemplo da opção pelo princípio do planejamento que, a partir do governo Castelo Branco, foi adotado como principal meio para conduzir a reforma e a modernização do Estado, visando implantar e efetivar o projeto de desenvolvimento abraçado pelo regime militar. Com isso, buscava-se adequar o funcionamento do Estado e de suas instituições não apenas aos propósitos imediatos do regime militar, mas também às necessidades do modelo capitalista que se queria promover no país.

Por outro lado, a Política Nacional de Cultura, além de atender à exigência técnica de uma nova forma de planejamento e gestão das ações governamentais, encerra também uma proposta de ampliação e fortalecimento do mercado de consumo de bens culturais¹, o que acrescenta uma dimensão econômica às suas preocupações com o desenvolvimento cultural. Embora esta questão não apareça de forma explícita no documento, há menções a objetivos como: dinamizar o mercado editorial, incentivar a circulação e o consumo dos bens culturais, apoiar a produção cinematográfica para melhorar sua qualidade e competitividade, regulamentar e fazer cumprir normas de direito autoral, estimular o turismo como fonte de renda para cidades onde existe patrimônio

¹ Sem abrir mão, é claro, da censura que possibilitava controlar os bens culturais disponíveis para o consumo.

histórico e manifestações folclóricas (festas folclóricas, artesanato típico, etc.). Além desses objetivos, a PNC prevê investimentos na capacitação de recursos humanos (cursos, estágios, bolsas, etc.) para a área, com o objetivo de incentivar e apoiar a formação de profissionais para o mercado cultural.

Do ponto de vista político, é possível supor que a estratégia de investimento no setor cultural pretendesse, no curto prazo, ocultar ou minimizar os efeitos da repressão e da censura na opinião pública. Desta forma, a existência de uma política governamental para a área atestava que o Estado reconhecia a importância da cultura e que, por isso, buscava apoiar e incentivar o desenvolvimento da produção cultural nas suas mais variadas formas de expressão. Tal incentivo e apoio, no entanto, se dirigiram somente à produção de manifestações que refletissem as legítimas tradições histórico-culturais brasileiras e contribuíssem para realizar o legítimo anseio de desenvolvimento cultural do povo brasileiro. Sendo assim, a repressão e a censura deveriam ser vistas como iniciativas destinadas apenas àquelas produções (peças teatrais, músicas, livros, filmes, etc.) que procuravam disseminar “visões distorcidas” sobre a realidade brasileira e ideologias “alienígenas”², e que, portanto, tinham objetivos subversivos. É neste sentido que afirmamos que a adoção da PNC visava, no curto prazo, reduzir o desgaste do regime diante da opinião pública. Com o declínio do “milagre econômico” e a queda da euforia “modernizante” e desenvolvimentista que até então animara a opinião pública, buscava-se obter o máximo de consenso em torno da atuação do Estado nas áreas da cultura e da educação, tradicionalmente valorizadas pela classe média urbana e pelas elites.

Além desses interesses mais imediatos, a estratégia de intervenção do Estado na área cultural procurava, certamente, atingir objetivos mais profundos e resultados mais duradouros. Na perspectiva dos militares, o período pré-64 colocara a sociedade brasileira à beira da desagregação social, em virtude do “caos econômico” provocado pela inépcia dos governos, da agitação social promovida por líderes sindicais e grupos de esquerda, e do “desvirtuamento” do Poder Legislativo pela “demagogia” e “corrupção” de seus membros.³ Desse ponto de vista, o regime militar, imbuído de “superiores interesses

² Ou seja, o comunismo.

³ Cf. Gurgel, José Alfredo Amaral. *Segurança e democracia: uma reflexão política sobre a Doutrina da Escola Superior de Guerra*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, Livraria José Olympio Editora, 1975. (Coleção General Benício, 130. Publ. 451). p. 14-21

de Segurança Nacional”⁴, iniciara um processo de reconstrução das instituições, de saneamento econômico, político, social e moral do país. Para recolocar o país nos trilhos, rumo a um futuro brilhante há muito vaticinado, era necessário promover o desenvolvimento global da Nação, impulsionando não só o desenvolvimento econômico, mas também o político e o social. No caso do desenvolvimento social, tentava-se oferecer melhores condições para que a população, como força-motriz do processo de crescimento global, desempenhasse melhor seu importante papel. Neste sentido, era necessário educar o povo para a democracia, ou seja, para uma escolha racional e consciente de seus representantes na esfera política, para o exercício responsável de seus direitos e observância de seus deveres. Enfim, era necessário promover a adoção de hábitos, atitudes e ideais compatíveis com os valores originários das “tradições históricas e culturais” da Nação, e com os novos padrões de comportamento exigidos para a plena realização do desenvolvimento do país.

Diante do pressuposto despreparo do povo, restava aos militares e à elite civil à frente do Estado – uma vez que eles se consideravam profundos conhecedores da realidade, das tradições e valores, das potencialidades naturais e humanas legadas pela evolução histórico-cultural do país, e dos autênticos anseios da Nação – estabelecer os legítimos objetivos a serem perseguidos pelo Estado e promover uma reorganização da sociedade, preparando-a para desempenhar seu papel na busca pela concretização destes objetivos.

Toda a atuação do Estado, portanto, deveria assumir um caráter pedagógico, visando reforçar os traços e valores histórico-culturais relevantes de nossa nacionalidade, reforçando assim a identidade nacional – fator de fundamental importância para a coesão e integração sociais –, e inculcar no povo novos padrões de civilidade mais condizentes com o patamar de desenvolvimento pretendido e com a imagem de um país que pretendia ascender ao círculo das grandes potências mundiais.

Como vimos, o governo Médici legou a seu sucessor uma situação de forte controle sobre a sociedade, possibilitada pela euforia do “milagre econômico”, pela propaganda intensiva e, sobretudo, pela atuação do aparato repressivo e da censura sobre os grupos sociais que ainda ousavam apresentar alguma forma de resistência ao

⁴ Gurgel, José Alfredo Amaral, op. cit., p. 12

regime. Contudo, nem toda a censura e repressão tinham sido capazes de reverter o que Roberto Schwarz chamou de “relativa hegemonia cultural da esquerda no país”.⁵ Assim, podemos supor que, à compreensão da necessidade de promover uma transformação qualitativa da sociedade, tenha se somado a constatação da ineficácia, em longo prazo, das medidas repressivas. Deste ponto de vista, não bastava apenas o uso intensivo de todas as formas de coerção para eliminar os riscos de “infiltração”, no seio da sociedade, de ideais incompatíveis com a “vocação natural” do Brasil. Era necessário buscar formas que garantissem uma reorganização permanente da sociedade. Tal reorganização só seria possível com a incorporação de valores, de ideais, de padrões de comportamento, enfim, de uma visão de mundo comum que orientasse as ações da maioria da população e permitisse estabelecer um consenso em torno dos objetivos estabelecidos pelo regime, eliminando o risco de proliferação dos ideais comunistas.

Foi no governo Geisel, como vimos, que esta compreensão se materializou, elegendo a cultura como uma das principais frentes de ação do Estado. Não se atribui tal fato, evidentemente, a nenhuma capacidade superior de percepção do presidente ou de seus colaboradores. Supomos, sim, que esta decisão decorreu de um conjunto de fatores, entre eles, a influência das proposições da Doutrina da ESG, da conjuntura existente no início do governo (fim do “milagre”, desgaste político e deterioração das bases de sustentação do regime, etc.), e da opção política pelo início do processo de abertura, que deveria suspender gradativamente os instrumentos de repressão e controle, preparando a retirada “controlada e concertada”⁶ dos militares do centro do poder.

A Doutrina da ESG foi, certamente, uma das principais fontes da crença na eficácia do planejamento como condutor das ações do Estado, da convicção de que a problemática do progresso nacional estava essencialmente vinculada a questões de segurança e desenvolvimento, e da percepção do papel destacado da cultura na construção deste consenso. A ESG absorveu e sistematizou idéias, noções e conceitos provenientes tanto do pensamento militar quanto de várias outras fontes⁷ da sociedade,

⁵ Schwarz, Roberto apud Cohn, Gabriel. “A concepção oficial da política cultural nos anos 70”. In Estado e cultura no Brasil. São Paulo, Difel, 1984. p. 88.

⁶ Couto, Ronaldo Costa. História indiscreta da ditadura e da abertura: Brasil: 1964-1985. Rio de Janeiro, Record, 1999. (3ª edição). p.. 133

⁷ Para Rocha, as formulações doutrinárias da ESG absorveram influências de “ideologias conservadoras” existentes na sociedade e no meio militar, de “matrizes teóricas” provenientes do meio acadêmico, do pensamento hobbesiano e dos postulados sobre segurança emergentes no contexto da Guerra Fria.

elaborando a partir de sua compreensão da realidade brasileira um diagnóstico da situação do país. Para a Escola, apesar das grandes potencialidades naturais e humanas que o país apresentava, faltava às elites, historicamente responsáveis pela direção do Estado, a capacidade de avaliar os “verdadeiros anseios e necessidades” da Nação e de estabelecer metas e estratégias de ação para alcançar tais objetivos. A ESG, ao transformar a Doutrina⁸ num conjunto de proposições que reunia uma visão política sobre o despreparo do povo brasileiro, a incapacidade das elites e as necessidades “reais” do país, acabou convertendo-a num projeto político para o país. Por outro lado, seus esforços para disseminar a Doutrina não só entre as elites, mas também entre setores da classe média urbana⁹ e no meio universitário¹⁰, revelavam a intenção de obter uma hegemonia de seu projeto político nas parcelas da sociedade tradicionalmente representantes da opinião pública. No projeto nacional, contido na Doutrina, estão estabelecidos: o grande objetivo do povo brasileiro – transformar o Brasil numa potência mundial –, as metas intermediárias indispensáveis – acelerar o ritmo do desenvolvimento e fortalecer a segurança nacional –, os meios e as estratégias para alcançar tais metas, e o método de planejamento e ação que deve ser adotado para garantir a realização dos objetivos. Dentre os meios disponíveis para alcançar o objetivo final da Nação, conforme estabelecido na Doutrina, havia o Poder Psicossocial¹¹. Formado pelos recursos

Especificamente, ela aponta a influência de intelectuais brasileiros, como Gilberto Freyre, Oliveira Vianna e Alberto Torres, e de teóricos militares, como Juarez Távora e Golbery do Couto e Silva. Para Rocha, o discurso esguiano era fruto, portanto, de um “acordo teórico” entre “a orientação positivista dos militares brasileiros e o funcionalismo estrutural dos norte-americanos”, somado a “elementos do pensamento conservador brasileiro da primeira metade [do] século” passado. Ver: Rocha, Maria Selma de Moraes. A evolução dos conceitos da Doutrina da Escola Superior de Guerra – Anos 70. Tese de Mestrado, Universidade de São Paulo, 1996. p. 53-54, 74, 77-83. (As referências aos teóricos militares encontram-se distribuídas ao longo de todo o texto da autora.) Fico, por sua vez, identifica várias fontes que contribuíram para a construção das “tradições otimista e pessimista” do pensamento brasileiro sobre a formação social do Brasil e suas potencialidades. Para ele, os militares apropriaram-se das idéias, concepções e símbolos criados pela “tradição otimista” e fortemente arraigados no imaginário social, sobretudo das elites brasileiras, manipulando-os habilmente em favor de seu projeto político. Ver: Fico, Carlos. Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getulio Vargas, 1997.

⁸ Que inicialmente deveria guarnecer as elites dirigentes de um método de planejamento das ações do Estado.

⁹ Para essa missão, a ESG contava com a atuante Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra – ADESG. Ver: Rocha, Maria Selma de Moraes. A evolução dos conceitos da Doutrina da Escola Superior de Guerra – Anos 70. Tese de Mestrado, Universidade de São Paulo, 1996. p. 44-48 e 55

¹⁰ A divulgação da Doutrina no meio universitário era feita sobretudo pela ADESG que, em parceria com as universidades, promovia cursos de extensão e ciclos de estudos sobre questões nacionais. Cf: Rocha, Maria Selma de Moraes, op. cit., p. 46.

É interessante registrar que Gurgel declara, explicitamente, que seu livro pretende alcançar prioritariamente o meio universitário. Cf. Gurgel, José Alfredo Amaral, op. cit., p. 7

¹¹ Descrito no capítulo III deste trabalho.

psicológicos e sociais da Nação – constituídos a partir do “patrimônio cultural”¹² e por ele potencializados –, o Poder Psicossocial seria o principal instrumento de que dispunha o Estado para fortalecer e disseminar, na sociedade, valores, idéias, hábitos e atitudes considerados indispensáveis para a adoção de novos comportamentos, de um novo padrão de civilidade, de uma nova visão de mundo considerada imprescindível para a realização do projeto de desenvolvimento do país. Entre estes recursos, figuram a educação e a cultura, e suas instituições.

A proposta da Política Nacional de Cultura - PNC, segundo o governo Geisel, era impulsionar o desenvolvimento da cultura brasileira. Para tanto, a PNC adotava como principais diretrizes a valorização, preservação e divulgação das manifestações culturais mais expressivas dos “genuínos valores histórico-sociais e espirituais”¹³ da Nação, o incentivo à criação, o apoio à melhoria dos recursos humanos e materiais de produção artístico-cultural, e o estímulo à modernização que pudesse advir da incorporação seletiva de influências de outras culturas não nacionais.¹⁴

Os formuladores da PNC achavam que o desenvolvimento até então alcançado pelo regime estaria comprometido caso não houvesse correspondente desenvolvimento no plano cultural. Em outras palavras, o modelo de Segurança e Desenvolvimento dependia, para a sua consecução e sobrevivência, após a retirada dos militares do poder, desse desenvolvimento, dessa “evolução” cultural. Tratava-se, portanto, de educar o povo, de dotá-lo de melhor conhecimento de seus próprios interesses, de maior preparo para usufruir, mas também para defender os benefícios alcançados e as metas por cumprir. A cultura, deste ponto de vista, seria um importante instrumento para fortalecer a identidade nacional, o sentimento de nacionalidade, a coesão social, e para a construção de um consenso em torno dos objetivos do governo.

A PNC surgiu, então, como uma estratégia para utilizar a cultura de acordo com os propósitos do regime. Com ela, o Estado tentou conduzir o desenvolvimento da área

¹² Para a Doutrina, constituem o patrimônio cultural: “a língua, as tradições, os valores espirituais e morais, a produção filosófica, artística, científica e técnica” de uma Nação. ESG. Fundamentos da Doutrina. Rio de Janeiro, ESG, 1981. p. 151

¹³ Ministério da Educação e Cultura, Política Nacional de Cultura. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação/MEC, 1975. p. 8

¹⁴ Modernização no sentido de evolução, de continuidade, isto é, sem ruptura com os valores tradicionais da cultura brasileira, “originalmente” ocidental, capitalista, democrática e cristã. Modernização que, portanto, preservando os traços essenciais da cultura nacional, permitisse a adoção de novos padrões culturais.

cultural para obter um grau de consenso na sociedade que fornecesse legitimidade ao governo da ocasião e ao regime. A política de cultura do governo Geisel representou, portanto, uma estratégia para estimular de forma controlada a área cultural, visando promover o desenvolvimento do setor na direção desejada. Neste sentido, a PNC investiu tanto em ações de preservação, quanto na produção de novas manifestações culturais, dando prioridade também à intensa divulgação de eventos e de todo o tipo de atividade cultural apoiada pelo ministério, além de procurar incentivar a formação de um mercado cultural mais dinâmico e moderno, ou seja, afinado com a estratégia de crescimento adotada para o país. Além disso, ela também estabeleceu medidas para regularizar, legalmente, a área cultural, como no caso do direito autoral na literatura e na música popular. Várias foram as medidas para disciplinar e organizar os produtores, a produção e a distribuição dos bens culturais.¹⁵

Talvez não seja demais supor que a PNC também resultou da necessidade, defendida por Golbery, de criar canais de comunicação com os chamados “órgãos intermediários” – igreja, imprensa, representantes de trabalhadores, setor artístico-cultural e intelectual, etc. – visando o aumento, também gradual, da participação de setores da sociedade no campo político. É certo que a idéia de participação defendida por Golbery deveria ser, pelo menos, muito próxima daquela preconizada pela ESG, da qual, aliás, ele fez parte. De qualquer forma, foi durante a gestão Ney Braga, ou seja, no período de vigência da PNC, que certos nomes diretamente vinculados à produção cultural e sabidamente ligados a setores de esquerda – como Roberto Farias e Orlando Miranda – puderam ocupar postos importantes nas instituições culturais do governo federal. Miceli ressalta que tais nomes, certamente, não seriam aceitos nos quadros do governo em gestões anteriores.¹⁶ Cabe ainda ressaltar que, do ponto de vista da prática institucional, o período de vigência da PNC foi acompanhado por uma grande dinamização do setor, como demonstram as experiências de instituições como a FUNARTE e a Embrafilme. Cabe registrar que, para Guimarães, os resultados alcançados pela FUNARTE, na gestão Ney Braga, decorreram da habilidade de seu primeiro diretor em aproveitar-se do caráter

¹⁵ Ortiz, Renato, op. cit., p. 88.

¹⁶ Miceli, Sergio. “O processo de ‘construção institucional’ na área cultural federal (anos 70)”. In Estado e cultura no Brasil. São Paulo, Difel, 1984. p. 65.

genérico da PNC para construir uma prática institucional relativamente autônoma, e do volume considerável de recursos orçamentários destinados à instituição.¹⁷

Ao tomar posse, em 1974, o governo Geisel iniciou o processo de abertura lenta, gradual e segura, destinado a retirar das Forças Armadas o controle direto do Estado. Apesar de reconhecer que a Revolução falhara em alguns de seus propósitos, Geisel e Golbery não permitiriam uma retirada abrupta que pudesse pôr em risco a estabilidade social. Além disso, como o projeto de volta dos militares aos quartéis, e a conseqüente transferência do poder para a sociedade civil, enfrentavam a resistência e a franca oposição da linha dura, não seria possível alcançar tal objetivo sem um cuidadoso e bem orquestrado processo de convencimento ou submissão das forças contrárias. Para garantir que o processo de abertura prosseguiria sem retrocessos que comprometessem o objetivo final, Geisel não abriu mão de assegurar-se de que o regime duraria ainda mais um mandato presidencial. Com isso, restaria ainda ao regime, contando o período desde o início de sua gestão, uma década de governo. Mas a Política Nacional de Cultura não resistiu ao fim de seu governo.

¹⁷ Guimarães, Isaura Botelho. Por artes da memória: a crônica de uma instituição – FUNARTE. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 1996. p. 45 e 229

BIBLIOGRAFIA

1. Documentos

BRASIL. Escola Superior de Guerra. Fundamentos da doutrina. Rio de Janeiro: ESG, 1981.

_____. Complementos da doutrina. Rio de Janeiro: ESG, 1981.

BRASIL. Ministério da Cultura. Cultura no Brasil (1995). Brasília: MINC, 1996.

_____. Cultura no Brasil (1996). Brasília: MINC, 1997.

_____. Cultura no Brasil (1997). Brasília: MINC, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Política Nacional de Cultura. Brasília: MEC, 1975.

_____. Atividades culturais: realizações da área cultural do MEC no período 1974/1978. Rio de Janeiro: MEC, 1979.

_____. Conselho Federal de Cultura. Aspectos da política cultural brasileira. Rio de Janeiro: MEC, 1976.

_____. Departamento de Assuntos Culturais. Conclusões do encontro de secretários de cultura: subsídios para um programa de integração cultural. Rio de Janeiro: MEC, 1976.

_____. Fundação Nacional de Arte. Legislação básica da FUNARTE. Rio de Janeiro: FUNARTE/MEC, [197-].

_____. Fundação Nacional de Arte. FUNARTE: documento de ação. Rio de Janeiro: FUNARTE/MEC, [198-].

2. Bibliografia

ALBARELLO, Luc; DIGNEFFE, Françoise; HIERNAUX, Jean-Pierre *et al.* Práticas e métodos de investigação em Ciências Sociais. Lisboa: Gradiva, 1997.

ARRABAL, José; LIMA, Mariângela Alves de; PACHECO, Tânia. Anos 70 – teatro. Rio de Janeiro: Europa, [197-].

BAHIANA, Ana Maria; WISNIK, José Miguel; AUTRAN, Margarida. Anos 70 – música. Rio de Janeiro: Europa, [197-].

BERNARDET, Jean-Claude; AVELLAR, José Carlos; MONTEIRO, Ronald F. Anos 70 – cinema. Rio de Janeiro: Europa, [197-].

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco *et al.* Dicionário de Política. 4 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992. v.1.

BOOTH, Wayne C.; COLOMB, Gregory G.; WILLIAMS, Joseph M. A arte da pesquisa. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

CARVALHO, Elisabeth; KEHL, Maria Rita; RIBEIRO, Santuza Naves. Anos 70 – televisão. Rio de Janeiro: Europa, [197-].

CASTANHO, Sergio Eduardo Montes. Política cultural: reflexão sobre a separação entre a educação e a cultura no Brasil. Campinas, 1987. Dissertação (mestrado). Faculdade de Educação da Universidade de Campinas.

CHAUÍ, Marilena de Sousa. Cultura e democracia. São Paulo: Cortez, 1989.

_____. Cultura política e política cultural. Revista do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, São Paulo, vol. 9, n. 23, Jan/Abr 1995.

COELHO NETO, José Teixeira. Usos da Cultura. Políticas de Ação Cultural. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____. O intelectual brasileiro: dogmatismos & outras confusões. São Paulo: Global Editora, [197-].

_____. Da política cultural à cultura política. Propostas para uma política cultural continental. São Paulo, 1998. (Fórum Arte sem fronteiras).

_____. O que é ação cultural. São Paulo: Brasiliense, 1989.

COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci. Porto Alegre: L&PM, 1981.

_____. Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre idéias e formas. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

COUTO, Ronaldo Costa. História indiscreta da ditadura e da abertura. Brasil: 1964-1985. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999.

D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (orgs.). Ernesto Geisel. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

FEIJÓ, Martin Cezar. O que é política cultural. São Paulo: Brasiliense, 1983.

FERREIRA, Oliveiros S. Vida e morte do partido fardado. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.

FICO, Carlos. Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1997.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Construções do passado: concepções sobre a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional (Brasil: anos 70-80). Brasília, 1994. Tese (doutorado). Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília.

FRANCESCHI, Antonio de; REICHENBACH, Carlos; MIRANDA, Danilo Santos de *et al.* Marketing cultural: um investimento com qualidade. São Paulo: Informações culturais, 1998.

FREITAS FILHO, Armando; HOLLANDA, Heloísa Buarque de; GONÇALVES, Marcos Augusto. Anos 70 – literatura. Rio de Janeiro: Europa, [197-].

GASPARI, Elio; HOLLANDA, Heloisa Buarque de; VENTURA; Zuenir. Cultura em trânsito: da repressão à abertura. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2000.

GERBER, Raquel; GARDIES René; AMENGUAL, Barthélémy *et al.* Glauber Rocha. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [197-].

GÓES, Walder de. O Brasil do general Geisel. Estudo do processo de tomada de decisão no regime militar-burocrático. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, [197-].

GOLDENBERG, Mirian. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GOUVÊA, Gilda F. Portugal. Burocracia e elites burocráticas no Brasil. São Paulo: Paulicéia, 1994.

GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

GUIMARÃES, Isaura Botelho. Por artes da memória: a crônica de uma instituição – FUNARTE. São Paulo, 1996. Tese (doutorado). Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.

GURGEL, José Alfredo Amaral. Segurança e democracia: uma reflexão política sobre a doutrina da Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército & Livraria José Olympio Editora, 1975.

MAGALHÃES, Aloísio. E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro/Brasília: Nova Fronteira/Fundação Nacional Pró-Memória, 1985.

MICELI, Sérgio; GOUVEIA, M.A. Política cultural comparada. Rio de Janeiro: Funarte/Finep/Idesp, 1985.

MICELI, Sérgio (org.). Estado e Cultura no Brasil. São Paulo: Difel, 1984.

MICELI, Sergio. A noite da madrinha. São Paulo: Perspectiva, 1972. P. 218

_____. Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945). São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL, 1979.

MICHALSKY, Ian. O palco amordaçado (15 anos de censura teatral no Brasil). Rio de Janeiro: Avenir Editora, 1979. (Coleção Depoimentos, 13º vol.).

MORAES, Dênis de. Notas sobre o imaginário social e hegemonia cultural. (Online). Disponível: <http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv44.htm> (Outubro, 2001).

MOTA, Carlos Guilherme. Ideologia da cultura brasileira.(1933-1974): pontos de partida para uma revisão histórica. 6 ed. São Paulo: Ática, 1990 (Ensaio, 30).

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969). Petrópolis: Vozes, 1976. (Sociologia Brasileira, 6).

_____. De Geisel a Collor: Forças Armadas, transição e democracia. Campinas: Papirus, 1994.

OLIVEN, Ruben G. Violência e cultura no Brasil. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

ORTIZ, Renato. Cultura brasileira e identidade nacional. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PORTELLA, Eduardo. Democracia transitiva. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.

QUIVY, Raymond; VAN CAMPENHOUDT, Luc. Manual de investigação em Ciências Sociais. Lisboa: Gradiva, 1998.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura militar, esquerdas e sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

REZENDE, Maria José de. A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade – 1964-1984. São Paulo, 1996. Tese (doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

RIDENTI, Marcelo. Em busca do povo brasileiro. Artistas da revolução, do CPC à era da tv. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

ROCHA, Maria Selma de Moraes. A evolução dos conceitos da doutrina da Escola Superior de Guerra nos anos 70. São Paulo, 1996. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

RODRIGUES, Luciana Barão. A “era FUNARTE”: governo, arte e cultura na década de 70 no Brasil. Rio de Janeiro, 1996. Dissertação (Mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SCHWARZ, Roberto. Cultura e política, 1964-1969 In: O pai de família e outros estudos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

SCHWARZ, Roberto. As idéias fora do lugar. In: _____. Ao vencedor as batatas. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

SIMÕES, Inimá F. Um país no ar: história da TV brasileira em três canais. s.n.t.

SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Castelo a Tancredo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. Brasil: de Getulio Vargas a Castelo Branco (1930-1964). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SOSNOWSKI, Saúl; SCHWARTZ, Jorge (orgs.). Brasil: o trânsito da memória. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

SOUZA, Eliana Maria de Melo (org.). Cultura brasileira: figuras da alteridade. São Paulo: Editora HUCITEC, 1996.

STEPAN, Alfred. Os militares: da abertura à nova república. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

SZKLO, Gilda Salem. "Um desejo quasi enraivecido de Rio". Anais do seminário Mario de Andrade e o Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 1996.

WEFFORT, Francisco; SOUZA, Márcio (orgs.). Um olhar sobre a cultura brasileira. Rio de Janeiro: Associação de Amigos da FUNARTE, 1998.

Anexo

1. Composição do Conselho Federal de Cultura - CFC - 1974/1978

Adonias Aguiar Filho

Afonso Arinos de Mello Franco

Arthur César Ferreira Reis

Cecília Maria Westphalen

Clarival do Prado Valladares

Deolindo Couto

Djacir Lima Menezes

Dom Marcos Barbosa

Eurico Nogueira França

Francisco de Assis Barbosa

Geraldo Bezerra de Menezes

Gilberto Freyre

Gustavo Corção

Herberto Salles

Irmão José Otão

José Cândido de Andrade Muricy

José Cândido de Mello Carvalho

Josué Montello

Manuel Diégues Júnior

Maria Alice Barroso

Miguel Reale

Octávio de Faria

Odylo Costa, filho

Pedro Calmon

Peregrino Júnior

Rachel de Queiroz

Raymundo Faoro

Raymundo Moniz de Aragão

Renato Soeiro

Sabbato Magaldi

Sílvio Meira

Vianna Moog

Em destaque os membros do Conselho Federal de Cultura em 1975.

Fonte:

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Federal de Cultura. Boletim do Conselho Federal de Cultura. Rio de Janeiro, n. 13 a n.33, 1974 a 1978. (trimestral).